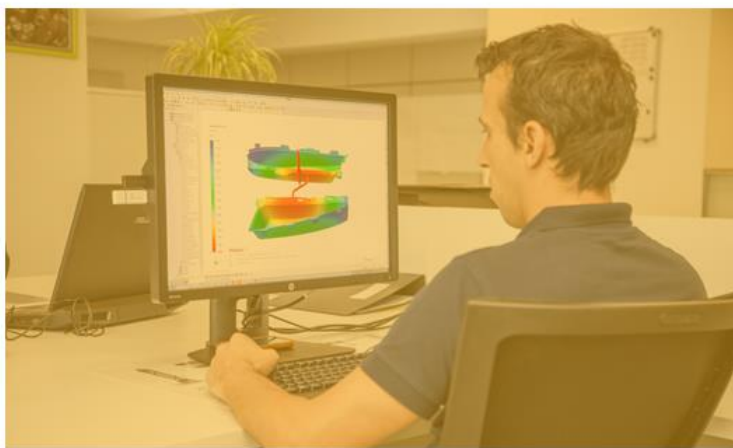
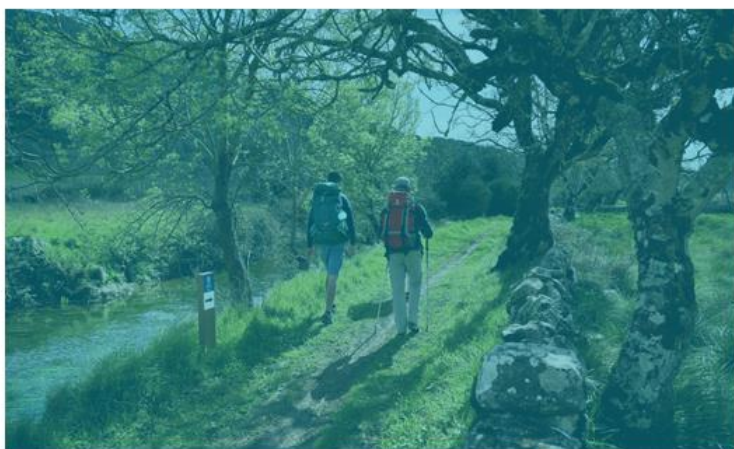


Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020

Relatório Final

agosto 2023



Cofinanciado por:



Elaborado por:



FICHA TÉCNICA

Contrato: Aquisição de serviços com vista à realização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020

Relatório: Relatório Final

Equipa Técnica:

Coordenação:

Sérgio Barroso e Sandra Primitivo

Especialistas:

Carla Figueiredo, Inês Andrade, Luís Carvalho, Miguel Francisco, Nuno Morim, Pedro Casimiro, Pedro Henriques e Rui Faustino

Steering Committee:

Jorge Gaspar e Paulo Madruga

Data: 4 de agosto de 2023

Número de páginas: 203

CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda

Rua Fernando Namora 46A

1600-454 Lisboa

(+351) 217 121 240

www.cedru.com

ÍNDICE

ÍNDICE	3
0. INTRODUÇÃO	9
1. ENQUADRAMENTO	13
1.1. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO	13
1.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	13
1.3. PONTO DE SITUAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	14
2. METODOLOGIA	19
3. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	25
3.1. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 1 – EFICÁCIA.....	25
3.2. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 2 – EFICIÊNCIA	49
3.3. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 3 – IMPACTE E SUSTENTABILIDADE.....	58
3.4. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 4 – VALOR ACRESCENTADO EUROPEU	68
3.5. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 5 – RELEVÂNCIA E COERÊNCIA.....	72
4. CONCLUSÕES	87
5. RECOMENDAÇÕES	97
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS	111
7. ANEXOS	115
7.1. ENQUADRAMENTO E PONTO DE SITUAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	115
7.1.1. <i>Evolução da abertura de avisos</i>	115
7.1.2. <i>Níveis de aprovação e realização</i>	118
7.2. TEORIA DE MUDANÇA.....	124
7.3. QUADRO CONTEXTUAL	128
7.4. AUSCULTAÇÃO DE ATORES ESTRATÉGICOS	129
7.4.1. <i>Guiões das entrevistas</i>	129
7.4.2. <i>Síntese de entrevistas</i>	134
7.4.3. <i>Programa de entrevistas e Focus Group realizado</i>	138
7.5. INQUÉRITOS.....	140
7.5.1. <i>Inquérito a beneficiários não empresariais</i>	140
7.5.2. <i>Inquérito a beneficiários empresariais</i>	148
7.5.3. <i>Resultados de inquéritos a promotores não empresariais</i>	156
7.5.4. <i>Resultados de Inquéritos a promotores empresariais</i>	169
7.6. EFICIÊNCIA: INFORMAÇÃO DE APOIO	181
7.7. ESTUDOS DE CASO.....	185
7.7.1. <i>EC 1. Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados</i>	185
7.7.2. <i>EC 2. Mobilidade Urbana Sustentável e Descarbonização</i>	189
7.7.3. <i>EC 3. Reabilitação Urbana e Património</i>	192
7.7.4. <i>EC 4. Qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território</i>	197

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Projetos, investimento elegível e fundo aprovado por TI (n.º)	16
Quadro 2. Opções de aprofundamento analítico da avaliação	20
Quadro 3. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 3	30
Quadro 4. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 4	34
Quadro 5. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 1	36
Quadro 6. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 2	40
Quadro 7. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 6	42
Quadro 8. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 7	43
Quadro 9. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 9	45
Quadro 10. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 5	46
Quadro 11. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 8	47
Quadro 12. Efeitos do PO CENTRO 2020 na realização dos projetos	70

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Teoria de mudança subjacente à intervenção – quadro concetual	19
Figura 2. Teoria de mudança – racional da intervenção	21
Figura 3. Teoria de mudança – pressupostos e riscos	22
Figura 4. Evolução do PIB per capita (PPC) das NUTSII em percentagem da média nacional (2000-2020)	59
Figura 5. Despesa em I&D percentagem do PIB	62
Figura 6. Peso da população empregada com ensino superior no total da população empregada	65

ACRÓNIMOS

AAC	Avisos para Apresentação de Candidaturas
ABT	Avaliação Baseada na Teoria
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP
ADENE	ADENE - Agência para a Energia
AG	Autoridade de Gestão
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E.,
ANI	Agência Nacional de Inovação S.A.
AP	Administração Pública
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR Centro	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CEI	Contratos Emprego Inserção
CIM	Comunidade Intermunicipal
COLABS	Laboratórios Colaborativos
CUE	Centros Urbanos Estruturantes
CUR	Centros Urbanos Regionais
DGAL	Direção Geral das Autarquias Locais
DGE	Direção Geral de Educação
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DRC	Direção Regional de Cultura
DSR	Direção de Serviços da Região
EB	Escola Básica
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
GAL	Grupo de Ação Local
I&D	Investigação e desenvolvimento
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação, IP
IDT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IF	Instrumento Financeiro
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento S.A.

IFFRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Instituto Público
ME	Ministério da Educação
OE	Objetivo Específico
OI	Organismo Intermédio
PAICD	Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
PARU	Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDCT	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PGA PT2020	Plano Global de Avaliação do Portugal 2020
PI	Prioridade de Investimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação
PME	Pequenas e Médias Empresas
PO	Programa Operacional
PO MAR	PO Mar 2020
POCH	PO do Capital Humano
POISE	PO Inclusão Social e Emprego
POR	PO Regional
POSEUR	PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
QA	Questão de Avaliação
SCT	Sistema Científico e Tecnológico
SI	Sistema de Informação
TdM	Teoria de Mudança
TdP	Turismo de Portugal, IP
TEIP	Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TeSP	Titulares de Diploma de Técnico Superior Profissional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	Tipologias de Operação

01

Nota Introdutória

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

0. INTRODUÇÃO

1. O **Relatório Final** da “**Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020**”, foi desenvolvido pela equipa de avaliação do Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda (CEDRU, Lda), para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR Centro).
2. Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro e dos Planos de Avaliação dos Programas Operacionais (PO) e do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020), **o presente exercício assume-se como uma avaliação de impacte, estando orientado para determinar a eficácia, a eficiência e o impacte dos apoios dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, ou seja, determinar o contributo dos fundos veiculados pelo Programa para os Objetivos Específicos (OE) de cada Prioridade de Investimento (PI), seguindo a lógica de intervenção definida na programação. Complementarmente, a avaliação deverá também considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitam, designadamente, explicar níveis de progresso diferenciados entre tipologias ou prioridades de investimento.
3. **A avaliação apresenta diferentes níveis de aprofundamento, em consonância com o Caderno de Encargos (CE), que previu uma análise mais completa (mobilizando todos os métodos de recolha e análise de informação e Abordagens Baseadas na Teoria) para os domínios enquadrados nos Eixos 4, 6, 7 e 9.** Nos restantes eixos, para além da mobilização dos inquéritos e das sessões *Focus Group*, que cobriram a generalidade dos eixos, a avaliação encontra como suporte essencial, de acordo com o CE, as conclusões das avaliações temáticas já realizadas no âmbito do Portugal 2020.
4. Os resultados apresentados baseiam-se nas evidências recolhidas a partir da triangulação da informação obtida nos diversos métodos. Foram realizadas 9 entrevistas, 2 inquéritos, 4 estudos de caso e 4 *focus group* temáticos.
5. O presente documento respeita, por isso, a estrutura estabelecida no Anexo I – Estrutura tipo do Relatório Final da Avaliação, estando organizado, para além deste capítulo, da seguinte forma:
 - **Capítulo 1. Enquadramento**, onde se efetua uma apresentação sintética do âmbito e objetivos da avaliação e se apresenta de forma sintética o objeto;
 - **Capítulo 2. Metodologia**, no qual se apresenta uma descrição da abordagem metodológica adotada e a Teoria de Mudança (TdM) que sustenta o processo;
 - **Capítulo 3. Resposta às questões de avaliação**, onde se apresentam os resultados de resposta a cada questão;
 - **Capítulo 4. Conclusões**, onde se apresentam as principais conclusões por temática central da avaliação;
 - **Capítulo 5. Recomendações**, onde se apresentam as principais recomendações do exercício avaliativo;
 - **Capítulo 6. Referências bibliográficas e eletrónicas**, no qual se apresentam as fontes de informação documental utilizadas na realização do estudo.
6. Finalmente, este relatório é complementado por um **capítulo de Anexos**, que contém informação de base ao processo de análise relacionada com a análise de informação estatística de contexto e os resultados da aplicação dos instrumentos de recolha e de análise de informação mais relevantes (e.g. entrevistas semiestruturadas, inquéritos e estudos de caso).
7. A elaboração deste estudo é tributário da colaboração de inúmeras entidades, com destaque para a Autoridade Gestão, que ao longo da sua realização, através dos mais diversos métodos de auscultação, deram contributos indispensáveis para a realização de uma avaliação isenta, informada e com a adequada triangulação de evidências e perceções. **A todas a equipa de avaliação presta o seu agradecimento.**

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

01

Enquadramento

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Âmbito e objetivos da Avaliação

8. A Avaliação Intercalar do PO Regional do Centro 2014-2020 dá seguimento ao estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, onde se refere que **“devem ser efetuadas avaliações com o objetivo de melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas, e avaliar a sua eficácia e impacto”** (n.º 1 do artigo 54.º). A presente avaliação encontra-se, por isso, prevista no Plano Global de Avaliação do Portugal 2020, atualizado em dezembro de 2019.
9. **O principal objetivo deste estudo consiste em “identificar e explicar o contributo do PO para os resultados esperados nos OE de cada PI mobilizada em cada um dos seus Eixos Prioritários”,** o que passa por: (i) aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos pelo PO, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os OE prosseguidos em cada PI e tendo em conta o momento em que se realiza a avaliação. Sempre que relevante, considerar as dimensões de operacionalização do PO que permitam explicar níveis de progresso diferenciados; (ii) Identificar o impacto, potencial ou efetivo, da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial da Região Centro; (iii) identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do PO; (iv) avaliar a relevância e coerência da configuração do PO face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo PO.

1.2. Objeto de avaliação

10. **O Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, constitui-se como o principal instrumento financeiro ao dispor da Região para implementação da Estratégia de Desenvolvimento Regional** para este período da Política Regional da União Europeia (UE), sendo complementado por outros instrumentos financeiros que integram o Portugal 2020.
11. **O Programa Operacional tem como principais objetivos promover o desenvolvimento económico, social e territorial da Região Centro de Portugal, através da utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).** Entre os objetivos do Programa, destacam-se o aumento da competitividade e internacionalização da economia da Região, a promoção da coesão territorial e a melhoria das condições de vida da população, através do apoio a projetos nas áreas da educação, formação, investigação, inovação, empreendedorismo, ambiente e sustentabilidade. O Programa visa ainda promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, bem como reforçar a capacidade institucional e administrativa das entidades regionais e locais, em linha com os objetivos estratégicos da União Europeia para o período 2014-2020.
12. Com uma dotação **uma dotação de 2.155 milhões de euros, dos quais 1.751 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 404 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE), o Programa está estruturado em 9 Eixos Estratégicos,** articulados entre si: Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS), Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR), Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER), Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR), Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR), Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR), Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR), Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR), Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES), Eixo 10: Assistência técnica.

1.3. Ponto de situação do Programa Operacional

13. **Desde 2015 e até a data de corte desta avaliação, 31 de dezembro de 2021, o POR Centro recebeu 22.974 candidaturas**, sendo que 1.979 não tinham sido objeto de análise (estado Submetidas), 45 tinham sido admitidas, 1.201 não admitidas e 1.283 desistiram por iniciativa do promotor. Das candidaturas com decisão final, foram aprovadas 9.661 operações, 7.352 não foram aprovadas, verificaram-se 548 candidaturas anuladas e 905 rescindidas/revogadas. O Programa revelava então uma taxa de aprovação de 42,1%, abaixo do PT 2020 (76%) e da média das taxas de aprovação dos PO Regionais do Continente (55%).
14. O volume de candidaturas **resultou do lançamento de 464 Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC)**. As Prioridades de Investimento (PI) que mais se destacam neste âmbito são a PI 9.6 (Eixo 5), a PI 1.2 (Eixo 1), a PI 3.3 (Eixo 2) e a PI 8.5 (Eixo 4), enquanto ao nível dos eixos, o Eixo 5 se destacava pelo maior número de AAC (142 dos 464), seguido do Eixo 1, com 89. Em termos temporais, o ano 2017 foi aquele em que foi lançado um maior número AAC (122).
15. **Na data de corte, os eixos 8 e o 10 destacavam-se dos demais por apresentarem taxas de aprovação superiores a 85%**, todavia estes dois eixos representavam apenas 126 dos 9.661 projetos aprovados. Os dois eixos com maior volume de projetos aprovados – Eixo 2 (com 3.672 candidaturas aprovadas) e Eixo 4 (com 2.256 candidaturas aprovadas) – registavam taxas de aprovação de 40,2% e 39,1%, respetivamente. Apesar destes valores de aprovação, ligeiramente abaixo da média, apresentavam taxas de compromisso elevadas: o Eixo 2 de 130,6% e o Eixo 4 de 101,4%. Dos cinco eixos com taxas de aprovação mais baixas (1, 2, 4, 5 e 6), também os Eixos 1 e 5 apresentam taxas de compromisso acima da média do Programa, o que indicia que a incidência de reprovações não prejudicou a concretização das metas e montantes dedicados.
16. **O Eixo 2 foi o que obteve maior financiamento comunitário aprovado (848 M€), exclusivamente FEDER. Este eixo tinha como tipologias de intervenção mais importantes as relacionadas com internacionalização das PME e com a qualificação e inovação das PME.**
17. O Eixo 5 obteve um financiamento de cerca de 228,1 M€ para os projetos aprovados. **O alto valor de financiamento deste eixo justifica-se, por um lado pelo facto de constituir o terceiro com mais candidaturas aprovadas e, por outro lado, pelas tipologias de Intervenção relacionadas com infraestruturas e equipamento sociais e com as intervenções integradas em territórios vulneráveis terem um peso substancial no volume dos projetos aprovados.**
18. Os eixos 6, 8 e 10 apresentavam os menores valores globais dos projetos aprovados. O Eixo 10, onde se enquadra o apoio operacional e de execução do PO, tinha um valor programado de 54,2 M€. Por sua vez, o Eixo 8, tinha um valor programado de 36,3 M€, sendo que os projetos aprovados até à data já totalizam cerca de 46 M€ (taxa de compromisso de 126,7%). O Eixo 6 tinha um volume projetos aprovados que totalizavam 48,8 M€, valor ainda aquém do programado (taxa de compromisso de 59,8%).
19. **O Programa apresentava uma taxa de execução de 61,6%, em linha com a média dos PO regionais do Continente e uma taxa de realização dos montantes aprovados de 54,7%, acima da média (44%) daqueles programas.** Uma análise mais fina confirma **os níveis mais altos de execução e realização dos eixos que visam a assistência técnica (Eixo 10), a competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR) (Eixo 2) e o reforço da rede urbana (CIDADES) (Eixo 9). No extremo oposto, destacam-se as baixas taxas de realização (24,9%) e de execução (14,9%) no Eixo 6**, sendo que os restantes eixos se encontram alinhados com os valores médios do Programa.
20. No que se refere à realização de projetos, foram estabelecidos intervalos de execução que permitem comparar o nível de realização dos projetos por eixo e por fundo. **Verificava-se que em três dos quatro eixos cofinanciados pelo FSE cerca de 70% ou mais dos projetos apresentavam taxas de execução inferiores a 10%.** O Eixo 8 era aquele cujos projetos apresentavam menores níveis de realização, à data, sendo que a totalidade dos projetos tinham um nível de realização inferior a 50%. Por outro lado, no Eixo 3, 36,3% dos projetos registavam taxas de realização superiores a 50%.
21. Relativamente **aos projetos financiados exclusivamente pelo FEDER, no caso dos Eixos 4, 5 e 6 menos de metade apresentavam taxas de execução superiores a 50%**. Estes três eixos apresentavam taxas de realização baixas no contexto do Programa, com especial destaque para o Eixo 6, no qual apenas 30,2% dos projetos registavam taxas de execução acima dos 50%. Este fenómeno é particularmente relevante no caso do Eixo 4, que

apresenta 17 projetos em fase inicial de execução, projetos associados à TI CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local), relacionados com os apoios às empresas associados à pandemia.

22. Em situação oposta, destacava-se o Eixo 10, cujos projetos revertem para o apoio à execução do Programa e cuja taxa de execução era de 94,3%, e o Eixo 9, no qual 79,1% dos projetos apresentavam taxas de realização superiores a 50%.
23. Os projetos aprovados no Programa até 31 de dezembro de 2021, **mobilizaram um total de 5.245 entidades beneficiárias, dos quais 298 são beneficiários não empresariais e 1.718 são beneficiários empresariais.**
24. **No caso dos beneficiários do FSE, a maioria do financiamento foi atribuído a Pessoas Coletivas de Direito Público** (193,1 M€ dos 424 M€ aprovados, 48% têm como promotor o IEPF, Instituto Público responsável por muitos projetos nas áreas do emprego e da formação profissional), a Associações de direito público ou privado (76,4M€) e Organismos da Administração Pública (66,1 M€, sendo que 51,4% destas verbas estão distribuídas pela Secretária-geral da Educação e Ciência e pela Direção-Geral do Ensino Superior). **No que se refere aos projetos apoiados pelo FEDER, a maioria do financiamento foi dirigido ao setor privado** (1.110,8M€ dos 1.985,9M€ aprovados, sendo que 57,3% dos beneficiários eram sociedades por quotas). No caso das entidades públicas (dos 875,1M€, 79,4% correspondem a projetos de pessoas coletivas de direito público, **sendo que 88,2% dos beneficiários foram as autarquias locais**).
25. O retrato síntese por tipologia de operação (Quadro 1) permite identificar algumas tipologias com taxas de compromisso globalmente elevadas, que não comprometem a capacidade de execução dos apoios do Programa, e outras com taxas de compromisso mais baixas. **Os apoios às empresas demarcam-se pelo peso relativo da dotação no total do Programa, os quais foram reforçados na reprogramação com a intenção de colmatar os efeitos não esperados e adversos impostos pela pandemia COVID-19.** Igualmente expressivo é o peso do investimento do Programa para reforçar a competitividade do território, o qual integra instrumentos dirigidos à qualificação e internacionalização das PME regionais, assim como à reabilitação urbana e mobilidade urbana sustentável.
26. O Eixo 6 apresenta a taxa de compromisso mais reduzida (59,8%), o que, num contexto de gradual diminuição de dotação financeira, constitui uma dificuldade de encontro entre a oferta promovida pelo Programa, tendo em consideração os objetivos para a Região nesta matéria e a procura revelada pelos atores locais.

Eixo Prioritário	Tipologias de intervenção (TI)	Projetos (n.º)	Custo Elegível Aprovado (10 ³ €)	Fundo Aprovado (10 ³ €)	Taxa de aprovação p/Eixo (%)	Taxa de compromisso p/Eixo (%)
Eixo 01 - Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	Atividades de I&D empresarial	359	155 923,40	109 579,80	32,6	131,9
	CRII - Atividades de I&D empresarial	42	11 423,50	9 735,70		
	CRII - Investigação científica e tecnológica	2	599,1	509,2		
	CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	8	2 392,20	1 996,30		
	Investigação científica e tecnológica	168	72 093,80	61 213,10		
	Investimento empresarial em inovação de não PME	35	74 995,90	18 983,30		
	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	31	53 549,30	43 244,90		
Eixo 02 - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	CRII - Qualificação e inovação das PME	723	48 905,80	37 943,40	40,2	130,6
	Empreendedorismo qualificado e criativo	290	43 422,10	32 756,70		
	Internacionalização das PME	1 059	267 460,70	122 435,80		
	Qualificação e inovação das PME	1 600	1 229 782,90	654 351,30		
Eixo 03 - Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	CRII - Transição Digital da Educação	3	16 876,70	16 868,60	67,1	95,8
	Ensino profissional para jovens	17	13 205,40	11 224,60		
	Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade)	43	53 328,30	45 329,10		
	Equipamentos de ensino superior	7	3 919,50	3 331,60		
	Formação avançada	1	66 958,90	56 915,00		

Eixo Prioritário	Tipologias de intervenção (TI)	Projetos (n.º)	Custo Elegível Aprovado (10³€)	Fundo Aprovado (10³€)	Taxa de aprovação p/Eixo (%)	Taxa de compromisso p/Eixo (%)
	Infraestruturas de ensino básico e secundário	274	159 316,90	136 910,10		
	Redução do abandono escolar	27	56 899,60	48 364,60		
Eixo 04 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	739	12 497,50	10 622,90	39,1	101,4
	CRII - Medidas de Apoio à Manutenção do Emprego	2	81 556,50	69 323,00		
	CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	17	2 788,10	1 491,10		
	Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	134	45 536,30	31 428,20		
	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	293	5 113,80	3 186,70		
	Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral	95	6 581,00	5 593,80		
	Promoção de micro empreendedorismo	952	146 359,50	75 201,00		
	Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	24	34 484,90	29 312,20		
Eixo 05 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	Desenvolvimento socioeconómico de base local	1539	105 602,00	78 702,00	43,3	134,7
	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	3	39 288,70	33 395,40		
	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	167	126 151,00	107 198,80		
	Intervenções integradas em territórios vulneráveis	13	10 379,00	8 822,10		
Eixo 06 - Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	Eficiência energética nas empresas	5	548,1	383,7	34,3	59,8
	Eficiência energética nas habitações	32	14 707,50	12 501,40		
	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	39	13 323,70	9 437,50		
	Mobilidade urbana sustentável	112	31 153,90	26 480,80		
Eixo 07 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	Monitorização da qualidade do ar	1	400,5	340,4	66,3	99,2
	Património natural e cultural	198	110 215,20	95 470,70		
	Reabilitação urbana	430	115 882,60	93 662,70		
Eixo 08 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	16	11 123,20	9 454,70	94,8	126,7
	Capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais	39	11 172,30	9 496,50		
	Formação dos trabalhadores da AP	8	2 200,00	1 870,00		
	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	28	29 600,80	25 160,70		
Eixo 09 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)	Mobilidade urbana sustentável	112	36 482,90	31 010,50	75,9	92,8
	Reabilitação urbana	430	206 193,90	164 577,60		
	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	51	22 774,90	19 358,70		
Eixo 10 - Assistência Técnica	Assistência Técnica	-	47 283,00	44 728,30	92,1	82,5
TOTAL		9 661	3 600 454,80	2 409 904,50	42,1	111,8

Quadro 1. Projetos, investimento elegível e fundo aprovado por TI (n.º)

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

02

Metodologia

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

2. METODOLOGIA

27. O Caderno de Encargos assumiu como referencial metodológico de análise de impactos o método de Avaliação Baseada na Teoria (ABT) e definiu diferentes opções de aprofundamento da avaliação em função das Tipologias de Intervenção (TI). **No caso dos objetivos específicos cobertos por avaliações temáticas já realizadas no âmbito do Portugal 2020 (opções 1.1. e 1.2) a avaliação baseia-se nos resultados dessas avaliações e recorre a técnicas simples de recolha de informação.** Nos objetivos específicos não cobertos por essas avaliações, assumiu-se uma menor exigência (centrada apenas na análise da eficácia e eficiência) nas TI abrangidas pela opção 2.1 e, pelo contrário, **uma maior profundidade – mobilizando todos os métodos de recolha e análise de informação e a mobilização da ABT – para as TI da opção 2.2.**
28. Neste contexto, **a presente avaliação assume um maior aprofundamento das TI sujeitas a esta opção, designadamente: PI: 8.5 (eixo 4); PI 4.5 (eixo 6 e eixo 9); PI 6.5 (eixo 6 e eixo 9); e, PI 9.8 (eixo 9).** Nestas, mobilizou-se o método de Avaliação Baseada na Teoria, com recurso às abordagens “Teoria da Mudança” e “Análise da Contribuição”. (Quadro 2).
29. **A Teoria da Mudança (TdM) é uma representação gráfica e sistematizada do que é preciso que aconteça para que os resultados desejados se concretizem.** Isto é, o encadeamento das várias realizações e resultados intermédios que ocorrem em cada etapa da política ou programa, que espoletam a mudança e conduzem ao resultado de longo prazo e aos impactos (Figura 1). Estabelece-se assim um quadro lógico testável, nomeadamente no que respeita aos pressupostos, riscos e mecanismos que lhe estão associados.



Figura 1. Teoria de mudança subjacente à intervenção – quadro concetual

Fonte: Elaboração própria (2022)

30. A elaboração da TdM – para as TI que integram a opção de aprofundamento 2.2. – foi suportada na revisão de literatura e na análise documental e teve em consideração, no que respeita aos pressupostos e riscos, um foco nos critérios de avaliação que regem as questões de avaliação e, por conseguinte, um foco nos resultados e não tanto no processo de operacionalização das tipologias. A validação final da TdM foi efetuada numa sessão de *focus group* com *stakeholders* relevantes envolvidos na programação do Programa.
31. **Esta abordagem tem subjacente o conceito de “causalidade” que implica a compreensão de como um fator leva ou influencia (e não apenas “correlaciona com”) um comportamento observado.** Ou seja, a abordagem metodológica prosseguida na presente avaliação preocupa-se não tanto com o conceito de “atribuição” (relação causa-efeito entre variáveis discretas), mas sim com a análise da “contribuição” das intervenções para os resultados através de mecanismos de causalidade: as situações, eventos, motivações e expetativas que influenciam as ações dos atores e implicam a produção dos resultados das intervenções.

32.

Opção	Eixo	PI	TI	Operações (n.º)	Valor Executado (€)	Recolha documental	Recolha de dados	Inquérito	Entrevistas (AG, AD&C)	Avaliações temáticas	Focus Group	Outras Entrevistas	Estudos de Caso
2.2	4	8.5	59	134	4.090.734	●	●	●	●		●	●	●
	6	4.5	6	53	5.603.734	●	●	●	●		●	●	●
	7	6.5	16	244	69.091.517	●	●	●	●		●	●	●
	9	4.5	6	59	16.053.153	●	●	●	●		●	●	●
		6.5	16	186	108.613.198	●	●	●	●		●	●	●
	9.8	43	51	12.391.547	●	●	●	●		●	●	●	
1.2	1	1.1	45	168	38.017.326	●	●	●	●	●	●	●	
		1.2	46	31	10.558.565	●	●	●	●	●	●	●	
1.1	1	1.2	47	359	40.167.616	●	●	●	●	●			
		49	35	9.190.008	●	●	●	●	●				
	2	3.1	51	290	22.407.588	●	●	●	●	●			
		3.2	52	1.059	52.049.405	●	●	●	●	●			
		3.3	53	1.600	409.516.568	●	●	●	●	●			
	3	10.1	66	27	13.754.621	●	●	●	●	●			
		10.2	69	1	24.965.514	●	●	●	●	●			
		10.4	71	17	783.472	●	●	●	●	●			
		10.5	73	274	95.990.579	●	●	●	●	●			
	4	8.3	21	739	763.043	●	●	●	●	●			
		8.5	60	293	465.922	●	●	●	●	●			
		8.8	27	952	36.241.638	●	●	●	●	●			
		8.9	28	24	17.411.664	●	●	●	●	●			
	5	9.1	30	3	30.660.356	●	●	●	●	●			
		9.10	41	539	6.890.843	●	●	●	●	●			
		9.6	40	1.000	2.466.175	●	●	●	●	●			
		9.7	42	167	50.439.002	●	●	●	●	●			
	6	4.2	2	5	0	●	●	●	●	●			
		4.3	3	39	1.652.778	●	●	●	●	●			
			4	32	4.887.662	●	●	●	●	●			
8	11.1	63	8	0	●	●	●	●	●				
	2.3	50	28	17.555.520	●	●	●	●	●				
2.1	3	10.2	68	43	25.216.917	●	●	●	●				
	4	8.1	18	95	887.940	●	●	●	●				
	7	6.3	14	198	38.021.414	●	●	●	●				
	8	11.2	64	39	658.498	●	●	●	●				

Quadro 2. Opções de aprofundamento analítico da avaliação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

1. .

Racional da Intervenção/ Enquadramento	Atividades		Realizações	Resultados (Intermédios)	Impactos
	Principais	Sub-atividades / Recursos			
Promover a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização, através de investimentos que permitam reduzir os consumos de energia e as emissões de carbono, promovendo-se a transição para tecnologias e recursos energéticos mais sustentáveis.	Adoção de medidas destinadas a promover a descarbonização da economia e da sociedade e a redução de emissões de CO2 e de outros poluentes atmosféricos (tais como PM, NO2 e ozono), apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes integrados e articulados (intermodalidade), atuando particularmente em planos integrados de mobilidade e intervenções na área da mobilidade urbana multimodal sustentável. (PI 4.5).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio à elaboração de planos de mobilidade urbana sustentável; 2. Apoio a projetos que decorram dos planos de promoção da mobilidade urbana que possam demonstrar um resultado de redução de emissões de carbono e que contribuam para a promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável; 3. Investimento em ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal) e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas; 4. Sistemas de gestão e de informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional; 5. Apoio a medidas de consciencialização dos consumidores e empresas relacionadas com as emissões de gases poluentes (CO2, mas também PM e NO2). 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de mobilidade urbana sustentável implementados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão estimada dos gases com efeito estufa (GEE). 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização da economia e da sociedade; • Promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação; • Redução da intensidade energética.
Os centros urbanos complementares (CUC), sedes de conhecimento são fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade, na sustentação dos territórios de baixa densidade e na afirmação das relações urbano-rurais.	Adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade do ambiente urbano, incluindo a qualidade do ar e do ruído, através da requalificação do espaço público e da redução da poluição atmosférica e sonora, bem como a requalificação do espaço e dos edifícios públicos, equipamentos, espaços verdes, mobiliário urbano (PI 6.5).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio à aquisição de equipamentos para monitorização da qualidade do ar e do ruído da rede urbana âmbito regional, com integração e disponibilização no sistema nacional de informação - QualAr; 2. Elaboração de estudos e planos de qualidade do ar; 3. Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano; 4. Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes; 5. Qualificação e modernização dos edifícios públicos; 6. Reabilitação de estradas municipais; 7. Arrumamentos urbanos; 8. Segurança rodoviária; 9. Edificações e construções municipais, excluindo edifícios de serviços públicos; 10. Viaturas e outros veículos municipais de uso específico de atividades de apoio às populações; 11. Equipamento urbano complementar; 12. Sistema de distribuição pública de água; 13. Equipamento municipal de lazer; 14. Infraestruturas de natureza pública de apoio ao turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços abertos criados ou reabilitados. • Edifícios públicos construídos ou renovados. • Habitações reabilitadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a qualificação ambiental e urbanística, nos centros urbanos complementares • Reforço da atratividade dos centros urbanos, através da regeneração e revitalização urbana; • Manutenção de residentes e atividades; • Restabelecimento das infraestruturas básicas municipais para recuperar as condições pre-existent das infraestruturas públicas afetadas pelos incêndios, de forma a prestarem às populações os serviços públicos básicos.
Nos centros urbanos regionais (CUR) e nos centros urbanos estruturantes (CUE) da Região Centro, é importante promover a mobilidade urbana sustentável, a descarbonização, a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo. Por outro lado, a atratividade das cidades e a qualidade de vida das populações são determinantes para garantir a sustentabilidade do modelo territorial do Centro. Assim, deverão ser efetuados investimentos que permitam reduzir os consumos de energia e as emissões de carbono, promovendo-se a transição para tecnologias e recursos energéticos mais sustentáveis, regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos, reabilitar a habitação e fomentar novas funções urbanas em espaços degradados/abandonados. Acresce a necessidade de combater a pobreza e a exclusão em áreas específicas (garantir a cidadania plena em territórios desfavorecidos - enquadramento de proximidade) através de intervenções integradas, associadas à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade do espaço público (eficiência energética, acessibilidade e mobilidade), mas também através da revitalização económica e inclusão social de grupos sociais residentes (comunidades desfavorecidas).	Adoção de medidas destinadas a promover a descarbonização da economia e da sociedade e a redução de emissões de CO2 e de outros poluentes atmosféricos (tais como PM, NO2 e ozono), estimulando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, e novos padrões de consumo energético, apoiando a transição para uma economia de baixo carbono (PI 4.5).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço da integração tarifária multimodal para os transportes públicos e melhoria das soluções de bilhética integrada; 2. Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real; 3. Investimento em ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal) e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas; 4. Melhoria da rede de interfaces dos transportes públicos coletivos de passageiros em meio urbano, incluindo intervenções em parqueamento; de passageiros e dos respetivos modos suaves; 5. Estruturação de corredores urbanos de procura elevada; 6. Apoio a medidas de consciencialização dos consumidores e empresas relacionadas com as emissões de gases poluentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de mobilidade urbana sustentável implementados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão estimada dos gases com efeito estufa (GEE). 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização da economia e da sociedade; • Promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação; • Redução da intensidade energética.
Adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade do ambiente urbano, a revitalização e a regeneração dos centros urbanos e a redução da poluição atmosférica e sonora (PI 6.5).	Adoção de medidas destinadas a melhorar a qualidade do ambiente urbano, a revitalização e a regeneração dos centros urbanos e a redução da poluição atmosférica e sonora (PI 6.5).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano; 2. Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes; 3. Qualificação e modernização dos edifícios públicos; 4. Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos; 5. Desenvolvimento de projetos experimentais ou projetos piloto de regeneração urbana; 6. Reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas; 7. Apoio à habitação privada e a edifícios de uso comercial, de propriedade privada (F). 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços abertos criados ou reabilitados. • Edifícios públicos construídos ou renovados. • Edifícios comerciais construídos ou renovados. • Habitações reabilitadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a qualificação ambiental e urbanística, nos centros urbanos regionais e estruturantes; • Reforço da atratividade dos centros urbanos, através da regeneração e revitalização urbana (melhoria das condições de integração de espaços na vivência das cidades como áreas habitacionais, de emprego e de lazer e fruição); • Fixação/aumento de residentes e atividades nos núcleos urbanos consolidados.
Adoção de medidas destinadas a apoiar a regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (PI 9.8).	Adoção de medidas destinadas a apoiar a regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (PI 9.8).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano; 2. Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes; 3. Qualificação e modernização dos edifícios públicos, visando a dinamização de atividades económicas em meios urbanos; 4. Intervenção na habitação social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços abertos criados ou reabilitados. • Habitações reabilitadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento de comunidades desfavorecidas nos centros urbanos regionais e estruturantes; • Manutenção do sentimento de pertença e identidade na comunidade; • Satisfação das necessidades económicas e sociais dos residentes; • Integração no mercado de trabalho; • Promoção do sucesso escolar; • Acesso aos mecanismos de apoio social; • Prevenção e contenção da criminalidade e outros comportamentos marginais.
A Região beneficia de uma forte capacidade de produção de conhecimento e de tecnologia existente nos centros de conhecimento, no entanto, apresenta ainda uma reduzida valorização económica e social deste conhecimento. A reduzida dimensão das empresas e a falta de visão e qualificação das suas equipas de gestão condiciona a existência de um número mínimo de recursos de suporte à I&D e inovação nessas empresas, justificando intervenções públicas de promoção da capacitação do tecido empresarial, desproporcionadamente orientadas para PME, de forma a favorecer a circulação de conhecimento e estimular a eficácia da transferência e valorização de conhecimento.	Contratação de recursos humanos altamente qualificados em empresas ou COLABS (PI 8.5).	Apoio à inserção de recursos humanos altamente qualificado em empresas ou em COLABS.	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas altamente qualificadas que beneficiam de um apoio à contratação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de pessoas altamente qualificadas empregadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do investimento em I&D em % do PIB; • Aumento do pessoal em I&D na população ativa, na região.

Figura 2. Teoria de mudança – racional da intervenção

Fonte: Elaboração própria (2022)

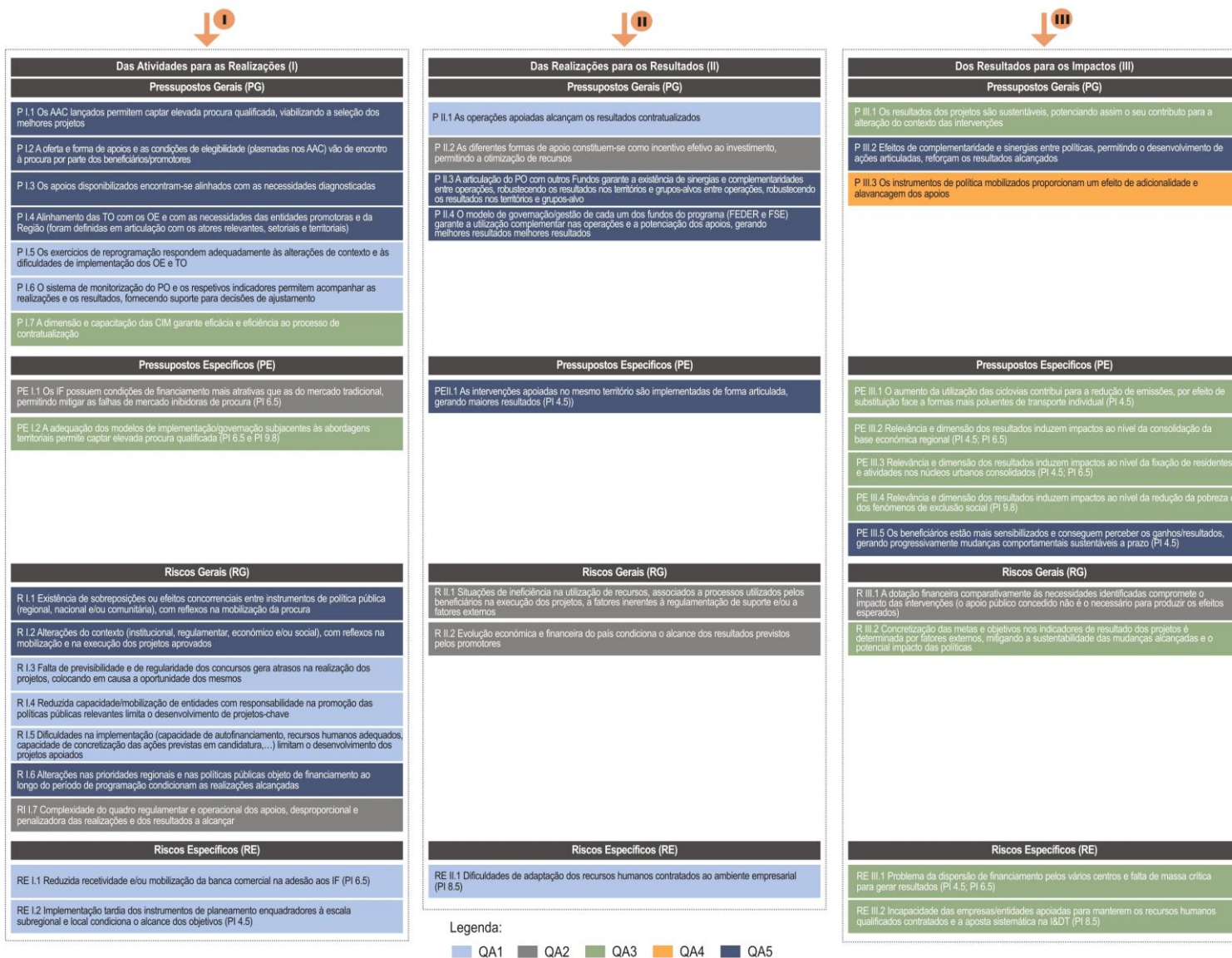


Figura 3. Teoria de mudança – pressupostos e riscos
Fonte: Elaboração própria (2022)

03

Resposta às questões de avaliação

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

3. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

3.1. Questão de avaliação 1 – Eficácia

QA1. Os objetivos previstos no Programa foram ou têm condições de ser alcançados? Qual o contributo do Centro 2020 para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

Resumo

A análise do desempenho do Programa ao nível do alcance dos seus objetivos, medido pelo cumprimento das metas dos indicadores definidos em sede de programação, revela-se globalmente positiva, com a maior parte das metas definidas alcançadas ou com boas perspectivas de o ser. Existem, contudo, alguns eixos e prioridades de investimento onde persistem desafios ao pleno alcance dos objetivos e que justificam um acompanhamento próximo até ao final de execução do Programa por parte da AG, ou mesmo a revisão em baixa de algumas metas, designadamente no domínio da formação profissional (CTESP, CET), da promoção do emprego (PEPAL, formação em contexto empresarial); da promoção do empreendedorismo e emprego de base local (Eixo 5); da eficiência energética dos edifícios públicos e na reabilitação urbana (habitações sociais; Eixo 9).

A maioria dos indicadores foram objeto de revisões em sede de reprogramação, seja no sentido de rever em baixa a ambição onde a mesma se revelava desadequada, seja para adequar às metas à procura e dinâmica de execução efetiva, seja em função da adequação do Programa à evolução do contexto que motivou alterações de dotações entre PI/ surgimento de novas PI com reflexo nas metas dos indicadores, o que na região Centro se registou com particular intensidade, pois além da pandemia que afetou todo o país, a Região Centro foi particularmente afetada pelos incêndios de 2017. Verificou-se assim, no cômputo geral, alterações de dotação em todos o Eixos do PO, com destaque para a diminuição da dotação no Eixo 2 (-170 M€, essencialmente refletindo o ajustamento à procura do IF), para o aumento nos Eixos 3 (Formação e Competências) e Eixo (Emprego) em valores na ordem dos 45 M€, refletindo no caso do primeiro a aposta crescente nas infraestruturas de educação e no segundo, para fazer face à elevada procura no domínio do microempreendedorismo e o aumento de 64 M€ no Eixo 7 (Património), sobretudo em resposta às necessidades que emergiram após os incêndios de 2017.

O diferentes instrumentos de apoio mobilizados pelo Programa demonstraram-se capazes de atrair bons níveis de procura qualificada, destacando-se, porém, menores índices de procura qualificada no domínio do empreendedorismo qualificado e criativo e inovação produtiva PME (Eixo II), da reabilitação urbana (PI 6.5) e da modernização e capacitação da Administração Pública (Eixo 8), essencialmente devido a problemas de seletividade e no domínio da I&D empresarial e inovação produtiva de não PME (PI 1.2), onde os índices de procura foram relativamente baixos.

Sem surpresa, a pandemia surge como principal fator que condicionou a implementação das operações e, consequentemente, os resultados. Desta conclusão é elucidativo o facto de 2020 e 2021 terem sido os anos onde no cômputo geral se verificaram maior número de rescisões / anulações, em especial no Eixo 2 (Competitividade e Internacionalização) que conta com a maior dotação financeira do Programa e onde a sinistralidade das operações se verificou com particular intensidade. Em contraponto, a flexibilidade do Programa em introduzir alterações e ajustamentos aos projetos foi considerado pela maioria dos promotores como fator que facilitou a execução das operações e que contribui para o alcance dos resultados.

33. À data de 31.12.2021, **o Programa apresentava uma taxa de compromisso elevada (cerca de 112%) e uma taxa de realização de 55%, em linha com a média dos PO Regionais do Continente (56%)**, ficando apenas atrás do PO Norte (58%), ainda que abaixo do desejado para esta fase do período de programação, refletindo uma adequação da tipologia dos apoios aos beneficiários-alvo, mesmo com problemas de execução que limitam, nesta fase, a análise dos resultados efetivos do Programa.

34. **A análise dos AAC lançados e analisados por PI (371¹) evidencia bons níveis (superiores a 75%) de procura qualificada² em 67% dos AAC, revelando boa capacidade de captação de projetos que obedecem aos critérios definidos pelo Programa Operacional para cumprir os seus objetivos** – 63% das PI mobilizadas concentradas sobretudo nos eixos 3, 4 e 5 encontram-se nestas circunstâncias. No sentido oposto, as maiores dificuldades na captação de procura qualificada encontram-se sobretudo no Eixo 6 (nas PI relacionadas com a eficiência energética), devido a problemas de seletividade, já que os dois AAC lançados geraram procura igual ou superior a 100% da dotação, porém com a mais elevada incidência de desistências (cerca de 15% das operações candidatas), a mais reduzida taxa de admissibilidade (59%) e uma das mais baixas taxas de aprovação bruta (59%) entre os eixos do Programa, limitaram fortemente a eficácia destas intervenções.
35. Também o Eixo 1 (Investigação, Desenvolvimento e Inovação), Eixo 2 (Competitividade e internacionalização das empresas), Eixo 7 (Desenvolvimento urbano sustentável), Eixo 8 (Capacitação Institucional) e Eixo 9 (Rede urbana), embora com menor intensidade que no Eixo 6, revelaram alguns constrangimentos na mobilização de procura qualificada em algumas PI. **No caso do Eixo 2 (PI 3.1 e 3.3), Eixo 7 (PI 6.5) e Eixo 8 (PI 2.3 e 11.1) evidenciou-se sobretudo problemas de seletividade, com os AAC destes Eixos / PI a revelarem-se eficazes para mobilizar procura, mas com as candidaturas a não passarem nos critérios de admissibilidade**, de mérito ou de elegibilidade de despesas. No caso do Eixo 1 (PI 1.2, I&D empresarial) e Eixo 9, além de problemas de seletividade verifica-se, simultaneamente, níveis de procura inferiores a 75% em mais de 20% dos AAC. Ainda assim, com exceção do Eixo 4 e sem prejuízo do pior desempenho de algumas PI de outros eixos, a globalidade do Programa foi capaz de mobilizar níveis de procura qualificada satisfatórios e favoráveis à eficácia do Programa.
36. Sem prejuízo da análise detalhada por Eixo, em especial para as TO que constituem domínios de aprofundamento, **em termos globais o alcance das metas à data de reporte da avaliação revela-se positivo** – cerca de 75% das metas mensuráveis³ exibem um nível de realização igual ou superior a 80% - ainda que desequilibrado entre eixos. Ainda assim, **9% dos indicadores apresentam níveis de realização abaixo dos 50% (envolvendo sobretudo as PI que apoiam a capacitação institucional e algumas ações de formação, de reabilitação urbana e eficiência energética em edifícios públicos)** pelo que deverá persistir o acompanhamento da execução por parte da AG e dos OI, assim como o efetuado pela AG em termos de reprogramação.
37. Encontrando-se o alcance dos indicadores relacionado com o cumprimento dos indicadores das operações contratadas, e sendo ainda limitado o número de operações concluídas à data de corte (apenas cerca de 15%), o cruzamento do ponto de situação dos indicadores com os resultados da auscultação (entrevistas, inquéritos) revela-se determinante para a verificação do pressuposto P II.1 “As operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados”. **Dos resultados da análise dos indicadores e recolhida a perspetiva da AG do PO Centro, espera-se o cumprimento de mais de 80% das metas e tanto os promotores empresariais como os promotores não empresariais revelam expectativas de cumprir ou superar as metas contratadas**, com proporções em torno dos 80% a 90% dos promotores com projetos nas diferentes TI a afirmarem cumprir ou mesmo superar as metas contratadas (Figura A13 e Figura A31). **Em face da perspetiva dominante de alcance das metas definidas, conclui-se pela verificação do P II.1.**
38. **A pandemia destaca-se como o principal fator limitador do desempenho do Programa, com cerca de 35% dos promotores (empresariais ou não empresariais, ponderado pelo número de projetos** (Figura A10 e Figura A27) a afirmarem que este fator condicionou ou condicionou muito o arranque e desenvolvimento dos projetos. Outros fatores de índole mais operacional e controláveis pelo Programa surgem como tendo atrasado o arranque e a implementação dos projetos de promotores empresariais, como os prazos de análise das candidaturas (34% dos promotores, afirmam ter condicionado ou condicionado muito) e os prazos de análise dos pedidos de pagamento (36%).

¹ Consideram-se aqui os AAC lançados e analisados (alguns dirigidos a duas PI, como o caso dos SI com componente de formação em contexto laboral), excluindo os dos IF (os quais não relevam para a análise de seletividade com base nas dotações).

² Índice de Procura Qualificada = Incentivo aprovado/ Dotação Fundo AAC

³ As que apresentam valores disponíveis.

39. Em oposição, **a flexibilidade na introdução de alterações aos projetos foi considerada pelos promotores (empresariais (53%) e não empresariais (62%)) como fatores que facilitaram a implementação dos projetos.** Tanto no caso dos promotores empresariais como não empresariais, a previsibilidade de lançamento dos AAC foi considerada pelos promotores relativamente benéfica (46% considera que facilitou vs 18% que considera que condicionou, nos empresariais; 39% vs 11%, nos não empresariais), **refutando assim, no cômputo geral, o risco “Falta de previsibilidade e de regularidade dos concursos gera atrasos na realização dos projetos, colocando em causa a oportunidade dos mesmos” (R I.3). Também a capacidade de mobilização de entidades com responsabilidade na promoção das políticas públicas relevantes não foi apontada como fator condicionador** (apenas 3% dos promotores não empresariais o afirmaram), assim como o acesso a financiamento alheio (8%) o que, conjugado com os níveis de realização financeira global do Programa e expectativa de execução financeira dos promotores em linha com o contratado (90% dos promotores empresariais e 86% dos não empresariais o afirmam – Figura A12 e Figura A30), sem prejuízo de constrangimentos pontuais em algumas TI, **permitem refutar os riscos R I.4 “Reduzida capacidade/mobilização de entidades com responsabilidade na promoção das políticas públicas relevantes limita o desenvolvimento de projetos-chave” e R I.5 “Dificuldades na implementação (capacidade de autofinanciamento, recursos humanos adequados, capacidade de concretização das ações previstas em candidatura,...) limitam o desenvolvimento dos projetos apoiados”.**
40. O Programa foi **sujeito ao longo do período de implementação a diversas reprogramações em todos os eixos, destacando-se, em termos globais, a forte redução no Eixo 2** (Competitividade e Internacionalização de PME, essencialmente verificada no âmbito dos instrumentos financeiros), no Eixo 6 (Sustentabilidade dos recursos) e Eixo 8 (Capacitação Institucional), por conta do reforço associado aos Eixos aos apoios à formação, competências e empregabilidade (Eixos 3 e 4) e dos Eixos associados à sustentabilidade e coesão territorial e rede urbana (Eixos 7 e 9).
41. As **reduções verificadas nos Eixo 2 visaram essencialmente readequar os instrumentos financeiros e respetivas dotações a um quadro de redução da dimensão das falhas de mercado no acesso a financiamento por PME, reforçando-se outro tipo de instrumentos** (e.g. SI) e no caso do Eixo 6 a adequação das dotações à reduzida adesão por parte dos públicos-alvo e dificuldades de implementação no quadro do complexo quadro regulamentar em vigor (eficiência energética). Já os reforços visaram acomodar as necessidades e prioridades emergentes de intervenção em infraestruturas sociais (escolas, equipamentos de saúde e sociais), num quadro de crescente priorização destas intervenções e assunção de competências pelas autoridades locais, particularmente exacerbadas pelas necessidades decorrentes dos impactos da pandemia. Foram ainda envidados esforços de alocação de verbas relevantes ao apoio ao empreendedorismo e criação de emprego que por si só geraram importante procura, tendo ganho acrescida preponderância pela necessidade de apoio à manutenção de empregos e da retoma da economia, na sequência dos impactos da pandemia. Assim, **as reprogramações foram determinantes para a eficácia na aplicação dos FEEI, permitindo realocar fundos de OE e TO com particulares dificuldades de absorção e execução a prioridades emergentes no decurso da implementação.**
42. A **análise à adesão e realização de medidas apoiadas em domínios alvo de reprogramação põe em evidência múltiplos casos onde as reprogramações se revelaram adequadas.** São disso exemplo os reforços de dotação para intervenção em infraestruturas de educação (incluindo apoios à redução do amianto), saúde e sociais, o reforço do apoio ao microempreendedorismo e criação e manutenção de emprego ou à recuperação das infraestruturas afetadas pelos incêndios, motivando todos (ou respondendo a) elevada adesão e procura qualificada dos públicos-alvo nos respetivos AAC. Adicionalmente merece destaque o alargamento bem-sucedido da elegibilidade nas medidas de apoio ao recrutamento de RHAQ, que fomentou a procura e o alcance dos objetivos. Mesmo os casos menos bem-sucedidos e/ou insuficientes para assegurar o sucesso e eficácia das intervenções, como é o caso dos apoios à eficiência energética, não impede a conclusão, no cômputo geral, de que os exercícios de reprogramação respondem adequadamente às alterações de contexto e às dificuldades de implementação dos OE e TO (verificação do pressuposto P I.5).
43. **Cerca de dois terços dos indicadores do Programa sofreram alterações na sequência de reprogramações, verificando-se uma adequação das metas e mesmo dos indicadores a um conjunto diversificado de circunstâncias,** desde do ajuste face à procura e em linha com as transferências de dotação entre eixos e

fundos, revisão de custos unitários, descontinuidade de certos indicadores (e.g. substituição de patentes EPO, descontinuado pelo EUROSTAT, por % de proporção de pessoal ao serviço ETI em atividades de I&D ou extinção dos exames nacionais do 2.º e 3.º ciclo que estavam na base dos indicadores de redução do insucesso escolar) ou atualização de metodologias de cálculo ou fontes de informação ou atualização de valores base.

44. **Em alguns casos essas alterações foram críticas para o alcance das metas do programa** (e.g. no indicador de promoção do autoemprego (PI 8iii), após uma redução de cerca de 90% a meta ficará pelo menos próxima de ser alcançada), noutros casos (e.g. formação profissional de trabalhadores e empresários), mesmo após redução de igual ordem subsistem desafios para alcançar as metas em vigor. **Mais de um quinto dos indicadores apresenta taxas de realização superiores a 150% sendo em alguns casos justificado pela emergência de prioridades e alterações de contexto institucionais** (e.g. assunção de responsabilidades dos municípios em diversas áreas de política), noutros tratam de casos de subestimação inicial de metas, dificultando a aferição da eficácia do Programa na resolução dos constrangimentos da Região, se medida pelo alcance das metas.
45. Apenas 32% dos promotores não empresariais (69% no caso dos empresariais consideram os indicadores contratualizados nos seus projetos adequados ou muito adequados às suas necessidades (Figura A6 e Figura A25). A acrescentar, a perceção da AG quanto à adequação do sistema de monitorização do Programa e seus indicadores para apoiar decisões de ajustamento do Programa que potenciem a sua eficácia revelou algumas heterogeneidades em função dos Fundos. **Enquanto no caso do FEDER a AG consegue facilmente monitorizar indicadores e desvios de execução física (ainda que com uma frequência e intensidade diminuta comparando com a monitorização financeira), no caso do FSE essa monitorização é condicionada pelas limitações do SIFSE, conduzindo a uma monitorização pouco recorrente e capaz de alimentar processos de ajustamento dos instrumentos e do PO.** A multiplicidade de alterações nos indicadores, revelando-se alguns deles inadequados ou desatualizados para medir a eficácia das intervenções (e.g. ao nível das fontes de informação ou metodologias de cálculo, como é o caso dos indicadores de eficiência energética), e a heterogeneidade de perceções entre tipos de promotores e fundos quanto à adequação dos indicadores, ainda que limitem / apontem insuficiências da capacidade do sistema de monitorização do Programa e respetivos indicadores para suportar decisões de ajustamento (pressuposto I.6) não inviabiliza totalmente a sua utilização e adequação para esse fim, como demonstram as diversas reprogramações que foram sendo efetuadas e com reflexos positivos na eficácia do Programa pelo que se considera, ainda com as limitações indicadas, que se verifica o pressuposto em apreço.
46. Nos pontos seguintes, apresenta-se uma análise mais detalhada sobre os resultados visados com a implementação das PI, a aferição do grau de realização e avaliação da eficácia conforme os objetivos de cada Eixo do Programa.

Formação de Competências

47. O Eixo 3 do Programa visa essencialmente o combate ao abandono e insucesso escolares e a promoção das qualificações e formação profissional do capital do território, e constitui uma das principais apostas do PO, com cerca de 320 milhões de euros de incentivo aprovado (13% do total do PO). Este Eixo apresenta a terceira taxa de compromisso mais baixa do Programa (96%) enquanto a taxa de realização se encontra em linha com a média do Programa (56%), ainda com expressivas diferenças entre TI.
48. Neste âmbito, destaca-se o apoio às infraestruturas de ensino básico e secundário (PI 10.5) que, concentrando a maior fatia dos apoios aprovados do eixo, regista igualmente uma taxa de realização (70%) largamente acima da média do Eixo e do PO, mesmo num quadro de sucessivas revisões (em alta) da dotação, refletindo numa primeira instância a maior ambição no que respeita à cobertura de infraestruturas melhoradas e, posteriormente, as ações destinadas à remoção do amianto nas escolas. **Os níveis de realização, conjugados com a elevada adesão registada nesta PI levam a que os indicadores se encontram largamente superados à data de corte da presente Avaliação** (Quadro 3), perspetiva corroborada pelos resultados dos inquéritos (cerca de 90% dos promotores não empresariais inquiridos espera atingir ou ultrapassar as metas contratadas nesta TI; Figura A13). A elevada procura deve-se (conforme recolhido junto da AG), aos efeitos complementares

de uma crescente prioridade atribuída a este tipo de intervenções pelos municípios e ao alargamento do âmbito de jurisdição dos municípios às do ensino secundário.

49. Nos apoios à redução e prevenção do insucesso escolar (PI 10.1), as metas dos indicadores de realização encontram-se igualmente já alcançadas (**Quadro 3**), tendo alcançado bons resultados, medidos pela desenvolvimento dos TEIP⁴, que permitiram intervir em 13 escolas, cumprindo-se assim o indicador ainda que a meta tenha sido reduzida em baixa tendo em conta o histórico de aprovações, e pela execução do PIICE⁵, tendo sido desenvolvidos 8 PIICE na Região, alcançando-se a meta prevista. Avaliações anteriores⁶ **revelam que o programa TEIP tem contribuído para reduzir a indisciplina e melhorar o desempenho escolar em contextos socioeconómicos mais fragilizados e para reforçar mecanismos de prevenção da retenção e do abandono escolares**. Em 2020, em resposta à crise pandémica, foi lançada a medida “Transição Digital” com mais de 15 M€ em dotação, tendo sido registados bons índices de procura e cedidos às escolas 51 660 equipamentos informáticos, resultando numa taxa de realização de 92% das metas. Os resultados **dos inquéritos evidenciam o substancial contributo dos projetos para os resultados no domínio do insucesso escolar e sucesso educativo** (77% e 82% indicam ter contribuído ou contribuído muito para esses resultados, respetivamente), bem como as expectativas de alcance das metas contratadas (89% dos inquiridos espera cumprir ou ultrapassar as metas contratadas no âmbito da redução do abandono e insucesso escolar).
50. **No que respeita à formação profissional (PI 10.2 e 10.4), a generalidade dos AAC revelaram-se capazes de atrair procura qualificada** (apenas 2 AAC relativos aos CTeSP num total de 13 AAC nestas PI tiveram um índice de procura qualificada inferior a 80%), tendo sido apoiados 7 748 estudantes em cursos CET, CTeSP ou com bolsas de doutoramento, permitindo alcançar as metas dos indicadores de realização dos 2 últimos, encontrando-se contudo o alcance da meta associada aos CET aquém do definido (Quadro 3). Segundo a Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens o menor desempenho neste tipo de formações pode estar associado ao surgimento e subsequentes efeitos concorrenciais dos CTeSP, perspetiva corroborada pela AG.
51. Ainda neste âmbito, os níveis de realização dos indicadores de resultado encontram-se relativamente longe das metas definidas, com todos os indicadores a evidenciarem dificuldades de cumprimento. As entrevistas à AG do PO Centro permitiram apurar que, no caso dos CTeSP (ISCED 5), **evidenciam-se constrangimentos como sejam a integração no mercado de trabalho dos formandos que acabam por não completar os cursos bem como atrasos na execução, e no caso dos doutoramentos, apesar da aprovação de 1.500 bolsas** (face a uma meta de 1.000) a suspensão dos pagamentos e contabilização momentânea devido à pressão financeira no FSE decorrente de aprovações em *overbooking* noutros eixos, motiva a distância face à meta do indicador de resultado. **Dos resultados dos inquéritos destacam-se os efeitos da pandemia como fatores preponderantes que condicionam o desenvolvimento dos projetos** (cerca de 23% dos promotores deste Eixo referem que este fator condicionou ou condicionou muito). Apesar dos promotores inquiridos revelar esperar cumprir com as metas contratualizadas (cerca de 90% nas três TI afirma esperar cumprir de acordo ou acima do contratado), as dinâmicas de execução verificadas sugerem necessidade de acompanhamento próximo da AG, bem como da revisão em baixa de alguns indicadores, em particular nos CTeSP e CET, onde o alcance das metas parece menos plausível.
52. **Os resultados dos inquéritos sugerem ainda o relativamente reduzido contributo dos projetos para adequar a oferta de ensino profissional às necessidades da Região** (apenas 50% dos promotores o referem) e para aumentar o número de recursos humanos especializados na Região (54%). Ainda que estes resultados devam ser lidos com cautela pelo perfil de realizações das operações apoiadas neste eixo, que incidem maioritariamente em intervenções físicas (mais de 270 operações e 197 milhões de euros de investimento elegível aprovado, em 372 e 411 milhões de euros, respetivamente) os mesmos coincidem com as dificuldades de angariação de mão-de-obra, evidente quer nas taxas de realização dos indicadores do Programa, em particular no Eixo 1 / PI 1.2, quer na opinião dos *stakeholders* auscultados em sede de *focus group*, *sugerindo a*

⁴ Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.

⁵ Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

⁶ Segundo a Avaliação de Contributo do Portugal 2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, a Redução do Abandono Escolar Precoce e a Empregabilidade dos Jovens (POCH)

necessidade de manutenção de esforços para adequar simultaneamente a oferta de mão-de-obra com perfil e qualificações necessárias à procura (atuais e futuras) e a oferta de trabalho em condições atrativas que fixem o capital humano na Região.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Formação de Competências								
3	10a	Resultado	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)		%	70,5	175,4	249%
		Realização	Acolhimento de crianças e educação Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas		Nº	55 000 🟡	98 251	179%
	10i	Resultado	Alunos das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo		%	77,7	N/A	N/A
		Realização	Escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo		Nº	13 🟢	13	100%
			Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar		Nº	8	8	100%
			N.º de equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a alunos carenciados		Nº	56 360	51 660	92%
			Valor do equipamento de TI e software/ licenças financiados para resposta à COVID-19 (custo público total)		1000€	19 748	16 139	82%
	10ii	Resultado	Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 ou que prosseguiram estudos no ensino superior		%	60	11,83	20%
			Doutoramentos concluídos		%	67,5	0	0%
		Realização	Estudantes apoiados nos cursos técnicos superiores profissionais de nível ISCED 5		Nº	5 700 🟢	6 155	108%
			Bolseiros de doutoramento apoiados		Nº	1 000 🟢	1 136	114%
	10iv	Resultado	Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)		%	72	54,42	76%
		Realização	Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)		Nº	1 700 🟢	457	27%

Quadro 3. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 3

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. 🟢 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 🟡 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

53. O Eixo 4 concentra medidas que visam essencialmente o apoio à promoção do emprego e apresenta uma taxa de compromisso ligeiramente abaixo do Programa, mas acima dos 100%, e uma taxa de realização idêntica à do Programa (56%). **A generalidade dos AAC revelou bons índices de procura qualificada, refletindo uma adequação dos avisos às necessidades e à procura, tendo essa adequação se verificado também ao nível das reprogramações efetuadas**, em particular pelo reforço da PI 8.8 destinados a fazer face à elevada procura em instrumentos inseridos nos PDCT (SI2E; reprogramação de 2020) e posteriormente à necessidade de apoiar a manutenção de postos de trabalho no contexto dos impactos da pandemia (PI 8.5).
54. No domínio do apoio à promoção do microempreendedorismo e à criação de emprego por conta própria, os AAC no âmbito do SI3E, PAPN e +CO3SO, mobilizando incentivos FEDER e FSE (PI 8a e 8.3), motivaram uma elevada adesão, com **a procura e procura qualificada a superarem largamente a dotação da generalidade dos AAC, ainda que num quadro de forte seletividade**, com a taxa de aprovação bruta na ordem dos 55% para estas tipologias de intervenção, com exceção da ligada ao PAPN que se fixou apenas em 9%, essencialmente motivado pela incapacidade das candidaturas em cumprir critérios de admissibilidade (só 12% passaram à análise de mérito).

55. **As metas encontram-se com níveis de realização positivos, tendo as entrevistas à AG revelado boas perspectivas de cumprir as metas definidas**, com exceção do indicador “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego” que, mesmo após uma redução muito expressiva da meta, deverá ainda ficar marginalmente abaixo do objetivo de 400 pessoas apoiadas, devido ao não arranque de algumas operações e à perspectiva de rescisão/ anulação de muitas operações na sequência da reativação da Bolsa de Recuperação⁷, que visa a descativação de verbas aprovadas a projetos sem execução (de todo, ou recente). Estas dificuldades de operacionalização justificam-se pelos condicionalismos impostos pela pandemia à criação líquida de emprego e a complexidade administrativa do instrumento.
56. As diferenças de realização entre a PI 8.3 (FSE) e 8a (FEDER) não serão indiferentes às regras mais flexíveis nos apoios FEDER (ausência de restrições em termos de tempo de desemprego), o que justificará a menor realização e maior probabilidade de rescisões no âmbito da PI 8.3. Os níveis de realização física e financeira dos projetos poderão ainda ter sido afetados pelo elevado número de candidaturas (cerca de 8.000, no âmbito dos 3 programas) e consequente tempo excessivo para análise e decisão das mesmas (mais de 1 ano no caso do SI2E). **Os promotores inquiridos revelam ainda um contributo bastante positivo dos seus projetos para a valorização dos recursos da economia local** (74% considera que o seu projeto contribuiu ou contribuiu muito para esse objetivo; Figura A17) e apontam igualmente para efeitos positivos ao nível da promoção do empreendedorismo e criação do próprio emprego (apenas 11% considera que os seus projetos contribuíram pouco ou nada para este objetivo), o que é consistente com as expectativas de cumprimento das metas associadas a estas tipologias de intervenção (cerca de 94% dos inquiridos espera alcançar ou superar as metas contratadas e com a perceção dos stakeholders auscultados em sede de *focus group*).
57. No que respeita aos estágios na Administração Pública Local (PI 8.1) os 2 AAC lançados, em 2018 e 2019, **revelaram níveis satisfatórios de procura qualificada, porém, os constrangimentos associados à mobilização dos jovens que encontram melhores condições e perspectivas de empregabilidade futura em oportunidades de estágio/ emprego noutros contextos, condicionam a realização das operações e a eficácia da intervenção**. Tal faz perspetivar que, ainda que se atinjam os indicadores de realização (expectativa recolhida nas entrevistas à AG), se esperem dificuldades em alcançar o indicador de resultado, o que deve motivar um acompanhamento próximo por parte da AG, apesar de cerca de 90% esperar cumprir ou mesmo superar as metas contratadas.
58. No domínio da formação em contexto empresarial (PI 8.5), apesar das sucessivas revisões em baixa da meta (e da dotação FSE associada), a reduzida procura de apoios à formação no âmbito dos Sistemas de Incentivos e uma das mais elevadas taxas de desistência e rescisão/anulação do Programa (10% e 36%, respetivamente) justifica a distância face à meta do indicador de realização, mesmo após uma redução significativa (mais de 90%) da meta em relação à programação inicial (apenas 67% de taxa de realização), sendo portanto difícil antecipar o seu alcance. Embora a maioria dos promotores empresariais inquiridos aponte a pandemia como um dos fatores que mais condicionou o arranque e implementação dos projetos (Figura A27), a maioria (mais de 80%) das rescisões / anulações verificou-se antes de 2020, o que sugere outros fatores para a ineficácia deste tipo de intervenção. A Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para o Aumento da Qualificação e Empregabilidade dos Adultos (2022) confirma a dificuldade geral da mobilização da procura para as atividades formativas em contexto empresarial, que associa ao desconhecimento da oferta por parte das empresas, à pouca valorização atribuída às atividades formativas por parte dos empresários e à carga administrativa associada a estes projetos de formação (de pequeno valor) quando comparada com os projetos de investimento a que estão ligados (estes últimos, apoiados pelo FEDER, de valor substancialmente maior).
59. Os **apoios à contratação de recursos humanos altamente qualificados (PI 8.5) revelaram-se inicialmente pouco eficazes em captar procura qualificada**. Os primeiros quatro AAC lançados, ainda apenas com empresas como beneficiários elegíveis, embora motivando níveis de procura iguais ou superiores à dotação em dois deles, geraram índices de procura qualificada, em média, inferiores a 30%.
60. A perceção da AG aponta para uma fraca adesão inicial das empresas o que é corroborado não só pelos indicadores de procura aos AAC, como pelo volume de candidaturas apresentadas e aprovadas ao longo do

⁷ Deliberações n.º 7/2020 e 8/2022 da Comissão Interministerial de Coordenação do PT 2020

tempo (38 candidaturas de empresas aos AAC anteriores a 2018, das quais 22 aprovadas vs 100 candidaturas a AAC de 2018 ou posteriores, das quais 88 aprovadas). A reduzida procura inicial, acrescida da prioridade dada ao reforço da colaboração entre empresas e entidades de interface, levou a que na reprogramação de 2018, se alargasse o âmbito dos beneficiários elegíveis por forma a abranger os COLABS, instituídos pelo Regulamento n.º 486-A/2017, de 12 de setembro. Este alargamento permitiu proporcionar um contacto entre os recursos humanos altamente qualificados destas instituições com o tecido empresarial (condição de acesso aos apoios), tendo potenciado o alcance dos objetivos, dada a adesão verificada (em todos os AAC decididos após a reprogramação, o índice de procura qualificada foi superior a 80%), com reflexo no alcance da meta de realização associada.

61. A adesão e magnitude dos investimentos promovidos por COLABS (24 candidaturas aprovadas num total de cerca de 21 milhões de euros) e a maior adesão das empresas a este tipo de intervenção (total de 110 candidaturas aprovadas com um montante de apoio aprovado de cerca de 11 milhões de euros) em conjunto com a melhoria dos índices de procura e procura qualificada **permite concluir inequivocamente pelo benefício e contributo para a eficácia da intervenção decorrente da reprogramação.**
62. A meta relativa ao indicador de realização “Pessoal altamente qualificado contratado” encontra-se praticamente alcançada (199 em 200 recursos contratados), apesar de terem sido manifestadas dificuldades de atração de mão-de-obra com este perfil, associada à falta de competitividade salarial na região e à ineficácia na divulgação do Centro como de crescimento (a menor adequação das atividades de comunicação do Centro parece encontrar respaldo nos inquéritos realizados, com a generalidade dos promotores empresariais e não empresariais a fazer uma apreciação moderada da adequação das mesmas – na maioria dos meios de comunicação elencados tende a ser menos de 50% a de promotores a considerar as ações adequadas ou muito adequadas - Figura A8 e Figura A26), não existindo porém dados relativos ao indicador de resultado associado “Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio”. **Se o alargamento de elegibilidade aos COLABS permitiu atrair maior procura, tal alteração pode comportar maior incerteza no que respeita à manutenção dos postos de trabalho após o apoio,** ainda que os resultados da auscultação apontem em sentido algo contraditórios. Com efeito, os inputs recolhidos nas entrevistas apontam por um lado, para uma maior dependência dos COLABS face a verbas do Orçamento de Estado e / ou de financiamento por outras medidas de política que podem não se verificar a médio e longo prazo, enquanto no caso das empresas, respetivo potencial de rentabilização comercial das atividades desenvolvidas e de sustentabilidade financeira, abre maiores probabilidades de retenção deste talento e, portanto, de cumprimento desta meta. Por outro, a natureza da atividade dos COLABS, mais intensa e recorrente em atividades de I&D, pode, na perspetiva dos stakeholders facilitar a permanência dos RHAQ nestas entidades.
63. Os métodos de auscultação corroboram esta perspetiva, embora sejam inequívocos quanto à expectativa de cumprimento das metas. **Os inquéritos às entidades empresariais revelam que a totalidade dos promotores espera cumprir as metas contratadas no âmbito desta TI, enquanto nas não empresariais tal indicador desce para 90% dos promotores.** O Estudo de Caso realizado a respeito da operação “Departamento Clínico e Científico – Projeto e Plano de Inserção de Recursos Humanos Altamente Qualificados” corroborou estas perspetivas, tendo não só sido alcançados os indicadores de realização e resultado contratados, como também demonstrado o caráter decisivo do potencial de alavancagem de negócio e rentabilização destes recursos para a manutenção destes postos de trabalho. O estudo de caso revelou também uma adaptação relativamente natural dos recursos à realidade empresarial, embora reconhecendo-se maior esforço, em particular na adaptação de recursos provenientes da academia atento nas diferenças de cultura existentes, sendo, porém, tal passível de resolução com a devida integração e formação dos recursos. Em sentido contrário, as entrevistas e *focus group* acentuaram estas dificuldades de adaptação dos RAHQ, em particular doutorados e provenientes da Academia, à realidade empresarial, pela diferença de cultura e ritmos de trabalho, ainda que estes apoios contribuam para uma aproximação neste domínio. Não obstante, considerando **estas evidências, conjugadas com as perspetivas de alcance das metas pelos promotores empresariais** (confirmada em sede de *focus group*) **permite concluir, que ainda existindo diferenças de adaptação, tal não se revelou relevante e impactante da manutenção dos recursos ao serviço das empresas (verificação parcial do risco “RE II.1 Dificuldades de adaptação dos recursos humanos contratados ao ambiente empresarial”).**

64. Os inquéritos realizados aos promotores oferecem-nos uma base pouco representativa e robusta do universo de promotores com projetos no âmbito desta TI para verificação dos resultados concretos das operações, uma vez que apenas se obtiveram 5 respostas de promotores (4 empresariais e 1 não empresarial), seja por o inquérito não lhes ter sido dirigido por não terem projetos com execução elevada, seja por não se ter tido resposta dos promotores. Em todo o caso, ainda que não extrapoláveis para o universo, os resultados obtidos fornecem evidências relevantes dos resultados alcançados por estes projetos. No caso do promotor não empresarial a candidatura prevê a contratação de 26 RHAQ, num cenário de inexistência de quadro de pessoal preenchido previamente à contratação do projeto, prevendo o promotor cumprir com a meta contratualizada. No caso dos quatro promotores empresariais respondentes, foi prevista a contratação de um total de 10 RHAQ, o que representa um acréscimo de 23% em relação ao à dotação deste tipo de recursos pré-existente ao projeto e mais 5 p.p. no peso destes recursos no total de trabalhadores dos promotores, perspetivando os promotores o cumprimento das metas contratadas.
65. Por fim, **merece ainda destaque as repetidas reprogramações neste Eixo essencialmente para acomodar necessidades de financiamento de medidas de apoio à economia e ao emprego na sequência da pandemia, como seja o reforço da PI 8a**, em 2020, num montante de cerca de 50 milhões de euros, compensados por outras PI do Eixo, para cobrir a procura verificada nesta PI e apoiar um novo instrumento de investimento produtivo e criação de postos de trabalho (PAPN) ou criação, em 2021, de um novo objetivo específico “Assegurar manutenção de emprego na retoma da atividade provocada pela pandemia”, com a dotação de 70 milhões de euros) na PI 8v, motivando em ambos os casos boa adesão pelos públicos alvo.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Formação de Competências								
4	8a	Resultado	Postos de trabalho criados		Nº	1 300	2 129	164%
			Postos de trabalhos cuja manutenção foi apoiada		Nº	1 100	N/A	N/A
		Realização	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio		Nº	927	913	98%
	8b	Resultado	Efeito multiplicador do investimento publico no investimento privado		Nº	2,2	2,2	100%
		Realização	Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos		Nº	5	8	160%
	8i	Resultado	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional na administração local		%	35	N/A	N/A
		Realização	Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais na administração local		Nº	280	233	83%
	8iii	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio		%	50	N/A	N/A
		Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego		Nº	400	297	74%
	8v	Resultado	Empresas que mantém nível de emprego no final do apoio		Nº	8 386	N/A	N/A
			Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio		%	60	N/A	N/A
			Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação		%	75 – 85	N/A	N/A
		Realização	Postos de trabalho apoiados no combate aos efeitos da pandemia Covid-19		Nº	63 636	79 062	124%
			Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial		Nº	3 000	1 931	64%
Pessoal altamente qualificado contratado				Nº	200	199	100%	
		Valor das ações do FSE para combater os efeitos do COVID-19		1000€	70 000	77 043	110%	

Quadro 4. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 4

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

66. As medidas de promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação, com enfoque no reforço das infraestruturas, na capacitação da excelência e promoção de centros de competência em investigação e inovação (I&I) e na promoção do investimento das empresas na investigação e desenvolvimento (I&D) ficaram, no PO Centro 2020, a cargo do Eixo 1, no qual se enquadram duas PI - 1a e 1b.
67. Com cerca de 8% da dotação inicial programada do PO (cerca de 169M€), a reprogramação de 2018 conferiu a este Eixo uma dotação adicional de 17M€, para o reforço do apoio a programas de desenvolvimento científico para a capacitação das infraestruturas regionais com vista à participação em redes colaborativas europeias e o aumento da concorrência no acesso aos apoios comunitários (PI 1a) e para o reforço das ações de apoio à transferência de tecnologia e das ações de apoio à I&D empresarial. Em sentido contrário, foram diminuídos os apoios ao Investimento empresarial em ações inovadoras para não PME (devido à pouca procura do instrumento) e às ações de apoio a redes colaborativas.
68. À data de reporte da avaliação, os projetos aprovados pelo Eixo 1 totalizavam um montante de 245 M€ (10% do fundo aprovado no PO) e uma taxa de compromisso de 132%, a mais elevada de entre os 10 Eixos do Centro

2014-2020. O elevado compromisso no Eixo 1 tem eco na expectativa tradicionalmente elevada de quebra na execução dos projetos nestas tipologias de investimento em I&I, (investimentos de maior risco), em particular nos promovidos por empresas, que representam uma parcela maioritária do apoio concedido.

69. **Em termos globais, a procura dirigida aos 80 AAC lançados no Eixo 1 (82% dos quais no âmbito da PI 1b) situou-se abaixo da procura média do PO, tendo em 27% destes o custo total das operações submetidas não ultrapassado 75% da dotação colocada a concurso.** Adquirem especial destaque, neste aspeto, as atividades de I&D empresarial (a TI no âmbito da qual foram lançados mais AAC), para as quais 32% dos AAC não suscitaram procura superior a 75% da dotação colocada a concurso e, dentro desta, o SI I&DT nas vertentes de internacionalização de I&D, Núcleos de I&DT, Projetos mobilizadores e Proteção da Propriedade intelectual e industrial.
70. **A dificuldade de captação de procura qualificada (que cumpre as condições de elegibilidade e de mérito) é ainda mais acentuada (cerca de metade dos AAC enquadrados na PI 1b não conseguiram mobilizar procura qualificada superior a 75% das dotações colocadas a concurso),** centrando-se os casos de menor adesão face ao expectável também na I&D empresarial. O elevado nível de seletividade associado ao Eixo (38% de taxa de aprovação bruta), também particularmente incidente na I&D empresarial e na Investigação científica e tecnológica (PI 1a), contribuem para os baixos níveis de procura (no contexto do PO) associados ao Eixo.
71. Apesar dos níveis de procura (e procura qualificada) e seletividade verificada nos avisos da PI 1b, **verifica-se que, em termos gerais, os beneficiários empresariais inquiridos fazem uma apreciação positiva das condições de elegibilidade dos projetos e dos promotores, do alinhamento dos objetivos dos instrumentos com as necessidades da empresa e da informação contida nos avisos** (mais de 80% dos respondentes, ponderado pelo investimento elegível, avaliam estes aspetos como adequados ou muito adequados). Do mesmo inquérito, é possível apontar os requisitos administrativos/documentais como fatores desmobilizadores da procura (ou indutores de candidaturas não elegíveis), dado 42% dos respondentes (ponderado pelo investimento elegível) os consideram nada adequados ou desadequados. No mesmo tom, os promotores não empresariais também apontam a complexidade e exigências burocráticas como os aspetos menos adequados do Programa, juntamente com os indicadores contratualizados para aferição de resultados.
72. Como contraponto, ou mesmo como decorrência do exposto anteriormente, **o Eixo 1 é caracterizado por uma das mais baixas taxas de rescisão/anulação do Programa.** O grau de exigência na admissão e aprovação das candidaturas tem atuado como garantia de qualidade e compromisso por parte dos promotores quanto à fase de execução das operações, registando-se apenas um grau de sinistralidade mais acentuado nos investimentos empresariais em inovação de não PME.
73. **A crise pandémica, juntamente com os prazos médios de pagamento e de análise de candidaturas são apontados pelos promotores (tanto empresariais como não empresariais) com os fatores que mais condicionaram o arranque e o desenvolvimento dos projetos aprovados** (perspetiva corroborada no *focus group*). No entanto, não são apontados, nos inquéritos, expectativas negativas quanto ao cumprimento dos valores de investimento contratados, podendo apenas ser salientada a maior negatividade dos promotores não empresariais face aos empresariais e, dentro destes últimos, as expectativas mais negativas dos promotores de I&D.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Investigação, Desenvolvimento e Inovação								
1	1a	Resultado	Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento na população ativa (excluindo as unidades do setor empresas)		%	6,0 - 8,0	5,4	77%
		Realização	Investigação, Inovação- Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas		ETI	145	127	88%
			Projetos de I&D apoiados		Nº	180	174	97%

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
1b			Infraestruturas de investigação apoiadas		Nº	8	7	88%
			Valor das subvenções para pesquisa e desenvolvimento no COVID-19		Despesa pública total	5 000 000	1 487 927	30%
	Resultado		Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)		%	2,0 - 2,5	2,1	93%
			Despesa das empresas em I&D no VAB		%	0,5 - 0,7	0,43	72%
			Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (Não PME do inquérito comunitário à inovação)		%	9 - 11	5,2	52%
	Realização		Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio		Nº	280	393	140%
			Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções		Nº	280	393	140%
			Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)		1000€	41 300	93 710	227%
			Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas		ETI	626	345	55%
			Investigação, Inovação Número de empresas em cooperação com instituições de investigação		Nº	70	162	231%
			Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado		Nº	15	24	160%
			Projetos de transferência e utilização de conhecimento		Nº	47	31	66%
			Projetos de I&D apoiados		Nº	240	398	166%
			Investimento produtivo: N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19 (Subconjunto CO02)		Nº	5	57	1140%

Quadro 5. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 1

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. 📉 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 📈 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

74. As realizações associadas à PI 1a (Quadro 5) encontram-se, à data de corte da avaliação, numa situação heterogénea. A dinâmica positiva das infraestruturas de investigação apoiadas, como reflexos no número de investigadores contratados e nos projetos de I&D desenvolvidos, que estão em bom ritmo para alcançar as metas previstas para 2023. O dinamismo da Região Centro neste aspeto era já assinalado na “Avaliação do contributo dos FEEL para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento” que referia que “Partindo de uma base menos desenvolvida, o ecossistema de inovação na Região Centro tem-se consolidado progressivamente nas últimas décadas pela dinâmica dos vários estabelecimentos de ensino superior e de um número considerável de unidades de investigação e de intermediários de inovação com grande relevância” em parte devido à existência da região de IES (Universidade da Beira Interior, Universidade de Aveiro ou Universidade de Coimbra) capazes de estimular a criação de projetos de I&D que aceleram a procura por investigadores (nacionais e internacionais). **Esta dinâmica não foi acompanhada pela dos apoios para pesquisa e desenvolvimento no COVID-19, em relação aos quais não se espera que alcance a meta, devido às falhas na admissibilidade/mérito das candidaturas.**
75. Na PI 1b, verificando-se alguma dificuldade nas realizações associadas à criação de emprego nas empresas apoiadas no investimento produtivo, e nos projetos de transferência e utilização de conhecimento, que registavam à data um ritmo de realização ainda distante das metas definidas, os restantes indicadores

apresentavam realizações acima ou em bom ritmo para o seu cumprimento. Relativamente à criação de emprego no investimento produtivo, **é relevante assinalar que a distância face à meta convive com uma realidade em que as metas relativas ao número de empresas apoiadas e o montante de investimento privado foram já ultrapassadas.** A auscultação apontou a falta de mão de obra, as dificuldades de contratação e as disrupções causadas quer pelos incêndios de 2017, quer pela pandemia, no caso dos indicadores relativos à criação de emprego e a persistência de algum afastamento entre o tecido empresarial e a Academia (ainda que com heterogeneidades entre setores), no caso dos indicadores associados à TVC, como as principais causas para esta aparente assimetria de realizações. A auscultação salientou e corroborou o impacto da pandemia e as disrupções desta decorrentes como os principais constrangimentos. A explicitação à execução de projetos colaborativos de transferência de conhecimento e de I&D empresarial. Relativamente ao número de projetos de transferência e utilização de conhecimento, ainda distante da meta programada, a AG espera um desenvolvimento favorável e o alcance da meta.

76. O racional de construção do PO Centro procurou a articulação com a RIS3 do Centro em três níveis: (i) obrigatoriedade de articulação (designadamente no domínio da I&D), ii) articulação como critério de avaliação e iii) contributo de forma direta para a operacionalização da RIS3. No âmbito da I&D e inovação, a maior parte das operações e do fundo aprovado (cerca de 60% e 57%, respetivamente) estava alinhada com a estratégia de especialização inteligente da região.

Competitividade e Internacionalização

77. **O apoio à competitividade e internacionalização da economia regional, operacionalizado pelo Eixo 2, surge claramente como umas das principais apostas do PO Centro 2020, afirmando-se como aquele que obteve maior financiamento comunitário aprovado** (Quadro 6) – cerca de 818 M€ via FEDER (38% da dotação original do PO). Apesar da acentuada redução de financiamento aquando da reprogramação de 2018 – centrada essencialmente na diminuição da dotação para IF (cuja procura não estava a corresponder ao esperado) e no reforço da dotação para SI, como resposta à forte procura que se vinha verificado) – de cerca de 75 M€, o Eixo continuou a canalizar a maior fatia de financiamento comunitário. À data de reporte da avaliação, os projetos aprovados pelo Eixo 2 totalizavam um montante de 848 M€ (35% do fundo aprovado no PO) e uma taxa de compromisso de 131%, a segunda mais elevada de entre os 10 Eixos do Centro 2014-2020.
78. **Apesar dos níveis de procura mobilizada pelo Eixo se situarem, em termos absolutos, em valores elevados - cerca de 88% dos 60 AAC lançados suscitaram uma procura (custo total as operações submetidas) igual ou superior às dotações colocadas a concurso**, os bons níveis globais de procura suscitados pelo Programa não o destacam dos demais Eixos. No entanto, uma análise ao montante de incentivo aprovado relativamente à dotação global colocada a concurso revela uma menor capacidade do eixo de mobilizar procura qualificada - a que cumpre os critérios de elegibilidade e mérito (35%, abaixo do valor médio do PO, de 48%). **Perante este quadro global de fraca mobilização de procura elegível e meritória, uma análise mais fina, por PI, revela a heterogeneidade associada ao Eixo**, sendo que as PI com maior número de AAC (a 3a e a 3c) são também aquelas que demonstraram menor capacidade de mobilizar procura qualificada (77% dos AAC não mobilizaram uma procura qualificada superior a 50% na 3a e 47% não o fizeram na 3c).
79. **Ao quadro de fraca procura qualificada das empresas, alia-se uma taxa de aprovação bruta das mais baixas do Programa** (55% em média no eixo) superada apenas, pela negativa, pelas verificadas nos Eixos 1 e 5. A leitura conjunta da boa capacidade de mobilização de procura do Eixo, com os baixos índices de procura qualificada e de aprovação bruta indicia que, não obstante a estar a ser conseguida a divulgação dos apoios e demonstrada sua atratividade para as empresas, a qualidade dos projetos apresentados não tem correspondido ao esperado. **Saliente-se, no entanto, não se verificarem de forma tão intensiva problemas na aprovação bruta no caso da internacionalização de PME** (PI 3b) qualificação das PME - CRII (PI 3c).
80. **O Eixo 2 é também caracterizado por uma elevada taxa de rescisão/anulação das operações aprovadas** (em torno dos 20% de quebra após a aprovação, acima da média de 13% do Programa - Quadro 1), largamente associada a projetos aprovados nos primeiros dois anos de vigência do Programa. A pandemia COVID-19 é mencionada pelos promotores empresariais como um dos principais constrangimentos ao arranque e

desenvolvimento dos projetos (dos resultados ao inquérito foi possível apurar que 35% dos promotores, ponderado pelo número de projetos, referiu que este fator condicionou ou condicionou muito), porém, a incidência de rescisões/anulações em projetos aprovados em fases precoces do Programa poderia sugerir outros fatores justificativos da sinistralidade das operações. Uma análise mais fina aos momentos em que ocorreram essas rescisões/ anulações **confere maior plausibilidade à assunção de que a pandemia motivou a elevada sinistralidade verificada com 41% das anulações/ rescisões do Eixo verificam-se em 2020 e 2021**, Quadro A), ainda que dos *focus group* tenha emergido também o desfazamento entre as oportunidades identificadas pelos empresários e os momentos de lançamento dos AAC e subsequente tempo de análise de candidaturas

81. **O desempenho no cumprimento dos indicadores associados aos SI é globalmente positivo nas três PI**, com a maioria a apresentar, à data de reporte da avaliação, valores próximos das metas de 2023 ou mesmo ultrapassando-os (Quadro 6). A Região Centro, a par da região Norte, é aquela que mobiliza uma procura efetiva mais intensa aos SI, em virtude das dotações e condições de financiamento mais atrativas (quando comparado, por exemplo, com a Região de Lisboa) e do dinamismo económico e exportador da Região (tecido empresarial com maior massa crítica e características mais alinhadas com as exigências dos SI, ao nível da capacidade de inovação e intensidade de exportações).
82. A PI 3a, referente à promoção do espírito empresarial, apoiou 262 empresas via subvenções, valor 12% acima da meta para 2023 (em parte resultante da existência de um grande número de projetos de reduzida dimensão, como Vales Empreendedorismo), que geraram 411 postos de trabalho, valor ainda abaixo da meta de 479 (estimativa identificada pelos promotores em sede de candidatura e corresponde à variação entre o número de postos de trabalho no pré projeto e no pós projeto, nas iniciativas de Inovação-Empreendedorismo). **Apesar da dissonância entre o alcance dos indicadores associados ao número de empresas apoiadas e de postos de trabalho gerados, das respostas ao inquérito aos promotores empresariais é possível verificar expectativas muito positivas relativamente à ao cumprimento das metas** previstas nos indicadores contratados (cerca de 98% dos respondentes, ponderado pelo investimento elegível esperava alcançar ou até superar) - Figura A31.
83. No mesmo tom, o número de empresas apoiadas (963) através de subvenções e o número de postos de trabalho criados na componente de internacionalização das PME (PI 3b) superaram as metas definidas para 2023 em 21%, não obstante a reprogramação em alta a que estas foram sujeitas em outubro de 2021, devido ao reforço financeiro da PI. A capacidade de os incentivos à internacionalização mobilizarem investimento privado paralelo às subvenções também superou a meta prevista para 2023, em larga escala. **As expectativas dos promotores relativamente ao alcance das metas previstas nos indicadores contratados destoam**, no entanto, do quadro anterior. Com efeito, é nesta tipologia de intervenção que se verifica o maior grau de pessimismo, tendo 25% dos promotores respondentes ao inquérito (resultado ponderado pelo investimento elegível) afirmado esperarem não conseguir cumprir estas metas (Quadro 6). **A leitura da opinião dos promotores e da elevada taxa de rescisão ou anulação desta PI (25%) no contexto do PO, pode indiciar problemas de execução destes projetos**, não podendo deixar de ser referidos os impactos dos sucessivos confinamentos tiveram incidência acrescida na execução dos projetos de internacionalização, com componentes muito dependentes de ações além-fronteiras e que estes projetos deverão ser acompanhados de perto pela AG e OI, de forma a equacionar o ajustamento das metas em função das expectativas de quebra, se necessário.
84. As perspetivas dos promotores relativamente ao cumprimento das metas no domínio da internacionalização convivem também com a menor taxa de realização do indicador de resultado “valor das exportações no volume de negócios das PME”, o que apesar dos condicionamentos motivados pela pandemia, pode sugerir dificuldades das PME da região em escalar a sua atividade além-fronteiras. Do *focus group* resultaram contributos relevantes neste domínio, ao ser apontada a dificuldade das empresas da Região, em particular as PME, em alcançar uma presença internacional mais robusta devido à falta de escala das empresas das empresas da região.
85. Os incentivos à qualificação e inovação das PME (SI) suscitaram grande procura por parte das empresas, no contexto do Eixo 2, tendo sido apoiadas 2774 empresas (através de subvenções, da Linha de Crédito com Garantia Mútua e da Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco) para projetos de investimento produtivo que criaram, até à data, 7804 postos de trabalho (estimativa identificada pelos promotores em sede de candidatura, e corresponde à variação entre o número de postos de trabalho no pré projeto e no pós projeto,

nas iniciativas de Inovação-Produtiva, a que cresceram os apoios diretos à criação de emprego nas outras tipologias). **O desempenho notório da realização destes indicadores, bastante acima da meta de 2023, na sua generalidade, não pode ser dissociado do reforço de dotação da tipologia dentro da PI** (a que pode não ter estado associado um aumento proporcional na meta). Os promotores desta PI, afirmam-se bastante positivos na concretização das metas associadas aos indicadores contratados (91% espera alcançar ou superar as metas).

86. Entre os apoios disponibilizados nesta PI contam-se três tipos de instrumentos financeiros (Capital/Quase Capital, Dívida/Garantia e Coinvestimento), correspondentes a três operações promovidas pelo Banco Português de Fomento. no âmbito dos quais foram contratadas 1.236 empresas para apoio, sendo 1.209 da Linha de Crédito com Garantia Mútua e 27 da Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco. A mobilização de IF para apoio direto às empresas inseriu-se nas diretrizes da Política Regional Europeia para o período 2014-2020, que “relevam o potencial do apoio reembolsável e, em particular, dos Instrumentos Financeiros (IF) na maximização do efeito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), em virtude da “capacidade para combinar diferentes formas de recursos públicos e privados em prol dos objetivos de política pública”⁸. Não obstante, o recurso este tipo de instrumentos foi ainda limitado, sendo relevante a melhoria da articulação entre as várias modalidades de apoio que potenciem o recurso, por parte das empresas, da bateria de IF disponíveis ao longo do período de programação.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Competitividade e Internacionalização								
2	3a	Resultado	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos		%	2,2👍	2,09	95%
		Realização	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio		Nº	233	262	112%
			Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções		Nº	233👍	262	112%
			Investimento Produtivo: Número de novas empresas apoiadas		Nº	233👍	262	112%
			Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas		ETI	479👍	411	86%
	3b	Resultado	Valor das exportações no volume de negócios das PME		%	14 – 16	10,62	71%
		Realização	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio		Nº	793	963	121%
			Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções		Nº	793👍	963	121%
			Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)		1000€	67 400👍	222 578	330%
			Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas		ETI	1 000👍	1 206	121%
	3c	Resultado	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME		%	70 – 75	51,2	71%
		Realização	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio		Nº	1 174👍	2 774	236%
			Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções		Nº	930👍	1 893	204%
			Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio financeiro que não sob a forma de subvenções		Nº	348👍	1 236	355%
			Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)		1000€	209 600👍	683 503	326%

⁸ Augusto Mateus & Associados (2015), AVALIAÇÃO EX ANTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020, Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
			Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas		ETI	3 120 🟡	7 804	250%
			Investigação, Inovação Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa		Nº	181 🟡	577	319%
			Investimento produtivo: N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19 (Subconjunto CO02)		Nº	500	710	142%

Quadro 6. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 2

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. 🟡 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 🟢 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

87. Os incentivos CRII suscitaram uma forte procura por parte das empresas, conduzindo a uma superação em larga escala da meta para 2023 dos valores à data de reporte que deverá conduzir ao ajustamento das respetivas metas em alta.
88. A expectativa dos promotores das operações de qualificação e inovação das PME CRII quanto à concretização das metas dos indicadores contratados não destoam significativamente dos seus pares não CRII, sendo em geral um tom positivo (87% dos promotores, ponderado pelo investimento elegível afirma esperar cumprir ou superar as metas contratadas).
89. Mais de metade dos respondentes ao inquérito com projetos concluídos ou perto da respetiva conclusão de SI (Figura A36), considera que os projetos apoiados contribuíram para um incremento forte ou muito forte da sua atividade (em termos de VAB, Volume de Negócios, exportações ou vendas de novos produtos ou serviços).
90. As operações CRII, de natureza diferente, observam um contributo significativo na introdução de inovação na atividade e nos produtos da empresa (58% e 55%, respetivamente, dos promotores, ponderado pelo investimento elegível) e menos relevante no aumento da presença online da empresa e da manutenção dos postos de trabalho (20% e 25%, respetivamente) - Figura A33.
91. O racional de construção do PO Centro procurou a articulação com a RIS3 do Centro em três níveis: (i) obrigatoriedade de articulação, ii) articulação como critério de avaliação e iii) contributo de forma direta para a operacionalização da RIS3. No contexto da competitividade e internacionalização, cerca de 30% das operações aprovadas e 39% de montante de fundo aprovado estavam alinhadas com a RIS3 Centro destacando-se a PI 3b como aquela que mais aproximou os projetos aprovados da estratégia de especialização inteligente regional.

Sustentabilidade ambiental, energia e coesão territorial (Eixos 6, 7 e 9)

92. O Eixo 6 visa essencialmente a promoção da eficiência energética e da mobilidade urbana sustentável nos centros urbanos complementares e apresenta as mais baixas taxas de compromisso (60%) e realização (25%) do PO, além de elevada incidência de desistências, em particular no caso da eficiência energética em edifícios públicos (cerca de 25%).
93. A análise de procura aos AAC neste eixo demonstra que, sem prejuízo de genericamente terem motivado adesão dos públicos-alvo (os dois AAC já decididos neste eixo motivaram procura superior a 100% da dotação), **nenhum dos AAC gerou procura qualificada acima de 50%, o que deriva diretamente das dificuldades dos promotores cumprirem os critérios de admissibilidade** (taxa de admissibilidade do Eixo fixou-se em 59%, a mais baixa do PO) em todas as TI do Eixo, com exceção da eficiência energética nas habitações.
94. **Sem prejuízo das dificuldades na mobilização de procura qualificada, a generalidade das metas dos indicadores de realização e resultado encontram-se alcançadas ou em vias de o ser** (Quadro 7), com exceção dos indicadores relativos à eficiência energética em edifícios públicos, onde as metas de redução anual

do consumo de energia primária⁹ e de emissões de gases com efeito de estufa são dificilmente alcançáveis e devem obrigar a revisão em baixa, mesmo num quadro em que as mesmas já foram reduzidas em sede de reprogramação do Programa e apesar de cerca de 90% dos promotores não empresariais inquiridos afirmarem esperar cumprir ou mesmo superar as metas contratadas (Figura A13).

95. Do processo de auscultação resultaram diversos fatores que podem justificar tanto a elevada seletividade verificada como a dificuldade no alcance das metas. A entrevista à AG permitiu apurar que **frequentemente as candidaturas não cumpriram exigências de admissibilidade como sejam a existência de relatório de auditoria e certificado energético** (que ou não eram entregues ou eram entregues sem os requisitos de qualidade exigidos), em resultado do recurso a serviços externos de qualidade abaixo do exigível, a que acrescem fatores que induzem menor atratividade do instrumento, como sejam a forma do apoio (existência de componente reembolsável), sem prejuízo das alterações efetuadas com vista a reforçar a atratividade do instrumento, como seja o reforço / majoração da taxa de cofinanciamento. **A alteração verificada em 2019, com as IPSS a serem equiparadas à Administração Pública contribuiu positivamente para potenciar a adesão e a eficácia destas medidas e o alcance das metas**, mas também aqui se verificaram constrangimentos que acrescem aos previamente existentes, como a indefinição quanto à existência ou não de legitimidade para intervir das IPSS ou os processos de licenciamento das intervenções junto das autoridades competentes (municípios).
96. Apesar da perceção relativamente positiva quanto à adequação das tipologia de operação / elegibilidades previstas neste Eixo aos constrangimentos existentes da Região e às necessidades de investimento (74% e 69%, respetivamente, consideram adequado ou muito adequado; Figura A6 e Figura A7), as respostas dos promotores não empresariais às questões relativas à adequação do Centro 2020 e aos fatores que condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento dos projetos é genericamente concordante com a perceção da AG: cerca de 83% dos promotores consideram a complexidade e exigências burocráticas/ administrativas não eram adequadas e apenas 50% e 10% consideram que o montante de apoio público concedido e o nível de acesso a financiamento alheio facilitou o arranque e desenvolvimento das operações, não obstante a maioria dos promotores considerar a forma do apoio e a taxa de cofinanciamento adequados às suas necessidades.
97. Por fim, **merece destaque o facto de a maioria dos indicadores ter sido alvo de alterações, não apenas no sentido de ajustar face a alterações de dotação do Eixo** (e.g. redução da PI 4c para reforço da dotação para intervenção nas escolas), mas também para resolver problemas de desadequação dos indicadores e metas estabelecidas, seja por alterações de metodologia de cálculo dos indicadores pelas entidades competentes, seja pela atualização de valores base em função de dados atualizados para determinados domínios (e.g. melhoria da classificação energética de fogos de habitação social), encontrando-se ainda o apuramento do nível de realização do indicador “Emissão estimada dos gases com efeito estufa”, associado à promoção da mobilidade urbana sustentável, pendente de reprogramação.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Sustentabilidade ambiental, energia e coesão territorial								
6	4b	Resultado	Consumo de energia primária nas empresas		TEP/M€	153	130	334% ¹⁰
		Realização	Empresas com consumo de energia melhorado		Nº	5👍	5	100%

⁹ De notar que no caso do indicador “Consumo de energia primária na administração regional e local”, os últimos dados disponíveis reportam a 2019.

¹⁰ Neste indicador parte-se de um valor de referência de 162,44 TEP/M€ e a meta definida é de 152,70 TEP/M€, pelo que a taxa de realização física se calcula com base na redução absoluta verificada entre o valor de referência e o verificado (129,94 TEP/M€) e a redução esperada, ou seja, a fórmula de cálculo é “Taxa de realização = (valor de referência – valor à data de corte) / (valor de referência – valor da meta definida para 2023). Neste caso a redução verificada supera largamente a meta definida (o valor real à data de corte é inferior ao da meta definida), pelo que a taxa de realização supera os 100%. Dados disponíveis a 2019.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
	4c	Resultado	Consumo de energia primária na administração regional e local		TEP	109 746	143 558	28% ¹¹
		Realização	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada		%	5	28	568%
			Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado		Nº	1 630	1 515	93%
			Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos		KWh/ano	36 936 842	19 546 979	53%
			Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa		t CO2 eq.	6 842	3 973	58%
			Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública		KWh/ano	12 280 013	12 151 373	99%
			Resultado	Emissão estimada dos gases com efeito estufa		t CO2 eq.	n.d	16 868 858
4e	Realização	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados		Nº	8	7	88%	

Quadro 7. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 6

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

98. O Eixo 7 do PO Centro visa sobretudo intervir na recuperação e valorização do património natural e cultural e na requalificação do espaço urbano da Região nos centros urbanos complementares, e conta com uma taxa de compromisso ligeiramente inferior à média do Programa (99% vs 112%) e de realização ligeiramente acima (57% vs 55%).
99. **A análise dos AAC demonstra a elevada adesão dos públicos-alvo aos instrumentos mobilizados** (os 14 AAC lançados neste Eixo receberam, sem exceção, candidaturas que igual ou ultrapassam a dotação), porém, enquanto que no caso do património natural e cultural os instrumentos revelaram-se eficazes para captar procura qualificada (apesar da taxa de admissibilidade mais reduzida do Eixo), no caso da reabilitação urbana os índices de procura qualificada situaram-se em níveis inferiores (apenas 4 dos 9 AAC decididos igualaram ou ultrapassaram a barreira dos 75%). Sem prejuízo disso, **a generalidade das metas encontra-se largamente ultrapassadas** (Quadro 8), mesmo num cenário de revisão em alta de 50% das metas definidas para este Eixo, **refletindo uma procura e níveis de realização elevados e acima do estimado na fase de programação**.
100. Apesar da forte aposta na reabilitação e valorização do património natural e cultural (95 milhões de euros e de operações aprovadas) a taxa de realização destas operações é ainda relativamente baixa (40%) e os resultados da auscultação sugerem que a meta de aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiadas pelos apoios pode não verificar em resultado dos impactos da pandemia na contração da procura de turistas (de acordo com a AG do PO Centro).
101. **Os resultados dos inquéritos são coerentes com a valorização e priorização da intervenção no património cultural e natural, ao apontarem para um contributo extremamente relevante para a sua valorização** (cerca de 80% a 90% dos promotores afirma que os seus projetos contribuem ou contribuem muito para esse tipo de objetivos; Figura A20) reconhecendo, porém, um contributo mais limitado para a diversificação de produtos e aumento da estada de turistas (só 65% dos promotores o afirmam) e o impacto da pandemia no

¹¹ Neste indicador parte-se de um valor de referência de 156 880 TEP e a meta definida é de 109 746 TEP, pelo que a taxa de realização física se calcula com base na redução absoluta verificada entre o valor de referência e o verificado (143 558 TEP) e a redução esperada, ou seja, a fórmula de cálculo é "Taxa de realização = (valor de referência - valor à data de corte) / (valor de referência - valor da meta definida para 2023). Neste caso a redução verificada é inferior à meta definida (o valor real à data de corte é inferior ao da meta definida), pelo que a taxa de realização é inferior a 100%. Dados disponíveis a 2019.

desenvolvimento dos projetos (cerca de 25% dos promotores com projetos no Eixo 7 afirma ter sido um fator que condicionou).

102. Este Eixo foi ainda sujeito a várias reprogramações que aumentaram a sua dotação em cerca de 64 milhões com vista a responder a diferentes alterações de contexto, como sejam a emergência de necessidades decorrentes dos incêndios de 2017, com reflexos em novas tipologias de operação introduzidas (em 2017 para recuperar infraestruturas afetadas e em 2018 para complementar as ações de prevenção de incêndios apoiadas pelo PO SEUR), a insuficiência dos fundos alocados às entidades regionais com (novas) competências em matéria de conservação e valorização do património regional, que motivaram, genericamente boa adesão.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Sustentabilidade ambiental, energia e coesão territorial								
7	6c	Resultado	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros		Milhares	4.100 - 4.300	5 758	137%
		Realização	Turismo sustentável Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de apoio		Visitas/ano	600 000 🟢	868 706	145%
	6e	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano		1 a 10	>=2	N/A	N/A
		Realização	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas		m ²	590 000 🟢	1 174 250	199%
		Realização	Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas		m ²	12 000 🟢	89 850	749%

Quadro 8. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 - Eixo 7

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. 🟢 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 🟡 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

103. O Eixo 9 tem enfoque na regeneração e revitalização urbanas em centros urbanos de nível superior e nas comunidades desfavorecidas residentes, incluindo medidas de apoio à mobilidade urbana sustentável, ambos inseridos nas estratégias territoriais integradas, e apresenta uma taxa de compromisso marginalmente inferior à dotação do Eixo (93%) e de realização que compara bem com a média do Programa (64% vs 55%), o que corrobora a perceção da AG quanto à ausência de impactos relevantes dos prazos de elaboração dos instrumentos territoriais no desenvolvimento dos projetos (refutando-se assim o risco RE I.2).
104. Os AAC lançados no âmbito deste Eixo revelaram-se menos eficazes em captar procura e procura qualificada comparando com outros eixos e com a média do PO, uma vez que apenas os AAC no âmbito da regeneração urbana (PI 6.5) captaram índices de procura qualificada iguais ou superiores a 75% em 66% dos AAC (em linha com a média do PO). Este Eixo apresenta uma taxa de aprovação bruta próximas de 100% (97%), revelando uma adequação das candidaturas às condições de elegibilidade e critérios de mérito dos AAC, ao qual mais uma vez não serão indiferentes os processos prévios de planeamento territorial que subjazem às intervenções deste Eixo.
105. **Mesmo considerando a menor eficácia na captação de procura qualificada, a adesão verificada e a capacidade de execução medida pela taxa de realização das diferentes PI do Eixo permitiram que a globalidade das metas dos indicadores de realização** (a maior parte dos indicadores de resultado não são ainda observáveis), estejam alcançadas (Quadro 9).
106. No caso dos apoios à promoção de estratégias de baixo teor em carbono, em particular a mobilidade urbana, foram aprovadas 59 operações inseridas nos PAMUS, com um apoio de 31 milhões de euros. A taxa de aprovação bruta fixou-se em 94% o que reflete a adequação das candidaturas às condições de elegibilidade e de mérito estabelecidas nos AAC. **Apesar de esta PI ter revelado índices de procura qualificada**

relativamente menores nos 4 AAC decididos e de a taxa de realização financeira à data de corte ser a mais baixa do Eixo (52%), a realização dos indicadores estabelecidos à data de corte abre boas perspectivas de alcance até ao fecho do PO, com 7 dos 8 planos de mobilidade urbana sustentável já implementados, o que é corroborado pelos resultados dos inquéritos, com cerca de 90% dos promotores a estimar cumprir ou mesmo superar as metas contratadas.

107. **No que respeita à reabilitação urbana (PI 6e) a generalidade das métricas passíveis de análise aponta para a eficácia global das intervenções, mesmo num quadro de níveis de procura qualificada abaixo das expectativas** (em média os três AAC decididos captaram uma procura qualificada pouco superior a 60% da dotação). Foram aprovadas 186 operações correspondendo a cerca de 165 milhões de euros de apoio aprovado; a taxa de aprovação bruta das operações fixou-se em 97% e a taxa de realização financeira é a mais elevada do Eixo e acima da média do Programa (66%). Tal resulta na larga ultrapassagem das metas definidas em termos de reabilitação/ renovação de espaços abertos e edifícios públicos ou comerciais, o que revela uma subestimação inicial das metas, no momento de programação, conforme aferido junto da AG do PO Centro.
108. Ainda no âmbito desta PI **destaca-se a distância face às metas no que respeita ao indicador de habitações reabilitadas em áreas urbanas, que constitui uma exceção, uma vez que dificilmente será atingida e obrigará a reprogramação em baixa**, em resultado da baixa adesão ao instrumento financeiro (IFFRU). De acordo com a perceção da AG, a procura por este instrumento revelou-se bastante abaixo do esperado no momento da programação, uma vez que os apoios eram restritos a habitação com renda apoiada (vulgo habitação social), sendo que muitas destas intervenções encontraram elegibilidade no âmbito da PI 9.b. Assim, ou os públicos-alvo (autarquias) não tinham habitação social no seu município, ou viram as suas necessidades de intervenção neste âmbito cobertas pelos apoios dirigidos às comunidades desfavorecidas.
109. **A maioria dos promotores empresariais não considerou a adesão da banca comercial ao instrumento IFFRU 2020 como um fator condicionador do arranque e implementação dos projetos** (apenas 5% o afirmaram; Figura A27). Apesar a reduzida adesão ao instrumento (índice de procura qualificada fixou-se em cerca de 65% e níveis de realização em cerca de 42%), os fatores que explicam a menor adesão e os resultados dos inquéritos permitem concluir pela não verificação do risco RE I.1 “Reduzida recetividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão aos IF”, uma vez que radicam sobretudo na complexidade da burocracia associada (mas necessária neste caso em concreto) para a instrução de candidaturas e na condição de elegibilidade do IFFRU às operações previstas nos PARU (e não apenas inseridas nas ARU), de acordo com o recolhido em sede de *focus group*.
110. Os AAC no domínio do apoio às comunidades desfavorecidas (PI 9b), mais concretamente nos apoios à revitalização urbana e de habitação social, verificaram níveis de procura qualificada abaixo do esperado (apenas 1 dos 3 AAC lançados captou procura qualificada acima de 75% da dotação do AAC). Porém, a totalidade das candidaturas que passaram análise de mérito forma admitidas e aprovadas, decorrendo a execução física e financeira destas operações a bom ritmo, como demonstram a taxa de realização financeira acima da média do Programa (64%) e a superação das metas definidas no âmbito deste Eixo/PI, evidenciando igualmente uma subestimação das metas em sede de programação, conforme corroborado pela AG. **O alcance do triplo da meta definida no âmbito da reabilitação de habitação social terá sido influenciado pelo largo espectro de elegibilidades neste âmbito, nesta PI** (e.g. inclui eficiência energética) **que motivou um afunilamento das intervenções neste tipo de habitação para os apoios concedidos nesta PI.**

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Sustentabilidade ambiental, energia e coesão territorial								
9	4e	Resultado	Emissão estimada dos gases com efeito estufa		t CO2 eq.	n.d	16 868 858	-
		Realização	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados		Nº	8	7	88%
	6e	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano		1 a 10	>=2	N/A	N/A

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
		Realização	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas		m ²	970 000 ⬆️	1 691 625	174%
			Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas		m ²	55 000	117 104	213%
			Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas		Nº	186 ⬇️	64	34%
	9b	Resultado	Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção		1 a 10	>=2	N/A	N/A
		Realização	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas		m ²	114 000 ⬆️	273 803	240%
Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas			Nº	165 ⬆️	591	358%		

Quadro 9. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 9

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. ⬇️ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. ⬆️ Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

Coessão Social

111. O Eixo 5 visa apoiar ações de promoção do combate à pobreza, da empregabilidade e inclusão numa lógica integrada, mobilizando apoios FEDER e FSE num total de 169 milhões de euros, por forma a promover sinergias entre apoios a investimentos materiais e nos recursos humanos da Região, incluindo diversas tipologias de operação como sejam o apoio a infraestruturas de saúde e sociais, a promoção do empreendedorismo e desenvolvimento de base local, medidas de combate ao insucesso escolar ou à inclusão ativa de desempregados, desempregados de longa duração e outros grupos vulneráveis. Este Eixo apresenta a taxa de compromisso mais elevada do Eixo (135%), mas uma das mais baixas taxas de realização (40%).
112. **O total de 111 AAC (na sua maioria no contexto das DLBC) decididos no âmbito deste Eixo revelaram índices de procura e procura qualificada assinaláveis** (mais de 80% dos AAC com níveis de procura acima dos 75% da dotação; cerca de 70% dos AAC com procura qualificada acima de 75% da dotação), revelando a adequação dos instrumentos às necessidades da Região e dos atores locais, em particular no caso das infraestruturas e equipamentos de saúde e sociais, onde 100% dos AAC tiveram níveis de procura/ procura qualificada acima da 75%.
113. De referir que este Eixo foi alvo de diversas reprogramações, de onde se destaca a subida da dotação afeta a infraestruturas e equipamentos de saúde e sociais num quadro de priorização desta área pelo PO, em primeiro lugar, e em segundo pela necessidade de reforçar estes apoios no contexto das necessidades decorrentes da pandemia COVID-19.
114. **Os níveis de adesão verificados, mesmo num quadro de baixa realização financeira do Eixo (40%), permitiram o alcance generalizado das metas dos indicadores definidos (Quadro 10)**, mesmo num quadro de revisão em alta dessas metas em alguns indicadores.
115. No domínio do apoio às infraestruturas e equipamentos de saúde e sociais (PI 9a), **as metas encontram-se todas ultrapassadas, em resultado de uma forte aposta e assunção de competências dos municípios nesta área**, num quadro de evidentes níveis de degradação e desadequação dos equipamentos pré-existentes aos apoios, em resultado do desinvestimento da Administração Pública Central nos anos de crise que antecederam o arranque da operação do PO.
116. No caso das medidas de combate ao insucesso escolar e inclusão ativa (PI 9i), os AAC lançados motivaram níveis de procura qualificada satisfatórios (67% dos AAC com índices iguais a 75% ou superiores à dotação), apesar da mais elevada taxa de desistências do Programa verificada na TI “Inclusão ativa de grupos vulneráveis” (76% das candidaturas). **A procura verificada no âmbito das medidas de apoio à inclusão ativa e elevada taxa de realização (92%) permitiram já alcançar a meta do indicador de realização, enquanto a de resultado (apenas apurado no caso do trabalho socialmente necessário), o nível de realização se situa próximo dos 90%**. Nesta PI, 85% dos promotores afirmam esperar cumprir as metas em linha com o contratado (Figura A13), o que abre boas perspectivas de alcance generalizado das metas.

117. Destaque ainda para as medidas de apoio ao empreendedorismo de base local e ao emprego (PI 9vi), que se encontram ainda distantes da meta definida. Apesar de, neste Eixo/ PI existirem cerca de 1.000 candidaturas aprovadas, verificam-se mais de 700 sem qualquer execução financeira reportada, podendo indiciar que as operações não chegaram sequer a ter início e levar à rescisão/ anulação na sequência da reativação da Bolsa de Recuperação, pelo que deve motivar a identificação das operações não iniciadas / que não vão ser executadas e respetivo reflexo no cumprimento da meta, revendo-a em baixa se necessário.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Coesão Social								
5	9a	Resultado	Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde		%	72	121	167%
		Realização	Saúde: População abrangida por serviços de saúde melhorados		Nº	345 000	395 872	115%
			Equipamentos sociais apoiados		Nº	80	89	111%
			Equipamentos de saúde apoiados		Nº	57	79	139%
	9d	Resultado	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado		Nº	2	N/A	N/A
		Realização	Estratégias DLBC apoiadas		Nº	15	29	193%
	9i	Resultado	Alunos das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudo		%	78	N/A	N/A
			Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário		%	42	36,86	88%
		Realização	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário		Nº	16 000	16 376	102%
	9iv	Resultado	Proporção de utentes das ERPI testados para diagnóstico à COVID-19 (incluindo teste de anticorpos)		%	70	0	0%
		Realização	Capacidade de teste suportada para COVID-19		Nº	57 000	0	0%
			Valor das ações do FSE para combater os efeitos do COVID-19		1000€	5 000	0	0%
	9vi	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio		%	50	N/A	N/A
Realização		Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego		Nº	1 000	707	71%	

Quadro 10. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 5

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. 📉 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 📈 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

118. Por fim, de referir que no âmbito da reprogramação de 2020 foi inserida a PI 9iv destinada a financiar as despesas excecionais incorridas por municípios, CIM e entidades do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para fazer face às necessidades decorrentes da pandemia, como por exemplo o reforço da capacidade de testagem, mas relativamente à qual não foi lançado qualquer AAC, devendo motivar a reafectação dos cinco milhões de euros a outras prioridades. Segundo a AG, tal situação verificou-se também noutros PO Regionais, em virtude de se ter concluído pela manifesta insuficiência dos recursos alocados para compensar as despesas incorridas.

Capacitação Institucional

119. O Eixo 8 dedicado à modernização administrativa e capacitação da administração pública regional mobiliza cerca de 36 milhões de euros de FEDER e FSE. Neste Eixo foram lançados 13 AAC que motivaram boa adesão, ainda que com níveis de procura qualificada menos positivos o que a crescer à reduzida taxa de realização das

operações (40%, uma das mais baixas do PO), motivou a reafecção de verbas, essencialmente na reprogramação de 2021 (redução de cerca de 10 milhões de euros) para reforço de medidas destinadas à manutenção do emprego na retoma da atividade provocada pela pandemia (Eixo 4).

120. **O número de serviços apoiados encontra-se marginalmente abaixo da meta definida, refletindo por um lado a boa adesão a este tipo de apoios** (apesar a procura qualificada terem ficado aquém da dotação disponibilizada) **e, por outro, a elevada taxa de realização destas operações** (70%). O número de câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários online fixou-se ligeiramente acima da meta definida, refletindo estes dois indicadores no seu conjunto, um esforço bem-sucedido de reforçar a disponibilização de serviços online a cidadãos e empresas. Por oposição, **os apoios que visam a capacitação das instituições e a formação dos seus trabalhadores estão ainda distantes das metas definidas, mesmo após sucessivas revisões em baixa dos indicadores**. Em ambos os casos, perspectiva-se o cumprimento das metas, uma vez que as candidaturas aprovadas permitirão que tal aconteça. Em todo o caso, a distância face às metas sugere a necessidade de acompanhamento próximo da execução por parte da AG.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Capacitação Institucional								
8	11i	Resultado	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação		%	75 - 85	N/A	N/A
		Realização	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização		Nº	2 000📉	0	0%
	11ii	Resultado	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados		Nº	67📈	20	30%
		Realização	Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados		Nº	28📈	22	79%
	2c	Resultado	Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras		%	60 - 70	81	108%
			Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos		%	55 - 60	34,8	61%
		Realização	Serviços da administração pública apoiados		Nº	150📈	142	95%

Quadro 11. Indicadores e respetiva concretização a 31/12/2021 – Eixo 8

Nota: A verde, indicadores com 80% ou mais de realização. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. 📉 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 📈 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

121. No que respeita à formação de trabalhadores em funções públicas o número de trabalhadores formados à data de corte era mesmo zero, **o que reflete essencialmente a aprovação tardia dos apoios neste âmbito (apenas em agosto de 2021), mas também os atrasos na implementação motivados pela pandemia**.
122. No que respeita à capacitação institucional, o número de projetos apoiados à data de corte traduz-se numa taxa de realização de 79%, não se antevendo constrangimentos em alcançar a meta. Apesar da maior distância face à meta no indicador relativo às instituições envolvidas em projetos de promoção da capacitação institucional, motivada sobretudo por atrasos na implementação e por muitas das instituições envolvidas não serem beneficiárias, nem contabilizadas, também neste caso os AAC motivaram boa adesão, perspectivando-se que as candidaturas aprovadas permitam o alcance da meta. Tanto no caso deste indicador, como no da formação de trabalhadores, as perspetivas da AG, suportada pelas operações contratadas e perspetivas de execução, e dos

promotores, captada nos inquéritos, revela otimismo quanto ao alcance das metas, o que não dispensa um próximo acompanhamento da execução em face da distância verificada.

3.2. Questão de avaliação 2 – Eficiência

QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo Centro 2020, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

Resumo

De acordo com o exercício avaliativo desenvolvido, os recursos mobilizados pelo PO Centro neste período comunitário apresentaram-se determinantes para a prossecução do investimento regional, assumindo mesmo uma importância vital, sem o qual grande parte dos investimentos realizados não teria sido concretizado.

As evidências recolhidas pela equipa de avaliação ao nível da eficiência na aplicação dos permitem concluir que os recursos mobilizados e os resultados gerados pelo POR Centro 2014-2020 revelam-se adequados na maioria das PI e dos OE face aos objetivos a prosseguir e aos desafios e às oportunidades em presença. Ainda assim, os recursos financeiros alocados foram manifestamente insuficientes considerando a intensidade e heterogeneidade dos desafios que a Região enfrenta, com especial relevância para a incapacidade de reduzir as assimetrias regionais, uma vez que a generalidade do território do interior se apresenta fortemente envelhecido e despovoado, mas considerando ainda as necessidades ao nível da qualificação e especialização dos recursos humanos, a par com a emergência de novos constrangimentos, muitos dos quais totalmente imprevisíveis.

A análise por prioridade de investimento e por tipologia de intervenção releva a amplitude e a disparidade de apoios, observando-se a coexistência de investimentos de elevada dimensão financeira com outros de menor escala. Ainda que os custos não possam ser sempre comparáveis entre operações da mesma tipologia de intervenção, dadas as especificidades associadas aos diferentes investimentos, dificultando uma avaliação da razoabilidade dos custos, existem *outliers* em muitas das operações, com valores expressivos em termos de investimento (superiores ou inferiores) face ao custo médio.

O PO apresentou uma elevada capacidade adaptativa para responder aos desafios que se foram colocando. No entanto, a triangulação da informação (cálculo de custos médios por Tipologia de Operação e por Eixo, com base no SI, auscultação de atores estratégicos e bibliografia) demonstrou que a insuficiência de recursos penalizou globalmente o alcance dos resultados alcançados, de forma mais expressiva no caso dos Eixos 1, 3 e 7.

Mas se as múltiplas evidências recolhidas foram consensuais quanto ao facto das diferentes formas de apoio comunitário incentivarem determinadamente o investimento ao nível regional, foram sinalizados aspetos possíveis de melhorar de forma a assegurar uma maior otimização dos recursos mobilizados, com destaque para a necessidade de maiores níveis de qualificação e informação dos recursos humanos afetos à operacionalização dos apoios comunitários e, ao mesmo tempo, de maiores níveis de acompanhamento.

Releva o fato de os IF apresentarem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, o que permitiu, em parte, mitigar falhas de mercado inibidoras da procura. Esta constitui uma vantagem e fator diferenciador dos mesmos, tendo ainda beneficiado de um trabalho de divulgação, com realização de sessões de esclarecimento fundamentais para a clarificação dos *stakeholders* ao nível regional. Revelam-se como particularmente vantajosas as condições de financiamento dos IF direcionados para a habitação particular face às disponibilizadas pela oferta bancária tradicional.

Os Instrumentos Financeiros apresentaram condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar falhas de mercado inibidoras da procura, não obstante, alguns constrangimentos apresentados passíveis de melhoria.

123. Globalmente os Instrumentos Financeiros (IF) apresentaram condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar falhas de mercado com potencial efetivo de inibição da procura.
124. No atual período de programação, as condições de financiamento dos IF, em especial os direcionados para a habitação revelaram-se particularmente vantajosas, comparativamente com as disponibilizadas pela oferta bancária tradicional, permitindo superar constrangimentos no acesso ao crédito, especialmente no que trata a alguns destinatários que, por falta de garantia, não conseguiriam aceder a empréstimos bancários. É precisamente ao nível das garantias que são mais evidentes os benefícios dos IF, na mitigação de falhas de

mercado, tendo possibilitado colmatar lacunas existentes no mercado, assim como alargar a concessão de empréstimos.

125. Os momentos de divulgação e clarificação dos *stakeholders*, ao nível regional, constituíram-se da maior relevância, refletindo-se na aceitação e execução dos IF verificada ao longo do período de programação.
126. Esta avaliação globalmente favorável dos IF é confirmada pela bibliografia de referência. Por exemplo, nas conclusões do estudo de “Avaliação da Implementação das Medidas de Reforço da Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono (OT4)” é reiterada a adequação das condições de financiamento mais atrativas dos IF face às disponibilizadas pelo mercado tradicional, centrais na facilitação do acesso ao crédito. Esta avaliação releva a confirmação da mitigação das falhas de mercado inibidoras de procura para a promoção da eficiência energética na habitação particular (associados à PI 4.2 e 4.3), referindo que “a resposta adequada às falhas de mercado existentes verificou-se através da atratividade das condições de financiamento dos IF e da criação de outras condições que permitem ultrapassar as dificuldades de mobilizar procura para formas de apoio ainda pouco ‘enraizadas’ nos potenciais promotores, mas com maior capacidade de alavancagem e mais eficientes do ponto de vista dos recursos públicos”.
127. O aumento muito acentuado das taxas de juro do mercado monetário no período mais recente, especialmente a partir do terceiro trimestre de 2022, com estimativas que apontam para a continuação dessa trajetória por algum tempo, acarretam previsivelmente impactos negativos nas condições de financiamento no mercado tradicional. Este contexto contribuiu para o assumir de uma nova relevância dos IF no atual período de programação e possivelmente no âmbito dos PO a implementar no contexto do PT2030, caso sejam adotados mecanismos e instrumentos financeiros idênticos.
128. Importa, no entanto, relevar que de acordo com a auscultação dos *stakeholders* e a bibliografia de referência, apesar da atratividade dos IF face a outras opções de financiamento disponíveis (condições de financiamento, recetividade da banca comercial, entre outros), estes não se encontram isentos de constrangimentos. A complexidade e exigência, em matéria de elegibilidades, foram os aspetos negativos mais salientados. No decurso das entrevistas foi apontada a coexistência de múltiplas entidades a gerirem os IF, com recursos a processos, documentação e prestações distintos, o que criou entropias e comprometeu a clareza dos procedimentos para todas as operações. Complementarmente, estes instrumentos foram ainda apontados como rígidos em termos territoriais.
129. Na “Avaliação Ex Ante dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020 – Lote 1. Instrumentos Financeiros para o Apoio Direto às Empresas”, destaca-se a necessidade de adotar estratégias mais flexíveis definidas para os IF dirigidos às empresas, mas também a necessidade da respetiva operacionalização assegurar um bom compromisso entre IF já utilizados no anterior período de programação (por exemplo, garantias com bonificação de juros, venture capital, etc.) e instrumentos mais inovadores (como a titularização de créditos), valorizando assim o capital de experiência e relacional acumulado no passado recente e ainda a necessidade de articulação estrita e virtuosa entre os IF a adotar e os restantes instrumentos do Portugal 2020 dirigidos às empresas, com particular destaque em relação aos sistemas de incentivos.
130. Face ao exposto, **confirma-se o PE.I.1. “Os IF possuem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras da procura (PI 6.5)”, não obstante algumas limitações e a necessidade de incorporação contínua de algumas mudanças que possibilitem tornar estes instrumentos cada vez mais eficientes.**

Os recursos mobilizados pelo PO Centro 2020 revelam-se globalmente adequados na maioria das TI e objetivos a prosseguir, muito embora a dotação financeira mobilizada pelo PO tenha sido insuficiente face às necessidades identificadas e aos constrangimentos e desafios com que a Região se depara.

131. A dotação do PO Centro 2020 foi determinante para os ganhos alcançados na Região Centro durante este período de apoio comunitário. Desde logo, considerando os resultados dos inquéritos empresariais 51% dos promotores não teria desenvolvido nenhum dos projetos se não tivesse tido apoio o suporte financeiro do PO.
132. Contudo, apesar da elevada dotação financeira do PO Centro no período 2014-2020, em alguns domínios não foi possível satisfazer na íntegra as necessidades efetivas regionais, sendo os apoios insuficientes para gerar

uma maior mudança e alavancagem do território. Os apoios, face à magnitude de debilidades e necessidades em alguns domínios, são sempre insuficientes (a dotação global do PO representava apenas 6,5% do VAB gerado na Região, em 2018). Ou seja, o Programa, no quadro dos montantes disponíveis, conseguiu assumir-se como um importante agente de mudança e ter um papel central para gerar novas dinâmicas no território, mas dificilmente seria possível resolver na íntegra os múltiplos constrangimentos que marcam a Região.

133. De acordo com o processo de *auscultação dos stakeholders* as insuficiências de verbas foram mais significativas nos territórios do interior, pelos seus múltiplos constrangimentos estruturais, e face à necessária mitigação das assimetrias regionais, mas também dos domínios do emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS, dimensões essenciais para a dinamização económica e melhoria da capacidade competitiva da Região.
134. O facto deste período comunitário ter ficado indelevelmente marcado por desafios acrescidos (numa primeira fase o crescimento acelerado da economia face ao previsto e mais recentemente a pandemia da COVID-19), teve também repercussões na adequação global da dotação financeira do programa.
135. Até à data de reporte da avaliação, o Programa alcançava um quantitativo muito elevado de operações aprovadas (9.626), que mobilizavam no total em termos de custo elegível aprovado 3.553.171.788€. Destacava-se amplamente o Eixo 2 - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional pelo maior quantitativo de operações aprovadas, correspondentes a 38,1% do total do PO Centro, e com efeito também em termos de custo elegível aprovado que totalizava 1.589.571.424€ (44,7% do total).
136. O cálculo dos custos médios por tipologia de operação e por eixo, que é apresentado, ficou naturalmente limitado pela data de corte da avaliação e pelos constrangimentos que marcaram este período, destacando-se a proximidade entre a pandemia, com início em março de 2020, e a data considerada de 31 de dezembro de 2021. Porém, são passíveis de identificar três conclusões:
- Identificam-se investimentos amplamente contrastantes em volume de operações apoiadas e de recursos financeiros alocados, conferindo ao Programa uma densidade e intensidade de investimentos heterógeno, mas absolutamente necessário, dada a diversidade de desafios e problemáticas coexistentes;
 - Observam-se custos unitários com elevada amplitude, o que terá necessariamente repercussões nos níveis de eficiência. Ainda que não seja possível realizar-se uma análise objetiva comparativa entre operações, atendendo às especificidades e pela diversidade a que cada uma responde, dificultando uma avaliação da razoabilidade dos custos unitários e do propósito deste exercício, identificam-se em todas as TI uma disparidade não negligenciável dos valores das operações (custo elegível aprovado);
 - Verifica-se que apenas em 18% das TI do Programa, há uma forte incidência de operações acima do custo médio (igual ou superior a 50%), o que não comprometendo a necessária heterogeneidade dos apoios assegurados pelo Programa, constitui um fator positivo a salientar.

Seguidamente apresenta-se o cálculo de custos médios por Eixo e por TI.

Eixo 1. Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

137. No domínio da investigação, desenvolvimento e inovação verifica-se que:
- a TI “Investigação científica e tecnológica” apresenta um valor médio por operação de 429.129,7€, com uma significativa amplitude de custos entre as operações com custo elegível aprovado mais elevado e mais reduzido, registando efetivamente a dispersão mais elevada de valores no Eixo (11.759.304,38€), o que resulta do apoio a um número considerável de projetos (168) e da própria heterogeneidade de operações apoiadas no âmbito da investigação científica e tecnológica;
 - a TI “Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico” é a que apresenta menor proporção de operações acima do custo médio (29%), no contexto do Eixo 1, muito embora seja a segunda que regista maior dispersão dos valores das operações;
 - a TI “Atividades de I&D empresarial” apresenta o maior valor de operações (359) no contexto do Eixo 1 indicando a relevância dada às atividades de I&D empresarial como forma de alavancar o crescimento económico e subsequentemente o desenvolvimento regional do Centro;

- a TI “Investimento empresarial em inovação de não PME” teve 35 operações até à data de corte, verificando-se que 48,6% constituíram operações acima do custo médio;
- nas TI “Atividades de I&D empresarial – CRII”, “Investimento empresarial em inovação de não PME – CRII” e “Investigação científica e tecnológica – CRII” o valor médio por operação apresenta-se similar (entre os 271.988,6€ e os 299.540,5€) e configuram os mais baixos do Eixo. A duas últimas TI apresentam, no entanto, um quantitativo de operações bastante menor (8 e 2 respetivamente).

Eixo 02 - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

138. No domínio da competitividade e da internacionalização da economia regional observa-se que:

- a TI “Empreendedorismo qualificado e criativo” apresenta o menor quantitativo de operações do Eixo 2, ainda assim um valor consideravelmente significativo (290). Ainda assim, esta TI detém a segunda maior dispersão dos valores das operações;
- a TI Internacionalização das PME e a TI Qualificação e inovação das PME agregam um quantitativo de operações, à data de corte, acima de um milhar, o que constitui os valores mais elevados do Eixo, assim como do PO Centro. Tal facto é sintomático da relevância afeta no PO à internacionalização das PME, mas especialmente à sua qualificação e inovação, evidência corroborada durante as entrevistas. Consequentemente, é na TI Qualificação e inovação das PME, aquela que detém o número de operações mais elevado (1600) que se regista a operação com o custo elegível aprovado mais elevado do PO (63.911.428,57€). Apesar da amplitude significativa entre os valores das operações, de notar que em cada uma das TI mais de 60% das operações se encontram abaixo do custo médio;
- a TI “CRII - Qualificação e inovação das PME” é das quatro do Eixo 2 a que detém o menor valor médio por operação, assim como aquela com menor proporção de operações acima do custo médio, o que se traduz na menor dispersão dos valores das operações.

Eixo 03 - Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

139. No domínio do desenvolvimento do potencial humano constata-se que:

- a TI “Redução do abandono escolar”, TI “Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade)” e TI “Infraestruturas de ensino básico e secundário” caracterizam-se por apresentarem assinaláveis dispersões dos valores das operações, com níveis de amplitude similares entre si. Ainda assim, a TI “Infraestruturas de ensino básico e secundário embora apresentando o quantitativo de operações mais elevado do Eixo (274) é das três a que detém menor proporção de operações acima do custo médio;
- a TI “Redução do abandono escolar” abrange apenas uma única operação na área da formação avançada, apresentando por isso o valor médio por operação mais elevado do Eixo e do PO (66.958.875,00€);
- as TI “Ensino profissional para jovens” e “Equipamentos de ensino superior” detém as menores amplitudes dos valores das operações no Eixo 3 indissociável de deterem apoiado um quantitativo de operações relativamente circunscrito (17 e 7 respetivamente). Ainda assim, verifica-se no caso da TI “Ensino profissional para jovens” que uma proporção significativa das operações se encontra acima do custo médio (41,2%);
- A TI “CRII – Transição Digital da Educação” ainda que contabilizando apenas 3 operações, apresenta um valor médio por operação substancialmente elevado (5 625 570,67€), refletindo a abrangência e os custos elevados da transição digital na educação. Ainda assim e como confirmado pelos *stakeholders*, um custo que se entende fulcral, dado o carácter estratégico das operações que concorrem para o desenvolvimento das competências digitais na sociedade em geral, mas primordialmente ao nível da educação.

Eixo 04 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

140. No domínio da promoção e dinamização da empregabilidade constata-se que:

- a TI “CRII medidas de apoio à manutenção do emprego” é a que apresenta o valor médio por operação mais elevado (40.778.258,00€), no Eixo 4, situação que resulta do baixo número de operações (2), acompanhado da maior amplitude dos valores das operações do Eixo;
- nas TI “Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos” e “Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS” observam-se as seguintes mais elevadas dispersões dos valores das operações, no entanto, enquanto a TI “Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS” apresenta um razoável valor médio por operação, o da TI “Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos” constitui-se substancialmente elevado (1 436 870,46€). Esta discrepância fundamenta-se pela tipologia de investimento subjacente à TI 28, que inclui intervenções em geral multidimensionais e de complexidade substancialmente superiores;
- as TI “Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral”, “Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas”, “Promoção de microempreendedorismo”, “Formação de empresários e trabalhadores das empresas” e “CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)” detêm considerável homogeneidade na dispersão dos valores das operações. Neste âmbito, é nas TI “Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas” e “Formação de empresários e trabalhadores das empresas” que se encontram os menores valores médios por operação, sendo também a proporção de operações acima do custo médio consideravelmente reduzido (23,1% e 31,1%).

Eixo 05 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

141. No domínio do fortalecimento da coesão social e territorial constata-se que:

- a TI “Inclusão ativa de grupos vulneráveis” é a que apresenta o maior valor médio por operação no Eixo 5, o que resulta primordialmente do reduzido número de operações (3). Ainda assim, detém uma assinalável dispersão dos valores das operações, associado à existência de um grande projeto estrutural apoiado no valor de 29576217,00€, pois os restantes dois projetos apresentam-se com uma quantia substancialmente inferior e similar;
- na TI “Intervenções integradas em territórios vulneráveis” foram aprovadas 13 operações, que apresentam um valor médio de 798.383,00€, sendo que apenas 30,8% destas se encontram acima do custo médio;
- nas TI relativas ao desenvolvimento socioeconómico de base local agregam-se a maior concentração de operações do Eixo 5 (1.539), mas observa-se a menor amplitude dos valores das operações. Ainda assim, aproximadamente metade das operações encontram-se acima do custo médio;
- a TI “Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde” detém a segunda maior concentração de operações do Eixo 5, ainda que substancialmente inferior aos das TI “Desenvolvimento socioeconómico de base local”. Apesar da dispersão relativamente significativa dos valores das operações, a mais acentuada do Eixo 5, importa ressaltar que apenas 22,8% das operações se encontram acima do custo médio, constando-se assim que apesar dos custos mais elevados de alguns projetos apoiados ao nível das infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde, tendencialmente estes apresentam-se homogêneos.

Eixo 06 - Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

142. No domínio da sustentabilidade dos recursos importa destacar o seguinte:

- a TI “Eficiência energética nas empresas” é a que apresenta menor amplitude dos valores das operações no Eixo 6, assim como o valor médio por operação mais reduzido. Ainda que com um circunscrito número de operações aprovadas (5), diretamente associada à tipologia de intervenção centradas na eficiência energética nas empresas, a maioria destas encontra-se acima do custo médio (60%), evidenciando assim as dissemelhanças entre as operações aprovadas;
- na TI “Eficiência energética nas infraestruturas públicas” foram apoiadas 39 operações, o que constitui um dado satisfatório, especialmente quando comparado com o apoio em matéria de eficiência energética no tecido empresarial (5 operações na TI 2) ou nas habitações (32 operações na TI4). Muito

embora apenas 28,2% das operações se encontrem acima do custo médio, a amplitude dos valores das operações é um dos mais elevados do Eixo 6;

- a TI “Eficiência energética nas habitações” apresenta um valor médio por operação de 459.609,09€, com uma elevada amplitude de valores das operações, o mais alto do Eixo 6;
- na TI “Mobilidade urbana sustentável” foram apoiadas 53 operações até à data de corte, o quantitativo mais elevado do Eixo 6, com um valor médio por operação de 587.809,45€ também este o mais elevado do Eixo. Consequentemente 39,6% das operações encontravam-se acima do custo médio.

Eixo 07 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

143. No domínio da afirmação da sustentabilidade dos territórios verifica-se que:

- a TI “Património natural e cultural” agregava 198 operações aprovadas à data de corte, com um custo médio por operação de 556.642,31€. Apesar da amplitude muito significativa entre os valores das operações, importa salientar que apenas 23,7% destas se encontrava acima dos custos médios da TI, indicando consequentemente a existência de alguns projetos com custos mais acentuados;
- a TI “Reabilitação urbana” é a que concentrava maior volume de operações apoiadas (244) no Eixo7, sintomático da expressividade da tipologia da reabilitação urbana no PO. Com um custo médio de 474.928,57€ por operação, detinha a maior dispersão dos valores das operações;
- a TI “Monitorização da qualidade do ar” tinha apenas uma operação aprovada, à data de corte da avaliação, com um custo de 400 471,00€.

Eixo 08 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

144. No domínio do reforço da capacitação institucional das entidades regionais constatava-se:

- a TI “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” tinha 28 operações apoiadas aprovadas, com um custo médio consideravelmente elevado (1.057.170,57€), o mais alto do Eixo 8, situação usual nas operações de promoção das TIC. Consequentemente, é também esta TI que apresenta a mais elevada dispersão dos valores das operações;
- a TI “Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos” apresentava à data de corte 16 operações aprovadas, ainda que com um custo médio por operação significativo (695.200,38€). Salienta-se, no entanto, a elevada dispersão dos valores das operações;
- a TI “Formação dos trabalhadores da AP” era a que tinha o mais reduzido volume de operações aprovadas (8), cada uma com um valor médio reduzido (275.002,50€), ainda que metade destas se encontrasse acima do custo médio;
- na TI “Capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais” estava aprovado o maior quantitativo de operações do Eixo 8 (39), à data de corte da avaliação, com um razoável valor médio por operação. Apesar da dispersão dos valores das operações ser bastante considerável, apenas 15% destas se encontrava acima do custo médio.

Eixo 09 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)

145. No domínio do reforço da rede urbana observava-se que:

- a TI “Mobilidade urbana sustentável” tinha 59 operações aprovadas, com um custo médio de 618.354,42€. Maioritariamente as operações encontravam-se abaixo do custo médio, com apenas 30,5% a estarem acima desse valor;
- a TI “Reabilitação urbana” era a que agregava maior quantitativo de operações aprovadas no Eixo 9 (186) evidenciando, uma vez mais, a relevância dada às operações da reabilitação urbana. Ainda que apenas 32,8% das operações se encontrasse acima do custo médio, o valor médio por operação apresentava-se bastante elevado (1 108 569,25€) situação que resulta da tipologia de intervenção em causa, mas reflete também a subida dos custos de construção observado durante o período 2014-2020;

- a TI “Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas” tinha 51 operações, o que constitui um valor satisfatório face à tipologia de operação centrada na regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas. O valor médio por operação era de 446.567,43€, sendo que apenas 35,3% se encontrava acima do custo médio.
146. Complementarmente a esta análise quantitativa suportada em dados do sistema de informação do PO, desenvolveu-se uma análise qualitativa baseada em metodologias diversas, com vista a aferir se a dotação financeira comparativamente às necessidades identificadas na Região Centro compromete o impacto das intervenções. Em resultado das mesmas, em particular dos resultados das entrevistas, identificou-se como aspeto crítico a **crecente insuficiência de recursos humanos nas mais diversas áreas e de forma transversal ao PO Centro**, não constituindo este um constrangimento específico de uma TI ou Eixo. As consequências desta debilidade, que não só a Região enfrenta, como também a generalidade do país, evidenciam-se de múltiplas formas, nomeadamente, nas **dificuldades técnicas em responder às exigências do quadro comunitário e do PO, assim como na pressão acrescida sobre os recursos humanos alocados**.
147. Considerando a análise desenvolvida, confirma-se o **PII.2. “As diferentes formas de apoio constituem-se como incentivo efetivo ao investimento, permitindo a otimização dos recursos”**. Sem as diferentes formas de apoio mobilizadas pelo PO muito do investimento regional realizado no período 2014-2020 não teria sido possível. Para uma maior otimização dos recursos mobilizados, é fundamental garantir **maiores níveis de qualificação e informação dos recursos humanos afetos à operacionalização dos apoios comunitários e, ao mesmo tempo, maiores níveis de acompanhamento**.
148. Apesar da importância do financiamento subjacente ao Programa, confirmou-se o **RIII.1. A dotação financeira comparativamente às necessidades identificadas compromete o impacto das intervenções (o apoio público concedido não é o necessário para produzir os efeitos esperados)**, uma vez que os montantes afetos foram manifestamente insuficientes considerando a amplitude das necessidades de investimento presentes na Região Centro. Sendo esta uma evidência transversal ao Programa, revelou-se mais pertinente no âmbito dos Eixos 1, 3 e 7.
149. A insuficiência de recursos financeiros alocados no caso do Eixo 1 decorrem, em especial, das necessidades existentes e da elevada procura verificada em algumas TI, ainda que a heterogeneidade regional de promotores possa ser mais circunscrita do que o desejável.
150. No caso do Eixo 3, a escassez de recursos financeiros resultou primordialmente da ausência ou rarefação de investimento nacional em algumas áreas de política pública no decurso das últimas décadas, como é o caso das infraestruturas e equipamentos especialmente da educação e da saúde. No PT2020 verificou-se um desígnio nacional de alargamento da capacidade do ensino pré-escolar, centrado na universalização do acesso como forma de melhor preparar as crianças para a sua trajetória e sucesso educativo e harmonioso desenvolvimento infantil. Consequentemente, verificaram-se elevados níveis de adesão, superando-se os objetivos/metapas definidas, em sede de programação. Ainda assim, no domínio da educação existe ainda muito por fazer na reabilitação dos equipamentos escolares, dispondo o Governo e ANMP de uma listagem de escolas de 2.º e 3.º ciclo e de escolas secundárias com necessidades de intervenção urgentes que importará colmatar no curto e médio prazo, ressaltando o papel que os equipamentos escolares, quando devidamente qualificados e apetrechados podem desempenhar nas trajetórias de sucesso educativo das crianças e jovens, devendo por isso esta constituir uma prioridade de investimento a acautelar. No domínio da saúde verificou-se uma crescente pressão social face à insuficiente resposta dos cuidados de saúde ao nível nacional, mas também regional, decorrente dos níveis de degradação e desinvestimento do Estado Central, no decurso dos últimos anos/décadas mais recentes. A par com os efeitos multiplicadores decorrentes da Pandemia da COVID-19 traduziu-se numa crescente priorização política deste domínio, que resultou na celebração de protocolos com municípios que avançaram para este tipo de intervenções em maior escala que o esperado.
151. Por fim, a insuficiência de recursos financeiros alocados ao Eixo 7 são explicadas primordialmente pelos constrangimentos estruturais que a Região enfrenta e que se têm agudizado desde o início do século XXI. Apesar do investimento realizado ao nível deste Eixo ter produzido um forte impacto um pouco por toda a região contribuindo para uma assinalável qualificação e revitalização do território, em particular, pelas condições subjacentes ao desenho dos instrumentos, como se verificou na área da reabilitação e da regeneração urbana,

não obstante, a Região continua a confrontar-se com sérias dificuldades de reter a população e o envelhecimento populacional e despovoamento de extensas áreas territoriais são hoje um enorme desafio, em especial nos territórios do interior. Assim, os investimentos foram fulcrais, mas as verbas disponibilizadas são ainda insuficientes.

A operacionalização do PO Centro confrontou-se com situações de ineficiência na utilização dos recursos, associados a fatores endógenos e exógenos, que acometem a sua eficiência. Embora alguns sejam passíveis de incorporação de melhorias, outros afiguram-se complexos e detentores de uma imprevisibilidade que extravasa a própria ação do Programa.

152. O PO Centro afirma-se como um instrumento da maior relevância para o desenvolvimento regional e promoção da coesão social na Região, que apresenta um **desempenho eficiente, beneficiando de uma vasta experiência de trabalho acumulada ao longo de programas anteriores e da incorporação de melhorias contínuas e reajustamentos, sempre que considerado necessário**. Porém, coexistem situações de ineficiência na utilização dos recursos, que importa considerar, com vista à sua desejável mitigação e supressão. Importa igualmente notar que alguns destes fatores extravasam o âmbito de atuação do PO e do próprio PT2020, acarretando assim uma elevada complexidade e imprevisibilidade, que exigem do Programa esforços adicionais na adoção de mecanismos de adaptação.
153. No que trata aos fatores endógenos ao Programa destacam-se a complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios, que continua a ser apontada como um fator interno (e externo) penalizador da operacionalidade do PO, e a carga burocrática exigida, que se reflete ao nível dos métodos e instrumentos administrativos e de gestão, com duplicação de alguns procedimentos, acarretando **situações de morosidade e complexidade, com prejuízo significativo para os beneficiários/promotores**, com elevado impacto na sua atuação.
154. Os resultados dos inquéritos empresariais evidenciam a relevância destes fatores. Assim, na análise dos aspetos que facilitaram ou condicionaram o arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados, os prazos médios de análise de candidaturas e os prazos médios de análise de pedidos de pagamento emergem como os que mais condicionaram (34% e 37% respetivamente consideraram que “condicionaram muito” e “condicionaram”).
155. No decurso das entrevistas realizadas foi igualmente confirmada a necessidade de incorporação de **níveis superiores de simplificação processual. Por exemplo, no que trata à adequação das verificações, dos condicionantes à dimensão dos financiamentos, uma vez que a totalidade das condições analisadas são as mesmas independentemente da dimensão financeira dos projetos, o que representa uma exigência administrativa excessivamente pesada e desproporcional face à alocação de recursos do programa**.
156. Ainda que muitas das burocracias existentes e complexidade identificada decorra da necessária transparência, imparcialidade, prestação de contas e prevenção de eventuais conflitos de interesses, assumem atualmente uma expressão penalizadora que importa mitigar. Esta problemática revela-se tanto mais significativa face ao **contexto atual fortemente marcado pela crescente insuficiência de recursos humanos qualificados e com níveis adequados de especialização, um desafio que marcará de forma crescente os próximos anos**. O facto de o momento atual ser de transição entre quadros comunitários de apoio confere ainda maior notoriedade a estas evidências, passíveis de incorporação para a agilização operacional do novo programa.
157. A própria bibliografia aponta para a relevância destas problemáticas. No âmbito do Estudo “Roteiro para a Capacitação do Ecosistema dos Fundos da Política da Coesão para o Período 2021-2027”, de 2022, salienta-se para o facto do desenho e operacionalidade dos instrumentos de programação, dos quadros regulamentares nacionais e dos avisos de concurso continuar a representar um dos principais domínios de vulnerabilidade da globalidade do ciclo de concretização da Política de Coesão em Portugal.
158. Ainda assim, importa salientar que **ao longo do PT2020 foi observada uma assinalável evolução neste domínio, com ganhos em termos de simplificação e flexibilização**. Por exemplo, verificou-se uma flexibilização em alguns encerramentos, que passaram a ser efetuados com recurso a verificações *online*, enquanto anteriormente careciam de verificações presenciais no terreno.

159. A capacidade técnica e administrativa é decisiva para o desempenho e eficiência dos PO, pelo que urge repensarem-se medidas de atração, retenção e qualificação dos recursos humanos afetos, a par com a necessária simplificação das atividades de gestão dos fundos e das próprias abordagens da política de coesão.
160. Quanto aos fatores externos identificados com elevado potencial de desencadear situações de ineficiência na utilização dos recursos, alguns dos quais imprevisíveis e outros que extravasam o âmbito de atuação do PO/PT2020 e, como tal, por vezes, difíceis de contornar, destacam-se, desde logo o próprio contexto pandémico experienciado a partir de março de 2020. O eclodir da Pandemia da COVID-19 acarretou múltiplos constrangimentos, em particular, ao nível das cadeias de abastecimento de matérias-primas, o que despoletou fortes condicionantes na execução de alguns projetos (atraso na entrega de materiais e preços mais elevados). Esta situação viria a ser ainda mais agravada com a recentemente guerra na Ucrânia e subsequente inflação de preços, em particular das matérias-primas. Estes fatores externos desencadearam novos desafios com impactos na execução dos projetos, e apesar dos prolongamentos dos prazos e das simplificações realizadas constituíram constrangimentos muito significativos.
161. Embora ao longo do período 2014-2020 se tenham verificado oscilações significativas na conjuntura macroeconómica e social do país, este foi um tempo de desafios muito significativos e com impactes nos próprios resultados previstos. Considerando os inquéritos empresariais constata-se que entre os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram os resultados do projeto (após a aprovação do mesmo, durante a sua implementação e até ao ano cruzeiro de atividade da empresa após a conclusão do projeto), a Pandemia da COVID-19 representa o fator crítico mais assinalado como tendo “condicionado muito” e “condicionado” (55%). Com efeito, confirmou-se o risco geral da cadeia de impactes: **“RII.2. Evolução económica e financeira do país condiciona o alcance dos resultados previstos pelos promotores”**.
162. A região é ainda caracterizada por **assinaláveis assimetrias territoriais, económicas e sociais, designadamente, no que trata à distribuição espacial da procura qualificada**. A promoção da coesão e o reforço da competitividade equilibrada do território desejada pelo PO confronta-se com um interior menos qualificado e com desafios demográficos estruturais, designadamente, um forte envelhecimento demográfico e subsequente despovoamento territorial. A **insuficiência de recursos humanos altamente qualificados e com importantes níveis de especialização** é outro constrangimento crítico que traduz dificuldades acrescidas à operacionalização do programa e ao alcance dos resultados, desde logo no próprio processo de comunicação e divulgação dos apoios junto dos potenciais públicos-alvo, mas também de captação homogénea dos fundos comunitários pelas suas várias sub-regiões.
163. Deste modo, **a triangulação da informação permitiu confirmar o RII.1. “Situações de ineficiência na utilização dos recursos, associados a processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos, a fatores inerentes à regulamentação de suporte e/ou a fatores externos”**, cuja consciencialização se constitui determinante para que estes fatores sejam mitigados. Concomitantemente, **confirmou-se ainda parcialmente o RI.I.7. “Complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios, desproporcional e penalizadora das realizações e dos resultados a alcançar”**, uma vez que muito embora podendo dissuadir alguns beneficiários de avançar com intervenções similares e de impactar negativamente nas realizações e resultados do Programa, foram observados progressos assinaláveis ao longo do atual período de programação.

3.3. Questão de avaliação 3 – Impacte e sustentabilidade

QA3. De que forma o processo de implementação do Centro 2020 contribuiu para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

Resumo

Entre 2013 e 2019, observou-se um processo de convergência da Região com a média do país, sobretudo como resultado de uma aceleração da dinâmica empresarial e económica e de um aumento dos níveis de qualificação da população empregada. Por outro lado, os efeitos da pandemia foram maiores ao nível nacional do que na Região Centro (queda do PIBpc em 2020 de -6,6% no país e de -4,0% na Região).

Entre as cinco regiões do Continente, o Centro apresenta um posicionamento elevado no que respeita ao peso do investimento empresarial executado com apoio dos sistemas de incentivos no total da FBCF da Região (4,27% vs 2,45% do Continente), sendo mesmo superior às restantes NUTS II, o que sugere um contributo importante do Programa para induzir investimento empresarial na Região. Não obstante, no domínio da despesa em I&D, a Região Centro apresentou um crescimento relativamente diminuto entre 2014 e 2020, fixando-se em valores distantes da média nacional e da meta da Estratégia 2020, apesar do contributo do PO para induzir um volume de despesa em I&D bastante relevante no quadro do Região.

Os indicadores educativos regionais registaram um desempenho extremamente positivo, em linha com a ambição e alocação de recursos do Programa. A ampliação e melhoria das instalações escolares do pré-escolar e ensino básico, a modernização e reforço dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclos e ensino secundário, o fomento do sucesso educativo e a qualificação do ensino profissional foram dimensões estruturantes em que os avanços regionais foram muito significativos.

Entre 2014-2021, a Região do Centro registou a segunda maior evolução no que respeita à quantidade de população empregada com ensino superior, ao nível das NUTS II, tendo ainda superado, ainda que marginalmente, a proporção de empregados em empresas de média-alta e alta tecnologia. Ainda que pouco representativo (o PO apoiou a contratação de cerca de 200 RHAQ, num acréscimo de 100 mil empregados com ensino superior na Região), o PO foi capaz de contribuir para introduzir com relativo sucesso este tipo de operação, e estimular a contratação deste tipo de perfil e induzir a sua inserção em empresas com médio a elevado grau de incorporação tecnológica, opções essas que tenderam a ser replicadas (pelos mesmos promotores, ou pela disseminação dessa prática, dinâmica para a qual, as incubadoras deram um contributo importante).

Os benefícios locais das intervenções integradas de regeneração urbana tiveram múltiplos impactes na qualificação do sistema urbano, reforçando a sua atratividade e contribuindo para uma evolução demográfica positiva. Não obstante, os níveis de conservação do edificado, designadamente nas áreas centrais, pioraram impulsionados pelo envelhecimento demográfico nesses espaços e pelos efeitos das crises socioeconómicas na disponibilidade dos proprietários investirem no património construído.

O aumento da utilização do transporte individual na Região, em detrimento de outros modos de transporte (modos suaves, transporte coletivo), revela a dificuldade de os investimentos em mobilidade urbana sustentável contrariarem dinâmicas pesadas (facilitadas pela fragmentação do espaço urbano e pela falta de ordenamento territorial). Releve-se que o Programa concentrou os apoios apenas ao nível infraestrutural, não tendo atuando diretamente noutras dimensões-críticas que concorrem para a desejada mudança comportamental.

164. **Os impactos são o resultado final da lógica da intervenção e manifestam-se de forma direta ou indireta sobre a população-alvo e o contexto da intervenção, num período de tempo posterior aos resultados intermédios** (normalmente após a conclusão das intervenções). Os impactos (e respetivos indicadores) são medidos no contexto da intervenção (neste caso, a Região Centro). Para analisar o contributo do Programa nas alterações do contexto, é necessário estabelecer uma relação de causalidade entre os efeitos observados e a intervenção em análise, através de indicadores de contexto.

165. **A limitada proporção de operações concluídas no conjunto do Programa (15%) constitui uma condicionante desta análise, uma vez que os resultados das operações se manifestam passado algum tempo após a sua conclusão.** Os projetos apoiados e ainda não concluídos apenas contribuirão para a alteração do contexto nos próximos anos. Face a este quadro, a leitura dos impactos do Programa associada a domínios específicos (ou temáticos) fica limitada e apenas poderá ser interpretada numa base de trajetória prevista de produção de resultados. Da mesma forma, a robustez do teste de pressupostos e riscos associados à cadeia de produção de efeitos, entre os resultados das operações e os impactos, fica condicionada.
166. **A avaliação de impacto do Programa foi organizada em duas vertentes.** Em primeiro lugar, numa ótica mais transversal aos domínios de intervenção, apresenta-se uma leitura sobre a evolução dos principais indicadores de coesão territorial e económica da Região e sobre a sustentabilidade dos resultados das intervenções. Numa segunda dimensão, cruza-se a evolução desses indicadores com os demais resultados da avaliação, no que respeita às tipologias identificadas como alvo de maior aprofundamento. Nessa análise, com recurso à Teoria de Mudança e à Análise da Contribuição, analisam-se os fatores passíveis de influenciar as alterações de contexto observáveis e procura-se validar as relações de causalidade entre as intervenções apoiadas e as alterações verificadas no contexto.
167. **O horizonte temporal de referência corresponde ao período entre o ano anterior ao início do período de programação (2013) e o ano pré-pandemia (2019), permitindo observar a evolução da Região num cenário não muito condicionado pela crise pandémica da COVID-19,** que influenciou de forma severa e conjuntural uma parte significativa dos indicadores. O referencial de 2020/2021 é utilizado quando pertinente, nomeadamente para atualização conjuntural dos dados de 2019 e para indicadores menos expostos aos efeitos da pandemia.

Entre 2013 e 2019, observou-se um processo de convergência da Região com a média do país, embora sem convergência com a média comunitária, em resultado de uma aceleração da dinâmica empresarial e económica, da melhoria do rendimento das famílias e de um aumento dos níveis de qualificação da população empregada.

168. A evolução do **Produto Interno Bruto per capita (PIBpc) do Centro (Quadro A4) registou um crescimento superior ao da média nacional entre 2013 e 2019** (29,2% e 27,8%, respetivamente). A dinâmica de crescimento do PIBpc do Centro apresenta algumas oscilações face à média nacional, com anos de crescimento superior intercalados com outros de crescimento abaixo do valor nacional, nomeadamente em 2017 e 2019. **Esta trajetória evidencia alguma oscilação na convergência económica do Centro face à média nacional e restantes regiões, que por sua vez se encontra ainda distante da média da UE27. Releve-se ainda, que os efeitos da pandemia foram maiores ao nível nacional do que na Região Centro,** com uma queda do PIBpc em 2020 de -6,6% no país e de -4,0% na Região.

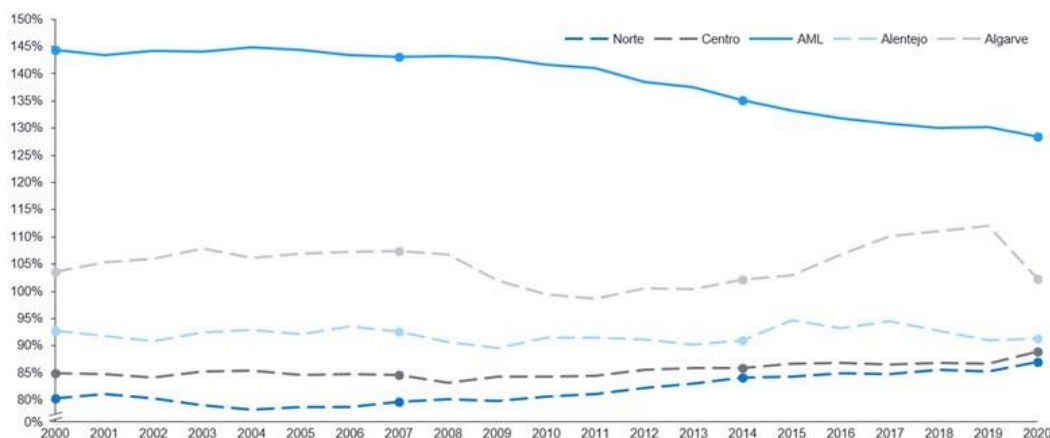


Figura 4. Evolução do PIB per capita (PPC) das NUTSII em percentagem da média nacional (2000-2020)

Fonte: INE (2000-2020)

169. No período de 2013 a 2019, a nível intrarregional, **houve algumas divergências no Valor Acrescentado Bruto (VAB) empresarial entre os municípios da Região Centro**, o que é justificável devido à extensão territorial da região, que abrange cerca de cem concelhos com características económicas e sociais diversas. A nível regional, o VAB aumentou 49,1% (acima dos 42,8% verificados a nível nacional), sendo que 42 municípios tiveram um aumento superior, com destaque para Tábua e Vila de Rei, que tiveram um crescimento de 120,7% e 109,9%, respetivamente. Alcanena e Góis registaram uma diminuição na ordem dos -7,2% e -0,4%, respetivamente, tendo sido os únicos municípios com evolução negativa.
170. **Os efeitos da pandemia de COVID-19 tiveram impactos notórios no VAB das empresas da Região, que contraiu 5,4% em 2020 em comparação com 2019.** Ainda assim, este valor ficou abaixo do observado a nível nacional, que se situou nos -9,8%. Esses efeitos foram particularmente notórios nos municípios do Entroncamento, Constância e Vila Velha de Ródão, que tiveram uma redução de -36,3%, -33,2% e -32,5%, respetivamente, tendo sido os únicos com um decréscimo superior a 30%.
171. **No horizonte temporal pré-pandemia, o dinamismo económico era também notório no número de empresas, que entre 2013 e 2019 aumentou 12,4%** (20% a nível nacional), com destaque para os municípios de Vila de Rei (33,9%) e Figueira de Castelo Rodrigo (30,5%), que tiveram um aumento no número de empresas superior a 30%. Os efeitos da pandemia refletiram-se numa diminuição de 1,1% no total de empresas da Região (-1,1% a nível nacional), de 2019 para 2020. Os municípios de Condeixa-a-Nova (-6,7%) e Óbidos (-6,3%) foram os que registaram maior redução relativa no seu universo de empresas.
172. **Os rendimentos das famílias também registaram uma trajetória positiva, já que todos os municípios da região tiveram um aumento no que se refere ao ganho médio mensal entre 2013 e 2020**, que, na Região Centro, foi de 16,6%, para 1104,1€. Ainda assim, a evolução nos rendimentos deu-se de forma e intensidade variável, refletida no facto de apenas 27 dos 100 concelhos terem registado um ganho médio mensal superior ao valor médio regional.
173. No que diz respeito ao aumento relativo, destaca-se Celorico da Beira, que registou um aumento de 57,8% (para 1082,2€), embora os valores mais elevados em termos absolutos fossem em Vila Velha de Ródão, Marinha Grande e Estarreja (1366,8€, 1329,9€ e 1297,0€, respetivamente). Estes valores resultam sobretudo do perfil/tipo de indústrias instaladas nesses concelhos e ultrapassam os efeitos potencialmente associáveis ao Programa.
174. Em termos de desigualdade de rendimentos, em 2020, o coeficiente de GINI do Centro era de 0,384 em comparação com 0,416 a nível nacional, **indicando menor desigualdade na Região**. A evolução deste indicador foi favorável entre 2015 e 2020, tendo baixado de 0,407, correspondendo a uma melhoria de 5,7 p.p., ou seja, à diminuição na desigualdade dos rendimentos brutos. Nos municípios da Murtosa e de Oliveira do Hospital, houve maior redução das desigualdades (-10,2 p.p. e -9,9 p.p., respetivamente), enquanto Pampilhosa da Serra e Vila de Rei tinham os coeficientes mais baixos (0,301 e 0,315, respetivamente).
175. No que se refere ao perfil de qualificações na Região Centro, entre 2013 e 2020, **a população empregada por conta de outrem com ensino superior aumentou de 15,4% para 19,2%**. Também neste caso, a evolução registada ocorreu de forma diferenciada nos vários municípios. Em 4 casos, este indicador diminuiu, enquanto noutros se registaram aumentos na ordem dos 50 p.p., o que se justifica com valores de base mais baixos, onde uma dinâmica de melhoria produz impactos relevantes.
176. O contributo dos apoios concedidos a nível regional no investimento empresarial pode ser aferido através da comparação entre os montantes de investimento executado nas operações apoiadas nos Sistemas de Incentivos e o volume de investimento (empresarial) realizado durante o período de análise. Entre as cinco regiões do Continente, o Centro apresenta um posicionamento avançado, superior às restantes NUTS II, em termos relevância das operações apoiadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos na FBCF empresarial, entre 2015 e 2021: (4,27%)¹², bem acima da média do Continente (2,45%), **sugerindo um contributo importante do Programa neste domínio**.

¹² Apesar do período de programação ter iniciado em 2014, considerou-se apenas o investimento em 2015, de modo a acautelar o lag temporal entre o lançamento dos AAC e o arranque dos investimentos no terreno. De modo a garantir a comparabilidade com os dados das Contas Nacionais, excluiu-se o valor de investimento em formação dos SI. A FBCF empresarial exclui FBCF dos ramos K e O.

177. Embora os efeitos do Programa Operacional na competitividade regional só possam ser verificados a prazo, é importante destacar que a importância estratégica e financeira conferida aos eixos 2 (COMPETIR), 3 (APRENDER) e 4 (EMPREGAR E CONVERGIR) tiveram expressão no desempenho regional.

A especialização produtiva da Região manteve-se inalterado, embora se tenham registado mudanças sub-setoriais nos serviços, possivelmente em resultado dos impactos da pandemia COVID-19 no comércio. O aprofundamento de uma especialização inteligente suportada na economia tecnológica de alto valor acrescentado ainda é pouco evidente, estando os volumes de despesa em I&D na percentagem do PIB aquém das metas da Estratégia Europeia 2020.

178. A identificação do contributo do Programa na transformação da especialização regional tem como ponto de partida uma comparação entre a estrutura empresarial da Região e dos promotores apoiados pelo Programa, considerando como referência a informação presente nas Contas Integradas das Empresas do INE (dados de 2013-2020) e o universo de promotores apoiados.
179. **No período de implementação do programa o setor dos serviços era o mais representativo no que se refere ao número de empresas e pessoal ao serviço** (73% e 57% do total, respetivamente, em 2020). **Ainda assim no período em causa, o setor secundário, era o que apresentava o VAB mais elevado**, na ordem dos 52,3% em 2013, ainda que tenha baixado o seu peso relativo para os 49,9% em 2020, ainda que em termos absolutos tenha registado um aumento, ainda que inferior ao dos outros setores.
180. No que se refere ao setor terciário, ocorreram algumas reconfigurações no universo empresarial, em que o subsetor do comércio por grosso e a retalho, do qual desapareceram 3.660 empresas, o que poderá estar relacionado com os impactos da pandemia COVID-19. Já no subsetor das atividades administrativas e dos serviços de apoio ocorreu um acréscimo de 6.138 empresas, sendo que surgiram também 4.881 empresas relacionadas com as atividades de saúde humana e apoio social, o que **pode indicar algumas alterações no perfil de especialização produtiva da Região no setor dos serviços**.
181. Entre 2014-2020, a Região do Centro registou um ligeiro aumento da despesa em I&D na percentagem do PIB (de 1,35% para 1,43%, (Quadro A4), **contudo ficou aquém dos 3% estabelecidos nas metas da EE2020, sendo também superado pela média nacional** (de 1,29% para 1,62%). Ainda assim, releva-se o potencial das regiões de Aveiro e Coimbra, que registaram, em 2020, uma despesa em I&D em percentagem do PIB de 2,46% (+0,32 p.p.) e 2,55% (-0,24 p.p.), respetivamente, ao contrário das restantes NUTS III que não foram além dos 1%. No entanto, o potencial da Região encontra-se por desenvolver, dado que à data de corte, a despesa em I&D em percentagem do VAB (0,43%) dos promotores apoiados pelo Programa, não atingiu a meta estabelecida (0,5%-0,7%, ver (Figura 5), o que de acordo com a auscultação se deveu em parte à dificuldade de contratação de mão-de-obra. Esta perspetiva foi de resto corroborada em sede de *focus group*, de onde emergiu a ideia de potencial inexplorado de aproximar centros de investigação ao tecido empresarial para escalar a produção e incorporação de conhecimento/ tecnologia e, por conseguinte, a despesa em I&D (ainda que se verifiquem disparidades intersectoriais neste domínio, com por exemplo, o setor dos moldes a apresentar-se maduro neste domínio).
182. **Apesar da reconhecida capacidade de produção de conhecimento científico e tecnológico, a esta evolução dos dados de despesa em I&D na Região não serão também indiferentes os ritmos de execução dos projetos apoiados neste domínio, uma vez que as medidas de apoio ao investimento em I&D se revelaram relativamente eficazes e com custos elegíveis relevantes no quadro de despesa em I&D da Região**. Com efeito, à data de corte apenas estavam concluídas cerca de 18% das operações aprovadas neste Eixo e a taxa de realização era apenas de 42% (37% se considerarmos apenas a I&D empresarial) o que perante um investimento total elegível de cerca de 370 milhões de euros e as boas perspetivas de execução financeira neste domínio (Figura A30 e Figura A31) faz antever um contributo positivo do Programa (o investimento em I&D em 2020 ter-se-á fixado em cerca de 550 milhões de euros; cerca de metade da meta da EE2020).

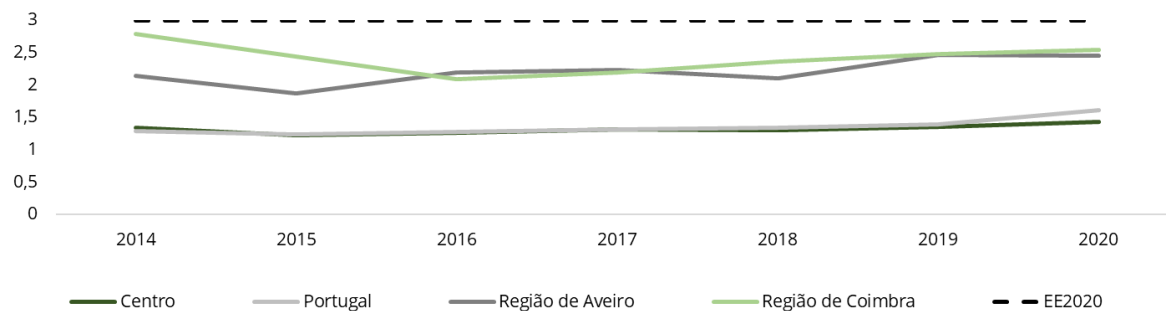


Figura 5. Despesa em I&D percentagem do PIB

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (2022)

183. Em suma, **a distância face à média nacional e sobretudo face às metas da EE2020, evidencia em matéria de investimento em I&D, não traduzem a expectativa de resultados a alcançar e um contributo expectável e relevante do Programa para a melhoria desta trajetória.** Esta conclusão é coerente com a perceção dos promotores, uma vez que tanto os empresariais como os não empresariais afirmam esperar que os seus projetos contribuam para o aumento da capacidade de inovação e investigação (Figura A16) e para mobilizar as empresas para projetos de IDT&I e aumentar a TVC (Figura A14).

Os níveis de desemprego sofreram uma redução substancial desde 2013, apesar dos efeitos da pandemia COVID-19, tendo o Programa tido um impacto muito positivo em matéria de empregabilidade, encontrando-se genericamente alcançadas as diversas metas.

184. Em 2019, a taxa de desemprego no Centro (Quadro A4) era inferior à média nacional (6,6% e 5,2%, respetivamente), tendo se reduzido muito significativamente face a 2013, quando se situava em 12,8%. Note-se que, entre 2013 e 2019, o valor deste indicador no Centro foi inferior ao valor nacional. A taxa de desemprego do Centro era também inferior à da média da UE27, que em 2019 se situava nos 6,7%. **A evolução favorável ao nível dos indicadores do emprego traduz-se no alcance da meta de Portugal no âmbito da EE2020, no que se refere à taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos (79% (ligeiramente acima da média do continente) vs 75%).**

185. **O impacto económico da pandemia, especialmente notório no setor dos serviços, provocou uma redução do PIBpc da Região, que, em 2020, teve uma contração face ao ano anterior.** Ainda assim este valor foi inferior ao observado no PIBpc nacional, que teve uma diminuição maior no mesmo período. A contração observada foi inferior à que ocorreu na média da UE27 (-4,5%). Não obstante, a contração da atividade económica não se refletiu de forma tão expressiva na taxa de desemprego na Região, que subiu para 5,9% em 2020 e recuou para 5,8% em 2021. Para tal terão contribuído as medidas de proteção do emprego, como o lay-off simplificado. A recuperação já em 2021, indica capacidade de resiliência económica aos efeitos mais prolongados da pandemia.

186. Neste âmbito, salienta-se também a **redução assinalável da taxa de desemprego de longa duração, que em 2013 se situava em 6,5%, tendo baixado para os 1,9% em 2021.** Em igual período, o valor nacional situou-se nos 9,6% e 2,8%, respetivamente.

187. Conforme demonstrado na resposta à primeira questão de avaliação, **as metas em matéria de empregabilidade encontram-se genericamente alcançadas ou perspectiva-se o seu alcance. No cômputo geral, os resultados já atingidos evidenciam o apoio do Programa para o aumento do emprego, sugerindo um contributo positivo e relevante do Programa para a melhoria dos indicadores de empregabilidade.** Estes indicadores são coerentes com os resultados da análise ao desempenho dos instrumentos e operações onde a promoção do emprego constitui uma prioridade, merecendo destaque o SI2E, onde os resultados da auscultação demonstraram a importância do apoio do Programa para a promoção do emprego.

Os indicadores educativos regionais registaram um desempenho extremamente positivo, em linha com a ambição e alocação de recursos do Programa, designadamente na melhoria das instalações escolares do pré-escolar e ensino básico, na modernização e reforço dos estabelecimentos do 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário, no fomento do sucesso educativo e reforço da igualdade de acesso ao ensino, e na qualificação do ensino e da aprendizagem profissional.

188. Em matéria de educação, formação e qualificação (Quadro A4), **a evolução regional foi positiva, mantendo em muitos indicadores um desempenho superior ao verificado a nível nacional.** A taxa de abandono escolar teve uma diminuição, de 14,5% em 2013 para 6,6% em 2021. Ainda assim, o valor registado neste ano ficou acima do observado a nível nacional, que se situou nos 5,9% (era 18,9% em 2013) e da meta nacional no âmbito da EE2020 (10%).
189. **Em linha com esta evolução positiva encontra-se a dinâmica de procura dos adultos por atividades de educação e formação.** Os dados disponíveis (apenas a partir de 2017) refletem uma tendência de aumento contínua que partiu de 9,7% para 13,2% em 2021. Os valores regionais têm um desempenho acima do verificado a nível nacional, que passou de 9,8% para 12,9% em idêntico período. O contributo das operações apoiadas terá sido positivo, mas marginal, atendendo aos indicadores de resultado.
190. No que se refere às taxas de escolaridade (Quadro A4) **verifica-se também dinâmica positiva, quer no ensino básico quer no ensino secundário.** No caso do ensino básico, o Centro passou de uma taxa de escolaridade de 63,1% em 2013 (inferior à taxa nacional, que era de 63,5%) para 79,3% em 2021, ainda assim abaixo do valor nacional, que se situou em 80,1%. No ensino secundário a evolução é igualmente favorável, ainda que mais moderada. Em 2013, a taxa de escolaridade deste nível de ensino era de 41,5%, tendo subido para os 59,5% em 2021. Neste caso concreto, e no período em análise, os valores regionais ficaram sempre abaixo dos valores nacionais.

Em linha, com o desempenho do Eixo 1, a Região do Centro registou a segunda maior evolução no que respeita à quantidade de população empregada com ensino superior, ao nível das NUTS II, apesar de ainda apresentar valores inferiores à média nacional.

191. Entre 2014-2021, **a Região do Centro registou a segunda maior evolução no que respeita à quantidade de população empregada com ensino superior, ao nível das NUTS II (+55,7%).** Esta dinâmica foi acompanhada por um crescimento da população empregada em geral, contudo, o peso de trabalhadores com ensino superior na população empregada aumentou 10 p.p., convergindo para os níveis da média nacional (32% e 34%, respetivamente, ver Figura 6).
192. Este crescimento, entre 2014-2020, encontra paralelo ao nível da proporção de pessoal ao serviço em atividades de I&D (+3,7 p.p.), **no entanto, apesar da evolução verificada, os valores da Região são ainda inferiores à média nacional** (11,5% e 12,8%, respetivamente) e à Região Norte, também ela região de convergência, o que se revela coerente com as dificuldades de contratação de recursos humanos manifestados no Eixo 1, conforme exposto na resposta à Questão de Avaliação 1.
193. **Também a proporção de população empregada em empresas de média-alta e alta tecnologia registou um ligeiro crescimento, tendo sido suficiente para superar os níveis nacionais** (17,89% e 17,83%, em 2020, respetivamente). Ainda assim, cerca de 82% da população empregada na Região trabalha em indústrias de baixa e média-baixa tecnologia (valor em linha com a média nacional), o que denota o potencial da Região para manter e / ou intensificar esta trajetória. Do mesmo modo, verifica-se um aumento superior à média nacional do pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento (+3,05 p.p.), contudo insuficiente para permitir alcançar os valores médios a nível nacional ou mesmo da Região Norte (32,30% e 28,69%, respetivamente contra 26,50% na Região Centro).
194. **A ação do Programa para o estímulo à contratação de pessoal altamente qualificado revelou-se eficaz (indicador encontra-se com uma realização de 100% à data de corte,** porém representa apenas cerca de 200 recursos humanos qualificados, num quadro de acréscimo de mais de cem mil empregados na Região com ensino superior, ainda que impactados pelo reduzido nível de execução desta TI, à data de corte (13%). Acresce

ainda que entre os promotores com projetos aprovados na TI de Emprego altamente qualificado: i) dos que têm atividade em serviços, comércio e transportes, 80% produzem serviços intensivos em conhecimento; ii) 41% das empresas integradas na indústria transformadora encontram-se classificadas como de média-alta e alta tecnologia, o que revela um alinhamento entre o crescimento do emprego induzido pelos apoios do Programa e o verificado nestes setores da Região.

195. **Estes resultados revelam-se igualmente coerentes com as perspetivas positivas, mas moderadas, de contributo dos projetos para os objetivos de crescimento do emprego, em particular o qualificado e orientado para setores mais intensivos em conhecimento e tecnologia, como revelam os dados dos inquéritos.** Nos promotores não empresariais, 67% dos promotores com projetos no Eixo 4 revelam esperar que o seu projeto contribua para aumentar a contratação de recursos humanos altamente qualificados, ao passo que nos empresariais este contributo é identificado por uma proporção menor de promotores com projetos no âmbito dos sistemas de incentivos (46% afirma contribuir para a criação de emprego em setores intensivos em conhecimento, enquanto 60% afirma contribuir para o mesmo objetivo, em setores de alta/média tecnologia (ver Figura A16). No caso dos promotores empresariais este contributo é inclusive identificado por uma proporção menor de promotores comparativamente com outras dimensões (e.g. aumento da inovação e diferenciação – 82%, ver Figura A35).
196. Por forma a induzir impactos duradouros e sustentáveis a médio e longo prazo, é fundamental que os mesmos não sejam restritos ao horizonte de implementação dos projetos apoiados, mas sim que perdurem no tempo com o envolvimento dos recursos humanos contratados com apoio do Programa em novas atividades inovadoras e novos projetos, em particular de I&DT, para o qual é determinante a capacidade de retenção desses recursos. Nesse contexto, **tanto os promotores empresariais como os não empresariais apresentam perspetivas otimistas de manutenção dos postos de trabalho apoiados (ver Figura A45) ou de sustentabilidade a médio e longo prazo dos efeitos / resultados gerados pelas operações (Figura A24).**
197. O Estudo de Caso “Departamento Médico-Científico – Projeto e Plano de Inserção de Recursos Humanos Altamente Qualificados”, **demonstra o caráter determinante desta aposta em qualificação dos quadros das empresas e da respetiva manutenção destes postos de trabalho, uma vez que a contratação bem sucedida e a permanência destes postos de trabalho coincidiu e contribuiu de forma muito relevante para o crescimento exponencial da empresa, para o alargamento do seu leque de serviços e alavancagem dos serviços existentes junto dos seus clientes e para o reconhecimento e notoriedade da empresa,** particularmente junto dos clientes internacionais, trajetória assinalável em particular tratando-se de uma empresa de prestação de serviços de consultoria diferenciados num mercado tão exigente e sofisticado como o da indústria da saúde/ farmacêutica.
198. Para a manutenção destes recursos ao serviço, o recrutamento criterioso e o processo de integração dos recursos à cultura da empresa, concomitantemente com a sua alocação a serviços com procuras dinâmicas (alinhados com a RIS3 regional) **permitiram gerar um processo de crescimento virtuoso, quer da empresa, quer dos recursos contratados que revelou este com um caso a seguir no âmbito da inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, contribuindo para validar a aposta nesta tipologia de intervenção.** Segundo apurado junto do promotor, não só a própria empresa replicou esta aposta em nova candidatura a este instrumento (o sucesso da primeira opção validou essa aposta como modelo de crescimento da empresa), como se evidenciou um efeito de difusão junto de outras empresas (potenciado pela inserção da mesma numa incubadora da Região).
199. **A crescer à perspetiva de cumprimento das metas (inclusive de manutenção dos postos de trabalho), as evidências recolhidas permitem concluir pela não verificação do risco “RE III.2 Incapacidade das empresas/entidades apoiadas para manterem os recursos humanos qualificados contratados e a aposta sistemática na I&DT”.**

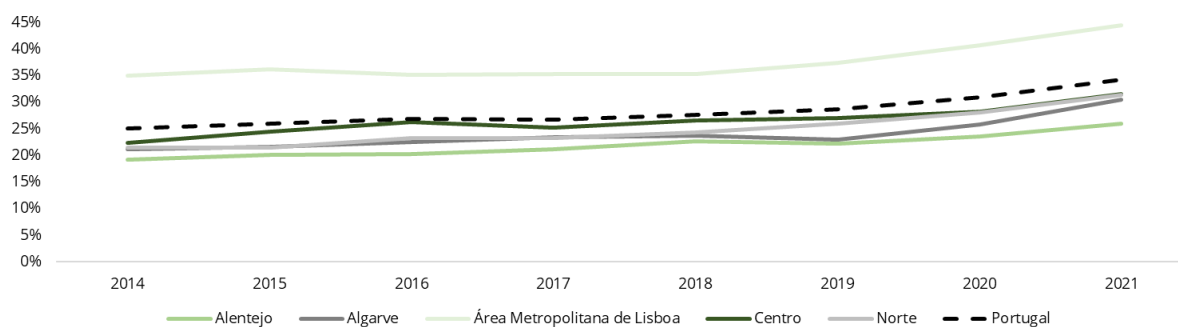


Figura 6. Peso da população empregada com ensino superior no total da população empregada

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (2022)

200. Ainda que não esperado pelo promotor, a implementação desta operação viabilizou ainda que a mesma viesse a ser reconhecida como idónea para participação em projetos no âmbito do SIFIDE, o que constitui uma evidência (ainda que indireta) do benefício destas operações para consolidar a aposta em inovação e I&D.
201. Mesmo num cenário onde o reduzido número de operações concluídas limita severamente o estabelecimento de uma relação causa efeito entre a contratação de RHAQ e a aposta na inovação e investigação (o que era esperado em sede de programação) e apesar do tímido aumento do investimento em I&D e das dificuldades em alcançar a meta de pessoal a trabalhar em I&D, os resultados da auscultação sugerem a verificação destes mecanismos, conforme amplamente referido acima com base no Estudo de Caso, mas também por via da inserção destes recursos em meio empresarial ou em COLABs, por períodos de tempo alargados e não sujeitos à apresentação inicial, em sede de candidatura, de planos de inovação (rígidos). Assim, as evidências recolhidas sugerem que esta tipologia de apoio confere um quadro de flexibilidade favorável à aposta em I&D.

Os benefícios locais das intervenções integradas de regeneração urbana nos centros urbanos da Região tiveram múltiplos impactes na qualificação do sistema urbano com reflexos na sua evolução demográfica positiva entre 2011 e 2021. Todavia os níveis de conservação do edificado, designadamente nas áreas centrais pioraram impulsionados pelo envelhecimento demográfico das áreas centrais e os efeitos das crises socioeconómicas na disponibilidade dos proprietários investirem no património construído.

202. **O modelo territorial da Região Centro é definido por uma complexidade de estruturas, sistemas e de polarizações urbanas reveladoras da diversidade geográfica da Região** e das condições históricas de desenvolvimento social, económico e territorial.
203. Neste quadro, em que emergem contrastes entre áreas com grande intensidade de urbanização e de concentração de atividades económicas, como na Beira Litoral, e áreas de povoamento mais rarefeito, como no Pinhal ou nas áreas de montanha, **o sistema urbano regional é decisivo para a estruturação territorial sendo é polarizado por um pequeno número de cidades (centros urbanos regionais de Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco), existindo em torno destas um território onde gravitam outras aglomerações urbanas e espaços rurais, definindo subsistemas urbanos.**
204. **A qualificação ambiental, social e urbanística desta rede urbana é essencial para assegurar os objetivos do Programa e reforçar a coesão socio-territorial.** Neste quadro, a aposta na qualificação ambiental, urbanística e paisagística destes centros urbanos **deveria impactar no aumento da sua atratividade e na fixação de população e de novas atividades, bem como na melhoria da qualidade de vida e na mitigação das bolsas de exclusão e pobreza.**
205. Tendo por base a perceção dos beneficiários e a auscultação de *stakeholders* em *focus group* as intervenções integradas de regeneração e revitalização urbana realizadas com o apoio do Programa, contribuiu para uma maior atratividade dos espaços centrais (p.e., através da criação de espaços verdes ou da recuperação do património edificado e da reabilitação de edifícios), bem como para a melhoria do ambiente urbano.

206. Esta realidade não é possível de inferir globalmente em termos estatísticos, dada a sua expressão eminentemente local, todavia verificam-se ao nível da demografia e do estado de conservação do edificado nos aglomerados urbanos dinâmicas contraditórias. De acordo com a variação da população residente nas áreas predominantemente urbanas localizadas na Região, entre 2013 e 2021, registou-se um aumento populacional de 2,7%, o que num quadro globalmente regressivo é extremamente positivo. Por outro lado, tendo por base os dados dos censos de 2011 e 2021, observou-se um aumento da percentagem de edifícios com necessidades de reparação nas áreas predominantemente urbanas, que passou de 4,6% para 5,2%.
207. Os efeitos do envelhecimento populacional e das características urbanísticas das áreas centrais dos centros urbanos da região foram apontadas pelos *stakeholders* como os principais constrangimentos para contrariar as dinâmicas de abandono e degradação destes espaços. Acresce, que as sucessivas crises socioeconómicas que caracterizaram o período de execução do Programa afetaram a capacidade dos proprietários em assegurar o bom estado de conservação do edificado.
208. Conforme é evidenciado pelo estudo de caso realizado (ver ponto 7.7.4.), o reforço e qualificação das áreas centrais dos aglomerados urbanos tiveram no entanto impactes muito positivos na melhoria da qualidade de vida da população residente e na melhoria do acesso aos serviços públicos. Conforme apontado no *focus group* realizado, este benefício foi especialmente relevante para o acesso da população idosa residente que caracteriza o tecido social das áreas centrais.

A evolução da partição modal na Região nos movimentos pendulares, nomeadamente o aumento da utilização do transporte individual em desfavor dos modos suaves e do transporte coletivo, é revelador da dificuldade de os investimentos em mobilidade urbana sustentável contrariarem dinâmicas pesadas facilitadas pela fragmentação do espaço urbano e a falta de ordenamento territorial.

209. Entre 2011 e 2021, **a proporção de utilização do automóvel nas deslocações pendulares na Região Centro agravou-se de 69,4% para 74,2%, evoluindo em linha com o verificado ao nível nacional, que passou de 61,6% para 66,6%**, respetivamente. Esta evolução foi acompanhada pelo aumento do número de veículos novos vendidos e registados por 1000 habitantes, que passou, entre 2013 e 2021, de 8,1, para 10,3. Por outro lado, no período intercensitário verificou-se na Região Centro, tal como em Portugal, um decréscimo de movimentos pendulares em transporte público ou pedonais.
210. A pesar desta evolução, **os movimentos pendulares não se extensificaram**, conforme evidencia o facto de a duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante na Região, entre 2011 e 2021, se ter apenas reduzido de 17,3 para 17,2 minutos, ainda assim, numa trajetória que acompanha a verificado ao nível nacional em que o tempo médio se reduziu de 22,4 para 19,9 minutos.
211. **Este quadro contextual colide com a ambição do Programa em promover a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização, apoiando o desenvolvimento de modelos e de sistemas de transportes integrados e articulados** (intermodalidade) e atuando no aumento das quotas do transporte público e dos modos suaves.
212. **Apesar de 75% dos beneficiários do Eixo 6 (Figura A19) e 94% do Eixo 9 (Figura A22), reconhecerem um contributo significativo dos apoios para melhorar a mobilidade urbana, a verdade é que globalmente esses ganhos não são estatisticamente evidentes.** A ausência de resultados e o desfasamento deste desempenho é revelador das dificuldades que esta política pública enfrenta em virtude de dinâmicas culturais e da fragmentação dos espaços urbanos resultante de processos de urbanização precedentes de instrumentos de ordenamento do território de âmbito municipal.

Na ótica dos beneficiários a sustentabilidade financeira das operações e a durabilidade dos seus resultados está assegurada.

213. Os resultados dos inquéritos apontam **para um total predomínio das operações sustentáveis financeiramente, tanto nos promotores empresariais onde de 75% dos promotores considera que a operação totalmente sustentável** (quase a totalidade indicam pelo menos parcialmente), como nos promotores não empresariais, onde regra geral, mais de 80% dos promotores considera as suas operações

sustentáveis, total ou parcialmente. No caso destes últimos, verifica-se, porém, que nos Eixos 1 (Investigação, Desenvolvimento e Inovação), Eixo 2 (Competitividade e Internacionalização da Economia Regional) a percentagem de promotores que considera os seus projetos totalmente sustentáveis situa-se abaixo dos 80% (63% no caso do Eixo 1).

214. **Em termos da persistência temporal dos resultados dos projetos, as percepções são também favoráveis.** No caso das entidades não empresariais, no Eixo 3 (Desenvolver o Potencial Humano) e no Eixo 9 (Reforçar a rede urbana) as percentagens de promotores que considera que os impactos dos seus projetos perdurarão além de 5 anos após o fim do apoio, é superior a 70%, sendo que no Eixo 2 (Competitividade e Internacionalização da Economia Regional), Eixo 4 (Promover e Dinamizar a Empregabilidade) e Eixo 8 (Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais), esse valor é inferior a 50% (emissão).
215. No caso dos promotores empresariais a sustentabilidade dos impactos é mais moderada, com cerca de 35% dos projetos a produzir efeitos pelo menos até 4 a 5 anos após o fim do apoio. Não obstante, **o baixo nível de conclusão das operações não permite aferir a relevância e dimensão dos resultados**, impedindo uma verificação conclusiva do pressuposto P III.1 “Relevância e dimensão dos resultados garantem a sustentabilidade dos impactos”, no âmbito desta avaliação.

3.4. Questão de avaliação 4 – Valor Acrescentado Europeu

QA4. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do Centro 2020 e nos seus resultados?

Resumo

Os apoios do PO induziram investimentos que na ausência de apoio não se teriam realizado, revelando um forte efeito de adicionalidade. Este efeito catalisador de investimento é particularmente evidente nos promotores não empresariais, mas também se verifica nos promotores empresariais, nos quais o efeito de incentivo do PO foi potenciado pela crise pandémica.

No caso dos promotores não empresariais o efeito de adicionalidade foi mais relevante em algumas tipologias de apoio à I&D&I (Eixo 1), competitividade e internacionalização (Eixo 2), sustentabilidade dos recursos / eficiência energética (Eixo 6) e sustentabilidade dos territórios (Eixo 7), enquanto no caso das empresas, o efeito de adicionalidade revela-se sobretudo onde tradicionalmente existem mais falhas de mercado, designadamente nos projetos I&D empresarial (incluindo nas tipologias CR11), bem como na contratação de recursos humanos altamente qualificados e na qualificação e inovação de PME (CR11).

Para além do efeito catalisador, evidenciam-se ainda outros efeitos para os projetos empresariais que se realizariam na ausência dos apoios, uma vez que os respetivos promotores teriam de reduzir o montante de investimento (efeito amplificador dos fundos) e/ou de alargar o horizonte temporal da sua execução (efeito acelerador), com especial incidência nos promotores empresariais.

Em matéria de alavancagem de investimento, o PO apresenta em termos médios uma alavancagem de 1,73€, significando que por cada euro de fundo financiado pelo PO são mobilizados adicionalmente 0,73€ de investimento por parte dos promotores.

O conjunto de orientações, regras e procedimentos específicos aplicáveis à utilização dos FEEI contribuíram também para a eficácia das intervenções, por via de uma maior focalização dos apoios em domínios abrangidos por referenciais setoriais/regionais enquadramentos (Plano de Ação Regional do Centro 2020, Estratégia de Especialização Inteligente do Centro), de uma melhor identificação de necessidades e priorização de projetos, ancorada em mapeamentos prévios, contribuindo ainda para consolidar a capacitação e o relacionamento entre os atores na implementação dos diversos instrumentos de apoio.

216. A dimensão "utilidade" no uso dos recursos financeiros da UE traduz-se, normalmente, na necessidade de perceber por que razão é fundamental a ação ao nível da UE, por que é essencial que a despesa seja financiada pelo orçamento da UE e de que forma as despesas financiadas pelo orçamento da UE geram efeitos de sinergia.
217. O **Valor Acrescentado Europeu (VAE) resulta da produção de bens públicos de escala europeia, que os Estados-Membros e as regiões não possam financiar por si próprios ou de casos em que se possa obter melhores efeitos do que os resultantes do financiamento exclusivo por recursos nacionais**, ou seja, "existe igualmente um claro valor acrescentado sempre que a ação a nível europeu permite ir mais longe do que os esforços individuais, desenvolvidos a nível nacional, permitiriam". Podem ainda existir outras manifestações de VAE, incluindo ganhos de coordenação, segurança jurídica, maior eficácia na consecução dos objetivos políticos e complementaridade entre as ações apoiadas.
218. **Os FEEI influenciaram a viabilização de uma parte substantiva das ações realizadas e dos resultados alcançados pelos projetos** (Quadro A10). **Este efeito de adicionalidade do Programa foi muito relevante para os promotores não empresariais** (81% dos projetos ou 68% do investimento elegível não se realizariam sem o apoio dos fundos), **mas ganhou também importância acrescida para os promotores empresariais no contexto pandémico** (57% dos projetos ou 49% do investimento elegível não se realizariam sem o apoio do Programa).
219. No caso das empresas, 39% dos promotores que não teriam realizado o investimento sem o apoio do Programa afirmam que tal ocorreria sobretudo por razões associadas à pandemia COVID19 (Quadro A21), pelo que o efeito de incentivo do Programa foi potenciado pela crise pandémica. **No caso dos promotores empresariais, este efeito de adicionalidade do Programa (enquanto viabilizador de investimento que de outra forma não se teria realizado) foi importante na generalidade dos instrumentos, mas sobretudo nos que apoiaram as**

atividades de I&D empresarial (inclusive nas respetivas CRII), nos de suporte ao emprego altamente qualificado e nas CRII de qualificação e inovação das PME (Quadro A19).

220. **Para os promotores empresariais os apoios funcionaram também como amplificadores de investimento ou aceleradores da execução dos projetos**, ou mesmo como facilitadores de investimento que se realizaria mesmo sem apoio. Entre os respondentes empresariais que desenvolveriam os seus projetos mesmo sem o apoio do PO (43% dos projetos):

- 40% (representando 47% do investimento elegível) teria reduzido a dimensão financeira dos mesmos – o Programa funcionou assim como **amplificador de investimento**, destacando-se este efeito nas tipologias de apoio ao empreendedorismo;
- 36% (40% do investimento elegível) teria alargado o respetivo prazo de execução e 12% (13% do investimento) teria adiado a data de arranque – nestes casos o Programa teve um **efeito de acelerador do investimento**, sendo de evidenciar que a redução do prazo de execução do investimento é, destes efeitos, o mais relevante para as empresas de maior dimensão;
- 38% (37% do investimento elegível) não teria efetuado qualquer alteração, recorrendo alternativamente a outros métodos de financiamento – neste caso o Programa funcionou como um **facilitador de investimento**, verificando-se um **efeito de deadweight** (Programa limitou-se a financiar intervenções que teriam sempre lugar mesmo sem a sua intervenção).

221. **Entre os promotores não empresariais, o contributo é mais significativo, tendo 81% dos inquiridos** (ponderado pelo nº projetos, representando 68% do investimento elegível apoiado para este tipo de promotores) **afirmado que não desenvolveriam os seus projetos sem o apoio do PO**, contra 65% dos inquiridos não empresariais (Quadro A11). Sendo o apoio fundamental para a generalidade das tipologias, destacam-se os projetos dos eixos 1 (I&D&I), 2 (competitividade e internacionalização), 6 (sustentabilidade dos recursos) e 7 (sustentabilidade do território) como os que mais dependem dos fundos estruturais.

222. Num cenário em que o efeito de adicionalidade é muito elevado, os restantes efeitos (amplificador, acelerador e facilitador) são residuais, sendo assinalados (cada um deles) por 19% das respostas dos promotores que realizariam os investimentos (ponderado pelo número de projetos).

		Efeito catalisador		Efeito amplificador		Efeito acelerador				Efeito facilitador			
		Projetos que não seriam realizados		Projetos que seriam realizados									
				Dimensão financeira aumentada		Prazo de execução reduzido		Data de arranque acelerada		Recurso a outras fontes de financiamento			
	Valores absolutos	Projetos (673)	IE (160M€)	Projetos (515)	IE (164M€)	Projetos (515)	IE (164M€)	Projetos (515)	IE (164M€)	Projetos (380)	IE (164M€)		
Beneficiários empresariais (633)	Em % do total dos projetos	57%	49%	17%	24%	15%	20%	5%	7%	16%	19%		
	Projetos (1 188) IE (324M€)	Em % dos projetos que seriam realizados mesmo sem apoio	-	-	40%	47%	36%	40%	12%	13%	38%	37%	
	Valores absolutos	Projetos (818)	IE (570M€)	Projetos (196)	IE (273M€)	Projetos (196)	IE (273M€)	Projetos (196)	IE (273M€)	Projetos (196)	IE (273M€)		
	Em % do total dos projetos	81%	68%	5%	6%	4%	4%	4%	7%	5%	14%		

		Efeito catalisador		Efeito amplificador		Efeito acelerador				Efeito facilitador			
		Projetos que não seriam realizados		Projetos que seriam realizados									
				Dimensão financeira aumentada		Prazo de execução reduzido		Data de arranque acelerada		Recurso a outras fontes de financiamento			
Beneficiários não empresariais (144)	Em % dos projetos que seriam realizados mesmo sem apoio	-	-	26%	19%	19%	14%	29%	21%	25%	44%		
Projetos (1014)													
IE (843 M€)													

Quadro 12. Efeitos do PO CENTRO 2020 na realização dos projetos

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários empresariais do Sistema de Incentivos

Nota: Beneficiários empresariais - como é possível escolher mais que uma opção, a soma é maior que 100%. IE - Investimento Elegível

223. A auscultação dos beneficiários permite assim concluir que os efeitos catalisador e amplificador do apoio possibilitam a mitigação de perdas de investimento (Quadro A10 e Quadro A19), mais evidente no caso dos promotores não empresariais. O PO Centro terá permitido, no horizonte da sua conclusão, mitigar a perda de 74% do investimento apoiado - cerca de 866 M€ que não seriam investidos na ausência do apoio. Para o investimento que não se teria realizado concorre o que seria perdido na sua totalidade devido aos projetos que não seriam implementados (63% do investimento, correspondente a 730 M€) e o investimento perdido por via da redução da dimensão financeira dos projetos que continuariam a ser implementados na ausência de apoio (11% do investimento, correspondente a 136 M€). A estes efeitos soma-se naturalmente o efeito de aceleração do prazo de execução dos investimentos.

224. Uma análise mais detalhada revela que estes efeitos tiveram maior impacto nos Eixos 1 e 2 (I&D&I e Competitividade e Internacionalização) maior quantidade de investimento afetado (97% e 94%, respetivamente) e **nas TI de Atividade de I&D empresarial** (incluindo as CR11) e de CR11 - Qualificação e Inovação das PME. Neste sentido, conclui-se que o apoio do **PO foi um catalisador e facilitador fundamental para o investimento em I&D, que de outra forma não seria realizado**. Os apoios do PO revelam-se assim fundamentais para induzir investimento em I&D sem que, contudo, **se tenha observado um efeito multiplicador suficiente para fazer crescer de forma mais intensa este investimento** e, dessa forma atingir a respetiva meta do EE2020.

	Perda total de investimento (M€)		Perda parcial de investimento (M€)		Total de investimento perdido (M€)	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Candidatos apoiados						
Empresariais	160 €	49%	65 €	20%	225 €	70%
Não empresariais	570 €	68%	71 €	8%	641 €	76%
Total	730 €	63%	136 €	11%	866 €	74%

Quadro 13. Perda de investimento elegível num cenário de ausência de apoio aos projetos aprovados

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários empresariais do Sistema de Incentivos

225. Em matéria de alavancagem de investimento¹³, **o Programa apresenta em termos médios uma alavancagem de 1,73€, significando que por cada euro de fundo financiado pelo Programa são mobilizados adicionalmente 0,73€ de investimento por parte dos promotores**. O efeito de alavancagem para os investimentos financiados pelo FEDER e FSE situa-se, respetivamente, em 1,85€ e 1,20€, salientando-se, o Eixo 2 (Competitividade e internacionalização da economia regional) como o que gera maior efeito de alavancagem e,

¹³ Por alavancagem de investimento entende-se o montante global investido considerando os fundos disponibilizados (Investimento total/valor de fundo). Não foram incluídos nos cálculos da alavancagem as operações dos IF.

ao nível das tipologias de intervenção, a relativa às “Investimento empresarial em inovação de não PME” com uma alavancagem de 4,44€, seguida da “Internacionalização das PME” (2,76€). **Conjugados com a análise em matéria de efeito de adicionalidade acima referida, os resultados neste âmbito permitem a verificação do pressuposto P III.3 “Os instrumentos de política mobilizados proporcionam um efeito de adicionalidade e alavancagem dos apoios”.**

226. O VAE dos FEEI manifesta-se também por via do conjunto de orientações, regras e procedimentos específicos aplicáveis à utilização dos FEEI, quando estes contribuam para a obtenção de ganhos de eficácia e de eficiência na preparação e implementação das intervenções. Neste âmbito as evidências recolhidas permitem concluir que:

- A preparação de importantes referenciais estratégicos (Plano de Ação Regional do Centro 2014-2020 e Especialização Inteligente de Centro 2014-2020) e auscultação aos stakeholders-chave permitiu concluir por uma elevada coerência da intervenção do PO com o policy-mix associado aos seus grandes pilares de intervenção e ao contexto territorial e setorial existente à data. A elaboração antecipada desses referenciais revelou-se fundamental para responder adequadamente às necessidades e constrangimentos regionais verificados à data.
- Por seu turno, as regras de elegibilidade dos AAC reforçaram a coerência das operações com esses referenciais e com os próprios objetivos do Programa, conforme denota as alterações introduzidas aos projetos pelos promotores (e.g. maior foco na inovação, no caso dos empresariais; maior foco nos objetivos do Programa ou num maior alinhamento face às estratégias definidas nos instrumentos enquadradores, no caso dos não empresariais).
- Também a realização de mapeamentos de investimentos em áreas chave (infraestruturas tecnológicas, infraestruturas empresariais, sociais, património, saúde e educação), revelou-se determinante para identificar necessidades e priorizar investimentos.
- A elaboração dos instrumentos territoriais integrados, ainda que dilate no tempo o início da implementação das operações nela integradas, revelou-se determinante para estimular o diálogo entre os agentes, o pensamento do modelo de desenvolvimento da Região e para priorizar / selecionar os melhores investimentos.
- As articulações desenvolvidas entre os diferentes agentes na implementação dos diferentes instrumentos de apoio, contribuiu para a criação de capacidade (e.g. na AG, para a operacionalização de instrumentos de apoio na área da eficiência energética – colaboração com a DGEG; nas CIM, enquanto OI no âmbito bens sucedidos apoios ao microempreendedorismo).

3.5. Questão de avaliação 5 – Relevância e coerência

QA5. O Centro 2020 está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Resumo

Existe uma elevada coerência entre o PO e o *policy mix* associado aos seus grandes pilares de intervenção e o contexto territorial e setorial existente à data, sobretudo como resultado da preparação de importantes referenciais setoriais/regionais enquadradores (de que são exemplo, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro e o Plano de Ação Regional - Centro 2014-2020) e da auscultação de parceiros-chave. Este processo de auscultação foi sobretudo desenvolvido no âmbito da elaboração do Plano de Ação Regional. Contudo, posteriormente, na fase de preparação/negociação do Programa, a CCDR Centro promoveu diretamente dezenas de sessões de trabalho e aplicou questionários temáticos, das quais resultaram inúmeros contributos escritos (770 de cidadãos e 303 de entidades regionais), que foram devidamente ponderados e, quando pertinentes, incluídos na programação.

A existência de instrumentos de planeamento, que estabeleçam objetivos e prioridades, bem como as operações-chave para a sua prossecução, foi muito importante para garantir o alinhamento entre as TO e os OE e o potencial de procura.

A arquitetura programática do Programa Operacional, corresponde globalmente às necessidades de desenvolvimento da Região, mas nem sempre foi de encontro às necessidades e expectativas dos atores regionais e locais. Foram sinalizadas algumas situações pontuais em que alguns atores-chave não foram envolvidos nem questionados sobre as suas necessidades, o que condicionou a procura e as intenções de investimento, designadamente ao nível dos representantes empresariais. Também o processo de estruturação das dimensões associadas à eficiência energética e utilização das energias renováveis possuiu um envolvimento muito reduzido da AG do PO Centro na fase de programação, o que não permitiu antecipar muitos dos constrangimentos e dificuldades de operacionalização desta dimensão. No caso da reabilitação e modernização do parque escolar foram identificadas diversas mudanças e inconsistências ao longo do período de programação e dificuldades de acomodar os montantes financeiros necessários face às inúmeras debilidades e necessidades existentes (apesar do reforço de verbas que foi possível acomodar nas reprogramações dos PDCT).

O papel coordenador e mobilizador da CCDR Centro/AG PO foi muito importante na fase de programação, assumindo-se como parceiro dos atores do território, facilitando a coordenação intersectorial e ajudando a promover um diálogo estruturado entre diversos atores-chave. São sinalizadas importantes parcerias, entre beneficiários e atores-chave, que têm contribuído para fomentar a execução e os resultados gerados, bem como colmatar défice de conhecimento/capacitação para domínios específicos.

Os exercícios de reprogramação responderam de forma positiva e adequada a diversas alterações de contexto, nomeadamente no quadro da Pandemia COVID 19 e da Guerra da Ucrânia, e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO.

A complementaridade prevista entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública não tem sido muito efetiva, embora não se verificando, genericamente, sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio. Apenas 31 % dos promotores reconhece ter articulado o financiamento do PO Centro 2020 com outros instrumentos financeiros (uma parte importante dos promotores assume o desconhecimento de outros instrumentos de apoio e financiamento nacionais e/ou comunitários (56%) ou de outras entidades promotoras (65%)). No caso específico do IFRRU2020 a insuficiência dos resultados alcançados resulta sobretudo dos efeitos concorrenciais de outros instrumentos de política setorial, com reflexos na mobilização da procura. No turismo há outras formas de financiamento, não reembolsáveis, mais atrativos para os potenciais investidores.

Os meios utilizados e os investimentos realizados ao nível da comunicação foram adequados, contribuindo decisivamente para divulgar o Centro 2020 e mobilizar uma procura qualificada. Não obstante, manifestam-se dificuldades de disseminar informação sobre o PO junto de determinados públicos-alvo, nomeadamente do cidadão comum. Será importante persistir na execução de ações de comunicação de maior abrangência, nomeadamente através de programas televisivos específicos e/ou espaços noticiosos dedicados aos projetos alvo de apoio comunitário na Região.

Verifica-se ao nível programático uma elevada coerência da abordagem preconizada na arquitetura programática do POR Centro 2014-2020 com o policy mix associado aos seus grandes pilares de intervenção e ao contexto territorial e setorial existente à data, como resultado da preparação prévia de importantes referenciais setoriais/regionais enquadradores e da auscultação de parceiros-chave.

227. **A arquitetura programática do POR Centro 2014-2020 suportou-se nas opções estratégicas regionais estabelecidas em diversos instrumentos**, com destaque para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) e para o Plano de Ação Regional - Centro 2014-2020. Acresce que as opções estratégicas regionais foram alinhadas com outros documentos e instrumentos de política europeia e nacional, destacando-se a Estratégia Europa 2020 (EE2020), o Programa Nacional de Reformas (PNR) e o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), entre outros. Paralelamente, **as opções, as PI e os OE assumidos na programação procuraram estar alinhados com as prioridades da política de coesão para as regiões em desenvolvimento, conforme expresso no Acordo de Parceria Portugal 2020.**
228. O posicionamento do Centro em alguns indicadores de referência sinalizava a **necessidade de focalizar as prioridades regionais em determinados investimentos públicos e privados que contribuíssem para aproximar ou cumprir as metas definidas**, por exemplo no âmbito da Estratégia Europa 2020. Esse afastamento revela-se principalmente relevante no que se refere ao: (i). nível de investimento em I&D (em % do PIB) inferior ao do País (1,32% na Região; 1,5% em Portugal), sendo sobretudo relevante o nível de atraso do setor privado; (ii). abandono escolar precoce em torno dos 14,7%, valor positivo quando comparado com a média nacional (19,2%), mas ainda muito longe da meta de 10% (estabelecida no PNR e na Estratégia Europa 2020); (iii). indicador de escolarização superior da população jovem afastado da média nacional e, sobretudo, das metas previstas no PNR e Estratégia Europa 2020 (apenas 25,2%, em 2012, quando a meta preconizada era de 40%); (iv). taxa de desemprego jovem regional abaixo da média nacional (31,6% e 38,1%, respetivamente), mas quase 8% acima da média europeia e longe das metas de referência para 2020 (PRN/EE2020).
229. **A elaboração antecipada dos referenciais estratégicos regionais, suportados em diagnósticos sólidos e atualizados, para as diversas dimensões-chave de enquadramento do exercício de programação**, foi fundamental para procurar responder adequadamente às necessidades e aos constrangimentos regionais observados à data. Merecem especial relevância os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Plano de Ação Regional - Centro 2014-2020 (em 2013).
230. Também **a realização de mapeamentos de investimentos em áreas-chave** (infraestruturas tecnológicas, infraestruturas empresariais, infraestruturas sociais, património, saúde e educação) **foi determinante para conhecer as principais necessidades setoriais e priorizar os investimentos** a apoiar pelo Programa em algumas tipologias de operação.
231. Deve relevar-se ainda que a **existência de instrumentos de planeamento de políticas públicas, desenvolvidos à data, noutras dimensões**, como por exemplo no que se refere à descarbonização da economia e da sociedade (PNAEE, ECO.AP) permitiu, para algumas dimensões-chave da cadeia de programação (eficiência energética), ter referenciais estratégicos e programáticos de orientação **sobre as necessidades, desafios e oportunidades a prosseguir** e cuja operacionalização e concretização derivava da melhor prossecução e aproveitamento dos apoios disponibilizados pelo PO.
232. Por outro lado, **a definição dos instrumentos de planeamento enquadradores** à escala local/sub-regional (PDCT, PEDU, PARU,...) não só foi positiva para promover a eficácia das operações (a morosidade inicial permitiu recuperar em sede de execução) como **foi educativa (obrigou os agentes a planearem as suas operações e ao diálogo tendente à fundamentação das respetivas opções)**. Compeliu os decisores locais a ter um pensamento estratégico sobre o seu território, sobre o seu futuro. Pode ter sido moroso, mas depois de estabilizado foi muito positivo (há um caminho a seguir). Enquanto lição de experiência deste processo, ressalta a ideia de que talvez sejam capazes de fazer mais e melhor, se tiverem tempo de anteriormente pensar/discutir/envolver um maior número de atores (a montante do momento de programação, dos instrumentos de financiamento comunitário).
233. Neste quadro, os objetivos, as orientações, as prioridades estratégicas e as ações definidas nos diversos instrumentos de planeamento setorial/regional, designadamente no Plano de Ação Regional e na RIS3, encontram-se globalmente alinhados e são coerentes com a ambição política regional, assumindo-se como

elementos referenciais e de suporte à arquitetura programática do POR Centro 2014-2020, nomeadamente no que se refere à seleção dos Objetivos Temáticos, das Prioridades de Investimento, dos Objetivos Específicos, das Tipologias de Operação, dos grupos-alvo a mobilizar.

234. **A preparação das estimativas do potencial de procura foi desenvolvida primordialmente através de colaboração com as entidades públicas com atribuições e responsabilidades acrescidas na definição da política e na sua operacionalização** (embora num quadro de reduzida flexibilidade da regulamentação comunitária e/ou nacional). Por exemplo, o processo de estruturação das dimensões associadas à eficiência energética (PI, OE e TO) foi desenvolvido pelos atores relevantes (DGEG, ADENE), em estreita articulação com as Secretarias de Estado responsáveis, mas sem qualquer envolvimento da AG do POR Centro 2014-2020 na fase de programação. Esse papel ficou reservado, em grande medida, à Tutela, que teve a responsabilidade da condução da política pública e que, nesse contexto, conhecia melhor o que se pretendia concretizar para cumprir os objetivos, as metas e os compromissos assumidos internacionalmente, mas com uma ausência relevante por parte das entidades públicas regionais e dos atores setoriais da Região Centro com conhecimento da matéria. Este é um fator crítico que deve ser evitado, garantindo-se desde a fase de programação a participação ativa de quem vai operacionalizar o Programa.
235. **A auscultação de múltiplos atores, em diversos fóruns e iniciativas promovidas pela CCDR Centro contribuiu para o alinhamento dos OE e das TO com as necessidades** das entidades promotoras. Neste quadro, o papel coordenador e mobilizador da CCDR Centro foi muito importante, assumindo-se como parceiro dos atores do território, facilitando a coordenação intersectorial e ajudando a promover um diálogo estruturado entre diversos atores-chave.
236. Assim, neste processo, importa sinalizar que **a construção dos elementos de diagnóstico regional amplamente referenciados no PO, foi tributário de procedimentos de auscultação, promovidos pela CCDR Centro, junto dos atores regionais e/ou setoriais com maior conhecimento sobre as necessidades e sobre o potencial de procura regional**, numa perspetiva de apresentar contributos capazes de informar ou influenciar o exercício de programação.
237. A CCDR Centro promoveu diretamente dezenas de sessões de trabalho (66 reuniões de trabalho, 5 seminários regionais, 5 workshops temáticos, 4 reuniões institucionais com representantes regionais, 2 questionários temáticos...), que mobilizaram cerca de 1.200 participantes, e das quais resultaram inúmeros contributos escritos (770 pessoas e 303 entidades regionais apresentaram contributos), que foram devidamente ponderados e, quando pertinentes, incluídos na programação. Acresce, que no âmbito dos debates sobre a programação 2014/2020, o Presidente da CCDR Centro interveio em cerca de 25 eventos promovidos por diversas entidades, sobretudo centrados no debate e reflexão estratégica e de prioridades a prosseguir na Região Centro.
238. Assinale-se ainda que no âmbito da **avaliação ex-ante** foram desenvolvidas metodologias que implicavam o **envolvimento e a auscultação de parceiros** relevantes do PO, com o objetivo de **recolher informação relevante para o processo de avaliação e que, numa perspetiva bidirecional e construtiva, foram vertidos nos conteúdos do Programa e nas opções** assumidas.
239. Em conclusão, **a existência de instrumentos de planeamento, que definiram objetivos e prioridades a prosseguir, bem como as operações-chave para a sua prossecução, aliada à auscultação de entidades setoriais/regionais com responsabilidades sobretudo na execução de políticas públicas, foi determinante, para garantir o alinhamento entre as TO e os OE e o potencial de procura** (verificação do pressuposto PI.4).

A arquitetura programática do Programa Operacional (PI selecionadas, OE definidos, TO identificadas) corresponde globalmente às necessidades de desenvolvimento da Região, mas nem sempre foi de encontro às necessidades e expetativas dos atores regionais.

240. Das entrevistas realizadas, ressaltaram vários exemplos em que **os organismos setoriais regionais foram auscultados, mapearam e hierarquizaram os investimentos-chave dos respetivos setores**. Não obstante, esse processo pode e deve ser melhorado. As hierarquias estabelecidas devem ser mais bem fundamentadas,

ser efetivamente relevantes financeiramente e sinalizando as dotações necessárias. Assinalam-se alguns casos em que a resposta dos apoios disponibilizados não correspondeu plenamente às efetivas necessidades dos atores e da Região embora noutros casos, como na educação e sobretudo na saúde, o Programa tenha ido muito mais longe do que estava previsto inicialmente, aproximando-se efetivamente das necessidades mais prementes a superar.

241. No caso do processo de contratualização, as Comunidades Intermunicipais manifestam alguma frustração, embora assumindo a importância de se terem ampliado os apoios a outras dimensões fundamentais para a implementação à escala sub-regional de uma estratégia integrada, multidimensional. O confinamento da contratualização apenas a algumas PI (umas obrigatórias e outras facultativas), num quadro prévio marcado pela obrigatoriedade de definição de uma estratégia regional (muito participada, com forte envolvimento dos parceiros) e pela sua avaliação positiva, não se viria a traduzir nem num reforço dos montantes financeiros, nem na possibilidade de concretizar a ambição e prioridades efetivas das sub-regiões. Era importante que o PO, nomeadamente no âmbito do PDCT, tivesse outra flexibilidade de modo a acomodar outras necessidades e fosse ao encontro das expectativas dos atores locais (adequação à dinâmica do tempo). Acresce a importância de se definirem AAC diferenciados (não podem ser exatamente iguais em todas as CIM), dado que as especificidades e prioridades são diferentes. Por outro lado, os Municípios substituíram-se ao Estado em diversas dimensões de política pública (escolas secundárias, centros de saúde, Monumentos Nacionais,...), interiorizaram, aceitaram avançar, executar intervenções estruturantes para responder às necessidades das populações e melhorar a atratividade e qualidade de vida nos seus concelhos.
242. **No caso da reabilitação e modernização do parque escolar foram identificadas diversas mudanças e inconsistências ao longo do período de programação e dificuldades de acomodar os montantes financeiros necessários face às inúmeras debilidades e necessidades existentes.** No início, o processo de contratualização apenas contemplava os investimentos de responsabilidade das autarquias (pré-escolar e 1.º ciclo), com o seu alargamento aos estabelecimentos de 2.º e 3.º ciclo e secundário, da responsabilidade do Ministério da Educação, e onde os problemas de conservação e debilidades estruturais eram mais significativas, os montantes financeiros necessários avolumaram-se e não obstante os aumentos que foi sendo possível efetuar (reforço das verbas para a reabilitação do parque escolar, na reprogramação de 2019), em algumas sub-regiões não foi minimamente possível responder a todas as necessidades e prioridades de investimento identificadas. Por outro lado, em alguns concelhos, algumas intervenções de reabilitação apoiadas poderiam ter sido melhor ponderadas. A manutenção de estabelecimentos em alguns territórios (e consequente reabilitação), num quadro de evolução muito recessivo de população a escolarizar, poderá estar comprometida a prazo. Poderia ter existido uma maior aposta nos apoios à concentração (criação de centros escolares) em detrimento dos apoios à reabilitação/manutenção de estabelecimentos em pequenos lugares, com mais de um estabelecimento. Não obstante, em alguns casos, à pequena escala, a manutenção dos estabelecimentos pode ser uma opção válida dado o impacto direto no incremento das deslocações e, consequentemente, nos custos de transporte associados.
243. Do processo de inquirição conclui-se genericamente **pela percepção positiva dos promotores sobre a adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis** nos Eixos do Programa Operacional Centro 14-20 face aos constrangimentos e desafios que a Região enfrentava. As tipologias de operações elegíveis nos Eixos do POR Centro 14-20 consideradas mais adequadas centraram-se no **Eixo: 9 – Reforçar a Rede Urbana (89% dos promotores não empresariais efetua uma avaliação muito positiva à adequação das TO desse Eixo face aos desafios e constrangimentos que a Região enfrentava)**; 5 – Fortalecer a Coesão Social e Territorial (81% dos promotores não empresariais efetua uma avaliação muito positiva); ii. 6 – Afirmar a Sustentabilidade dos Recursos (74%). No caso específico do Eixo 5 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial, vários promotores assinalam a sua extrema importância. Por norma a capacidade financeira dos parceiros sociais e economia social em geral está relacionada com a riqueza da Comunidade ou Região que está inserida, o que significa que a maioria tem capacidade económica e financeira muito reduzida, sendo apenas capaz de novos investimentos em infraestruturas e equipamentos com recurso a operações/medidas que os financiem. O Programa Operacional foi decisivo. Assinale-se a importância que assumiu o SI2E, que veio dar resposta a uma lacuna regional importante (apoio às microempresas – nano-investimentos; pensar à nano-escala) permitindo o aparecimento de projetos de empresas que dificilmente acederiam aos fundos. Não obstante a sua virtuosidade, os *stakeholders* assinalam a importância de ser mais focado e permitir um regime mais simplificado. Por outro

lado, **o lançamento de mais AAC, mais espaçados temporalmente e mais direcionados (sem serem de largo espectro) é decisiva para inviabilizar uma enorme concentração de candidaturas em determinados momentos. Esta situação permitiria um maior planeamento e capacidade de resposta das equipas, reduzindo os tempos de decisão e evitando a sobrecarga de trabalho (melhor gestão dos recursos que existem; maior foco nos resultados**, mas também no processo).

244. Não obstante a avaliação global dos promotores aponte para a pertinência do Programa para responder às necessidades da Região Centro, em alguns casos **foram sinalizadas tipologias de operação ou projeto consideradas relevantes, mas que não possuíam enquadramento nas elegibilidades do Programa**. As TO consideradas menos adequadas focaram-se nos eixos: (i). 8 – Reforçar a capacitação das institucional das entidades regionais; e, (ii). 4 – Promover e dinamizar a empregabilidade. Segundo os inquiridos, o tema da capacitação institucional não é suficientemente considerado, sinalizando-se a inexistência de elegibilidades, por exemplo, para a capacitação dos técnicos e para a melhoria das infraestruturas das associações empresariais, o que limita o papel e o apoio que estas entidades têm no desenvolvimento empresarial da região. No caso do Eixo 4, apesar da avaliação não ser globalmente muito positiva, assinala-se a sua importância para o incremento do emprego altamente qualificado (permitiu contratar profissionais qualificados em áreas cruciais para o desenvolvimento de inovação a favor das empresas e que de outra forma seria desafiante contratar). A linha relacionada com as IDEIAS foi considerada estratégica por algumas instituições, na medida em que só assim foi possível expandir o edificado e os recursos técnicos disponíveis.
245. No caso do Eixo 9, avaliado de forma muito positiva, aponta-se para a importância de se ponderar a possibilidade de construção nova (mesmo fora de áreas industriais abandonadas) e o alargamento da área territorial de incidência a toda a área de planeamento urbanístico definida pelo Município (ou seja, ARU em vez da definida no PARU). No EC3 apontou-se para a importância de alocar fundos comunitários para operações de reabilitação urbana que agregam a trilogia de fatores: premência da intervenção (pelo efeito de consenso), proximidade territorial a intervenções de regeneração urbana anteriormente apoiadas (pelo efeito de escala) e privilegiar investimentos em áreas estratégicas e de diferenciação concelhia (pelos impactes gerados na dinamização da atividade económica, gerar emprego e contribuir para a fixação das populações).
246. Alguns promotores apontam **a insuficiência de apoios ao nível da competitividade e das empresas do interior e que melhorem e promovam a empregabilidade no interior** da Região. Por outro lado, sinalizam a importância de reforçar os apoios das medidas que aumentem a sustentabilidade dos territórios e dos seus recursos, procurando fixar mais pessoas e empresas em territórios que cada vez mais se encontram com menos população e mais envelhecida. Também a ausência de apoios para a requalificação de equipamentos desportivos formais/de grande escala e da rede viária foi sinalizada como relevante. O apoio na melhoria das respostas sociais existentes foi muito importante, mas face à realidade da região (necessidades vrs resposta disponível), alguns promotores sinalizam a importância que deveria ter assumido a elegibilidade de novos lugares na resposta social ERPI (a garantir no futuro Programa 2030).
247. Contudo, estas apreciações devem ser devidamente ponderadas à luz da realidade regional e dos compromissos e metas regionais/nacionais existentes à data, bem como da impossibilidade regulamentar de apoiar determinadas dimensões (requalificação de vias rodoviárias, por exemplo).
248. Assinale-se como relevante que **no futuro, será necessário consolidar e dar continuidade a dimensões-chave, como o setor social** (existe uma grande necessidade de vagas para alguns equipamentos e respostas sociais e é necessário o Programa Operacional estar preparado para responder a este desafio, seja ou não no âmbito da contratualização), **a saúde/cuidados primários** (construção/reabilitação de centros de saúde), **a regeneração urbana** (sobretudo em áreas externas à delimitação efetuada nos PEDU) e **os equipamentos culturais** (ampliar a requalificação/valorização a outros equipamentos/monumentos não classificados pela UNESCO). Por outro lado, a AG Programa Operacional possui condicionamentos de autonomia para uma gestão dinâmica e autónoma dos Avisos, adaptada às necessidades e dinâmicas de procura regionais. Os timings condicionam muito a utilização/recurso aos apoios, pelo que deveria existir um maior controlo e autonomia no lançamento dos AAC (muitas intensões de investimento acabam por não avançar, se não houver Avisos abertos - os potenciais promotores podem não ter capacidade de avançar na altura; ou terem necessidade de gerir a tesouraria/orçamento). **A previsibilidade/calendarização das aberturas dos Avisos é crítica** (apenas existiu no início do período de programação e foi-se perdendo; descredibilizou-se por não ser cumprida).

249. Relativamente à **avaliação sobre a adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis face às necessidades de investimento da entidade, continuando a ser bastante positiva**, apresenta, contudo, uma menor expressividade. As tipologias de operações elegíveis nos Eixos do POR Centro 14-20 consideradas mais adequadas centram-se no Eixo de Fortalecer a Coesão Social e Territorial e, sobretudo, no Eixo do Reforço da Rede Urbana. Inversamente, as TO consideradas menos adequadas focam-se no Reforço da Capacitação Institucional e Promover e Dinamizar a Empregabilidade. Como áreas não cobertas ou TO que poderiam ampliar o seu perímetro de elegibilidades, de modo a acomodar as necessidades de investimento e prioridades dos promotores, foram sinalizadas: a regeneração urbana fora das sedes de concelho; a necessidade de recuperação de património não classificado; o abastecimento de água para consumo humano às populações; a reabilitação de infraestruturas da cultura e Arquivos Municipais; a regularização da rede viária; a reabilitação e requalificação de infraestruturas desportivas de grande escala.
250. Mais uma vez, estas apreciações devem ser devidamente ponderadas à luz da regulamentação europeia e nacional associadas ao período de programação, bem como da existência de outros instrumentos de financiamento comunitário/nacional que enquadram estas dimensões (p.e. o POSEUR, o Fundo Ambiental ou linhas de apoio do Turismo de Portugal). Acresce, no caso dos apoios à regeneração urbana, o seu alinhamento com o modelo territorial definido no principal instrumento de política pública enquadrador (PNPOT).
251. Quando instados a pronunciarem-se sobre a **adequação do PO, em função das suas necessidades e prioridades de investimento**, os promotores poderiam ainda avaliar um conjunto de parâmetros. **A "complexidade e exigências burocráticas/administrativas" foi avaliada de forma menos positiva** (apenas 21% dos promotores não empresariais a avalia de forma positiva/muito positiva; no caso dos promotores empresariais, 42% sinaliza os requisitos administrativos/documentais desadequados face às necessidades - verificação, em parte, do PI.2), **bem como as "Despesas consideradas elegíveis para apoio"** (metade dos promotores não as considerou muito adequadas). Este balanço, menos positivo, levou a que uma parte importante dos promotores tenha procedido a alterações dos seus projetos iniciais por consequência da candidatura ao POR Centro 14-20 (das condições de elegibilidade). Quando questionados sobre se efetuaram alterações ao seu projeto inicial em virtude das condições de elegibilidade exigidas nos Avisos, muitos promotores não empresariais o referenciaram (41%), sendo que as mesmas incidiram sobre um maior foco do projeto em áreas prioritárias definidas pelo Programa (40%, no caso dos que efetuaram alterações), bem como num maior alinhamento do projeto com a estratégia integrada definida no instrumento enquadrador (PEDU, PARU, PAICD, ...) e numa maior orientação do projeto para a sustentabilidade ambiental. No caso dos promotores empresariais foi substancialmente menor os que sujeitaram o seu projeto inicial a alterações, em função das elegibilidades (apenas 14%), com foco sobretudo numa maior escala dos investimentos e no aumento do grau de inovação e diferenciação.
252. Concluindo, a existência de vários instrumentos estratégicos e de planeamento, suportados em diagnósticos robustos e atualizados e co-construídos por parceiros-chave, e a realização de vários momentos de auscultação das entidades regionais, revelou-se decisivo para que o PO, globalmente, fosse ao encontro das necessidades de desenvolvimento da Região. Contudo, em alguns casos, as necessidades e expectativas dos atores regionais não foram plenamente satisfeitas.
253. Deve assinalar-se, ainda, que **o processo de programação foi condicionado pela arquitetura temática definida pela CE e pelo enquadramento e regulamentação europeia e nacional, sendo sinalizado, por vários atores, das dificuldades de adaptação ou até mesmo da inadequação ao contexto específico regional**, dessas orientações, sinalizando-se, em particular, as dimensões da eficiência energética. (verificação, em larga medida, do PE I.4)

O modelo de governação/gestão e as parcerias estabelecidas entre atores-chave foi determinante para a execução e potenciou os resultados gerados.

254. Em termos gerais, manifesta-se uma **profícua relação de trabalho e concertação entre as CIM/os beneficiários e a AG PO**. A proximidade e disponibilidade para resolver os problemas que vão surgindo existe e é muito importante.

255. Conforme se conclui do EC4, o relacionamento dos promotores com a AG do POR Centro é muito positivo, quer pela proximidade e trabalho conjunto, quer pela relação com os recursos humanos que analisam as candidaturas, que se têm demonstrado sensíveis ao acompanhamento e disponibilização de apoio para a superação de pequenas dificuldades. **No decurso dos vários quadros comunitários de apoio, a estrutura da AG do POR Centro tem-se aproximado cada vez mais das pessoas, das entidades e dos municípios que estão no terreno.** Não obstante, alguns stakeholders sinalizam a importância de se continuar a melhorar a articulação e promover um maior alinhamento AG/CIM, de se continuarem a criar as condições para uma maior confiança, de modo a evitar interpretações diferenciadas e densidade de exigências já na fase de execução dos projetos (alinhamento na simplificação e uma concertação atempada).
256. Em termos gerais as CIM possuem, genericamente, um quadro de recursos humanos suficiente e capacitado, de modo a ter um maior acompanhamento e uma abordagem especializada, junto dos beneficiários. Não obstante, nem sempre a resposta foi a desejada, nem a mais adequada, sobretudo no início do período de programação (número reduzido de recursos, que foi possível ir ajustando para se adequarem às necessidades) e em picos de muita procura (pe nos AAC do S2E).
257. Assinale-se que **a proximidade da CIM, junto das estruturas municipais, é fundamental não apenas na fase de preparação/definição de projetos/candidaturas, mas também na monitorização, acompanhamento e avaliação dos mesmos.** (verificação, nesta dimensão, do PI.7) No futuro, num quadro de reforço das competências das CIM, é fundamental continuar o processo de reforço e capacitação dos quadros técnicos das CIM (novas competências exigem mais recursos qualificados). O recrutamento/ampliação do quadro de recursos em algumas CIM, nas áreas da economia, da gestão, do ambiente é decisivo (embora ponderando devidamente essa ampliação de modo a não criar estruturas demasiado grandes/sobredimensionadas). Deve, contudo, relevar-se a progressiva incapacidade da administração pública atrair quadros em alguns territórios do interior (pe. no caso da eficiência energética, não há recursos com estas competências, nem se conseguem atrair).
258. É de assinalar que a maioria dos Municípios possui um quadro de recursos humanos cada vez maior e mais qualificado e capacitado, o que concorre para uma melhor qualidade dos projetos e uma melhor instrução das candidaturas. Não obstante, em algumas sub-regiões continua a existir uma grande resistência à partilha municipal, à incapacidade de olhar/pensar fora da esfera municipal, gerando uma enorme dificuldade de ganhar escala, de co-construir e desenhar projetos âncora (mobilizadores e estruturantes) para as respetivas sub-regiões. Neste contexto, o papel das CIM, de liderança/coordenação, de promover a articulação, concertação e colaboração entre Municípios é fundamental. Ainda nesta perspetiva, **as CIM têm promovido diversos processos de parceria institucional** (com os Municípios, com as associações empresariais, com os Grupos de Ação Local), fundamentais para um melhor conhecimento e resposta às necessidades dos beneficiários e para uma melhor operacionalização da estratégia integrada de desenvolvimento sub-regional. Acrescem, exemplos positivos, de parceria/contratação de atores locais/regionais em áreas de grande especialização (muito técnicas), como a energética.
259. No caso específico do IFRRU2020, releva-se como positiva a existência do Comité de Investimento, permitindo que os financiadores possam de forma eficaz discutir, ponderar, decidir sobre dimensões-críticas para o sucesso e resultados a alcançar. Também a existência de uma equipa central, para todo o país, é fundamental (em dedicação exclusiva), desde logo porque garante a transversalidade de critérios e se assume como o único canal de passagem de informação (gera ganhos de confiança).
260. **O modelo de governação adotado pelo IFRRU2020 é considerado muito positivo. A capilarização através dos Municípios, aumenta a eficácia e eficiência do processo** (por um lado, cada entidade potencia as capacidades/competências específicas – alinhamento com o seu *know how*, por outro lado, o parecer vinculativo é do Município, que melhor conhece o território e a estratégia de desenvolvimento em curso). Como aspeto negativo, a melhorar, indica-se o Balcão 2020. Não é facilitador (não tem um módulo próprio para os IF) o que gera dificuldades ao nível da gestão (recurso a diversas plataformas). (verificação, nesta dimensão, do PII.3)
261. A ausência de representação regional da estrutura IFRRU2020 não foi limitadora da procura pelo IF, nem condicionou os resultados. Não havia intensão de criar estruturas sobre estruturas, mas sim assumir os Municípios como pontos focais/centrais. Quem conhece melhor os territórios e os atores locais são os

Municípios, pelo que seriam o rosto do IFRRU 2020 nos territórios. Por outro lado, são eles que definem as suas estratégias de desenvolvimento, que dão autorizações, licenciamentos, que dão parecer vinculativo e divulgavam o IF. Não obstante, fizeram-se inúmeras ações de comunicação no terreno (IFRRU2020 com os Municípios) e a rede comercial dos próprios bancos foi determinante na publicitação. A proximidade com os investidores, com quem vai procurar o crédito foi fundamental na divulgação (pela banca).

262. O IFRRU2020 garante a universalização dos critérios, estimula uma dinâmica positiva com os beneficiários (esclarece dúvidas, medeia conflitos banco-beneficiário), incentiva a competição entre bancos. **Uma medida importante e que deve ser assinalada como boa prática, passou pela contratualização de objetivos específicos de balcão do IFRRU2020 (obrigatoriedade de cumprir objetivos/metasp internas).**

Em algumas dimensões registaram-se sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio com impacte na mobilização da procura pelo PO.

263. **A complementaridade prevista entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (regional, nacional e/ou comunitária) tem sido efetiva, não se verificando, genericamente, sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio** (não se verificou na integra o risco RI.1). Contudo, na Avaliação da Implementação das Medidas do OT4, **assinala-se a existência de efeitos de concorrência entre instrumentos FEEI (PI 4.2 vs Sistema de Incentivos), na dimensão da eficiência energética nas empresas** (apesar do objetivo de a política pública não deixar de ser cumprido - melhoria da eficiência energética nos sistemas produtivos). Na referida Avaliação refere-se que o facto de nos AAC dos SI não se manifestarem problemas com os Auxílios de Estado e os apoios serem “não reembolsáveis”, tornam este mecanismo de investimento mais interessante do que a oferta à eficiência energética disponibilizada no âmbito do Programa Operacional Regional (PI 4.2). Acresce que os promotores priorizam a execução de projetos integrados, onde a eficiência energética é apenas uma componente do processo (mas que é majorada). Neste contexto, muitas empresas recorrem aos SI mainstream do PT2020, designadamente ao SI à inovação produtiva, incluindo nos seus investimentos globais a componente de eficiência energética (a desagregação seria empresarialmente e na ótica do investimento pouco racional). Deve ainda assinalar-se a concorrência gerada internamente por PI que podem enquadrar as mesmas tipologias de elegibilidades, o que concorre para menores resultados onde a complexidade e burocracia associada é superior. É o caso da PI 4.3 e PI 6.5. Como nas PI 4.2 (EE nas empresas), os beneficiários da PI 4.3 (EE na Habitação/IFRRU2020) optaram por não desagregar candidaturas, ou seja, vão com o projeto global, incluindo energia, na PI 6.5. **No futuro, será importante não haver, dentro do mesmo PO, PI que concorrem umas com as outras (originando que se escolha a mais simples).** Deverão manter-se os objetivos de melhoria da eficiência energética nos processos de reabilitação urbana (como incentivo), ou seja, garantindo-se as exigências/metasp em termos de energia/eficiência energética.
264. No caso específico do **IFRRU2020 a insuficiência dos resultados alcançados resulta sobretudo dos efeitos concorrenciais de outros instrumentos de política setorial**, com reflexos na mobilização da procura (43 operações aprovadas, em apenas 30 Municípios). No turismo há outras formas de financiamento, não reembolsáveis, mais atrativos para os potenciais investidores. Como o investimento IFRRU2020 é sobretudo vocacionado para a atividade turística e este setor tem diversas outras fontes de financiamento não reembolsáveis, torna-se pouco apetecível (pe a existência de linhas específicas de apoio pelo Turismo de Portugal, como a Capitalizar + ou a Qualificação da oferta, são referenciadas como possuindo tempos de decisão mais curtos, maior facilidade processual e maior celeridade na relação com a banca). Não obstante, alguns stakeholders entrevistados relevam que se verificou mais complementaridades que efeitos concorrenciais, nesta dimensão. A AG tem parceria com o Turismo do Centro (TdC), inclusive para candidaturas no Património da UNESCO (Coimbra, Batalha,...) para dotar os edifícios de condições de acessibilidades, financiadas pelo TdC, enquanto outras intervenções eram financiadas pelo PO. (verificação, nesta dimensão, do RI.1)
265. Foram também sinalizadas outras importantes complementaridades entre instrumentos financiados pelo Programa (e.g. candidaturas ao SI&DT que depois se candidataram ao SI Inovação Produtiva).
266. Segundo alguns stakeholders entrevistados, verificaram-se três tipos de integração/ sinergias que potenciaram os resultados e impactos das intervenções ao nível da regeneração urbana: (i). Integração entre PI (e.g. intervenções na reabilitação urbana combinada com intervenções na área da mobilidade - parques

intermodais); (ii.) Integração territorial / IFRRU2020 (e.g. só se admitia investimento do IFRRU onde os municípios possuísem intervenções nos PARU, e onde os privados acabam também por recorrer ao IFRRU); (iii.) Integração público / privado (só se admitiam intervenções no espaço público onde tivesse havido intervenções no edificado privado nos últimos anos).

267. Quando questionados se procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade das operações apoiadas no Programa Operacional Centro 14-20 com operações de outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários, **apenas 31% dos promotores não empresariais (ponderado pelo número de projetos) reconhece ter articulado o financiamento do POR Centro 14-20 com outros instrumentos financeiros**. Assinale-se que uma parte importante dos promotores assume o desconhecimento de outros instrumentos de apoio e financiamento nacionais e/ou comunitários (56%) ou de outras entidades promotoras (65%). Merece destaque especial o facto de uma parte muito significativa dos promotores (89%) enfatizar que os prazos ou os momentos de lançamento dos AAC não permitiram a preparação conjunta de candidaturas.
268. Existia uma expectativa dos atores sub-regionais (CIM/Municípios) de existirem articulações e reforço de apoios para investimentos estratégicos noutros Programas/Fundos que ou não funcionaram (PDR/FEADER) ou em que prevaleceu uma lógica concorrencial que não os beneficiou (POSEUR). Sublinharam-se alguns exemplos dessa dificuldade de articulação/complementaridade, impactantes nos resultados a gerar. Por exemplo, se for aprovado um hotel rural há um conjunto de dimensões relevantes de outra natureza que assumem especial importância (apoios para a criação/requalificação de caminhos rurais, eletrificação, cobertura de internet,...) e para as quais não existem instrumentos de apoio financeiro.

A ausência de procura (empresas de construção civil) ou o acréscimo de custos nas empreitadas teve um impacto significativo nas realizações previstas.

269. **As dificuldades relacionadas com a indisponibilidade de mão-de-obra e o aumento dos custos associados dificultou a concretização dos projetos contratados, sendo que a pandemia também afetou a disponibilidade de materiais e dos produtos necessários aos trabalhos (mais dispendiosos, com prazos mais alargados de entrega), levando a que alguns concursos abertos pelos promotores públicos ficassem a descoberto**, a que acrescem alguns constrangimentos com que a maioria dos promotores se confrontou no decurso da implementação das operações ao nível do tempo e do esforço despendidos em questões administrativas/burocráticas.
270. Esta **situação foi agravada com a guerra na Ucrânia (escalada significativa dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção), pelo que se revelará fundamental encontrar soluções que permitam mitigar este contexto adverso** de modo para que não seja colocado em causa a prossecução dos resultados e dos impactos pretendidos.
271. Segundo alguns stakeholders os custos com as obras têm vindo progressivamente a ser incrementados. Quando do lançamento dos concursos de empreitadas, não aparece nenhum candidatado, obrigando a novos procedimentos, à revisão de preços com montantes mais apelativos/ajustados ao mercado atual (em alguns casos, os preços são 30 a 40% superiores ao inicialmente avançado). Este processo está a ter impacto na conclusão das obras e consequente desaceleração das taxas de execução. Por um lado, as obras lançam-se mais tarde e com valores superiores, por outro lado, os promotores têm de garantir os montantes “em falta/a mais”, dado não haver possibilidade de reforço dos apoios concedidos. (verificação do RE I.5)
272. No caso do IFRRU2020, assinala-se o impacto muito significativo do contexto pandémico (retração do investimento em mais de 25%). Houve desistências de investimento, houve a necessidade de os investidores reponderar opções, a oportunidade e natureza do investimento mesmo num cenário favorável de financiamento (benefícios associados ao IF). **O acréscimo dos custos das empreitadas (mão de obra, materiais, energia,...), o aumentar dos conflitos com os empreiteiros (subida de preços, datas de entregas, dilatar de prazos,...) teve um impacto significativo na execução (aumento do custo de investimento - necessidade de reforçar os capitais próprios, dado que a apoio não se altera)**. No caso dos

investimentos públicos, o visto prévio do Tribunal de Contas é, geralmente, muito moroso (há casos de 1,5 anos) o que é também impactante.

273. A dinâmica de crescimento, que se vinha a acentuar nos últimos anos, era resultado quer da dinamização da procura interna (crescimento do consumo, sobretudo, privado), quer do fomento do investimento. Este progresso macroeconómico vinha a ser acompanhado por uma evolução positiva das finanças públicas. Assim, este quadro geral tinha contribuído para, no período 2016-2019, estimular a procura e promover uma aceleração na execução dos projetos. Contudo, desde 2020, com o aparecimento da pandemia associada ao COVID-19, a conjuntura menos positiva condicionou o pleno cumprimento das realizações e resultados previstos na cadeia de impactos. O impacto económico da pandemia foi marcante em todos os setores, concorrendo para uma muito significativa contração do PIBpc da Região entre 2019 e 2020 (-4%), mas possuindo também impactos muito significativos nos ritmos de execução, seja por constrangimentos gerados na mão-de-obra disponível, seja na aquisição de equipamentos e materiais, ou na mobilização dos participantes para as ações dos projetos.
274. **Muitas intervenções tiveram de ter prorrogação de prazos por ausência/impossibilidade de avançar no contexto de COVID.** A pandemia também atrasou a chegada de matérias e produtos necessários aos trabalhos (materiais mais caros e mais morosa a entrega; concursos a descoberto). Conforme referenciado anteriormente, numa altura em que os sinais de disrupções no sector da construção são cada vez mais evidentes (sobretudo nas fases finais das empreitadas, que carecem de recursos mais qualificados para as especialidades – a imigração não resolve) é fundamental encontrar soluções que permitam mitigar este contexto adverso de modo a não colocar em causa a prossecução dos trabalhos em diversos setores demasiado dependentes do mercado de construção civil.
275. Neste quadro, existem evidências de **importantes alterações no quadro económico-financeiro nacional face à conjuntura existente aquando da programação, com impacto na mobilização da procura e na execução** (verificação do risco RI.2). Pelo contrário, não se observaram alterações nas prioridades regionais e nas políticas públicas objeto de financiamento ao longo do período de programação que possam ter condicionado as realizações alcançadas (não verificação do RI.6).
276. A economia regional tem evoluído de forma muito positiva, registando nos últimos anos crescimentos do PIB muito significativos (entre 2014 e 2021, o PIB pc da Região Centro cresceu cerca de 18,7%). Após a acentuada crise económico-financeira, que assolou o país e a Região (2009-2013) este período de crescimento concorre para a melhoria das condições de investimento, para o aumento dos rendimentos e da empregabilidade, gerando alterações contextuais relevantes na dimensão económica e social.

Os exercícios de reprogramação responderam adequadamente a diversas alterações de contexto e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO. Não obstante, manifestaram-se dificuldades de acomodar as necessidades e especificidades de alguns territórios.

277. **Na maioria dos Eixos do Programa foram dados passos positivos no processo de reprogramação, possibilitando uma melhor adequação e resposta às dificuldades de implementação de alguns OE e TO** (verificação do pressuposto PI.5). **Contudo, os ajustamentos realizados nem sempre foram suficientes, não respondendo integralmente às especificidades regionais e às expetativas dos promotores.** No caso do Eixo 6, conforme expresso na “Avaliação da Implementação das Medidas do OT4”, apontam-se como principais modificações (positivas): i. a alteração dos requisitos exigíveis aos projetos de eficiência energética na habitação, permitindo a elegibilidade de projetos em que se verifique o aumento mínimo de 20% do desempenho energético dos edifícios (30% nos edifícios da administração regional/local e 20% para a habitação), em alternativa ao aumento de pelo menos dois níveis no Certificado de Desempenho Energético (esta alteração para os 30% nem sempre foi benéfica, mas no IFRRU2020, mantiveram-se as duas possibilidades - dois níveis ou os 20% de redução, o que não se observou na administração regional/local); ii. a alteração de formas de financiamento em algumas PI, como resultado da supressão do IF específico para a Eficiência Energética (IFE 2020); iii. a adoção de formas de apoio mais atrativas para as empresas, que as possam encorajar a realizar intervenções mais profundas em matéria de eficiência energética (dada a dificuldade de implementação do IF – na PI 4.2 – procedeu-se a um ajustamento financeiro entre formas de financiamento, gerando que todos os

apoios passassem a ser promovidos através de subvenções reembolsáveis, exceto os relativos às auditorias energéticas que continuaram a ser financiadas por subvenções não reembolsáveis).

278. A reprogramação de 2017, teve uma natureza excecional, face à **necessidade de responder a um enorme flagelo que assolou a Região (incêndios florestais) com impacte severo na economia local**, caracterizada por estruturas económicas muito débeis (monodependências agrícolas e florestais). Neste quadro, a preocupação centrou-se no restabelecimento da capacidade produtiva das empresas afetadas e no restabelecimento das infraestruturas básicas municipais, sendo esta opção muito impactante nos territórios afetados pelos incêndios florestais.
279. Assim, foram criadas duas tipologias de ação, nos Eixos 2 e 7 do PO Centro: (i) Apoio ao restabelecimento da capacidade produtiva (25 milhões de euros, FEDER), de modo a recuperar a estrutura produtiva pré-existente das empresas afetadas nos 7 concelhos e contribuir para a manutenção da atividade económica e dos postos de trabalho; (ii.) Apoio ao restabelecimento das infraestruturas básicas municipais (20 milhões, FEDER), com o objetivo de recuperar as condições pré-existent das infraestruturas públicas afetadas pelos incêndios, de forma a prestarem às populações os serviços públicos básicos.
280. A reprogramação de 2018, foi essencialmente uma revisão programática de natureza estratégica, como resultado de **alterações socioeconómicas relevantes e da tentativa de antecipar previsíveis dificuldades de execução em algumas PI**. Procurou-se, por um lado, reforçar o alinhamento estratégico com as prioridades definidas no Programa Nacional de Reformas (sobretudo ao nível da qualificação dos portugueses e promoção do emprego, bem como do incentivo ao investimento empresarial e em equipamentos e infraestruturas de serviços básicos), por outro lado, maximizar o apoio do PO, através da exploração de complementaridades com outras fontes de financiamento.
281. Foi possível criar um sistema de apoio ao SI Inovação (híbrido) com Instrumento Financeiro Complementar, fundamental para uma maior alavancagem na aplicação dos recursos e disponibilizar melhores condições para execução de projetos de PME. Procedeu-se a uma redução da dotação de Instrumentos Financeiros na PI 3.3 e à eliminação do Modelo ESCO nos apoios à eficiência energética nas Infraestruturas públicas da Administração Pública Local, bem como à concentração da Formação Avançada (FA) e dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) no POR. Criaram-se ainda tipologias de ação no âmbito da PI 9.1 - Inclusão ativa, de modo a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, bem como foram reforçados os apoios à contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados. Neste quadro, houve ajustamentos importantes na distribuição dos montantes financeiros entre Eixos, destacando-se o reforço dos Eixos 7 e 5, com valores superiores a 40 milhões de euros.
282. As duas reprogramações de 2019, tiveram como objetivo proceder a uma alteração dos beneficiários elegíveis para a realização de formação e ações de capacitação da Administração Pública (PI 11.i) e a necessidade de **proceder à reafecção da reserva de desempenho de acordo com a avaliação do desempenho realizada** (i. redução de 26 milhões de euros no FSE -Eixos 3, 4, 5 e 8- e no FEDER 6 milhões de euros no Eixo 5; ii. reforço do FEDER em 32 milhões de euros nos Eixos 3, 6 e 7). Neste sentido, foi possível por exemplo, reforçar as PI 10.5 (FEDER), na tipologia infraestruturas de ensino, a PI 4.3 (FEDER) na habitação social, e a PI 6.3, nas tipologias de património cultural e promoção turística, uma vez que existiam ainda muitas necessidades de financiamento não cobertas nestas dimensões e houve uma aposta e priorização clara atribuída pela AG do Programa a estas temáticas.
283. A reprogramação de 2020, assentou numa revisão programática de natureza estratégica, como resultado de **alterações socioeconómicas relevantes associadas ao contexto pandémico**. A resposta à crise era fundamental pelo que foram reforçados os apoios à atividade económica, à área social, ao combate à pobreza e à promoção e manutenção do emprego. Assim, as linhas de sustentação desta reprogramação (i. o reforço do investimento público nas áreas sociais – saúde e educação; ii. o reforço do investimento na educação, quer por via do financiamento do Plano para a Transição Digital na Educação, quer por via do apoio aos investimentos nas infraestruturas escolares; iii. a inclusão de uma nova PI (PI 9iv/FSE), destinada a apoiar as despesas que se realizaram nos lares no contexto da pandemia; iv. o reforço do investimento empresarial, através de um novo instrumento de apoio a pequenos investimentos para a modernização do tecido empresarial local) foram determinantes para responder à situação de emergência social e económica que a Região atravessava.

284. Finalmente, a reprogramação de 2021, ainda como **resposta às necessidades decorrentes da evolução da situação pandémica, centrou-se no apoio à manutenção dos postos de trabalho das empresas** cuja atividade foi suspensa ou reduzida pelas sucessivas situações de confinamento que foram sendo impostas às pessoas e às empresas. Assim, foi criado no Eixo 4, o objetivo específico 3 - Assegurar a manutenção de emprego na retoma da atividade provocada pela Pandemia, que recebeu 70M€.
285. Conclui-se que **as diversas reprogramações efetuadas, foram bastante pertinentes e adequadas para responder às alterações de contexto, nomeadamente face ao impacte severo que eventos naturais (incêndios florestais) e de saúde pública (pandemia) assumiram na Região. Esta capacidade de adaptação e reajustamento do Programa foi determinante para que o impacte socioeconómico destes eventos não fosse tão significativo e condicionador para o futuro da Região.** Não obstante, manifestaram-se progressivas dificuldades de acomodar as preocupações, necessidades e especificidades de alguns territórios ao longo das sucessivas reprogramações, indiciando uma progressiva definição *top-down* (sobretudo uma preocupação de resposta macro e maior incapacidade acomodar necessidades específicas).

Os meios utilizados e os investimentos realizados ao nível da comunicação foram adequados, contribuindo decisivamente para divulgar o Centro 2020 e mobilizar uma procura qualificada.

286. O **balanço de execução da Estratégia de Comunicação é muito positivo, tendo quase a totalidade dos objetivos e indicadores sido cumpridos.** Merecem destaque os resultados obtidos em termos de informação/divulgação sobre as oportunidades de financiamento do PO e no estímulo à procura qualificada. Os resultados foram menos relevantes ao nível da difusão do papel dos fundos europeus no desenvolvimento regional, nomeadamente junto do cidadão comum.
287. A **comunicação foi positiva e efetiva junto dos tradicionais beneficiários** do PO, nomeadamente as sessões de divulgação setoriais e regionais, sobretudo no início do período de programação e quando do lançamento dos AAC, bem como a personalização da informação através do Gabinete de Apoio ao Promotor (linha de apoio telefónico e email dedicado, por exemplo), atestando da maior proatividade da AG. Esta dimensão comunicacional tem evoluído de forma muito positiva nesta fase de comunicação dos AAC e informação e apoio complementar aos tradicionais promotores.
288. Quando questionados sobre a **adequação das ações de Comunicação e Divulgação** do Centro 2020, os promotores não empresariais possuem, genericamente, **uma apreciação muito positiva. A existência, as funcionalidades e a documentação/informação presente do website do Programa são valoradas de forma expressiva** (2/3 dos promotores considera esta ferramenta muito adequada face às suas necessidades). Também a newsletter eletrónica do Centro 2020 é avaliada de forma muito positiva (54% dos promotores). Pelo contrário, as duas situações avaliadas de forma menos positiva, indiciando margens de progressão e equacionar soluções de melhoria, centram-se na linha de atendimento ao cidadão (17%, de respostas insatisfatórias) e na divulgação na imprensa (16%).
289. No caso dos promotores empresariais, não se afiguram alterações significativas nestas apreciações. Merece relevo, pela positiva, o sítio da internet do Centro 2020 (60% dos promotores, avalia-o como muito adequado) e as publicações associadas ao Programa (49%). Pela negativa, assinala-se a linha de atendimento ao cidadão (15% de respostas insatisfatórias).

Dificuldade de disseminar informação sobre o PO junto de determinados públicos-alvo, nomeadamente do cidadão comum.

290. Segundo alguns *stakeholders* **as ações de comunicação não chegam ao cidadão comum, a linguagem é demasiado difícil e complexa**, pelo que devia ter existido um maior investimento junto deste público-alvo. A comunicação tem de ser mais simplificada e mais objetiva, para ser mais efetiva. Será importante **continuar a capacitar as estruturas técnicas do território, para que possam ser os principais transmissores** das mensagens (informação sobre AAC abertos, boas praticas e soluções inovadoras, projetos de referência,...). Tendo estas competências específicas, as estruturas técnicas assumem-se, muitas vezes, como os principais

agentes de disseminação junto dos potenciais beneficiários (contacto direto). Se no passado a capacitação das estruturas era feita as expensas próprias (dispêndio de recursos financeiros importantes na contratação de equipas de consultoria para efetuar a capacitação), no futuro seria importante assegurar apoios específicos ou que essa capacitação fosse efetuada pelas estruturas do PO.

291. O papel do *helpdesk* técnico especializado, por e-mail e telefone, é igualmente fundamental para relevar junto dos promotores, a importância de desenvolverem ações de comunicação e de disseminação dos resultados dos seus projetos, junto da população.
292. Para além da complexidade da linguagem, também **a multivariabilidade, o excesso de marcas (Centro2020, PT2020, UE,...) é muito penalizadora** para um maior entendimento e visibilidade do PO junto do cidadão comum. Na comunicação “em massa”, que apenas a televisão permite, existe uma margem significativa de melhoria. A parceria estabelecida com a Rádio de Televisão de Portugal (RTP), no âmbito do Programa Europa Minha, foi importante para mostrar bons exemplos de projetos cofinanciados pelos fundos da União Europeia, através do Centro 2020. Com esta parceria foram desenvolvidas 10 reportagens (com emissão em seis canais de televisão e rádio da RTP, na Antena 1 e na RTP Europa) sobre os primeiros projetos financiados pelo Centro 2020, que seguramente tiveram uma projeção importante junto do cidadão comum. Contudo, no futuro, para garantir uma divulgação regular e massificada dos resultados e da importância dos fundos europeus para o desenvolvimento económico, social e territorial da Região Centro é fundamental **densificar e escalar essa presença na televisão, assumindo os fundos/o programa regional uma dimensão “temática”** com regular emissão televisiva.

04

Conclusões

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

4. CONCLUSÕES

Neste capítulo são sintetizadas as principais conclusões da avaliação, as quais estão organizadas por questão de avaliação.

Eficácia

- C1.** Os **níveis de compromisso e de realização** (112% e 55%, respetivamente) registados no Programa Operacional Centro 2020 à data de avaliação, estão **em linha com o verificado nos demais Programas Operacionais do Continente**, ainda que abaixo do expectável para esta fase do período de programação.

O **desempenho do PO em termos de cumprimento de metas de realização é globalmente positivo** - cerca de 75% das metas mensuráveis exibem um nível de realização igual ou superior a 80% , ainda que desequilibrado entre eixos, destacando-se sobretudo e pela negativa, as PI que apoiam a capacitação institucional e algumas ações de formação, de reabilitação urbana e de eficiência energética na administração regional e local, nos quais a atuação da AG será fundamental, seja através de reprogramação das metas ou de um acompanhamento apertado da execução.

- C2.** O **principal fator que condicionou o ritmo e a capacidade de execução do PO foi, destacadamente, a pandemia COVID-19**, que motivou disrupções a diversos níveis, desde a capacidade das AG para responder simultaneamente às operações em curso e à necessidade de lançamento de medidas de apoio no contexto da pandemia, às disrupções nas cadeias de fornecimento, com particular relevância no caso dos projetos que envolvem empreitadas (aumento dos custos, dificuldade em mobilizar empreiteiros e atraso na disponibilização de materiais). Outros fatores de índole mais operacional e controláveis pelo Programa surgem como tendo atrasado o arranque e a implementação dos projetos de promotores empresariais, como os prazos de análise das candidaturas e os prazos de análise dos pedidos de pagamento, e também a reduzida previsibilidade dos AAC, apontada especialmente pelos promotores empresariais.

- C3.** No domínio da **educação**, o PO revelou-se particular eficaz, encontrando-se com níveis de realização financeira bastante satisfatórios e com a totalidade das metas no que respeita às intervenções em **infraestruturas do ensino básico e secundário e no combate ao insucesso escolar** genericamente cumpridas ou com boas perspetivas de o ser.

Destaca-se, neste domínio as intervenções nas infraestruturas de ensino, que viram as metas largamente ultrapassadas, refletindo maior ambição e priorização destes investimentos por parte municípios, em particular após alargamento do âmbito de jurisdição dos municípios às escolas do ensino secundário e também decorrente das intervenções para remoção do amianto.

As medidas de combate ao insucesso escolar revelaram-se igualmente eficazes, tendo sido alcançados os objetivos e metas definidas neste domínio, com a intervenção em 13 escolas no âmbito do programa TEIP e com a execução de 8 PIICE na Região. Conjugando a bem-sucedida implementação dos programas com os resultados de avaliações temáticas anteriores, é de concluir pela eficácia do Programa na redução da indisciplina, na melhoria do desempenho e na prevenção da retenção e do abandono escolares.

- C4.** No que respeita à **formação profissional e avançada**, os instrumentos de apoio revelaram boa adesão por parte dos públicos-alvo, com exceção dos apoios aos cursos CET, onde o surgimento dos CTESP e dos respetivos efeitos concorrenciais sobre os CET, motivou um desvio da procura entre estas duas ofertas. No caso dos CTESP, apesar de motivarem boa adesão, o risco de não conclusão dos cursos por integração dos formandos no mercado de trabalho antes do mesmo estar terminado pode colocar em causa os o alcance dos indicadores de resultado. Já no caso dos doutoramentos, a distância face à meta à data de corte da presente avaliação, justifica-se pela suspensão momentânea dos pagamentos e contabilização, não se antevendo constrangimentos no alcance das metas previstas.

Apesar de relativamente bem-sucedido neste domínio, o resultado da auscultação permitiu verificar que os projetos apoiados apresentam um relativamente reduzido contributo para adequar a oferta de ensino profissional às necessidades da Região, o que por sua vez convive com dificuldades das empresas da Região em angariar mão-de-obra e com uma diminuta adesão às componentes de formação profissional dos sistemas de incentivos.

- C5.** No domínio da **promoção do emprego, por via do microempendedorismo**, destacam-se as medidas de apoio ao microempendedorismo, onde medidas como o SI2E, +CO3SO e PAPN revelaram grande adesão,

prevendo-se o cumprimento generalizado das metas que lhe estão associadas, devendo apenas o indicador “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego”, ficar marginalmente a abaixo da meta definida, pelos efeitos combinados das disrupções motivadas pela pandemia no mercado de trabalho e pelo não arranque de muitas das operações. A este não arranque das operações, especificamente nestes instrumentos, não será igualmente alheio o elevado tempo de análise e decisão de candidaturas, devido ao elevado número de candidaturas recebidas.

- C6.** Ainda no âmbito das **medida de estímulo ao emprego**, merece destaque os apoio ao **recrutamento de recursos humanos altamente qualificados (RHAQ)**, onde a eficácia do PO se revelou crescente ao longo do tempo, tendo a um período inicial (até 2018) de baixa adesão das empresas, se seguido um período de elevada adesão de empresas e COLABS (considerados elegíveis a partir da reprogramação de 2018 e com influência determinante na eficácia desta tipologia de intervenção) e que motivou o praticamente o alcance da meta de 200 RHAQ contratados até à data de corte da avaliação, perspetivando-se ainda a manutenção desses postos de trabalho após o fim do apoio.

Ainda que os objetivos tenham sido alcançados, a implementação destas operações não estiveram isentas de dificuldades, com as empresas e entidades da Região a revelarem-se relativamente pouco competitivas do ponto de vista salarial comparativamente com outras realidades a nível nacional e mesmo internacional, potenciado pelo facto de a Região Centro ainda não ser reconhecida por estes públicos-alvo como região de crescimento e de futuro.

- C7.** No âmbito das atividades de **investigação, desenvolvimento e inovação**, uma boa parte das metas encontram-se em boas condições de serem cumpridas, num cenário de reforço da dotação do Eixo aquando da reprogramação de 2018. Em termos globais, a procura dirigida ao Eixo 1 situou-se abaixo da procura média do PO, com uma taxa de compromisso elevada compromisso, que ecoa na expectativa tradicionalmente elevada de quebra na execução dos projetos nestas tipologias de investimento em I&I.

As atividades de I&D empresarial e, dentro desta, o SI I&DT nas vertentes de internacionalização de I&D, Núcleos de I&DT, Projetos mobilizadores e Proteção da Propriedade intelectual e industrial, destcam.se como aquelas que se revelaram menos capazes de mobilizar procura

- C8.** As realizações associadas à PI 1a encontram-se, à data de corte da avaliação, numa situação heterogénea. A dinâmica positiva das infraestruturas de investigação apoiadas, como reflexos no número de investigadores contratados e nos projetos de I&D desenvolvidos, que estão em bom ritmo para alcançar as metas previstas para 2023, não foi acompanhada pela dos apoios para pesquisa e desenvolvimento no COVID-19, em relação aos quais não se espera que alcance a meta, devido às falhas na admissibilidade/mérito das candidaturas.

Na PI 1b, verificando-se alguma dificuldade nas realizações associadas à criação de emprego nas empresas apoiadas no investimento produtivo, e nos projetos de transferência e utilização de conhecimento, que registavam à data um ritmo de realização ainda distante das metas definidas, os restantes indicadores apresentavam realizações acima ou em bom ritmo para o seu cumprimento. A auscultação apontou a falta de mão de obra e, as dificuldades de contratação e as disrupções causadas quer pelos incêndios de 2017, quer pela pandemia, como as principais causas para esta aparente assimetria de realizações. Relativamente ao número de projetos de transferência e utilização de conhecimento, ainda distante da meta programada, a AG espera um desenvolvimento favorável e o alcance da meta.

- C9.** No que se refere à promoção da **competitividade das PME**, apesar dos níveis de procura mobilizada pelo Eixo se situarem, em termos absolutos, em valores elevados, verifica-se uma fraca capacidade de atração de procura qualificada à qual se alia uma taxa de aprovação bruta das mais baixas do Programa. A leitura conjunta da boa capacidade de mobilização de procura do Eixo, com os baixos índices de procura qualificada e de aprovação bruta indicia que, não obstante a estar a ser conseguida a divulgação dos apoios e demonstrada sua atratividade para as empresas, a qualidade dos projetos apresentados não tem correspondido ao esperado.

- C10.** No entanto, e apesar da acentuada redução de financiamento aquando da reprogramação de 2018 (centrada essencialmente na diminuição da dotação para IF cuja procura se revelou inferior à esperada), o desempenho no cumprimento dos indicadores associados aos SI é globalmente positivo nas três PI, com a maioria a apresentar, à data de reporte da avaliação, valores próximos das metas de 2023 ou mesmo ultrapassando-os. A opinião dos promotores quanto ao alcance das metas e indicadores contratualizados é positiva nos casos das PI 3a e 3c. No caso da 3b, a leitura de uma opinião menos positiva dos promotores e da elevada taxa de rescisão ou anulação desta PI no contexto do PO, pode indiciar problemas de execução destes projetos, não podendo deixar de ser referidos os impactos dos sucessivos confinamentos tiveram incidência acrescida na execução dos projetos de internacionalização. As dificuldades no domínio da internacionalização das PME da

Região ecoam na menor taxa de realização do indicador de resultado “valor das exportações no volume de negócios das PME”, o que se pode explicar em parte pela dificuldade das PME da Região ganharem escala para a internacionalização dos seus negócios.

C11. No domínio da **eficiência energética** (Eixo 6) verificam-se das mais baixas taxas de compromisso e realização de todo o PO, essencialmente associada à elevada seletividade e sinistralidade das operações. No âmbito dos edifícios públicos os problemas residiram sobretudo na qualidade dos documentos técnicos obrigatórios a apresentar com a candidatura, enquanto que no caso das IPPS (que só durante a implementação foram equiparadas a entidades públicas, o que se revelou importante para potenciar a eficácia destas operações) verificaram-se constrangimentos a montante da implementação dos projetos, uma vez que nem sempre era claro a existência de legitimidade para intervir nos edifícios por estas ocupados, além dos morosos processos de licenciamento. Os constrangimentos verificados levam a que os indicadores associados à eficiência energética nos edifícios públicos estejam em risco de não serem alcançados e a motivar a necessidade de revisão em baixa das metas.

Estes constrangimentos são coerentes com a perceção dos promotores, que apontam a complexidade e exigências burocráticas/ administrativas como fatores que mais condicionaram o arranque e desenvolvimento dos projetos.

C12. No que respeita aos domínios da regeneração e revitalização urbana (eixo 9) e do património natural e cultural (eixo 7), os instrumentos mobilizados pelo PO revelaram-se genericamente eficazes, com a generalidade das metas associadas a estarem cumpridas e, em muitos casos, largamente ultrapassadas. A exceção neste domínio prende-se com o apoio à reabilitação de habitações em áreas urbanas onde a meta está longe de ser alcançada, carecendo de revisão em baixa. Tal circunstância deve-se sobretudo à reduzida adesão ao instrumento financeiro (IFRRU), à circunscrição da elegibilidade às habitações com renda apoiada (habitação social), e ao facto de muitas intervenções nessas condições terem encontrado financiamento no apoio dirigido às comunidades desfavorecidas (PI 9b do Eixo 9).

C13. No domínio do combate à pobreza e inclusão (Eixo 5), apesar de se verificarem das mais baixas taxas de realização do PO, tudo aponta para o cumprimento generalizado das metas, com exceção para: i) os apoios aos municípios para fazer a despesas imediatas de combate à pandemia onde se veio, por um lado, a constatar a insuficiência da dotação atribuída e, por outro, a alocação de outros fundos a essas necessidades que tornaram inoportuno o apoio do PO nesse domínio; ii) os apoios ao microempreendedorismo de base local, onde não arranque de muitas operações pode obrigar à revisão em baixa da meta.

C14. No domínio da capacitação institucional, apesar dos baixos níveis de realização financeira e das metas dos indicadores contratualizados, tal reflete sobretudo atrasos na implementação, motivados entre outros, pela pandemia, perspetivando-se, contudo, capacidade de recuperação e de alcance global dos objetivos definidos em sede de programação.

Impacte e Sustentabilidade

C15. A **limitada proporção de operações concluídas no conjunto do Programa (15%) constitui uma condicionante desta análise**, uma vez que os resultados das operações se manifestam passado algum tempo após a sua conclusão. Os projetos apoiados e ainda não concluídos apenas contribuirão para a alteração do contexto nos próximos anos. Face a este quadro, a leitura dos impactos do Programa associada a domínios específicos (ou temáticos) fica limitada e apenas poderá ser interpretada numa base de trajetória prevista de produção de resultados. Da mesma forma, a robustez do teste de pressupostos e riscos associados à cadeia de produção de efeitos, entre os resultados das operações e os impactos, fica condicionada.

C16. Entre 2013 e 2019 observou-se um processo de **convergência económica** entre a Região e a média do país, embora sem convergência com a média comunitária, em resultado de uma aceleração da dinâmica empresarial e económica, da melhoria do rendimento das famílias e de um aumento dos níveis de qualificação da população empregada.

C17. A **especialização produtiva** da Região manteve-se inalterada, embora com alterações subsetoriais nos serviços, possivelmente em resultado dos impactes da pandemia COVID-19 no comércio. O aprofundamento da especialização inteligente suportada numa economia tecnológica de alto valor acrescentado ainda é pouco evidente, estando os volumes de despesa em I&D na percentagem do PIB aquém das metas da Estratégia Europeia 2020.

C18. Os níveis de **desemprego** sofreram uma redução substancial desde 2013, em coerência com o que se verificou na globalidade do país, apesar dos efeitos da pandemia COVID-19. O Programa teve um contributo relevante em matéria de empregabilidade, encontrando-se genericamente alcançadas as diversas metas.

C19. Os indicadores da **educação** registaram um desempenho extremamente positivos em linha com a ambição e alocação de recursos do Programa nesta Prioridade, nomeadamente na melhoria das instalações escolares do pré-escolar e ensino básico, na modernização e reforço dos estabelecimentos do 1º, 2º e 3º ciclos, no fomento do sucesso educativo e no reforço da igualdade de acesso ao ensino e de qualificação do ensino e da aprendizagem profissional.

C20. Entre 2014-2021, a Região do Centro registou a segunda maior evolução no que respeita à quantidade de **população empregada com ensino superior**, ao nível das NUTS II (+55,7%; mais cerca de 100 mil pessoas), convergindo para os níveis da média nacional. Este crescimento verifica-se também ao nível do pessoal ao serviço em atividades em I&D, ainda que aqui o crescimento tenha sido mais tímido, o que ecoa das dificuldades de contratação de pessoal neste domínio apurados na presente avaliação.

Por sua vez, também a percentagem de população empregada a trabalhar em empresas de média-alta e alta tecnologia registou uma subida, tendo inclusive ultrapassado os níveis da média nacional.

C21. Os benefícios locais das intervenções integradas de **regeneração urbana** tiveram múltiplos impactes na qualificação do sistema urbano regional, tendo-se registado uma dinâmica demográfica positiva, entre 2011 e 2021, nas áreas predominantemente urbanas localizadas na Região.

C22. A evolução da partição modal nos movimentos pendulares, com um agravamento na utilização do transporte individual entre 2011 e 2021, é reveladora da dificuldade de os investimentos em **mobilidade urbana sustentável** contrariarem dinâmicas pesadas, facilitadas pela fragmentação do espaço urbano.

C23. Entre as cinco regiões do Continente, o Centro apresenta-se como a Região onde o peso do investimento apoiado através dos **sistemas de incentivos** às empresas na FBCF regional é mais elevado (4,27%, acima dos 2,45% da média do continente), sugerindo desde logo um contributo importante do PO para induzir investimento empresarial na Região.

C24. Entre 2014-2020, a Região do Centro registou um ligeiro aumento da **despesa em I&D** na percentagem do PIB (de 1,35% para 1,43%), contudo ficou aquém dos 3% estabelecidos nas metas da EE2020, sendo também superado pela média nacional (de 1,29% para 1,62%), ainda que as Regiões de Aveiro e Coimbra que apresentam desempenhos que comparam bem com a média nacional.

Não obstante, o montante relativamente elevado de investimento elegível aprovado no domínio da I&D (370 M€, quando o montante de investimento em I&D em 2020 cifrou-se em 550 M€), com baixos níveis de realização financeira, mas boas perspetivas de execução apontadas pelos beneficiários, abre boas perspetivas de o Programa encerrar com um contributo positivo neste domínio.

Tal constatação não impede que assinalem desafios ao aumento da despesa em I&D, desatacando-se a persistência de algum distanciamento e desalinhamento entre a Academia e o tecido empresarial, embora com heterogeneidades setoriais, com por exemplo o setor dos moldes a poder ser considerado um setor maduro nessa ligação.

C25. Os apoios do Centro 2020 à **contratação de RHAQ** revelou-se eficaz, transformador no sentido de que induziu alterações de comportamento sobretudo nas empresas, com uma crescente adesão a este instrumento ao longo do período de programação que sugere a verificação de efeitos de difusão e uma crescente valorização e procura deste tipo de perfis por parte das empresas da Região. Acresce que os apoios do PO neste domínio incidiram sobretudo em empresas de média-alta e alta tecnologia, o que, sendo relativamente natural, denota um alinhamento entre os apoios e a evolução verificada no contexto.

Tais evidências não deixam de confirmar assim um contributo do PO para o aumento de população empregada qualificada, ainda que a representatividade dos Recursos Humanos Altamente Qualificados apoiados no aumento de pessoas empregadas com pelo menos o ensino superior seja residual (apenas cerca de 200 postos de trabalhos apoiados, em 100 mil).

As evidências recolhidas não oferecem uma base suficiente robusta para aferir o impacto da contratação destes recursos numa aproximação do tecido empresarial à I&D e à Academia, mas a perspetiva, essa robusta, de manutenção destes postos de trabalho após o apoio, constitui um base importante para prosseguir esse desidrato.

Valor Acrescentado Europeu

- C26.** Os FEEI viabilizaram uma parte substantiva do investimento realizado e dos resultados alcançados pelos projetos apoiados. Este efeito de **adicionalidade** do PO foi muito relevante para os promotores não empresariais (81% dos promotores, ponderado pelo número de projetos, afirma que não realizaria o projeto na ausência dos FEEI), mas também importante nos empresariais, onde este peso se reduz para os 57%.
- C27.** No caso dos promotores não empresariais, este efeito de adicionalidade é transversal, mas destacam-se as tipologias de apoio à I&D&I (Eixo 1), competitividade e internacionalização (Eixo 2), sustentabilidade dos recursos / eficiência energética (Eixo 6) e sustentabilidade dos territórios (Eixo 7).
- C28.** No caso dos promotores empresariais o efeito de adicionalidade dos FEEI revela-se sobretudo em áreas onde tradicionalmente se verificam falhas de mercado, como sejam a I&D empresarial (incluindo as tipologias CR11) e também na contratação de recursos humanos altamente qualificados e na qualificação e inovação de PME (CR11).
- C29.** Mesmo para os projetos empresariais que se realizariam na ausência do apoio, os FEEI mobilizados induziram efeitos relevantes, seja aumentando o montante de investimento concretizado (**efeito amplificador do investimento**), seja reduzindo o horizonte temporal dos projetos ou antecipando o seu início (efeito acelerador).
- C30.** O PO apresenta, em termos médios, uma **alavancagem de investimento** de 1,73€, significando que por cada euro de fundo financiado pelo PO são mobilizados adicionalmente 0,73€ de investimento por parte dos promotores. O efeito de alavancagem é mais elevado nas intervenções financiadas pelo FEDER (1,85€, comparado com 1,20€ no FSE) e no domínio do investimento empresarial em inovação de não PME (4,44€), seguido da internacionalização das PME (2,76€).
- C31.** O Valor Acrescentado Europeu manifestou-se também no **reforço da eficácia das intervenções** por via de uma maior focalização dos apoios em domínios abrangidos por referenciais setoriais/regionais enquadradores (Plano de Ação Regional do Centro 2020, Estratégia de Especialização Inteligente do Centro), de uma melhor identificação de necessidades e priorização de projetos, ancorada em mapeamentos prévios, contribuindo ainda para consolidar a capacitação e o relacionamento entre os atores na implementação dos diversos instrumentos de apoio.

Eficiência

- C32.** A **dotação financeira** alocada ao PO Centro 2020 revela-se manifestamente insuficiente face às necessidades em presença na Região, algumas das quais constituem desafios estruturais. Destaca-se, em particular, as profundas assimetrias territoriais que a Região enfrenta, com os territórios do interior a apresentarem-se fortemente despovoados e envelhecidos comprometendo a dinamização económica e social e a necessária captação dos fundos comunitários. A crescente escassez de recursos humanos em toda a Região, à semelhança do observado no país, constitui ainda um desafio crítico a considerar, a que acresce a escassez de recursos humanos qualificados e com elevados níveis de especialização na Região.
- C33.** Os recursos mobilizados pelo Programa **revelam-se globalmente adequados** na maioria das TI e objetivos a prosseguir, ainda que insuficientes. O cálculo de custos médios por TI e por Eixo demonstrou ainda que se identificam investimentos amplamente contrastantes em volume de operações apoiadas e de recursos financeiros alocados, conferindo ao Programa uma densidade e intensidade de investimentos heterógeno, mas absolutamente necessário, dada a diversidade de desafios e problemáticas coexistentes. Concomitantemente, verificou-se que são observados custos unitários com elevada amplitude, o que terá necessariamente repercussões nos níveis de eficiência. Em terceiro lugar, que apenas em 18% das TI do Programa, há uma forte incidência de operações acima do custo médio (igual ou superior a 50%), o que não comprometendo a necessária heterogeneidade dos apoios assegurados pelo Programa, constitui um fator positivo a salientar.
- C34.** A insuficiente dotação financeira, face às necessidades identificadas compromete o impacto das intervenções, é tanto mais relevante nos Eixos 1, 3 e 7, em resultado das necessidades de investimento existentes e dos desafios estruturais que se identificam na Região.
- C35.** A persistência de uma certa complexidade do **quadro regulamentar** constitui um fator menos positivo a sinalizar, pelos constrangimentos que acarreta na operacionalização dos apoios, sendo penalizador da eficiência dos mesmos.

- C36.** No período 2014-2020 verificaram-se ainda fatores externos assinaláveis com elevado potencial de desencadear situações de **ineficiência** na utilização dos recursos, alguns dos quais imprevisíveis e outros que extravasam o âmbito de atuação do PO/PT2020 e, como tal, por vezes, difíceis de contornar. O contexto pandémico experienciado a partir de março de 2020 constituiu incontornavelmente um fator externo imprevisível de elevado impacto. Contudo, o PO demonstrou elevada capacidade adaptativa para responder adequadamente aos desafios impostos pela pandemia.
- C37.** Os **Instrumentos Financeiros** apresentaram condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar falhas de mercado inibidoras da procura, não obstante, alguns constrangimentos apresentados passíveis de melhoria.

Relevância e Coerência

- C38.** Ao nível programático existiu uma elevada coerência da abordagem preconizada na arquitetura programática do POR Centro 2014-2020 com o **quadro de políticas** associado aos seus grandes pilares de intervenção e ao contexto territorial e setorial existente à data, como resultado da preparação prévia de importantes referenciais setoriais/regionais/locais enquadradores e da auscultação de parceiros-chave.
- C39.** A elaboração antecipada dos **referenciais estratégicos regionais**, suportados em diagnósticos sólidos e atualizados, para as diversas dimensões-chave de enquadramento do exercício de programação, foi fundamental. Acresce que a definição dos instrumentos de planeamento enquadradores à escala local/sub-regional (PDCT, PEDU, PARU,...) não só foi positiva para promover a eficácia das operações como foi educativa (obrigou os agentes a planearem as suas operações e ao diálogo tendente à fundamentação das respetivas opções). Resulta como lição de experiência deste processo, que os atores têm capacidade de definir estratégias territoriais multidimensionais, integradas e ambiciosas, e se tiverem tempo de pensar/discutir/envolver um maior número de atores, a montante do momento de programação, dos instrumentos de financiamento comunitário, maior será a sua adequação às necessidades, especificidades e oportunidades associadas a esses territórios.
- C40.** A preparação das **estimativas do potencial de procura** foi desenvolvida primordialmente através de colaboração com as entidades públicas com atribuições e responsabilidades acrescidas na definição da política e na sua operacionalização (embora num quadro de reduzida flexibilidade da regulamentação comunitária e/ou nacional) e através da auscultação de múltiplos atores, em diversos fóruns e iniciativas promovidas pela CCDR Centro.
- C41.** A **arquitetura programática** do Programa Operacional (PI selecionadas, OE definidos, TO identificadas) corresponde globalmente às necessidades de desenvolvimento da Região, mas nem sempre foi de encontro às necessidades e expectativas dos atores regionais. No caso do processo de contratualização, as Comunidades Intermunicipais manifestam alguma frustração, embora assumindo a importância de se terem ampliado os apoios a outras dimensões fundamentais para a implementação à escala sub-regional de uma estratégia integrada, multidimensional. O confinamento da contratualização apenas a algumas PI (umas obrigatórias e outras facultativas), num quadro prévio marcado pela obrigatoriedade de definição de uma estratégia regional (muito participada, com forte envolvimento dos parceiros) não se viria a traduzir na possibilidade de concretizar a ambição e prioridades efetivas das sub-regiões.
- C42.** O **SIZE**, veio dar resposta a uma lacuna regional importante (apoio às microempresas – nano-investimentos; pensar à nano-escala) permitindo o aparecimento de projetos de empresas que dificilmente acederiam aos fundos. Não obstante a sua virtuosidade, os *stakeholders* assinalam a importância de ser mais focado e permitir um regime mais simplificado. Por outro lado, o lançamento de mais AAC, mais espaçados temporalmente e mais direcionados (sem serem de largo espetro) é decisiva para inviabilizar uma enorme concentração de candidaturas em determinados momentos. Esta situação permitiria um maior planeamento e capacidade de resposta das equipas, reduzindo os tempos de decisão e evitando a sobrecarga de trabalho (melhor gestão dos recursos que existem; maior foco nos resultados e também no processo).
- C43.** Assinale-se a relevância de se **consolidar e dar continuidade** a dimensões-chave, como o setor social (existe uma grande necessidade de vagas para alguns equipamentos e respostas sociais), a saúde/cuidados primários (construção/reabilitação de centros de saúde), a regeneração urbana (sobretudo em áreas externas à delimitação efetuada nos PEDU) e os equipamentos culturais (ampliar a requalificação/valorização a outros equipamentos/monumentos não classificados pela UNESCO).

- C44.** O **modelo de governação/gestão e as parcerias** estabelecidas entre atores-chave foi determinante para a execução e potenciou os resultados gerados. Em termos gerais, manifesta-se uma profícua relação de trabalho e concertação entre as CIM/os beneficiários e a AG PO. Não obstante, é importante continuar a melhorar a articulação e promover um maior alinhamento e concertação atempada (pe. AG/CIM), de se continuarem a criar as condições para uma maior confiança institucional.
- C45.** As **Comunidades Intermunicipais** possuem, genericamente, um quadro de recursos humanos suficiente e capacitado, de modo a ter um maior acompanhamento e uma abordagem especializada, junto dos beneficiários. Não obstante, nem sempre a resposta foi a desejada, nem a mais adequada, sobretudo no início do período de programação (número reduzido de recursos, que foi possível ir ajustando para se adequarem às necessidades) e em picos de muita procura (pe. nos AAC do SI2E). Num quadro de reforço das competências das CIM, é fundamental continuar o processo de reforço e capacitação dos quadros técnicos das CIM (novas competências exigem mais recursos qualificados). O recrutamento/ampliação do quadro de recursos em algumas CIM, nas áreas da economia, da gestão, do ambiente é decisivo. Deve, contudo, relevar-se a progressiva incapacidade de a administração pública atrair quadros em alguns territórios do interior (pe. no caso da eficiência energética, não há recursos com estas competências, nem se conseguem atrair).
- C46.** O modelo de governação adotado pelo **IFRRU2020** é considerado muito positivo. A capilarização através dos Municípios, aumenta a eficácia e eficiência do processo (por um lado, cada entidade potencia as capacidades/competências específicas - alinhamento com o seu *know how*, por outro lado, o parecer vinculativo é do Município, que melhor conhece o território e a estratégia de desenvolvimento em curso). Como aspeto negativo, a melhorar, indica-se o Balcão 2020. Não é facilitador (não tem um módulo próprio para os IF) o que gera dificuldades ao nível da gestão (recurso a diversas plataformas).
- C47.** A **complementaridade** prevista entre instrumentos FEEL e entre estes e outros instrumentos de política pública não tem sido muito efetiva, embora não se verificando, genericamente, sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio. Menos de 1/3 dos promotores reconhece ter articulado o financiamento do PO Centro com outros instrumentos financeiros (uma parte importante dos promotores assume o desconhecimento de outros instrumentos de apoio e financiamento nacionais e/ou comunitários ou de outras entidades promotoras). No caso específico do IFRRU2020 a insuficiência dos resultados alcançados resulta sobretudo dos efeitos concorrenciais de outros instrumentos de política setorial, com reflexos na mobilização da procura. Foram sinalizadas importantes complementaridades entre instrumentos financiados pelo Programa (e.g. candidaturas ao SI&DT que depois se candidataram ao SI Inovação Produtiva), mas também a existência de efeitos de concorrência entre instrumentos FEEL (PI 4.2 vrs Sistema de Incentivos), na dimensão da eficiência energética nas empresas.
- C48.** As diversas **reprogramações** efetuadas, foram bastante pertinentes e adequadas para responder às alterações de contexto, nomeadamente face ao impacte severo que eventos naturais (incêndios florestais) e de saúde pública (pandemia) assumiram na Região. Esta capacidade de adaptação e reajustamento do Programa foi determinante para que o impacte socioeconómico destes eventos não fosse tão significativo e condicionador para o futuro da Região. Não obstante, manifestaram-se progressivas dificuldades de acomodar as preocupações, necessidades e especificidades de alguns territórios ao longo das sucessivas reprogramações, indiciando uma progressiva definição *top-down* (sobretudo uma preocupação de resposta macro e maior incapacidade acomodar necessidades específicas).
- C49.** Os meios utilizados e os investimentos realizados ao nível da **comunicação** foram adequados, contribuindo decisivamente para divulgar o Centro 2020 e mobilizar uma procura qualificada. O balanço de execução da Estratégia de Comunicação é muito positivo, tendo quase a totalidade dos objetivos e indicadores sido cumpridos. Não obstante, persistem dificuldades de disseminar informação sobre o PO junto de determinados públicos-alvo, nomeadamente do cidadão comum. A linguagem é demasiado difícil e complexa, pelo que devia ter existido um maior investimento junto deste público-alvo. A multivariabilidade, o excesso de marcas (Centro2020, PT2020, UE,...) é também muito penalizadora para um maior entendimento e visibilidade do PO junto do cidadão comum.

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

05

Recomendações

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

5. RECOMENDAÇÕES

293. As recomendações da Avaliação Intercalar do PO Regional do Centro 2014-2020 **estão suportadas nas conclusões apresentadas no capítulo anterior e organizadas com a finalidade de facilitar a sua implementação** pelos seus destinatários.
294. Atendendo à natureza das conclusões e ao seu enquadramento no ciclo de conceção – execução – avaliação da Política Regional, as **recomendações estão organizadas segundo três períodos de execução dos FEEL**: (i) dirigidas até à **conclusão do atual período de programação 2014-2020**, visando assegurar um encerramento da execução do Programa com elevados níveis de eficácia e pertinência, à luz da avaliação realizada; (ii) dirigidas **ao período de execução que se está a iniciar (2021-2027)**, procurando que as lições de experiência evidenciadas pela avaliação permitam níveis de eficácia, eficiência e impacte elevados ni futuro; (iii) dirigidas ao **período post 2030** e à superação de problemas evidenciados pela avaliação.

5.1. Recomendações para o período 2014-2020

R1	Assegurar o acompanhamento pró-ativo da execução final do PO Centro 2014-2020 criando dinâmicas de mobilização e execução que promovam uma total absorção dos fundos, com elevados níveis de impacte
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar ações de comunicação de mobilização dos atores para a conclusão da execução do Programa, sensibilizando os atores estratégicos. • Intensificar os processos de acompanhamento da execução de operações e de gestão articulada do Programa, envolvendo os Organismos Intermédios. • Estabelecer mecanismos de comunicação dinâmica com os beneficiários, mantendo-os informados de forma muito regular sobre a execução e encerramento do Programa. • No quadro da reprogramação final do Programa, reforçar a alocação de financiamento em Prioridades de Investimento e mecanismos com elevado impacte e maior capacidade de execução. • Libertar recursos afetos a Prioridades de Investimento que não revelem capacidade de execução das dotações alocadas, designadamente aquelas que o seu desempenho tenha sido mais afetado por fatores exógenos ao Programa e que registam na fase derradeira dotações financeiras desproporcionadas das dinâmicas de procura. 	
Destinatários	
<ul style="list-style-type: none"> • AG POR Centro 2014-2020 / Organismos Intermédios • Comunidades Intermunicipais • Entidades líderes de EEC PROVERE • Grupos de Ação Local 	
Articulação com Conclusões	
C1	

R2	Avaliar em momento <i>ex-post</i> os impactes Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 e promover ações de comunicação de disseminação dos resultados alcançados e das boas práticas
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estudo de avaliação do impacte do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, após 2025 que permita atualizar a presente avaliação e evidenciar os impactes efetivamente alcançados pelo Programa e a durabilidade dos resultados no tempo. • Criar uma bolsa de operações apoiadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 que sejam objeto de acompanhamento e de monitorização <i>ex-post</i> permitindo medir e evidenciar impactes do Programa. • Desenhar e implementar uma estratégia de comunicação <i>ex-post</i> do Programa, que dê visibilidade aos resultados do Programa e à importância dos FEEI no desenvolvimento da Região Centro. 	
Destinatários	
<ul style="list-style-type: none"> • AG PR Centro 2021-2027 • AD&C • Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro 	
Articulação com Conclusões	
C15	

5.2. Recomendações para o período 2021-2027

5.2.1. Recomendações para Centro + Competitivo

R3	Equacionar abordagens ao lançamento de Avisos de Abertura de Concurso , em especial, dirigidos às empresas , que configurem maior previsibilidade e fomentem a articulação entre instrumentos (Pactos / Agendas para a Transformação Empresarial)
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Procurar estabelecer agendas / programas integrados de apoio às empresas, onde se parta, por exemplo de um Aviso de Abertura de Concurso enquadrador e sobretudo estratégico, que incentive as empresas, individualmente e de forma conjunta, a estabelecer agendas de transformação dos seus negócios e que pressuponha um planeamento das diferentes atividades e investimentos a realizar. • Planear e divulgar calendário de lançamento de avisos nos diferentes instrumentos a mobilizar (desde os apoios à I&D empresarial, por exemplo para conceber um novo produto, à inovação produtiva que permita passagem à produção das inovações desenvolvidas e por fim, à internacionalização para a venda além-fronteiras dos novos produtos). • Envolver atores estratégicos diversos (empresas, associações empresariais, incubadoras, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional, clusters, agentes do território, em particular ligados à valorização de recursos endógenos, etc.), na discussão destas agendas, potenciando a partilha de conhecimento e a colaboração no desenvolvimento e implementação das agendas. • Ponderar o lançamento de avisos em contínuo, quando tal se revele pertinente. 	
Destinatários	
<ul style="list-style-type: none"> • AG do PR Centro 2021-2027 / Organismos intermédios 	
Articulação com Conclusões	
C2	

R4	Dar continuidade à aposta no apoio ao recrutamento de recursos humanos altamente qualificados , valorizando a sua alocação a atividades de I&D&I e de aproximação entre as empresas e a academia
-----------	---

Operacionalização

- **Garantir a continuidade dos apoios à contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados** na Região Centro, mantendo o contributo do Programa para a positiva trajetória de qualificação do emprego regional.
- **Introduzir medidas de discriminação positiva** (e.g. critérios de mérito, majorações no financiamento, outras que se revelem pertinentes), sempre que os Recursos Humanos Altamente Qualificados sejam para integrar em atividades de investigação e desenvolvimento ou inovação (de produto, de processos produtivos, etc.) e em especial, quando envolvidos em atividades de TVC.
- Em alinhamento com o ponto anterior, **garantir que nas candidaturas é apresentado plano para inserção / carreira dos Recursos Humanos Altamente Qualificados** que extravase o período do apoio, garantindo a sua alocação a atividades de elevado valor acrescentado, preferencialmente em I&D&I e condições favoráveis à sua consolidação ou mesmo progressão na empresa.
- **Divulgar e disseminar fortemente estes apoios, partilhando casos de sucesso**, quer junto da Academia, quer envolvendo representantes empresariais, incubadoras (e.g. Recursos Humanos Altamente Qualificados contratados junto de potenciais candidatos atualmente na Academia, empresas que recorreram aos apoios junto dos seus pares).

Destinatários

- AG do PR Centro 2021-2027
- Associações empresariais
- Incubadoras
- Instituições de Ensino Superior sediadas na Região Centro

Articulação com Conclusões

C6; C24; C25

R5	Estimular a I&D empresarial , reforçando a competitividade regional de base tecnológica promotora da criação de emprego altamente qualificado
-----------	--

Operacionalização

- **Apoiar as entidades/plataformas de inovação e colaboração, promovendo a articulação entre os atores do Sistema regional de Inovação e entre estes e as empresas** e valorizando o seu papel enquanto agentes dinamizadores da I&D&I e da transferência do conhecimento, potenciado a procura de projetos colaborativos e de TVC.
- **Introduzir estímulos à criação de programas estratégicos de I&D** direcionados para as empresas, que visem o financiamento de agendas de investigação e o planeamento do pipeline de projetos de I&D no médio prazo e das parcerias com outros atores do sistema de inovação, especialmente direcionados para os domínios de especialização económica da Região Centro.
- **Fomentar o envolvimento das associações empresariais nas agendas de investigação** e considerar a elegibilidade destas nos apoios, como forma de potenciar a mobilização de um tecido empresarial menos propenso a investir neste domínio.
- **Fomentar a articulação entre as EEC PROVERE a e I&D empresarial** considerando o apoio a projetos complementares às EEC PROVERE que visem a inovação territorial, envolvendo as entidades líderes das estratégias de eficiência coletiva.

Destinatários

- AG PR Centro 2021-2027/ Organismos Intermédios
- Associações Empresariais
- Entidades do Sistema Regional de Inovação
- Entidades líderes de EEC PROVERE

Articulação com Conclusões

C7; C23

R6

Estimular a **internacionalização do tecido empresarial regional**, privilegiando ações coletivas que permitam aumento de escala e de massa crítica

Operacionalização

- Retomar a **aposta no reforço da internacionalização através dos sistemas de incentivos**, seja no apoio a projetos individuais ou conjuntos, seja através de ações coletivas.
- Reforçar, em particular, a **dinamização de ações coletivas de disseminação de casos de sucesso** na internacionalização de agrupamentos de empresas / clusters (e.g. pirotecnia, queijos) e intensifiquem / repliquem dinâmicas que visem os ganhos de escala, a criação de marcas conjuntas, entre outros.
- **Envolver associações empresariais, clusters e outros agentes relevantes para a definição de abordagens adequadas** a este tipo de estratégias coletiva.

Destinatários

- AG PR Centro 2021-2027/ Organismos Intermédios
- Associações empresariais
- Clusters

Articulação com Conclusões

C10

R7

Estimular a utilização de **Instrumentos Financeiros**, promovendo o seu conhecimento, facilitando a sua utilização e valorizando a sua utilidade

Operacionalização

- **Promover a disseminação de informação sobre os Instrumentos Financeiros** junto da procura potencial (empresas), potenciando a tomada de conhecimento e perceção das vantagens destes instrumentos, especialmente notórias num contexto de aumento das taxas de juro. Considerar ambas as vertentes dos IF: capital (mais vocacionados para empresas com elevado potencial de crescimento e de inovação e para a promoção do empreendedorismo de base tecnológica) e dívida (para particulares e para as empresas, neste caso como complemento para elegibilidades que não se enquadram nos Sistemas de Incentivos, nomeadamente os projetos de modernização sem o carácter inovador requerido pelos Sistemas de Incentivos).
- **Reavaliar os constrangimentos processuais associados à mobilização dos Instrumentos Financeiros** (de dívida e capital) por parte das empresas e introduzir maior simplificação nas condições de acesso aos mesmos como forma de promover maior adesão e rápida execução por parte dos beneficiários finais.
- **Potenciar o envolvimento dos intermediários financeiros** na operacionalização destes instrumentos, em articulação com o Banco Português de Fomento.

Destinatários
<ul style="list-style-type: none"> • AG PR Centro 2021-2027/ Organismos Intermédios • Banco Português de Fomento • Entidades de suporte às empresas e ao empreendedorismo, • Instituições Financeiras
Articulação com Conclusões
C10

5.2.2. Recomendações para Centro + Social e Inclusivo

R8	Manter a aposta nas medidas de apoio ao microempreendedorismo e à empregabilidade , racionalizando a sua abrangência e integrando objetivos de escala e competitividade
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a continuidade dos apoios ao microempreendedorismo e dos apoios à empregabilidade, incluindo à criação do próprio emprego, atento no reconhecido sucesso e abrangência dos apoios e capacidade de intervenção numa vasta extensão do tecido empresarial. • Aplicar, criteriosamente e sem desvirtuar a natureza do instrumento, regras mais restritivas de acesso aos apoios (e.g. através da limitação de operações ou despesas elegíveis, subordinar candidaturas à apresentação de planos de qualificação e expansão dos negócios), por forma a reduzir o excessivamente elevado número de candidaturas verificado, a minimizar taxas de seletividade, mas sobretudo, a evitar a perda de oportunidade dos projetos devido aos tempos de análise. • Promover a articulação entre instrumentos, de modo a favorecer uma trajetória, sempre que aplicável, de crescimento, consolidação e internacionalização das empresas apoiadas neste domínio, bem como a articulação com as medidas de reforço das qualificações e competências (e.g. alinhamento da oferta e apoio aos Cursos de Especialização Tecnológica, complementado com medidas de incentivo à qualificação, internacionalização e inovação em Pequenas e Médias Empresas). • Conjugar os apoios com medidas mais abrangentes que induzam a atração e fixação de população e empresas na Região Centro, para as quais devem ser avaliados os fatores determinantes das escolhas dos cidadãos e empresas e definidas medidas que respondam adequadamente aos desafios de coesão e competitividade territorial identificados. 	
Destinatários	
<ul style="list-style-type: none"> • AG PR Centro 2021-2027/ Organismos Intermédios • Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro • Comunidades Intermunicipais / Municípios • Entidades do ecossistema de empreendedorismo regional • Ministério da Coesão Territorial e outros Ministérios Setoriais 	
Articulação com Conclusões	
C5	

R9	Manter a aposta na promoção do acesso aos serviços de interesse geral através do investimento nas redes de equipamentos de saúde, educação e sociais, do reforço das respostas em rede intermunicipais e da geração de formas inovadoras de provisão.
----	--

Operacionalização

- Proceder à **análise prospetiva de necessidades de equipamentos** (de saúde, sociais e de educação) ou de intervenções nos mesmos, a realizar no âmbito dos diversos instrumentos de planeamento setorial regional (Cartas Educativas, Cartas Sociais e Cartas de Saúde, de âmbito local e/ou intermunicipal) de modo a garantir uma resposta eficaz e prioritizada às necessidades da Região Centro.
- **Incentivar a criação de projetos intermunicipais de provisão de respostas na área social, educação e saúde**, aumentando a eficiência do investimento, fortalecendo as regiões funcionais e superando os problemas gerados pela perda populacional e falta de massa crítica.
- **Dinamizar o surgimento de formas inovadoras de provisão**, nomeadamente de serviços gerais de interesse social, em articulação com o aprofundamento da digitalização dos setores público e social, dinamizando ações de capacitação, divulgação de casos de sucesso e incentivo financeiro a iniciativas inovadoras.

Destinatários

- AG PR Centro 2021-2027/ Organismos Intermédios
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- Comunidades Intermunicipais / Municípios
- Ministérios da Saúde, Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- Organismos setoriais competentes (ACSS; ARS Centro; DGESTE)

Articulação com Conclusões

C39 e C45

R10	Reforçar a atratividade, adequação e divulgação da oferta de formação profissional e da Aprendizagem ao Longo da Vida, incluindo por via da simplificação de procedimentos
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a sensibilização para a importância da formação e da aprendizagem contínua, com recurso à disseminação dos resultados e benefícios da formação do capital humano junto dos grupos de beneficiários (empresários, trabalhadores, desempregados,...). Esta sensibilização deverá mobilizar formas de comunicação adequadas para cada público-alvo e ser articulada com os parceiros sociais. • Fomentar a consolidação da oferta de formação e o alinhamento com as necessidades do tecido produtivo da Região Centro e perfil socioeconómico (qualificação da população ativa, envelhecimento da população, fluxos de imigração). Reforçar a aposta na formação inicial e criar respostas alinhadas com as problemáticas dos públicos mais desfavorecidos, prevendo a combinação com apoios sociais. • Equacionar a revisão da aplicação do regime de <i>minimis</i> a modalidades que tradicionalmente registam pouca procura e que precisam de ser estimuladas, de forma a permitir que as empresas não fiquem limitadas na participação em modalidades de formação quando inseridas em projetos de desenvolvimento empresarial apoiados pelos FEEI. • Simplificar os processos de candidatura de projetos de investimento empresarial, nomeadamente a apresentação de pedidos de pagamento na componente de formação. • Considerar majorações atrativas no caso de apresentação de projetos empresariais com componente de formação, assim como incentivos para o investimento em formação durante o horário laboral. • Articular os instrumentos de apoio à inserção no mercado de trabalho com os apoios à formação (dar atenção particular ao caso dos Cursos de Especialização Tecnológica, favorecendo nos estágios a contratação de candidatos efetivamente diplomados, mas também aos CTeSP, tirando partido da especial adesão verificada e no sentido de garantir a fixação dos trabalhadores com este nível qualificações na Região). • Facilitar novas abordagens e formatos os cursos de formação que mitiguem riscos de desistência por ingresso / reingresso no mercado de trabalho, como sejam a formação online (síncrona e assíncrona). • Considerar abordagens tendo em vista a angariação de formandos em mercados emissores de estudantes e imigrantes, para ingressar em ofertas formativas disponíveis na Região Centro e posteriormente no mercado de trabalho. 	
Destinatários	
<ul style="list-style-type: none"> • AG PR Centro 2021-2027 • Associações empresariais e Sindicatos • Entidades formadoras e escolas • IEFP 	
Articulação com Conclusões	
C4	

5.2.3. Recomendações para Centro + Verde

R11	Reforçar atratividade dos incentivos à eficiência energética reforçando o compromisso da Região com as metas de neutralidade carbónica europeias e nacionais
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none">• Equacionar a introdução de mecanismos orientados para melhorar a eficiência dos apoios à eficiência energética das empresas, prevendo a possibilidade de incidirem sobre a contratação de serviços de melhoria de desempenho energético (sendo as entidades prestadoras desses serviços – empresas de serviços energéticos - os beneficiários dos apoios e as empresas da Região Centro os destinatários finais). Esta opção deve prever a monitorização e a avaliação das operações aferida na redução do consumo energético gerado.• Avaliar possibilidade (e eventualmente negociar com a Comissão Europeia) de se flexibilizar elegibilidades por forma a permitir o financiamento de atividades/fornecimentos necessários à implementação dos projetos (eventualmente com algum limite no cômputo global do incentivo aprovado) e de permitir apoios não reembolsáveis /fundo perdido com uma taxa de apoio diferenciada.• Estabilizar as metodologias de análise das candidaturas a estes apoios, bem como adotar medidas que promovam a celeridade desses procedimentos.• Adotar medidas de aceleração de pareceres exigidos aos Organismos Intermédios e que agilizem decisões nas candidaturas ou alterações aos projetos, bem como adiantamentos / reembolsos aos promotores.• Priorizar os contratos de desempenho energético, para assegurar um melhor desempenho e reduzir o risco para as empresas.• Ampliar o leque de elegibilidades, nomeadamente no que respeita às fontes alvo de apoio (produção para autoconsumo), prevendo apoio a investimentos de energia fotovoltaica, tendo em consideração a pequena dimensão do tecido empresarial e os recursos muito favoráveis da Região Centro nesta fonte de energia renovável em particular, ponderando o fim dos plafonamentos adotados no período 2014-2020.• Desenvolver ações de comunicação e sensibilização que permitam evidenciar os efeitos positivos do investimento em ações de eficiência energética (em particular as poupanças energéticas associadas - a curto, médio e longo prazo - quer à melhoria dos processos, quer à utilização de fontes alternativas) nos setores empresarial, residencial e da Administração Local.	
Destinatários	
<ul style="list-style-type: none">• AD&C• AG PR Centro 2021-2027• DGEG	
Articulação com Conclusões	
C10	

5.2.4. Recomendações para Centro + Coeso e + Próximo Dos Cidadãos

R12	Reforçar e adaptar os investimentos no desenvolvimento urbano , por forma a aumentar a atratividade dos espaços urbanos, diferenciando as forma de investimento consoante a dimensão dos centros urbanos e reconhecendo as múltiplas escalas da política urbana
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Diferenciar as tipologias de elegibilidades dos diferentes tipos de centros urbanos, reconhecendo e intensificando o papel dos centros urbanos regionais na competitividade, na fixação de capital humano qualificado e no desenvolvimento do I+D+I através do reforço das infraestruturas tecnológicas e dos equipamentos alinhados com a RIS3. • Fortalecer a qualificação urbana através de investimentos definidos e implementados à escala adequada: escala da região funcional, definidos na ITI CIM e que promovam o fortalecimento do subsistemas urbanos locais; escala do centro urbano que aumentem a capacidade de gestão e coordenação urbana, através de soluções de inteligência territorial, de adaptação climática, de circularidade e de mobilidade sustentável; escala de bairro, dando continuidade a processos de regeneração de áreas degradadas e à promoção da inclusão de comunidades desfavorecidas. • Intensificar os mecanismos de capacitação das autarquias e Comunidades Intermunicipais, preparando-as para desenharem uma nova geração de investimentos que concorram para mudança transformadora dos espaços urbanos, alinhados com as orientações da Nova Iniciativa Europeia Bauhaus (NEB). 	
Destinatários	
<ul style="list-style-type: none"> • AG PR Centro 2021-2027 • Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro • Comunidades Intermunicipais / Municípios 	
Articulação com Conclusões	
C39, C45	

R13	Intensificar os processos de capacitação do ecossistema de fundos, especialmente dos atores territoriais, para os novos desafios de transição energética, ecológica e digital , através de ações específicas e da criação de redes (formais e informais) de reflexão estratégica e operacional, capacitação e operacionalização
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar e/ou densificar redes regionais e intermunicipais formais e informais, para identificar necessidades e oportunidades comuns, para ponderar, refletir, debater e definir projetos estratégicos e transversais interessantes para as diversas Comunidades Intermunicipais ou para partilhar/ponderar soluções para ultrapassar dificuldades comuns (por exemplo, na operacionalização do processo de contratualização). • Densificar os processos de capacitação/formação de eleitos e de recursos humanos nas Câmaras e nas Comunidades Intermunicipais, bem como reforçar os quadros técnicos internos, num contexto de reforço das competências e atribuições específicas na gestão de áreas centrais para o processo de contratualização 2021-2027 (novas competências/responsabilidades exigem mais recursos qualificados). • Reforçar o recurso ao estabelecimento de parcerias entre as Comunidades Intermunicipais e atores-chave regionais, para apoio especializado em algumas áreas estratégicas prioritárias. 	

Destinatários

- AG PR Centro 2021-2027
- Associações de Desenvolvimento Local
- Agência Portuguesa de Ambiente
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- Comunidades Intermunicipais / Municípios
- Direção Geral do Território
- Instituições de Ensino Superior sediadas na Região Centro

Articulação com Conclusões

C45

R14

Intensificar a articulação entre a valorização e preservação do **património natural e cultural** com a estruturação de **produtos turísticos sub-regionais e regionais**

Operacionalização

- **Condicionar no âmbito da definição das ITI CIM o financiamento de projetos singulares de preservação de património natural e cultural** à sua integração em estratégias de estruturação de produtos turísticos sub-regionais regionais.
- **Desenhar instrumentos de apoio e dinamizar ações de capacitação** que dotem as Comunidades Intermunicipais / Municípios de competências técnicas que apoiem no desenho e estruturação de produtos turísticos.
- **Definir instrumentos de financiamento e desenhar programas estratégicos de promoção de produtos turísticos sub-regionais**, criados com o apoio dos FEEL.

Destinatários

- Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal
- AG PR Centro 2021-2027/ OI
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- Comunidades Intermunicipais / Municípios
- Direção Regional de Cultura do Centro
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- Turismo do Centro

Articulação com Conclusões

C45

5.3. Recomendações para o período *post* 2030

R15	Redefinir os mecanismos de financiamento da política regional no pos-2030, respondendo à eventual redução de financiamento da Política de Coesão, à crescente inelegibilidade de necessidades de investimento locais e aos desafios de financiamento da descentralização a médio prazo.
------------	---

Operacionalização

- **Implementar outros mecanismos programáticos de financiamento da política de desenvolvimento regional**, nomeadamente **contratos de desenvolvimento regional** estabelecidos com a CCDR, CIM e outros atores regionais, complementar ao Programa Regional, suportados exclusivamente por fundos nacionais e/ou outros mecanismos de apoio ao desenvolvimento (por exemplo, BEI) que permitam:
 - salvar a previsível redução de financiamento da Política de Coesão após 2029;
 - financiar as necessidades de investimento local e regional, não elegíveis pela Política de Coesão, nomeadamente de natureza infraestrutural como construção e manutenção de equipamentos, acessibilidades, ou infraestruturas ambientais;
 - financiar os investimentos regionais e municipais resultantes do aprofundamento da descentralização;
 - assegurar previsibilidade orçamental e orientação para os resultados ao investimento público;
 - financiar a concretização plena do PROT Centro nas suas diversas dimensões.

Destinatários

- AD&C
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- Ministério da Coesão Territorial

Articulação com Conclusões

C41

R16	Assegurar que o período de programação de fundos <i>post</i> 2030 está suportado na realização de exercícios de planeamento estratégico regional e intermunicipal , que envolvam os atores locais e regionais
------------	--

Operacionalização

- **Desencadear processos de planeamento estratégico territorial de escala regional e sub-regional** que definam a montante do processo de programação e contratualização as visões de desenvolvimento regional e intermunicipal preconizados para cada território em função das suas necessidades e oportunidades específicas.
- Assegurar que os processos de planeamento estratégico são verdadeiros processos de capacitação, empoderamento, reflexão e participação, **elaborando previamente um guião metodológico para a sua realização e condicionando o seu financiamento ao cumprimento de um processo metodológico** previamente definido, onde estejam previstas as várias fases de envolvimento, participação e comunicação.
- Desenhar e implementar previamente um **programa de capacitação em planeamento estratégico** para as Comunidades de Capacitação de apoio à preparação e conduções dos exercícios de planeamento prospetivo.
- Estabelecer mecanismos de comunicação, divulgação e disseminação das estratégias regionais e sub-regionais.

Destinatários

- AD&C
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- Comunidades Intermunicipais

Articulação com Conclusões

C39

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

06

Referências bibliográficas e eletrônicas

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Referenciais e documentos metodológicos:

- EVALSED - Guia para avaliação do desenvolvimento socioeconómico, Comissão Europeia
- EVALSED Sourcebook – Methods and Technics, Comissão Europeia
- Kong, Dongmin and Zhang, Bohui and Zhang, Jian, Higher Education and Corporate Innovation (February 10, 2022). Journal of Corporate Finance, Forthcoming; Aghion, P and Boustan, L P And Hoxby, C and Vandenbussche, J. (2009). The causal impact of education on economic growth: Evidence from us. Brookings papers on economic activity, volume 1, p. 1 – 73)
- Mapping change - Using a theory of change to guide planning and evaluation, Anne Mackinnon, Natasha Amott (GrantCraft series)
- Orientações para o planeamento e a preparação das avaliações do Portugal 2020, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., maio de 2016
- Program Evaluation Methods: Measurement and attribution of Program Results, Treasury Board of Canada Secretariat
- Swift, T. (2018), "PhD scientists in the boardroom: the innovation impact", Journal of Strategy and Management, Vol. 11 No. 2, pp. 184-202
- Theory of Change Basics: a primer on theory of change, Dana H. Taplin, Heléne Clark, 2012
- Theory of Change, A Series of Papers to Support Development of Theories of Change Based on Practice in the Field, Dana H. Taplin, Heléne Clark, Eoin Collins e David C. Colby, 2013
- Theory-based approaches to evaluation: concepts and practices, Treasury Board of Canada Secretariat
- Theory-based impact evaluation: principles and practice, White, H., junho de 2009

Documentos base, regulamentação:

- Acordo de Parceria Portugal 2020
- Avisos de Abertura de Concursos lançados pelo Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020
- Boletins informativos dos Fundos da União Europeia
- Estratégia Europa 2020
- Europa 2020: Indicadores macroeconómicos
- Europa 2020: Recomendações específicas para Portugal
- Manuais de procedimentos e descrições dos sistemas de gestão e controlo dos Programas Operacionais
- Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020
- Programa Nacional de Reformas
- Regulamentos comunitários e nacionais (transversais e específicos) aplicáveis ao objeto de avaliação
- Relatórios anuais de execução do Programas Operacionais
- Relatórios anuais dos Fundos da União Europeia

Estudos de avaliação e outros estudos:

- Avaliação da Aplicação de Custos Simplificados
- Avaliação da capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos
- Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regional de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados
- Avaliação da Implementação das Medidas de Reforço da Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono - Avaliação de Impacte e de processo
- Avaliação da implementação dos sistemas de incentivos do PT2020
- Avaliação da operacionalização da abordagem territorial do PT2020 no contexto da convergência e coesão territorial
- Avaliação das Medidas de Promoção de Inovação Social
- Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens
- Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada
- Avaliação do contributo dos FEEI para a modernização e capacitação da administração pública
- Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento
- Avaliação do Impacte da Iniciativa Emprego Jovem
- Avaliação do impacte dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social
- Avaliação do impacte dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas
- Avaliação do Impacte dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Desempenho das Empresas
- Avaliação *ex ante* do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020
- Avaliação *ex ante* dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020: Lote 3 - Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos
- Avaliação *ex ante* dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020 – Instrumentos Financeiros para o apoio direto às empresas - Lote 1
- Avaliação sobre o contributo do Portugal 2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, a Redução do Abandono Escolar Precoce e a Empregabilidade dos Jovens
- Avaliação *ex ante* dos Instrumentos Financeiros para a Regeneração e Revitalização Física, Económica e Social em Zonas Urbanas (Lote 4)
- Diagnóstico prospetivo dos serviços sociais de interesse geral: análise da provisão e do contributo para a coesão territorial. Agência para o Desenvolvimento e Coesão e CEDRU

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

7. ANEXOS

7.1. Enquadramento e ponto de situação do Programa Operacional

7.1.1. Evolução da abertura de avisos

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento (PI)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Eixo 01 - Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	1.1 - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas...	3	2	3	2	2	2	2	16
	1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e...	14	12	17	8	8	10	4	73
Eixo 02 - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e...	1	0	0	0	0	0	0	1
	3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica...	5	3	3	3	0	1	0	15
	3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME...	5	2	2	3	0	1	0	13
	3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas...	9	6	9	8	1	7	3	43
Eixo 03 - Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	10.5 - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e...	0	1	2	0	0	1	1	5
	10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições...	0	2	0	0	0	3	0	5
	10.2 - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente...	0	2	1	3	2	2	0	10
	10.4 - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho...	0	1	1	0	1	0	0	3
Eixo 04 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	8.8 - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria...	0	0	8	1	0	0	8	17
	8.9 - Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento...	0	3	1	2	0	1	0	7
	8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados...	0	0	0	1	1	0	0	2
	8.3 - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas...	0	0	8	1	0	2	0	11
	8.5 - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	12	9	1	2	1	5	3	33
Eixo 05 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	9.7 - Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento...	0	2	1	2	1	1	5	12
	9.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	0	0	29	0	0	0	1	30
	9.1 - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação...	0	1	0	0	3	1	2	7
	9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis...	0	0	0	0	0	0	0	0
	9.6 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	0	0	29	0	0	64	0	93
Eixo 06 - Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	4.2 - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	0	0	0	0	1	0	0	1
	4.3 - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias...	0	1	2	0	2	0	0	5
	4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios...	1	0	0	2	0	1	0	4
Eixo 07 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	0	6	1	0	1	2	2	12
	6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades...	0	3	1	1	1	0	2	8
Eixo 08 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	2.3 - Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem...	1	2	0	1	0	0	1	5
	11.1 - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços...	0	0	0	0	1	1	0	2
	11.2 - Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação...	0	1	1	1	1	0	2	6
	4.3 - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias...	0	1	0	0	0	0	0	1

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento (PI)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Eixo 09 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)	4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios...	0	1	0	2	1	0	2	6
	6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades...	0	2	0	1	1	0	2	6
	9.8 - Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas...	0	2	0	1	1	0	1	5
Eixo 10 - Assistência Técnica	13.1 - Promover uma gestão eficaz do programa, garantindo um apoio adequado aos beneficiários...	1	1	2	0	3	0	0	7
TOTAL		52	66	122	45	33	105	41	464

Quadro A1. Avisos para Apresentação de Candidaturas por ano/eixo/PI (n.º)

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

Eixo Prioritário/ Prioridade de Investimento (PI)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Eixo 01 - Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	0%	11%	17%	23%	18%	26%	6%
1.1 - Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas...	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%
1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações...	0%	11%	17%	23%	17%	26%	6%
Eixo 02 - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	1%	8%	16%	18%	16%	29%	12%
3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica...	3%	8%	22%	30%	19%	15%	3%
3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME...	0%	10%	16%	15%	16%	35%	7%
3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas...	1%	6%	14%	18%	16%	28%	17%
Eixo 03 - Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	0%	0%	0%	75%	25%	0%	0%
10.5 - Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e...	0%	0%	0%	75%	25%	0%	0%
10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
10.2 - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
10.4 - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Eixo 04 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	0%	2%	11%	5%	10%	28%	36%
8.8 - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria...	0%	0%	0%	0%	3%	40%	57%
8.9 - Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados...	0%	0%	0%	0%	0%	20%	80%
8.3 - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas...	0%	0%	0%	0%	6%	18%	76%
8.5 - Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	0%	4%	21%	10%	15%	25%	10%
Eixo 05 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	0%	0%	0%	5%	4%	42%	49%
9.7 - Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento...	0%	0%	0%	0%	20%	80%	0%
9.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	0%	0%	0%	4%	4%	54%	38%
9.1 - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
9.6 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	0%	0%	0%	9%	0%	9%	83%
Eixo 06 - Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	0%	0%	0%	0%	0%	25%	75%
4.2 - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Eixo Prioritário/ Prioridade de Investimento (PI)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
4.3 - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias...	0%	0%	0%	0%	0%	33%	67%
4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Eixo 07 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	0%	0%	0%	57%	14%	29%	0%
6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%
6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades...	0%	0%	0%	40%	20%	40%	0%
Eixo 08 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2.3 - Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
11.1 - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
11.2 - Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Eixo 09 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)	0%	0%	13%	38%	0%	13%	38%
4.3 - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios...	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades...	0%	0%	0%	75%	0%	0%	25%
9.8 - Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas...	0%	0%	33%	0%	0%	0%	67%
Eixo 10 - Assistência Técnica	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
13.1 - Promover uma gestão eficaz do programa, garantindo um apoio adequado aos beneficiários...	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total	0%	6%	14%	15%	14%	29%	20%

Quadro A2. Distribuição dos projetos anulados/ rescindidos por ano e Eixo/PI

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

7.1.2. Níveis de aprovação e realização

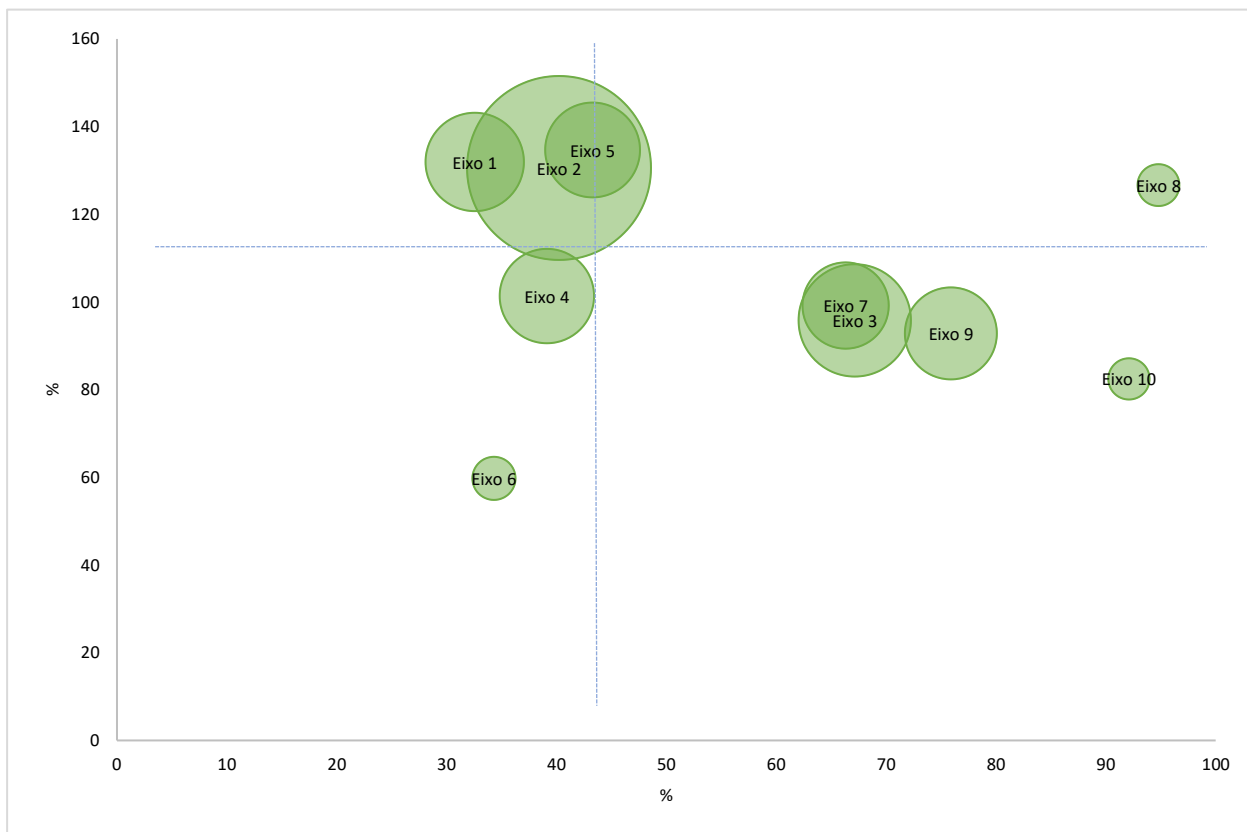


Figura A1. Taxa de aprovação e taxa de compromisso dos projetos aprovados por eixo (%)

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro2020

Nota: a taxa de compromisso é calculada tendo por base o valor atual de programação. O diâmetro de cada bola dos eixos representa o seu peso relativo no valor total da programação. As linhas a tracejado representam as taxas médias de compromisso e de aprovação do PO (111,8% e 42,1%, respetivamente).

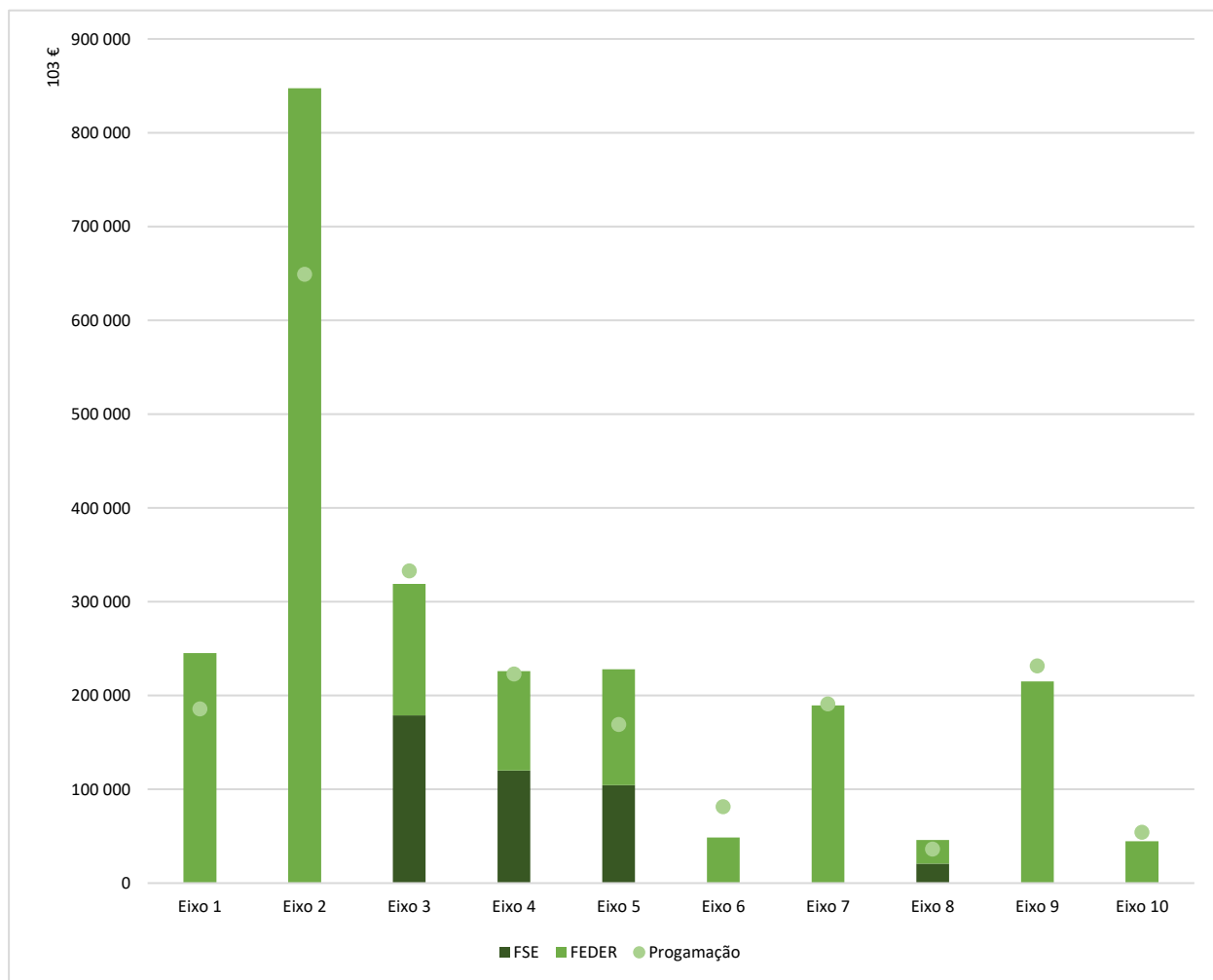


Figura A2. Financiamento comunitário aprovado por Eixo (10³ €)

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

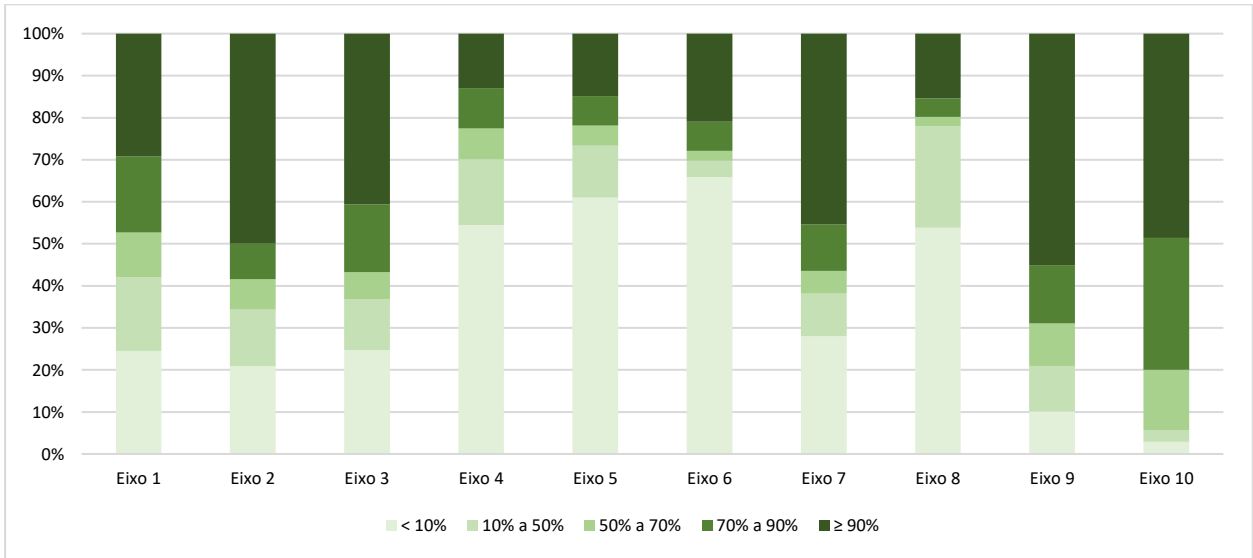
Eixo Prioritário	Taxa de Realização (%)	Taxa de Execução (%)
Eixo 01 - Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	42,2	55,7
Eixo 02 - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	59,9	78,1
Eixo 03 - Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	56,2	53,9
Eixo 04 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	56,0	56,8
Eixo 05 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	40,0	53,8
Eixo 06 - Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	24,9	14,9
Eixo 07 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	56,7	56,2
Eixo 08 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	39,6	50,2
Eixo 09 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)	63,8	59,2
Eixo 10 - Assistência Técnica	76,8	63,3
TOTAL	54,7	61,1

Quadro A3. Taxas de realização e de execução por Eixo (%)

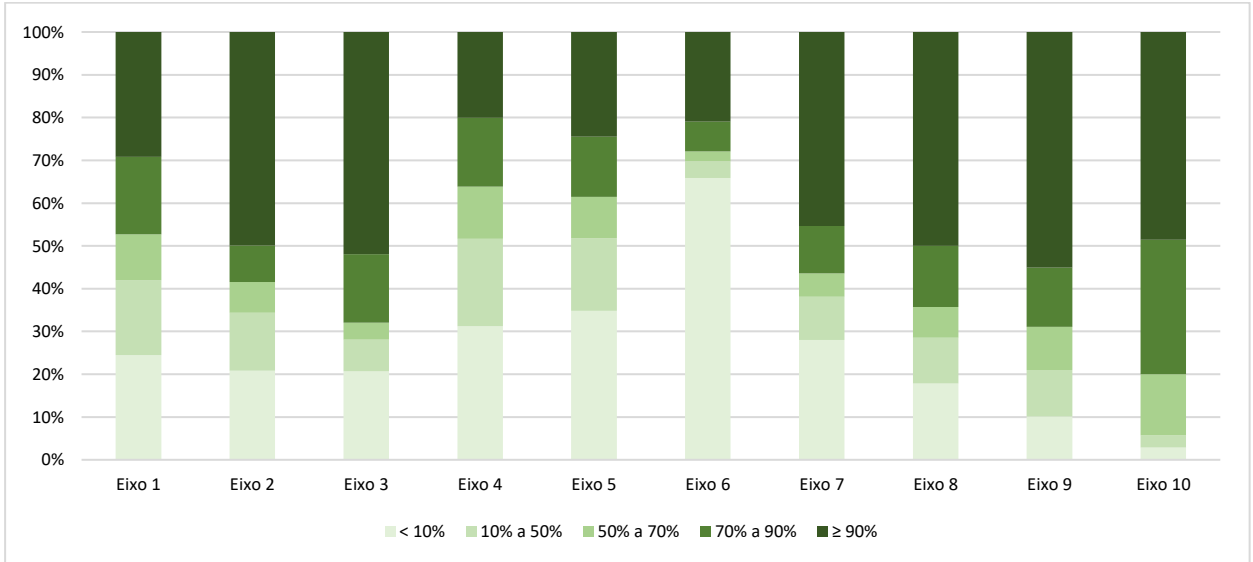
Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020.

Nota: Taxa de Realização = Valor Executado/Valor Aprovado; Taxa de Execução=Valor Executado/Valor programado

Total



FEDER



FSE

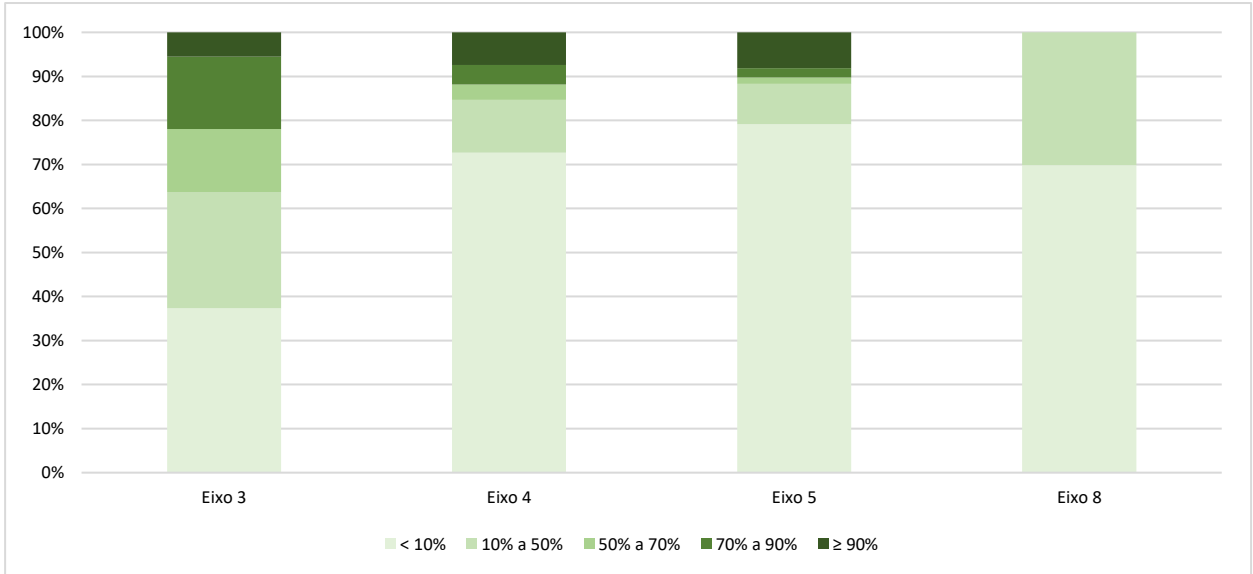


Figura A3. Nível de realização do PO, por Fundo e por Eixo (%)

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

Eixos Prioritários Tipologias de Intervenção (TI)	Fundo	Projetos (n.º)	Intervalo de Realização (%)				
			< 10	10 a 50	50 a 70	70 a 90	> 90
Eixo 01 - Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	FEDER	645	24	18	11	18	29
Atividades de I&D empresarial	FEDER	359	24	14	10	18	35
CRII - Atividades de I&D empresarial	FEDER	42	38	24	10	14	14
CRII - Investigação científica e tecnológica	FEDER	2	100	0	0	0	0
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	FEDER	8	0	0	0	38	63
Investigação científica e tecnológica	FEDER	168	18	23	14	21	23
Investimento empresarial em inovação de não PME	FEDER	35	40	17	0	14	29
Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	FEDER	31	32	26	19	13	10
Eixo 02 - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	FEDER	3 672	21	13	7	8	50
CRII - Qualificação e inovação das PME	FEDER	723	41	2	4	5	49
Empreendedorismo qualificado e criativo	FEDER	290	5	2	2	5	86
Internacionalização das PME	FEDER	1 059	21	24	11	10	34
Qualificação e inovação das PME	FEDER	1 600	15	14	8	9	55
Eixo 03 - Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	FEDER + FSE	372	25	12	6	16	41
CRII - Transição Digital da Educação	FSE	3	67	0	0	0	33
Ensino profissional para jovens	FSE	17	82	12	6	0	0
Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade)	FSE	43	16	26	16	33	9
Equipamentos de ensino superior	FEDER	7	14	0	29	29	29
Formação avançada	FSE	1	0	100	0	0	0
Infraestruturas de ensino básico e secundário	FEDER	274	21	8	3	16	53
Redução do abandono escolar	FSE	27	41	37	19	4	0
Eixo 04 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	FEDER + FSE	2 256	54	16	7	10	13
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	FSE	739	81	6	2	3	8
CRII - Medidas de Apoio à Manutenção do Emprego	FSE	2	0	50	0	0	50
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	FEDER	17	100	0	0	0	0
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	FSE	134	59	21	5	4	10
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	FSE	293	61	23	5	6	4
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral	FSE	95	66	11	8	6	8
Promoção de microempreendedorismo	FEDER	952	30	21	12	16	20
Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	FEDER	24	13	21	17	29	21
Eixo 05 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	FEDER + FSE	1 722	61	12	5	7	15
Desenvolvimento socioeconómico de base local	FEDER + FSE	1 539	65	12	4	7	12
Inclusão ativa de grupos vulneráveis	FSE	3	0	0	33	0	67
Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	FEDER	167	28	15	7	10	41
Intervenções integradas em territórios vulneráveis	FSE	13	77	0	23	0	0
Eixo 06 - Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	FEDER	129	66	4	2	7	21
Eficiência energética nas empresas	FEDER	5	100	0	0	0	0
Eficiência energética nas habitações	FEDER	32	50	6	6	9	28

Eixos Prioritários Tipologias de Intervenção (TI)	Fundo	Projetos (n.º)	Intervalo de Realização (%)				
			< 10	10 a 50	50 a 70	70 a 90	> 90
Eficiência energética nas infraestruturas públicas	FEDER	39	82	0	0	8	10
Mobilidade urbana sustentável	FEDER	53	60	6	2	6	26
Eixo 07 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	FEDER	443	28	10	5	11	45
Monitorização da qualidade do ar	FEDER	1	0	0	0	100	0
Património natural e cultural	FEDER	198	49	18	7	8	19
Reabilitação urbana	FEDER	244	11	4	5	14	67
Eixo 08 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	FEDER + FSE	91	54	24	2	4	15
Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	FSE	16	100	0	0	0	0
Capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais	FSE	39	51	49	0	0	0
Formação dos trabalhadores da AP	FSE	8	100	0	0	0	0
Promoção das TIC na administração e serviços públicos	FEDER	28	18	11	7	14	50
Eixo 09 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)	FEDER	296	10	11	10	14	55
Mobilidade urbana sustentável	FEDER	59	14	14	7	10	56
Reabilitação urbana	FEDER	186	8	11	11	17	53
Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	FEDER	51	16	8	10	6	61
Eixo 10 - Assistência Técnica	FEDER	35	3	3	14	31	49
Assistência Técnica	FEDER	35	3	3	14	31	49
Total	FEDER + FSE	9 661	37	14	7	10	33

Quadro A4. Intervalo de realização dos projetos, por Tipologia de Operação

Nota: A cinzento estão identificadas as Tipologias de Operação financiadas pelo FEDER e a azul as financiadas pelo FSE

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

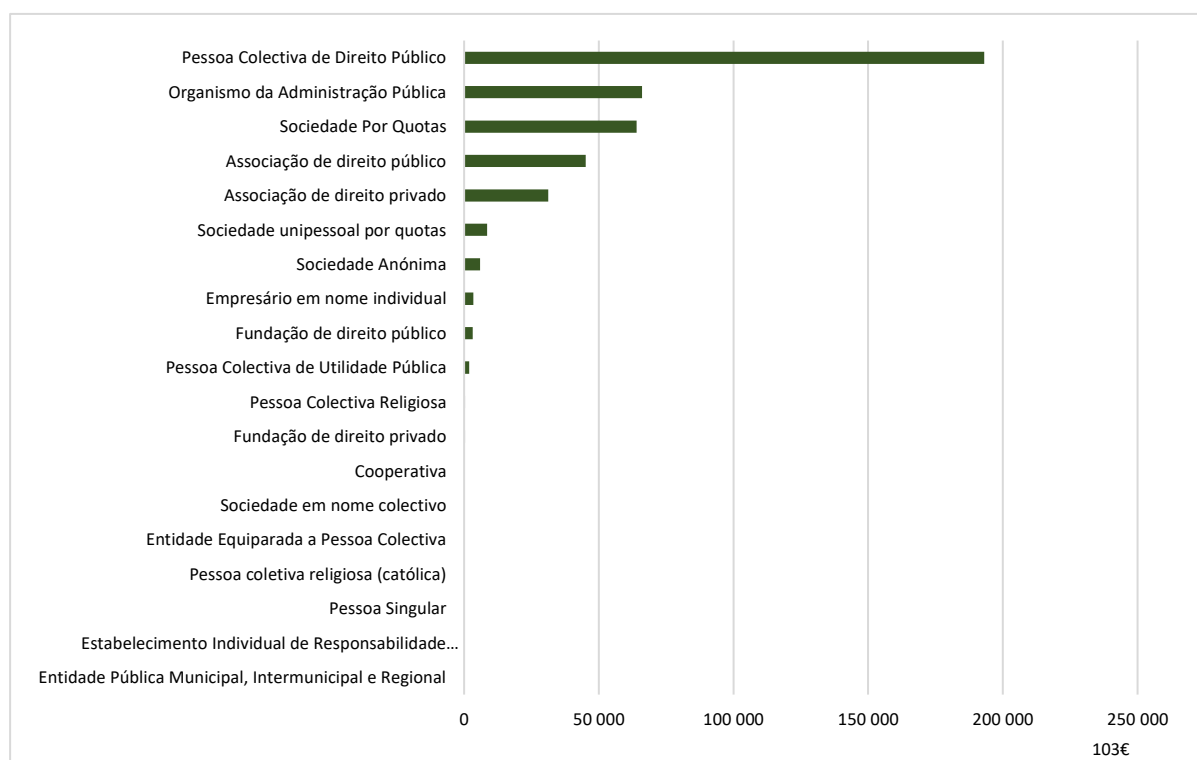


Figura A4. Financiamento FSE aprovado por tipologia de beneficiário (10³€)

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

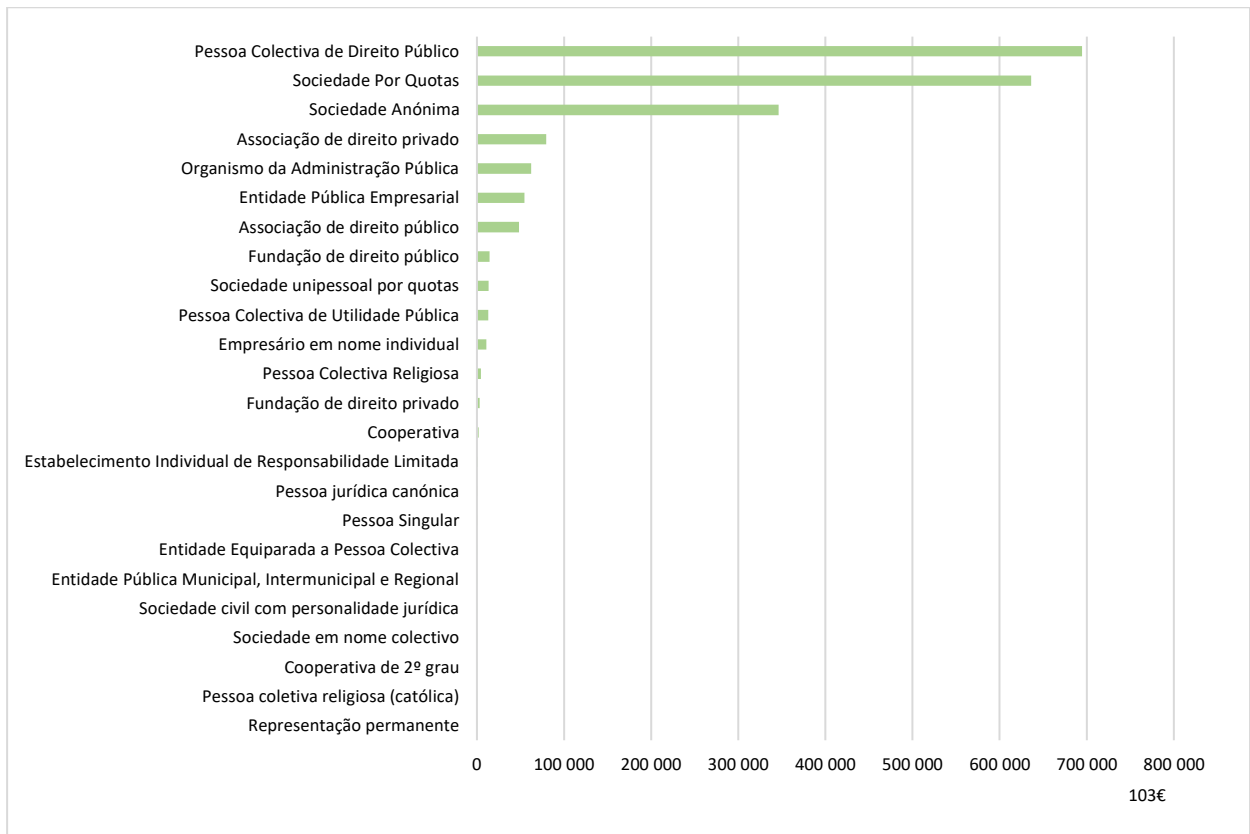


Figura A5. Financiamento FEDER aprovado por tipologia de beneficiário (10³€)

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

7.2. Teoria de Mudança

295. A Teoria de Mudança (TdM) é uma representação gráfica e sistematizada do que é preciso que aconteça para que os resultados desejados se concretizem, isto é, do encadeamento das várias realizações e resultados intermédios que ocorrem em cada etapa da política ou programa, que despoletam a mudança e conduzem ao resultado de longo prazo e aos impactes. Estabelece-se assim um quadro lógico testável, nomeadamente no que respeita aos pressupostos, riscos e mecanismos que lhe estão associados.
296. A TdM foi previamente discutida, no âmbito de uma sessão *focus group* realizada para o efeito. A elaboração da TdM foi suportada num processo de revisão de literatura e de análise documental e teve em consideração, no que respeita aos pressupostos e riscos, não só um foco nos critérios de avaliação que regem as questões de avaliação colocadas no Caderno de Encargos, mas uma abordagem mais global e completa, explicitada no racional da intervenção que a seguir se apresenta. A primeira versão (draft) serviu de mote a uma sessão *focus group*, que permitiu discutir e validar o seu conteúdo. Face ao enfoque da TdM nas opções de aprofundamento 2.2, incide nas seguintes PI: 8.5 (eixo 4); 4.5 (eixo 6 e eixo 9); 6.5 (eixo 6 e eixo 9); e 9.8 (eixo 9).

Racional da Teoria da Mudança

297. Após a crise económico-financeira (2009-2013), especialmente impactante no financiamento da iniciativa privada, mas gerando também importantes constrangimentos orçamentais na Administração Pública (com reflexos na capacidade de investimento), a necessidade de retoma do crescimento económico e de criação de emprego impunham ao país novas respostas das políticas públicas. Perante este pano de fundo, a Região Centro apresentava diversas tendências pesadas e constrangimentos estruturais, condicionadores de um processo de desenvolvimento e da sua competitividade, que importava ultrapassar.
298. Neste quadro, o racional lógico da programação no domínio da sustentabilidade e da coesão territorial foi fortemente marcado por condicionantes estruturais:
- a rarefação de massa-crítica e os baixos índices de iniciativa regional, conferindo um especial significado à presença e ao desempenho das organizações da economia social e de outros parceiros institucionais, pelo que era fundamental reforçar a sua sustentabilidade e capacitação;
 - a necessidade de proceder à descarbonização da economia e da sociedade, questão central para um crescimento inteligente e sustentável na UE, assumindo como prioridades para a sua prossecução a necessidade de aumentar a eficiência energética e reduzir as emissões de CO₂ e de outros poluentes atmosféricos (tais como PM, NO₂ e ozono);
 - a existência de assimetrias entre concelhos urbanos (centros regionais e centros estruturantes) e concelhos de dominante rural (centros complementares), nomeadamente da sua atratividade e potencial contributo para a competitividade regional, mas também enquanto espaços determinantes para a sustentabilidade do modelo territorial do Centro;
 - a existência de um parque edificado devoluto nos centros urbanos, limitador da atratividade e da vivência dos aglomerados e do uso eficiente do solo urbano e respetivo aproveitamento para a fixação de pessoas e de atividades.
299. O diagnóstico do Programa sinalizava o aumento de doutorados na Região e o surgimento de empresas de nova geração, centradas em tecnologia e inovação, que importava apoiar com vista a estimular a sua consolidação e expansão. Assumia-se, assim, um quadro de oportunidade para potenciar a atração e fixação de massa crítica ao nível regional, capaz de alavancar a inovação do tecido económico e aumentar o emprego qualificado. Por outro lado, reconhecia-se que, apesar da elevada capacidade de produção de conhecimento e de tecnologia existente nos centros de conhecimento regionais, era necessário melhorar a valorização económica e social deste conhecimento.
300. Para ultrapassar os constrangimentos sinalizados ao nível das emissões de carbono, procurou-se promover a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização, através de investimentos para reduzir os consumos de energia e as emissões de gases de efeito de estufa (GEE), estimulando-se a transição para tecnologias e para recursos energéticos mais sustentáveis e contribuindo para o cumprimento dos objetivos em matéria de clima e energia estabelecidos em termos regionais, nacionais e europeus. Estes objetivos atribuem atribui à descarbonização da

economia um papel central para o desenvolvimento sustentável na UE, assumindo como uma das prioridades para a sua prossecução a necessidade de reduzir o nível da emissão de GEE.

301. Outra prioridade centrou-se no fomento de abordagens integradas de regeneração urbana, sobretudo nos núcleos centrais dos centros urbanos regionais, estruturantes e complementares, geradoras de oportunidades e de ofertas atrativas para novos residentes e novas atividades, dimensões fundamentais para reforçar a sustentabilidade do modelo urbano regional e promover a coesão territorial e social.
 302. Acresce a necessidade sinalizada de combater a pobreza e a exclusão em áreas específicas, através de intervenções integradas, associadas à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade do espaço público (eficiência energética, acessibilidade e mobilidade), mas também através da revitalização económica e da inclusão social de grupos sociais residentes (comunidades desfavorecidas).
 303. Assim, ao abrigo do Eixo Prioritário 4. Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR), justificou-se a mobilização dos apoios dirigidos à contratação de pessoal qualificado pelas empresas, através da PI 8.5, tendo subjacente a ideia de que a capacidade de absorção do conhecimento e consequente transferência para a economia depende da existência de recursos humanos altamente qualificados e que, sendo o número de doutorados empregados em empresas ainda pouco expressivo, afigurava-se oportuno estimular essa procura com apoios dirigidos às PME14.
 304. Para a operacionalização dos apoios (atividades/recursos) era determinante, desde logo, garantir uma ampla informação capaz de suscitar o interesse das empresas e atrair uma procura qualificada, viabilizando a seleção de promotores e projetos relevantes para estimular um maior dinamismo das atividades de I&D&i do setor empresarial.
 305. A concretização desta e outras condições importantes (como a atratividade dos instrumentos, a inexistência de sobreposições/efeitos concorrenciais entre instrumentos, ...) contribuiria para que fosse possível atingir realizações como a contratação de pessoas altamente qualificadas ao abrigo dos apoios às empresas. Por sua vez, seria expectável que, com eficácia e eficiência, as operações apoiadas contribuíssem para gerar resultados na cadeia de intervenção, nomeadamente o aumento da inserção profissional de pessoal qualificado nas empresas e mesmo a sua capacidade para inovar¹⁵. no pressuposto de que a experiência de trabalho facilitada pelo apoio facilitaria a adaptação dos recursos humanos ao contexto de inserção, em particular, o contexto empresarial.
2. Por fim, esperava-se que as realizações e resultados a gerar pelos projetos contribuíssem para produzir mudanças no contexto (impactes), como o aumento do peso do pessoal empregado em atividades de I&D, no conjunto da população ativa empregada na Região, bem como um reflexo no aumento do investimento em atividades de I&D (neste último caso, os efeitos da medida seriam mais indiretos). A efetivação de impactes no contexto da Região implicaria naturalmente que as empresas tivessem capacidade para manter os recursos contratados no longo prazo (sustentabilidade dos efeitos).
 3. Ao nível do Eixo Prioritário 6. Afirmer a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR), foi mobilizada a PI 4.5, visando promover a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização. Releve-se, neste contexto, o papel central atribuído pela Estratégia Europa 2020 para a promoção da mobilidade urbana sustentável para a descarbonização da economia no contributo para o crescimento inteligente e sustentável na UE, assumindo como prioridades para a sua prossecução, entre outras dimensões, a redução do nível da emissão de GEE. Assumindo estes compromissos, o Estado português desenvolveu como referências estratégicas, para este domínio de política pública, o PNAEE 2016 e o PNAER 2020, sendo que a atuação da política pública energética definiu como objetivo garantir o cumprimento das metas e dos compromissos europeus, bem como concretizar os objetivos e as medidas de política plasmados nesses instrumentos (PNAEE e PNAER).

¹⁴ Na reprogramação do Programa Operacional Regional, a abrangência dos apoios foi alargada, tendo passado a contemplar a contratação de pessoal qualificado em Colabs/centros de interface. Este ajustamento viria a acomodar, por um lado, a necessidade de garantir condições para o funcionamento dos recentes Colabs e, por outro lado, melhorar a qualificação dos centros de interface enquanto peça chave para dinamizar o processo de transferência de conhecimento e de inovação.

¹⁵ Diversa literatura internacional evidencia uma relação positiva entre a contratação de recursos altamente qualificados e a capacidade inovadora das empresas (Swift, T. (2018), "PhD scientists in the boardroom: the innovation impact", *Journal of Strategy and Management*, Vol. 11 No. 2, pp. 184-202; Kong, Dongmin and Zhang, Bohui and Zhang, Jian, *Higher Education and Corporate Innovation* (February 10, 2022). *Journal of Corporate Finance*, Forthcoming; Aghion, P and Boustan, L P And Hoxby, C and Vandembussche, J. (2009). The causal impact of education on economic growth: Evidence from us. *Brookings papers on economic activity*, volume 1, p. 1 – 73).

306. No contexto do PO Centro, a promoção da mobilidade urbana sustentável e da descarbonização devia ser estimulada através de investimentos para reduzir os consumos de energia e as emissões de carbono, fomentando uma redução das emissões de GEE, por uma atuação ao nível dos consumos energéticos e do mix energético que compõe esse consumo, dirigida especificamente para os centros urbanos complementares (CUC) do modelo urbano regional.
307. Perante este pano de fundo, a adoção de medidas destinadas a promover a descarbonização da economia e da sociedade e a redução de emissões de CO₂ e de outros poluentes atmosféricos devia ser concretizada apoiando o desenvolvimento de modelos e de sistemas de transportes integrados e articulados (intermodalidade), atuando particularmente em planos integrados de mobilidade e intervenções na área da mobilidade urbana multimodal sustentável.
308. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono inclui, assim, a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. Neste quadro, assume-se que a redução da intensidade energética depende, sobretudo, do aumento das quotas do transporte público e dos modos suaves, nomeadamente no que se refere às deslocações urbanas relacionadas com a mobilidade quotidiana.
309. Implicava que fossem prosseguidas atividades/recursos que permitissem a elaboração de planos integrados de mobilidade urbana sustentável, investimentos em modos de transporte suave (o aumento do número de bicicletas de uso público e aumento da extensão de vias dedicadas a modos suaves), bem como a aposta em sistemas de gestão e de informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre aos territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional e ainda medidas de consciencialização dos consumidores e empresas relacionadas com as emissões de gases poluentes, intervenções que se articulam e encadeiam para a produção dos resultados previstos: diminuição da intensidade carbónica da economia; redução das emissões nacionais de GEE, operacionalizando as estratégias de baixo teor de carbono.
310. No âmbito do Eixo Prioritário 7. Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR), foi mobilizada a PI 6.5, igualmente centrada em exclusivo nos centros urbanos complementares do modelo urbano regional. Assumiu-se que os centros urbanos complementares, sedes de concelho, eram fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade, na sustentação dos territórios de baixa densidade e na afirmação das relações urbano-rurais.
311. Nesse contexto, o apoio ao desenvolvimento de operações integradas de qualificação e de dinamização socioeconómica era determinante para garantir a sua sustentabilidade (criar dinâmicas de desenvolvimento, recuperando e valorizando os ativos existentes e melhorando o ambiente urbano, de modo a manter população e atividades). Deste modo, a atratividade das cidades e a qualidade de vida das populações implicava que fossem prosseguidas atividades/recursos que permitissem regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos, reabilitar a habitação e fomentar novas funções urbanas em espaços degradados/abandonados. Assim, o desenvolvimento de ações de regeneração e de revitalização urbana, enquanto dimensões fundamentais para assegurar uma maior atratividade dos espaços centrais e, conseqüentemente, fixar novos residentes, funções e atividades (p.e., através da criação de espaços verdes ou da recuperação do património edificado e da reabilitação de edifícios), bem como a melhoria do ambiente urbano, garantindo níveis muito positivos em termos de qualidade do ar e de gestão e controlo do ruído ambiental (p.e., através da aquisição de equipamentos de monitorização), eram dimensões prioritárias de apoio. Os impactes esperados associados ao reforço da qualificação ambiental e urbanística nos centros urbanos complementares, centravam-se na manutenção de residentes e atividades e, conseqüentemente, concedendo o mínimo de vitalidade a estes centros enquanto espaços determinantes para a coesão territorial e para a sustentabilidade do modelo urbano regional.
312. A criação do Eixo Prioritário 9. Reforçar a rede urbana (CIDADES) e a mobilização das PI 4.5, 6.5 e 9.8 foi feita no enquadramento estabelecido pelo Acordo de Parceria Portugal 2020 e enquanto resposta às necessidades identificadas em três dimensões.
313. Numa primeira dimensão, para promover a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização nos centros urbanos regionais (CUR) e nos centros urbanos estruturantes (CUE) da Região Centro, através de investimentos para reduzir os consumos de energia e as emissões de carbono. Assim, as atividades, realizações e resultados são, em larga medida, semelhantes às sinalizadas para o Eixo 6, sendo os impactes esperados associados ao incremento da mobilidade urbana multimodal sustentável e à redução da intensidade energética.

314. Numa segunda dimensão, e de modo a melhorar a qualidade do ambiente urbano, a revitalização e a regeneração dos centros urbanos e a redução da poluição atmosférica e sonora para garantir a sustentabilidade do modelo urbano regional, procurou definir-se uma política de intervenção nos CUR e nos CUE. Assim, as atividades, realizações e resultados são, em larga medida, semelhantes às sinalizadas para o Eixo 7 nos centros urbanos complementares (CUC).
315. Numa terceira dimensão, existia a necessidade de combater a pobreza e a exclusão dos residentes e dos grupos sociais em áreas urbanas degradadas (garantir a cidadania plena em territórios desfavorecidos) através da prossecução de atividades integradas associadas à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade do espaço público (nomeadamente em termos de eficiência energética e de acessibilidade e mobilidade), ou seja, ações de regeneração física, mas também através da revitalização económica e da inclusão das comunidades socialmente mais desfavorecidas. Assim, considerando a persistência de áreas urbanas críticas do ponto de vista social, físico e ambiental; as situações de degradação da qualidade de muitas áreas residenciais, sobretudo nas periferias e nos centros históricos das cidades; os importantes segmentos de população em situação de pobreza, com deficientes condições de habitação e com manifestas dificuldades de mobilidade, agravando as disparidades sociais; os problemas relacionados com a integração dos imigrantes, acentuando a segregação territorial e a exclusão social nessas áreas; e as elevadas vulnerabilidades do emprego face aos movimentos de reestruturação da economia nos CUR e nos CUE da Região Centro, foram quatro dimensões estruturadoras das atividades e recursos a mobilizar: i) a qualificação e modernização do espaço equipamento e ambiente urbano; ii) a recuperação, a expansão e a valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes; iii) a qualificação e a modernização dos edifícios públicos, visando a dinamização de atividades económicas em meios urbanos; iv) a intervenção na habitação social.
316. Para a operacionalização dos vários domínios de atuação associados a estas prioridades, estruturadas na prossecução das atividades e dos recursos sinalizados, era determinante garantir alguns pressupostos como a divulgação dos apoios, a mobilização de uma procura qualificada, o alinhamento com as necessidades e expectativas dos atores-chave, a atratividade das condições de financiamento e de elegibilidade, entre outras. A concretização destas condições (internas e/ou externas à intervenção), necessárias e facilitadoras para a efetivação das atividades e recursos previstos, contribuiria para que fosse possível, na cadeia de resultados da intervenção estabelecida para esta dimensão de política, atingir as realizações previstas, tais como, entre outras, o incremento da mobilidade urbana sustentável, a abertura/reabilitação de espaços ou a construção/renovação de edifícios públicos e privados e a reabilitação de habitações em comunidades desfavorecidas.
317. Alguns dos riscos associados a esta última dimensão, face à importância do instrumento financeiro para a prossecução das realizações, passavam pela reduzida recetividade e/ou mobilização dos atores locais e da banca comercial ou pela ausência de representação regional da estrutura gestora.
318. Neste quadro, seria expectável que, com eficácia e eficiência, as operações apoiadas contribuíssem para gerar diversos resultados nesta cadeia de intervenção, tais como: i) a redução da emissão de gases com efeito estufa (GEE); ii) o aumento do grau de satisfação dos residentes, incluindo nos bairros que alojam comunidades desfavorecidas.
319. Paralelamente, a relevância das realizações e a dimensão dos resultados expectáveis deveriam gerar impactes e mudanças importantes na Região Centro. Por um lado, promovendo a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização da economia e da sociedade, através do reforço da mobilidade urbana multimodal sustentável e da adoção de medidas de adaptação relevantes para a atenuação e da redução da intensidade energética. Por outro lado, reforçando a atratividade dos centros urbanos, através da regeneração e da revitalização urbana, contribuindo, assim, para a fixação de novos residentes e de novas atividades nos núcleos urbanos consolidados (a melhoria das condições de integração de espaços na vivência das cidades como áreas habitacionais, de emprego e de lazer e fruição deveria atrair e fixar residentes). Por outro lado, ainda, reforçando a identidade e sentimento de pertença à comunidade, promovendo processos de desenvolvimento integrado em territórios desfavorecidos, através da satisfação das necessidades económicas e sociais dos residentes, de uma maior integração no mercado de trabalho e da promoção do sucesso escolar, entre outras

7.3. Quadro contextual

Indicador	Região	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIBpc (base=2016, milhares de €)	Portugal	16,304	16,638	17,350	18,061	19,023	19,952	20,841	19,473	20,847
	Centro	13,973	14,274	15,009	15,664	16,456	17,300	18,055	17,330	18,372
Taxa de Desemprego (%)	Portugal	17,1	14,5	12,9	11,5	9,2	7,2	6,6	7	6,6
	Centro	12,8	11,7	10	9	7,4	6	5,2	5,9	5,8
Desemprego Longa Duração (%)	Portugal	9,6	8,7	7,4	6,3	4,6	3,1	2,8	2,3	2,8
	Centro	6,5	6,4	5,5	4,6	3,1	2,6	1,9	1,9	2,4
Taxa de Escolaridade do Ensino Básico (%)	Portugal	63,5	66,6	68,5	69,7	71	72,4	74,7	77,3	80,1
	Centro	63,1	65,7	68,1	69,4	70,3	72	74,7	76,5	79,3
Taxa de Escolaridade do Ensino Secundário (%)	Portugal	42,5	45,8	47,9	49,6	50,6	52,5	54,9	58,1	62,3
	Centro	41,1	43,7	46,4	48,4	49,2	50,7	53,7	56,9	59,5
Taxa de Escolaridade do Ensino Superior (25-64 anos) (%)	Portugal	19,3	21,7	22,9	23,9	24	25	26,3	28,2	31,1
	Centro	17	19,7	21,8	23,3	22,5	24,2	25,2	26,2	28,9
Taxa de Escolaridade do Ensino Superior (30-34 anos) (%)	Portugal	30,0	31,3	31,9	34,6	33,5	33,5	36,2	39,6	43,7
	Centro	25,7	28,7	29,6	36,6	36,3	35,5	36,5	33,8	46,3
Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação (%)	Portugal	18,9	17,4	13,7	14	12,6	11,8	10,6	8,9	5,9
	Centro	14,5	14	12,5	12,5	10,5	10,5	7,9	6	6,6
Taxa de Participação em Educação e Formação (25-64 anos) (%)	Portugal	9,7	9,6	9,7	9,6	9,8	10,3	10,5	10,0	12,9
	Centro	-	-	-	-	9,7	10,9	10,9	10,4	13,2
Índice Dependência Idosos (n.)	Portugal	30,3	31,1	31,8	32,5	33,3	33,9	34,5	35,0	36,8
	Centro	35,3	36	36,4	37	37,7	38,3	38,7	38,8	44,2
Índice de Envelhecimento (n.º)	Portugal	136	141,3	146,5	150,9	155,4	159,4	163,2	167	182,1
	Centro	170,3	177	183,3	188,5	194	199,2	203,6	206,8	228,6
Taxa Natalidade das Empresas (%)	Portugal	18,1	15,7	15,5	14,9	15,1	15,3	14,8	11,8	13,7
	Centro	17,8	14,5	14,4	13,7	13,6	13,1	12,5	10,7	12,1
Taxa de Sobrevivência das Empresas Nascidas 2 Anos Antes (%)	Portugal	50,6	52,4	60,6	55,6	56,7	56,1	54,3	58,4	57,2
	Centro	52,7	54,3	61,9	54,1	55,6	55,9	53,2	60,1	58,8
Proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3) (%)	Portugal	11,5	11,3	11,4	11,2	11,2	11,0	11,2	12,9	12,7
	Centro	10,0	9,9							
Proporção de Exportações de Bens de Alta Tecnologia (%)	Portugal	3,4	3,6	3,8	4,4	4,5	4,0	5,4	5,5	4,7
	Centro	1,8	2,0	1,6	1,6	2,0	2,2	2,7	3,3	3,4
Proporção da despesa em I&D no PIB (Base 2016) %	Portugal	1,32	1,29	1,24	1,28	1,32	1,35	1,40	1,62	-
	Centro	1,29	1,35	1,23	1,27	1,32	1,30	1,36	1,43	-
Produtividade Aparente do Trabalho (milhares de €)	Portugal	33,662	33,489	34,205	34,838	35,323	36,114	37,461	35,926	37,455
	Centro	29,388	29,426	30,582	31,692	32,219	33,159	34,567	33,833	35,456

Quadro A5. Indicadores de análise contextual

Fonte: Elaboração própria, com base em INE e EUROSTAT

7.4. Auscultação de atores estratégicos

7.4.1. Guiões das entrevistas

QA	Questões de avaliação / Subquestões para entrevistas	TdM (P/R)	Opções	AG POR - CCDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD	CoLAB
QA1. Os objetivos previstos no Programa foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do Programa e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?														
Contributo do Programa para o cumprimento dos objetivos específicos e fatores que explicam o maior ou menor sucesso do Programa no cumprimento desses objetivos														
1	Que fatores relacionados com o desenho dos instrumentos/TO (i.e., o racional da programação) e/ou com a forma como estes foram implementados (p.ex., oportunidade do timing do lançamento dos concursos, divulgação, mecanismos de elegibilidade, processo de seleção, ...) explicam o maior ou menor sucesso do Programa no cumprimento daqueles objetivos?	RI.3	G	●		●	●	●	●	●				
1	A mobilização dos IF foi bem sucedida face aos objetivos que se pretendiam atingir? Se não, que causas estão na origem do menos desempenho face ao esperado? (ex. atrasos na implementação dos instrumentos, falta de adesão dos bancos ou das entidades veículo, falta de adesão por parte das empresas?)	RE I.1	2.2	●									●	●
1	Em que medida o sistema de monitorização do Programa e os respetivos indicadores desempenham um contributo relevante para apoiar as decisões de ajustamento no Programa e melhorar os níveis de eficácia? Que limitações de identificam e onde poderia haver melhorias?	PI.6	G	●										
1	Nas TO onde as realizações e resultados (aferidas pelos respetivos indicadores) se encontram muito longe das respetivas metas ou as ultrapassaram largamente, considera que a justificação para tais desvios se deve à falta de pertinência dos indicadores e/ou à desadequação das metas estabelecidas?	PI.6	G	●										
1	Ao longo do período de execução dos apoios, registaram-se alterações nas prioridades e políticas públicas enquadradoras que tenham limitado ou mesmo inviabilizado o alcance dos objetivos e resultados previstos? Quais os objetivos em que mais se sentiu essa influência? Há situações de menor eficácia explicadas por dificuldades de mobilização de entidades públicas com relevo na implementação das medidas?	RI.4	G	●	●	●	●	●	●	●	●			
1	Face às mudanças de contexto que marcam a implementação do PO, em que medida emergiram novas necessidades de intervenção? Quais as causas, os objetivos e as motivações subjacentes às mesmas? Os exercícios de reprogramação responderam adequadamente a essas alterações e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO?	PI.5 e RI2	G	●	●	●	●	●	●					
Avaliação do Programa em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação														
1	Os objetivos específicos estão a ser atingidos e existem condições para serem integralmente realizados? Em que medida o menor grau de implementação de algumas das TO poderá condicionar a concretização desses objetivos?	-	G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
1	Que tipo de alterações foram sendo introduzidas nos instrumentos, quais as razões que as justificaram e que consequências daí advêm para uma melhor resposta ao cumprimento dos objetivos e às necessidades de desenvolvimento da Região?	PI.5	G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	

QA	Questões de avaliação / Subquestões para entrevistas	TdM (P/R)	Opções	AG POR - CDDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD	CoLAB
Outros fatores que contribuem para os resultados esperados/observados														
1	Que fatores externos ao Programa terão potenciado ou condicionado os resultados observados até à data?	RII.2	G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
1	A implementação dos instrumentos de planeamento enquadramentos à escala sub regional e local facilitou a eficácia e o nível de execução das operações necessariamente enquadradas nesses instrumentos?	RE I.2	2.2	●	●						●			
1	Em relação aos eventuais desvios face aos objetivos e metas que decorrem do processo de implementação das intervenções, que recomendações para uma operacionalização mais expedita e/ou eficaz?	-	G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
1	Verificou-se uma boa mobilização das entidades com responsabilidade na promoção das políticas públicas relevantes? A sua capacidade de iniciativa e de concertação foi decisiva para o desenvolvimento de projetos-chave para a Região? Em que domínios foi mais visível?	RI.4	2.2	●	●									
Igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade														
1	De que forma as questões relativas à igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade estão presentes na atribuição dos apoios?	-	G	●	●	●	●	●	●	●				
1	Que boas práticas evidenciam e validam as preocupações em matéria de igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade no processo de atribuição dos apoios?	-	G	●	●	●	●	●	●	●				
Validação de resultados/sustentabilidade dos efeitos das ações no domínio do emprego altamente qualificado em empresas ou CoLABS														
1	Considera que existem diferenças na adaptação dos recursos humanos altamente qualificados às empresas e aos CoLABS? Existe o risco de no ambiente empresarial a permanência dos recursos após a conclusão do projeto ser menos provável (em particular para os doutorados)?	REII.1	2.2	●		●	●							●
QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?														
Afetação de recursos financeiros entre instrumentos de política/TO, beneficiários e territórios alvo														
2	A afetação dos recursos financeiros pelos diferentes objetivos específicos, beneficiários e territórios-alvo é adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?	-	G	●	●	●	●	●	●					
2	É possível isolar grupos específicos de beneficiários em que os efeitos das intervenções foram mais relevantes, face aos recursos públicos investidos?	-	G	●	●	●	●	●	●					
2	Existem dimensões em que o apoio concedido não foi suficiente face às necessidades existentes, pelo que os impactes a gerar serão de menor escala?	RIII.1	2.2	●	●	●	●	●	●	●	●			
2	As formas de financiamento/intensidades de apoio são as mais adequadas e ajustadas às necessidades de investimento dos destinatários? É possível identificar situações ou casos concretos em que tal não se verifica?	PI.2	G	●	●							●	●	
Eficiência/ineficiência na utilização dos recursos														

QA	Questões de avaliação / Subquestões para entrevistas	TdM (P/R)	Opções	AG POR - CCDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD	CoLAB
2	A dotação financeira face às necessidades identificadas compromete o impacto das intervenções (o apoio público concedido é o necessário para produzir os efeitos esperados)? Em que domínios de atuação do Programa isso não se verifica?	-	G	●										
2	Em que medida o desenho programático e instrumental do Programa foi capaz de concretizar as lógicas de territorialização e de aproximação às necessidades específicas dos territórios?	PI.3 e PI.4	2.2	●	●									
2	Em que medida o desenho programático e instrumental do Programa foi capaz de potenciar a integração de fundos, políticas e atores? As formas de concretização das lógicas de territorialização garantiram uma resposta adequada às necessidades específicas dos territórios-alvo?	-	G	●	●									
2	Os IF possuem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional? Permitem mitigar as falhas de mercado inibidoras de procura?	PEI.1	2.2	●	●							●	●	
2	A complexidade do quadro regulamentar e operacional dos IF foi condicionadora da procura?	-	G									●	●	
2	Os meios utilizados e os investimentos realizados para a implementação da estratégia de comunicação foram os mais adequados?	-	G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
QA3. De que forma está o Programa a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?														
Efeitos globais das ações apoiadas – objetivos da UE e coesão territorial														
3	É possível identificar, desde já, efeitos ou impactos resultantes das operações apoiadas? (efeitos ou impactos planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos e negativos) Em que domínios são mais evidentes (crescimento inteligente, crescimento inclusivo, crescimento sustentável)?	-	G	●	●	●	●	●	●					
3	Num contexto em que a implementação do Programa foi fortemente influenciada por fatores externos, que exemplos existem da capacidade de a AG e os restantes atores com responsabilidade na implementação do Programa contrariarem o efeito penalizador de mudanças não previstas inicialmente?	-	G	●	●	●	●	●	●	●	●			
3	De que forma os apoios disponibilizados estão a contribuir para atenuar assimetrias regionais? Que evidências podem ser observadas/expectáveis a esse nível?	-	G	●	●	●	●	●	●					
3	Em que medida as mudanças de contexto podem estar a ser determinadas por fatores externos? Em que medida as mudanças observadas são sustentáveis (perdurarão no tempo após a conclusão do PO)?	RIII.2, REIII.1 e REIII.2	2.2	●	●									
3	Que condições de operacionalização foram implementadas durante a vigência do Programa para potenciar o respetivo contributo para aumentar a coesão regional e sustentabilidade dos resultados, nos diversos domínios de atuação do Programa?	PIII.1, PEIII.2 e PEIII.4	2.2	●	●	●	●	●	●	●	●			
3	A dimensão e a capacitação das CIM garantiu maior eficácia e eficiência ao processo de contratualização?	PI7	2.2	●	●	●	●	●	●	●	●			
3	Que evidências existem do contributo específico dos SIAC e Ações Coletivas para ampliar os impactos no domínio da competitividade e inovação regional?	PEI.2	2.2	●	●					●				
Validação de resultados/sustentabilidade dos efeitos das ações no domínio do emprego altamente qualificado em empresas ou CoLABS														

QA	Questões de avaliação / Subquestões para entrevistas	TdM (P/R)	Opções	AG POR - CCDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD	CoLAB
3	Em que medida o apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados em empresas ou COLABS teve impactes ao nível do desenvolvimento de atividades científicas e de transferência e valorização do conhecimento (TVC) com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade? O que poderia ter sido feito de forma diferente para potenciar esse contributo?	REII.1	2.2	●										●
QA4. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do Programa e nos seus resultados?														
4	Na ausência de apoios FEEI, os atores-chave avançariam com intervenções da mesma natureza das ações apoiadas? Existem áreas ou domínios em que seria expectável que tal não se verificasse?	-	G		●	●	●	●	●	●	●	●	●	
4	Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública regional? Em que domínios isso é mais evidente? De que forma?	-	G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
4	Em que medida os FEEI foram determinantes para o alcance dos resultados? De que forma as orientações comunitárias contribuíram para - ou mesmo determinaram - os resultados alcançados (maior ambição, aceleração da produção de resultados, maior abrangência, maior inovação)?	-	G	●	●									
4	Que boas práticas ao nível do sistema de governação podem ser relevadas para otimizar os efeitos gerados pelas operações? Uma intervenção exclusivamente a nível regional ou nacional permitiria alcançar resultados similares ou equiparáveis?	-	G	●	●							●	●	
QA5. A configuração do Programa está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?														
Alinhamento com necessidades dos atores e da Região														
5	As candidaturas apresentam a qualidade expectável, tendo em conta os níveis médios de classificação de mérito?	PI.1	2.2.	●	●	●	●	●	●	●	●			
5	Existem (e como se estabelecem) articulações das operações apoiadas pelo Programa com outros instrumentos/mecanismos, de modo a potenciar os resultados a alcançar?	PI.1	2.2	●	●	●	●	●	●					
5	As sinergias e complementaridades previstas em sede de programação do PO Centro 14-20 - quer entre instrumentos FEEI (em particular o POSEUR e o POCH), quer entre estes e outros instrumentos de política pública regional, nacional e/ou comunitária - estão a ocorrer (e de que modo)?	-	G	●										
5	A arquitetura programática do Programa (PI selecionadas, OE definidos, TO identificadas), correspondem às necessidades de desenvolvimento da Região? Vão ao encontro das necessidades e expectativas dos atores regionais? Que dimensões críticas ficaram "a descoberto", em cada domínio de política?	PEI2/PI.3/PI.4	2.2	●	●									
5	A oferta e forma de apoios e as condições de elegibilidade (plasmadas nos AAC) vão de encontro à procura por parte dos beneficiários/promotores? E das especificidades dos territórios?	PI.1/PI.2	2.2		●	●	●	●	●					
5	Que exemplos positivos existem de utilização articulada e complementar de fundos (FEDER e FSE)? De que modo o modelo de governação/gestão condicionou ou potenciou essa complementaridade e os resultados gerados?	PII.4 e PEII.1	2.2	●	●									

QA	Questões de avaliação / Subquestões para entrevistas	TdM (P/R)	Opções	AG POR - CCDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD	CoLAB
5	Sinalizam-se algumas sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de política pública (regional, nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura? Exemplos de instrumentos que estejam a condicionar a procura no PO?	RI.1	2.2	•	•	•	•	•	•					
Adaptação/resposta a mudanças contextuais														
5	Ocorreram alterações nas prioridades governamentais regionais e nas políticas públicas objeto de financiamento ao longo do período de programação? Condicionam os resultados obtidos?	RI.6	2.2.	•	•	•	•	•	•					

7.4.2. Síntese de entrevistas

QA1. Os objetivos previstos no PO foram ou têm condições de ser alcançados? Qual o contributo do Centro 2020 para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

- Instrumentos financeiros: registaram muita procura, embora se esperem algumas quebras. Em particular, o sistema híbrido no SI Inovação, que combina subvenção não reembolsável com instrumento de garantia, revelou-se bem-sucedido e níveis elevados de procura. Instrumentos mobilizados pelo IFRRU2020 foram bem-sucedidos.

- Complementaridades: As complementaridades verificadas entre instrumentos podiam ser intensificadas se existissem AAC em contínuo, subordinados a um enquadramento estratégico empresarial (lógica de Pactos, para as empresas).

- Instrumentos de apoio à eficiência energética revelaram pouca adesão (no caso das empresas). No caso das entidades públicas e IPSS não tiveram muita procura e muitas candidaturas apresentavam má qualidade técnica, não cumpriam critérios de elegibilidade. As que cumpriram executaram bem as suas operações. Entre os aspetos que prejudicaram a qualidade das candidaturas destacam-se a qualidade das certificações energéticas e dos relatórios de auditoria dos peritos, muitas vezes questionados pelas autoridades competentes que os avaliavam (ADENE; DGEG) e não cumprimento de datas de conclusão dos projetos. No caso específico das IPSS levantavam-se muitas questões sobre a legitimidade para intervir em edifícios relativamente aos quais as IPSS não eram proprietárias. Muitos projetos de eficiência energética experienciaram dificuldades e morosidade na obtenção de licenças nos municípios. Muitas candidaturas não admitidas pela ausência de qualidade técnica das peritagens/consultorias (feitas pelo mesmo perito, ampliou-se o erro) ou pela não apresentação de documentos (certificados energéticos). O AAC de 2018 foi prolongado diversas vezes. Com poucas exceções, as execuções são muito diferentes daquilo que foi proposto. Inúmeras prorrogações de prazos (contexto pandemia).

- Adequação do sistema de monitorização e respetivos indicadores: os indicadores de execução físicas são pouco utilizados para efeitos de análise da eficácia das medidas e para sustentar decisões de reprogramação. O foco está sobretudo na execução financeira.

- PO foi flexível na alteração dos projetos (em termos temporais e, quando possível, financeiros), para adequar às alterações de contexto da implementação dos projetos.

- As medidas relativas ao microempreendedorismo (SI2E, PAPN, +CO3SO), foram medidas com grande atração e forte procura. Forte aposta no emprego e foi bem-sucedida, embora as elegibilidades na 8.3 (FSE) se revelassem menos atrativas que no FEDER (8.8; +CO3SO). Não havia restrições em termos de tempo de desemprego (1 trabalhador desempregado 1 dia era elegível no FEDER e não era para o FSE). As medidas foram de "banda larga", com pouca ligação às especificidades dos territórios e às respetivas necessidades para potenciar impactos. Tal facto motivou um elevado número de candidaturas e elevados tempos de análise das mesmas (e.g. mais de um ano a decidir projetos no SI2E (5.000 candidaturas FSE/FEDER), um pouco melhor no CO3SO, avaliados pelos GAL (2.000) e PAPN (1.000) avaliados pelas CIM. Resultado: Muitos OI a analisar candidaturas, com pouca uniformização e elevados prazos de análise (seria necessária maior seletividade para diminuir número de candidaturas). Espera-se elevados níveis de rescisão na 8.3 em comparação com a 8.8 (FEDER/SI2E).

- Adequação do sistema de monitorização e indicadores: i. FEDER: a utilização do sistema é relativamente fácil. Beneficiários e AG conseguem acompanhar com proximidade quer a dimensão financeira, quer a física / resultados. Ainda que promotores reportem regularmente, só há poucos meses conseguem extrair e analisar facilmente informação da execução física. O foco da AG estava sobretudo no acompanhamento da execução financeira; ii. FSE: No início não existiam ferramentas, a extração de dados era complexa e o atraso no reporte das candidaturas tem sido significativo e prejudica qualquer monitorização; o SIFSE evidencia insuficiências e dificuldades de resposta neste domínio.

- Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados em Empresas e COLABS: o PO foi flexível na alteração dos projetos (essencialmente em termos temporais). A abertura enquanto beneficiários elegíveis da TI "contratação de recursos humanos altamente qualificados" aos COLABS foi determinante para potenciar a eficácia das intervenções (motivou forte procura pelos COLABS, no cenário prévio de reduzida adesão pelas empresas).

- Educação: destaca-se como tendo a maior adesão e mais candidaturas aprovadas. Porém, os municípios tendem a querer manter escolas, contrariamente à intenção de concentração da DGESTE (que emite parecer). Algumas aprovadas tendem a ficar na fronteira entre ficar abertas ou encerrarem /serem concentradas (deveria haver maior concentração, em vez de se financiarem 2 escolas; algumas das operações não se justificam, dificuldade se manterem a prazo). Os mapeamentos de necessidades de investimentos realizados pelas entidades do setor e da região (CCDR e Municípios) nas escolas foram importantes. Ainda no domínio da educação, destaque-se a dificuldade em cumprir as metas em termos nos cursos CET, devido à não conclusão dos cursos e desmobilização da procura e canalização da procura dos formandos para os CTESP. Já nos doutoramentos prevê-se o alcance dos objetivos definidos, estando contratado em nível suficiente para atingir as metas, enfrentando-se apenas atrasos nos pagamentos (em resultado da pressão financeira - overbooking) destas operações que prejudicam a contabilização dos resultados.

- Os resultados na educação foram largamente superados: o mapeamento feito na programação não terá sido tão aproximado das reais necessidades, este domínio emergiu como a maior prioridade dos municípios a que se junta o alargamento da esfera de competências dos municípios também ao ensino secundário. A maior prioridade e desígnio de alargamento da capacidade do ensino pré-escolar motivou também elevados níveis de adesão, superando-se os objetivos / metas definidos em sede de programação. Ainda existe muito por fazer na reabilitação dos equipamentos escolares. O Governo e ANMP definiram um conjunto de escolas secundárias com necessidades de intervenção urgentes.
- Equipamentos sociais: a prioridade dada aos equipamentos sociais (escolas, centros de saúde) emergiu do estado de degradação dos equipamentos em resultado do desinvestimento da Administração Central nos mesmos nas últimas décadas e a distância para cumprir objetivos (universalidade do acesso ao ensino pré-escolar; qualificação de equipamentos de saúde para atrair profissionais para o interior, etc.).
- PO permitiu alterações nos projetos para fazer face às necessidades, sobretudo de reprogramação temporal, ainda que em muitos casos mantivessem investimento elegível, mas não participado. Não pararam projetos em virtude dos atrasos. Em linha com a possibilidade permitida pela CIC PT 2020, lançaram avisos em overbooking (para PT 2030), que poderão, sendo executados e havendo dotação disponível, ser financiados no atual quadro.
- SI&DT e SI Inovação Produtiva: tiveram muita procura, embora muito circunscrita aos mesmos promotores, sendo desejável abranger / chegar a um conjunto mais alargado de empresas.
- SIAC Transferência e Valorização de Conhecimento, Empreendedorismo e Internacionalização criaram dinâmicas regionais interessantes e capacitadoras. Projetos mobilizadores motivaram também elevados índices de procura.
- Eficiência energética: Objetivos inerentes à eficiência energética na iluminação pública serão plenamente alcançados (a meta deverá mesmo ser ultrapassada), ao contrário dos edifícios públicos. As intervenções em habitações em áreas urbanas, visando a eficiência energética (PI 6.5) teve muito pouca adesão em resultado de se circunscreverem a habitação com renda apoiada, pouco incidente na região. Verificou-se a preferência por colocar este tipo de intervenções nos PEDU na PI 9.8, pela sua maior abrangência/ flexibilidade (além da eficiência energética).
- Equipamentos de saúde: forte adesão e deverão ser ultrapassados os objetivos, em resultado dos níveis de degradação dos mesmos que motivaram a priorização pelos municípios deste tipo de intervenções;
- Microempreendedorismo: apesar da elevada adesão, reportam-se muitas operações que não avançaram o que pode comprometer o alcance dos resultados e metas definidas. Adicionalmente, os efeitos da pandemia motivam também dificuldades em alcançar as metas em termos de criação de postos de trabalho.
- Estágios na Administração Pública (AP) (Eixo 4): as perspetivas de alcance dos indicadores de realização não se refletem naturalmente no alcance dos indicadores de resultado, em resultado das desistências dos jovens que encontram ofertas mais atrativas no mercado de trabalho (desfasamento entre as áreas técnicas de procura pela AP e o interesse dos jovens - áreas de engenharia, arquitetura, etc.) e reduzidas perspetivas de empregabilidade na AP (apenas 10% ficam na AP Local e muitas vezes com relações laborais precárias).
- Medidas de apoio à capacitação institucional (Eixo 8): perspetiva-se o alcance dos objetivos e cumprimento das metas, ainda que em ambos os casos se tenham verificado atrasos. No caso da formação a pandemia condicionou a disponibilização e frequência das formações e no caso das instituições envolvidas em projetos de capacitação se verificou-se que nas candidaturas em parceria, envolvendo um elevado número de beneficiários, nem todos são contabilizados.
- Metas no domínio da saúde: Serão superadas, em resultado da crescente priorização deste domínio decorrente dos níveis de degradação e desinvestimento do Estado Central, que resultou na celebração de protocolos com municípios que avançaram para este tipo de intervenções em maior escala que o esperado.
- Metas em termos de procura de turistas: podem verificar quebras em sede de execução e encerramento, motivadas pela retração da procura imposta pela pandemia. As disrupções causadas pela pandemia causaram atrasos em muitos projetos e podem mesmo comprometer o alcance das metas no domínio do turismo (quebra nas visitas de turistas nos projetos do Eixo 7).
- Escassez/ dificuldades de angariação de mão-de-obra: condiciona o alcance dos objetivos em termos de aumento do emprego nas empresas apoiadas no Eixo 1.
- Condicionalismos do mercado de empreitadas (e.g. cumprimento de prazos, regra geral muito desfasados na realidade face ao que foi inscrito em sede de candidatura). A escassez de mão de obra condicionou os resultados e impactos. Pandemia condicionou a realização de intervenções no património, em particular pela reduzida oferta de empresas com qualificações para intervir neste tipo de equipamentos.
- Instrumentos de planeamento: A implementação dos instrumentos de planeamento enquadramentos à escala sub-regional não só foi positiva para promover a eficácia (a morosidade inicial permitiu recuperar em sede de execução) das operações como foi educativa (obrigou os agentes a planearem as suas operações e ao diálogo tendente à fundamentação das respetivas opções). Obrigou os decisores locais a ter um pensamento

sobre o seu território, o seu futuro. Pode ter sido moroso, mas depois de estabilizado foi muito positivo (há um caminho a seguir). Lição de experiência: talvez sejam capazes de fazer melhor, se tiverem tempo de anteriormente pensar/discutir/envolver atores.

QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo Centro 2020, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

- Critérios de mérito: os critérios definidos levaram muitos promotores a inflacionar n.º de postos de trabalho criados no âmbito dos apoios a microempendedorismo.

- As CIM estão demasiado próximas dos promotores e têm de responder à AG (supervisão). Colocando-as numa situação algo problemática. Há problemas de dimensão e capacitação em várias CIM.

QA3. De que forma o processo de implementação do Centro 2020 contribuiu para os objetivos das Estratégias da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

- Reabilitação e regeneração urbana: forte impacto um pouco por toda a região, em particular pelas condições impostas pelo desenho dos instrumentos (e.g. só se aceitavam projetos de reabilitação do espaço urbano onde existiram nos últimos anos intervenções no espaço privado). Não obstante, a região mantém dificuldades de reter a população. A dispersão dos apoios pelos centros urbanos seguiu uma afetação equilibrada, numa perspetiva de equidade, considera-se um bom modelo.

- Contributo do PO para redução das assimetrias regionais: foi importante. Conseguiu-se cobrir adequada e equilibradamente toda a região (todos os municípios tiveram acesso). Foi possível gerar equilíbrios (apoiaram-se grandes e pequenos centros). Ao mesmo tempo que se procura a coesão vão-se criando "ilhas de competitividade".

- Sustentabilidade dos apoios: Espera-se que nas empresas os postos de trabalho se mantenham e contribuam para promover as desejadas transformações. Nos COLABS, tal pode depender da capacidade de a entidade se manter sustentável após o apoio (muitas vezes dependem de financiamentos do OE/FCT). Nas empresas existe a obrigatoriedade de manter os postos de trabalho 3 anos, o que não sucede nos COLABS. Acresce que as empresas tendem a garantir que "não se desperdicem" os talentos recrutados. Sendo ainda parca a informação e evidências nesse domínio, a percepção é a de que facto esta TI está a potenciar a TVC na região e a maior aposta na inovação e I&D.

QA4. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do Centro 2020 e nos seus resultados?

- Educação: Sem os investimentos financiados pelo PO não seria possível as reformas em larga escala dos equipamentos escolares, em especial a remoção do amianto. O impacto dessas ações somente a longo prazo será mensurável, mas é visível a importância dos fundos nesse aspeto.

QA5. O Centro 2020 está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

- Necessidade da Região: os Municípios substituíram-se ao Estado (escolas secundárias, centros de saúde, Monumentos Nacionais), interiorizaram, aceitaram avançar, executar para responder às necessidades das populações. Insuficiência de apoios face ao deficit e necessidades-críticas na Região (muitas escolas a carecer de intervenções profundas).

- Mudanças contextuais: o mercado não se está a adaptar às influências externas, o universo de empresas capaz de responder aos contratos diminuiu por causa da crise, pandemia, entre outros fatores. Essas externalidades influenciam a capacidade das empresas de responder às especificações técnicas dos fundos.

- Complementaridade entre instrumentos financiados pelo PO: alguns bons exemplos (e.g. Candidaturas ao SI&DT que depois se candidatavam ao SI Inovação Produtiva).

- A forma dos apoios à eficiência energética (incentivo reembolsável ou não reembolsável com limite de apoio mais reduzido - 50%), condiciona a atratividade do instrumento. No caso da eficiência energética para as empresas, verificaram-se efeitos concorrenciais entre este instrumento e os sistemas de incentivos. Pouca recetividade (das 5 candidaturas apresentadas, uma desistiu).

- Integração/ sinergias: Verificaram-se três tipos de integração/ sinergias que potenciaram os resultados e impactos das intervenções: i. Integração entre PI (e.g. intervenções na reabilitação urbana combinada com intervenções na área da mobilidade - parques intermodais); ii. Integração territorial / IFRRU2020 (e.g. só se admitia investimento do IFRRU2020 onde os municípios tivessem intervenções nos PARU, e onde os

privados acabam também por recorrer ao IFRRU2020); iii. Integração público / privado (só se admitiam intervenções no espaço público onde tivesse havido intervenções no edificado privado nos últimos 5 anos). Apelas à concentração, para ter maiores resultados.

- Sinergias e complementaridades: i. Património: o PO financiou monumentos de âmbito nacional, sendo que muitos deles não estão em centros históricos; Muitos não conseguem financiar integralmente as intervenções necessárias, até pelos recursos envolvidos (necessidade de faseamento); a prioridade era a intervenção no edifício que garanta condições de visitaçao (valorizaçao do edifício; manutençao/requalificaçao). O restante era financiado por outras fontes (Turismo do Centro). Verificou-se mais complementaridades que efeitos concorrenciais. A AG tem parceria com o Turismo do Centro, inclusive para candidaturas a Património da Unesco (Coimbra, Batalha,...). Para dotar edifícios de condições de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada, financiadas pelo TdC, juntavam-se os apoios do PO (requalificaçao).

- Reprogramações: necessidades de reprogramação financeira/temporal, de muitos projetos, como resultado do impacte da Pandemia, da Guerra, do aumento de custos. Os processos arrastam-se no tempo (atraso significativo nas obras). Poucas empresas com capacidade técnica e financeira para intervir em áreas especializadas (e.g. Monumentos Nacionais), gerando atrasos (não conseguem estar simultaneamente em vários).

7.4.3. Programa de entrevistas e *Focus Group* realizado

Entidades	Entrevistados	Data
AG POR Centro: Unidade Técnica "Rede Urbana"	Dr. Bernardo campos	12/01/2023
AG POR Centro: Unidade Técnica "Infraestruturas, equipamentos e património"	Dr. Cristina Tadeu	16/01/2023
AG POR Centro: Unidade Técnica "Conhecimento, Inovação e Competitividade"	Dra. Neusa Magalhães	13/01/2023
AG POR Centro: Unidade Técnica "Educação, Emprego e Inclusão"	Dr. Luís Duarte	13/01/2023
AG POR Centro: Comunicação	Dra. Cláudia Araújo	29/05/2023
CIM Beira Baixa	Eng. João Carvalhinho e Dr. Pedro Dias	24/04/2023
CIM Coimbra	Dr. Jorge Brito	24/04/2023
CIM Aveiro	Dr. Rogério Pais	26/04/2023
Associação CECOLAB - <i>Collaborative Laboratory Towards Circular Economy</i>	Eng.º João Nunes	10/03/2023

Quadro B1 Entrevistas com atores estratégicos

Fonte: CEDRU (2022)

Entidades	Participantes	Data
#1. Articulação de Fontes de Financiamento		
AG POR Centro	Dra. Virgínia Portugal	05/05/2023
Turismo de Portugal	Dr. Rui Veloso	
FCT	Dra. Susana Dias	
CIM Coimbra	Dr. Nuno Pomar	
IEFP	Dra. Sónia França Vieira	
IAPMEI	Dr. António Casaco	
CIM Médio Tejo	Dra. Sónia Santos	
#2. Competitividade, Inovação e I&D		
AG POR Centro	Dr. Pedro Vieira e Dr. Bernardo Campos	09/05/2023
IPN	Dr. João Gabriel Silva	
AEBB	Dra. Ana Palmeira de Oliveira	
AIRV	Dr. Paulo Sousa	
Universidade de Coimbra	Dr. Nuno Mendonça	
Turismo Centro de Portugal	Dr. Gonçalo Gomes	
IP Viseu	Dr. José Santos Costa	
CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro	Dr. Victor Francisco	
Instituto Politécnico de Viseu	Dra. Helena Vala	
#3. Reabilitação Urbana e Mobilidade		
AG POR Centro	Dr. Bernardo Campos	09/05/2023
IFRRU 2020	Dra. Teresa Mouro Ferreira	
DGEG	Eng. Carlos Pimparel Eng. Sandro Silva Eng. Paulo Zoio	
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.	Dra. Sílvia Gaião	

Entidades	Participantes	Data
Comunidade Intermunicipal de Coimbra	Dr. Nuno Pomar	
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa	João Carvalhinho	
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Dr. Rogério Pais	
Município da Guarda	Dra. Paula Logrado	
Município de Coimbra	Dr. António Albuquerque	
Município de Viseu	Dr. Jorge Paulo Lourenço	
#4. Valorização dos Recursos Endógenos		
AG POR Centro	Dr. Joaquim Felício	12/05/2023
Aldeias Históricas de Portugal	Dra. Dalila Dias	
ADXTUR	Dr. Bruno Ramos	
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Dr. Rogério Pais	
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Nuno Pomar	
Município de Peniche	Dra. Ana Rita Petinga Dr. Rui Vargas	
Município de São Pedro do Sul	Dra. Ângela Abreu	
Município de Leiria	Dra. Catarina Moura Louro	
Município do Fundão	Dr. Paulo Fernandes	
Município de Viseu	Dr. João Paulo Gouveia	

Quadro B2. Focus Group com atores estratégicos

Fonte: CEDRU (2023)

7.5. Inquéritos

Nota metodológica:

Este inquérito aplica-se a todos os promotores não empresariais que têm projetos aprovados nos eixos do Programa e a um grupo restrito de promotores empresariais cujo perfil de questões do inquérito às empresas não se ajusta à natureza do projeto de que são promotores (p. ex., empresas de formação).

O inquérito será aplicado *online* e serão devidamente apresentados os seus objetivos e âmbito, bem como fornecidas instruções de preenchimento e o contacto da equipa de avaliação para esclarecimento de eventuais dúvidas. Tendo em consideração que algumas questões remetam para uma análise por eixo, será disponibilizada aos respondentes uma tabela que indica as TO enquadradas em cada um dos eixos. Adicionalmente, no texto do *e-mail* a enviar com o *link* de acesso ao questionário, serão identificados os projetos a que o inquérito se reporta.

7.5.1. Inquérito a beneficiários não empresariais

Caraterização da entidade [para todos os inquiridos]

Designação: _____
NIF: _____

A. Dinâmicas de realização e fatores críticos [para todos os inquiridos]

1. Como avalia a adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos **Eixos** do Programa que enquadra(m) o(s) seu(s) projeto(s) face aos constrangimentos e desafios que a Região Centro enfrenta nessa(s) área(s) específica(s) de atuação da política pública, sendo 5 muito adequado e 1 nada adequado? (Selecione apenas os eixos onde se enquadram os seus projetos aprovados)

Eixo	5	4	3	2	1	NS/NR
(selecione da lista)	()	()	()	()	()	()
(selecione da lista)	()	()	()	()	()	()
(selecione da lista)	()	()	()	()	()	()

- 1.1. **Justifique** (por exemplo, especifique o tipo de operação que considera mais pertinente face às necessidades da Região e/ou sinalize algum tipo de operação ou projeto que considera relevante e que está coberta pelos apoios do Programa)

2. Como avalia a adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos **Eixos** do Programa que enquadra(m) o(s) seu(s) projeto(s) face às necessidades de investimento da entidade, sendo 5 muito adequado e 1 nada adequado? (Selecione apenas os eixos onde se enquadram os seus projetos aprovados)

Eixo	5	4	3	2	1	NS/NR
(selecione da lista)	()	()	()	()	()	()
(selecione da lista)	()	()	()	()	()	()
(selecione da lista)	()	()	()	()	()	()

- 2.1. **Justifique** (por exemplo, especifique para cada Eixo selecionado o tipo de operação ou o projeto que necessitava de realizar e que não foi possível concretizar por não ter enquadramento nas elegibilidades do Programa)

3. Alguma das candidaturas apresentada ao Programa implicou alterações ao seu projeto inicial em virtude das condições de elegibilidade exigidas nos Avisos?

- [] Não, o(s) projeto(s) apresentado(s) não sofreram alterações (*passar para a questão 5*)
[] Sim, foram introduzidas alterações

3.1. **Essas alterações traduziram-se (selecione casos aplicáveis):**

- Numa maior orientação do projeto para a sustentabilidade ambiental
- Num maior alinhamento do projeto com outros instrumentos de política territorial e setorial relevantes
- Num maior alinhamento do projeto com a estratégia integrada definida no instrumento enquadrador (PEDU, PARU, PAICD, ...)
- Num maior alinhamento do projeto com outros projetos complementares relevantes
- Numa maior preocupação com o contributo do projeto para a redução das disparidades regionais
- Numa maior preocupação do projeto com a valorização de recursos naturais e/ou culturais da Região
- Numa maior orientação do projeto para questões relacionadas com a igualdade de oportunidades e não discriminação e/ou igualdade de género
- No aumento do grau de inovação do projeto
- Num maior foco do projeto em áreas prioritárias definidas pelo Programa
- Num maior foco do projeto nos resultados a atingir
- Outras alterações. Indique quais _____

4. Como avalia a adequação das ações de Comunicação e de Divulgação do Centro 2020, no que respeita aos seguintes aspetos, sendo 5 Muito Adequado e 1 Nada Adequado:

	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Linha de Atendimento ao Cidadão	()	()	()	()	()	()
Sítio da Internet do Centro 2020	()	()	()	()	()	()
Newsletter Eletrónica do Centro 2020	()	()	()	()	()	()
Eventos e Ações de Divulgação do Centro 2020	()	()	()	()	()	()
Divulgação do Centro 2020 na Imprensa	()	()	()	()	()	()
Publicações do Centro 2020	()	()	()	()	()	()
Materiais Promocionais/Merchandising do Centro 2020	()	()	()	()	()	()

5. Em função das suas necessidades e prioridades de investimento, como avalia a adequação do POR Centro 2020 nos seguintes parâmetros, sendo 5 muito adequado e 1 nada adequado?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Meios de divulgação para que os potenciais beneficiários tomem conhecimento do Programa e da possibilidade de apresentarem candidaturas	()	()	()	()	()	()
Informação sobre as medidas e os avisos de abertura de concurso (clareza, facilidade de acesso à informação, ...)	()	()	()	()	()	()
Prazo máximo de realização do projeto	()	()	()	()	()	()
Despesas consideradas elegíveis para apoio	()	()	()	()	()	()
Forma de apoio (reembolsável/ fundo perdido)	()	()	()	()	()	()
Taxas de cofinanciamento (taxas de participação pelo Programa)	()	()	()	()	()	()
Complexidade e exigências burocráticas/ administrativas	()	()	()	()	()	()
Indicadores contratualizados para aferição de resultados	()	()	()	()	()	()
Outro. Qual?	()	()	()	()	()	()

5.1. **Caso tenha considerado algum dos parâmetros anteriores “desadequado” ou “pouco adequado”, por favor especifique as tipologias de operação/medidas a que se aplicam e justifique.**

6. Em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do(s) projeto(s) aprovado(s), sendo 5 Facilitou muito e 1 Condicionou muito:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Previsibilidade de abertura de concursos	()	()	()	()	()	()
Prazos médios de análise de candidaturas	()	()	()	()	()	()
Prazos médios de análise de pedidos de pagamento	()	()	()	()	()	()
Flexibilidade na introdução de alterações aos projetos (recalendarização, despesas elegíveis)	()	()	()	()	()	()
Alterações regulamentares ocorridas durante a implementação dos projetos	()	()	()	()	()	()
Envolvimento de entidades com responsabilidade direta na promoção das políticas públicas relevantes	()	()	()	()	()	()
Capacidade de mobilização de outras entidades-chave (p. ex., parceiros)	()	()	()	()	()	()
Adesão / perfil experiência dos destinatários finais das operações (ex. formandos)	()	()	()	()	()	()
Nível de acesso a financiamento alheio para implementação do projeto	()	()	()	()	()	()
Montante do apoio público concedido	()	()	()	()	()	()
Pandemia COVID 19	()	()	()	()	()	()
Outro. Qual? _____	()	()	()	()	()	()

- 6.1. **Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como “condicionou muito” ou “condicionou”, por favor especifique a razão da resposta e identifique as tipologias de operação/medidas de apoio a que se aplicam as apreciações**
-

B. Valor Acrescentado [para todos os inquiridos]

7. Teria desenvolvido o(s) projeto(s) apoiado(s) caso não tivesse obtido o apoio financeiro do Programa?

- [] Não teria desenvolvido nenhum projeto se não tivesse apoio (*passa à questão 10*)
 [] Sim, teria desenvolvido todos os projetos mesmo sem apoio (*passa à questão 8*)
 [] Sim, teria desenvolvido alguns projetos mesmo sem apoio

8. Assinale em que tipologias de operação/medidas do Programa se enquadra(m) o(s) projetos que teria desenvolvido mesmo sem o apoio dos fundos comunitários?

Eixo	Tipologias de operações/medidas	Nº de projetos que teria desenvolvido
(selecione da lista)	()	()
(selecione da lista)	()	()
(selecione da lista)	()	()

9. Relativamente aos projetos que desenvolveria mesmo sem o apoio do Programa, teria introduzido alterações?

- [] Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento
 [] Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)
 [] Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)
 [] Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)
 [] Outra solução. Qual? _____

10. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito Programa com operação(ões) apoiada(s) por outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários?

- [] Sim
 [] Não (*passa à questão 12*)
 [] NS/NR (*passa à questão 12*)

- 10.1. **Com que instrumentos de financiamento** (identifique o instrumento de apoio e o tipo de operação apoiada)? _____
- 10.2. **Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar nos projetos apoiados pelo Programa.**

11. **Por que razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s), sendo 5 totalmente de acordo e 1 nada de acordo?** (indique o grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações):

Afirmações	5	4	3	2	1	NS/NR
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais ou comunitários	()	()	()	()	()	()
Falta de iniciativa em explorar essa possibilidade	()	()	()	()	()	()
Desconhecimento de outras entidades promotoras	()	()	()	()	()	()
Prazos ou momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não permitiram a preparação das candidaturas	()	()	()	()	()	()
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	()	()	()	()	()	()
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura	()	()	()	()	()	()
Outra? Qual? _____	()	()	()	()	()	()

C. Resultados e impactes dos projetos

12. **No(s) contrato(s) de financiamento que assinou estavam previstos indicadores e objetivos para o(s) projeto(s) apoiado(s). Qual a sua expectativa relativamente à capacidade de execução do(s) projeto(s) face ao contratado em cada uma das tipologias de operações/medidas?** (Considere quer os projetos em execução quer os projetos já concluídos; comece por inserir o Eixo em que se enquadra a tipologia de operação)

- 13.

- 13.1. **Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratados:**

Eixo	Tipologias de operações	Abaixo do contratado (menos de 80%)	Abaixo do contratado (80-95%)	De acordo com o contratado (95-100%)	Acima do contratado
(selecione da lista)	(selecione da lista)	()	()	()	()
(selecione da lista)	(selecione da lista)	()	()	()	()

- 13.2. **Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados:**

Eixo	Tipologias de operações	Abaixo do contratado (menos de 80%)	Abaixo do contratado (80-95%)	De acordo com o contratado (95-100%)	Acima do contratado
(selecione da lista)	(selecione da lista)	()	()	()	()
(selecione da lista)	(selecione da lista)	()	()	()	()

14. **Algum dos projetos a que se refere o presente inquérito se encontra concluído ou com nível de execução financeira maior ou igual a 75%?**

- Sim
 Não. (passe à questão 15)

- 14.1. **Algum destes projetos se enquadra nos eixos** (selecione as opções aplicáveis):

- Eixo 1 - Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEIAS) (passe à questão 14)
 Eixo 2 - Competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR) (passe à questão 15)
 Eixo 3 - Desenvolver o potencial humano (APRENDER) (passe à questão 16)
 Eixo 4 - Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR) (passe à questão 17)
 Eixo 5 - Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR e CONVERGIR) (passe à questão 19)
 Eixo 6 - Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR) (passe à questão 20)
 Eixo 7 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR) (passe à questão 21)
 Eixo 8 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR) (passe à questão 22)
 Eixo 9 - Reforçar a rede urbana (CIDADES) (passe à questão 23)

15. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 1 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a evolução do sistema regional de investigação, desenvolvimento e inovação, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Reforçar a capacidade da rede regional de infraestruturas de I&D&I	()	()	()	()	()	()
Mobilizar as empresas da Região para projetos de IDT+I	()	()	()	()	()	()
Aumentar as atividades de transferência de conhecimento do sistema científico para o tecido empresarial	()	()	()	()	()	()
Outra. Qual? _____	()	()	()	()	()	()

16. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 2 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com o reforço da competitividade e internacionalização das pequenas e médias empresas, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Criação efetiva de novas empresas e negócios na região	()	()	()	()	()	()
Diversificação da base produtiva da região	()	()	()	()	()	()
Aumento do investimento em projetos de inovação-produto	()	()	()	()	()	()
Aumento do acesso efetivo a mercados externos por parte das empresas da região	()	()	()	()	()	()
Aumento da capacidade competitiva das empresas regionais e do valor acrescentado de bens e serviços	()	()	()	()	()	()
Melhores condições de promoção da Região no exterior	()	()	()	()	()	()
Redução dos efeitos negativos da pandemia COVID 19 no funcionamento da organização	()	()	()	()	()	()
Outro. Qual? _____	()	()	()	()	()	()

17. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 3 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a formação e qualificação do capital humano, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Aumentar as competências e/ou o nível de qualificação da população	()	()	()	()	()	()
Reduzir o abandono escolar	()	()	()	()	()	()
Promover o sucesso educativo	()	()	()	()	()	()
Melhorar a adequação da oferta de educação-formação às necessidades do tecido empresarial	()	()	()	()	()	()
Reforçar a massa crítica da Região através do aumento de recursos humanos especializados	()	()	()	()	()	()
Outra. Qual? _____	()	()	()	()	()	()

18. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 4 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a melhoria da empregabilidade e a valorização dos recursos endógenos, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Valorizar os recursos da economia local	()	()	()	()	()	()
Promover a animação socioeconómica dos territórios	()	()	()	()	()	()
Aumentar o empreendedorismo e a criação do próprio emprego	()	()	()	()	()	()
Aumentar a contratação de recursos humanos altamente qualificados	()	()	()	()	()	()
Aumentar a competitividade regional, sustentadas num melhor aproveitamento dos recursos endógenos	()	()	()	()	()	()

19. O projeto apoiado destinou-se à contratação de recursos altamente qualificados (com habilitações ao nível da licenciatura ou superior):

Não (Passe à questão 25)

Sim

19.1. Quantos postos de trabalho altamente qualificados foram apoiados? _____

19.2. No momento da contratação, quantos postos de trabalho altamente qualificados tinha a entidade?

19.3. No momento da contratação, qual o número total de trabalhadores da entidade? _____

20. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 5 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a melhoria da coesão social e territorial na Região, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Reduzir os níveis de pobreza e exclusão	()	()	()	()	()	()
Melhorar a integração das comunidades de imigrantes ou de minorias étnicas	()	()	()	()	()	()
Melhorar as condições de acesso e qualificação e aumento da cobertura da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde e de ação social	()	()	()	()	()	()
Aprofundar e diversificar os serviços e as respostas sociais para idosos/pessoas em situação de dependência/crianças e jovens	()	()	()	()	()	()
Melhorar as oportunidades de inclusão social em territórios desfavorecidos	()	()	()	()	()	()
Melhorar as condições de inserção social/profissional de grupos desfavorecidos	()	()	()	()	()	()
Atrair novos residentes para os pequenos centros urbanos e rurais	()	()	()	()	()	()
Facilitar o acesso aos mecanismos de apoio social nos pequenos centros urbanos e rurais	()	()	()	()	()	()
Prevenir e conter a criminalidade e outros comportamentos marginais nos pequenos centros urbanos e rurais	()	()	()	()	()	()
Promover o sucesso escolar das crianças e jovens nos pequenos centros urbanos e rurais	()	()	()	()	()	()

21. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 6 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a descarbonização da economia, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Melhorar a mobilidade urbana	()	()	()	()	()	()
Melhorar os níveis de eficiência energética	()	()	()	()	()	()
Aumentar a utilização de energias renováveis	()	()	()	()	()	()
Reduzir as emissões de carbono em zonas urbanas	()	()	()	()	()	()
Aumentar o grau de sensibilização relativamente à necessidade de promover uma maior redução do consumo energético nas atividades da entidade	()	()	()	()	()	()
Promover a consciencialização dos consumidores e das empresas relativamente à necessidade de racionalizar/baixar o consumo de energia	()	()	()	()	()	()
Promover a consciencialização dos consumidores e das empresas relativamente à necessidade de racionalizar/baixar as emissões de GEE	()	()	()	()	()	()

22. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 7 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a vitalidade dos centros urbanos complementares na Região, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Salvaguardar a memória, a identidade e os fatores distintivos regionais	()	()	()	()	()	()
Melhorar a atratividade/reconhecimento nacional e internacional da Região	()	()	()	()	()	()
Qualificar os elementos naturais e culturais do Centro	()	()	()	()	()	()
Melhorar a oferta cultural no Centro	()	()	()	()	()	()
Melhorar as condições de visitação e de fruição de espaços culturais e/ou naturais	()	()	()	()	()	()
Diversificar os produtos turísticos e aumentar a estada dos turistas no Centro	()	()	()	()	()	()
Melhorar a incorporação das novas tecnologias na divulgação de elementos patrimoniais	()	()	()	()	()	()
Melhorar a qualidade do ar e do ruído	()	()	()	()	()	()
Melhorar o ambiente urbano	()	()	()	()	()	()
Atrair e fixar novos residentes e atividades	()	()	()	()	()	()
Recuperar as condições pré-existent das infraestruturas públicas afetadas pelos incêndios de junho de 2017	()	()	()	()	()	()

23. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 8 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com o reforço da capacidade institucional e da eficiência da Administração Pública, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Simplificar as estruturas e procedimentos	()	()	()	()	()	()
Aumentar a eficiência e organização interna	()	()	()	()	()	()
Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados	()	()	()	()	()	()
Melhorar a qualificação e formação dos trabalhadores	()	()	()	()	()	()
Reforçar a implementação de um ambiente favorável ao investimento e ao emprego no âmbito de comunidades e cidades inteligentes	()	()	()	()	()	()
Maior a participação e o envolvimento dos cidadãos e instituições relevantes no desenvolvimento regional	()	()	()	()	()	()
Melhorar as práticas organizativas e gestórias de equipamentos e respostas sociais	()	()	()	()	()	()
Melhorar a empregabilidade regional	()	()	()	()	()	()

24. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 9 contribuíram/espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a manutenção do modelo urbano regional e a inclusão de comunidades desfavorecidas, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Melhorar a mobilidade urbana	()	()	()	()	()	()
Melhorar os níveis de eficiência energética	()	()	()	()	()	()
Aumentar a utilização de energias renováveis	()	()	()	()	()	()
Reduzir as emissões de carbono em zonas urbanas	()	()	()	()	()	()
Aumentar o grau de sensibilização relativamente à necessidade de promover uma maior redução do consumo energético nas atividades da entidade	()	()	()	()	()	()
Promover a consciencialização dos consumidores e das empresas relativamente à necessidade de racionalizar/baixar o consumo de energia	()	()	()	()	()	()
Promover a consciencialização dos consumidores e das empresas relativamente à necessidade de	()	()	()	()	()	()

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
racionalizar/baixar as emissões de GEE						
Melhorar o ambiente urbano	()	()	()	()	()	()
Melhorar a qualidade do ar e do ruído	()	()	()	()	()	()
Atrair e fixar novos residentes e atividades	()	()	()	()	()	()
Assegurar um sentimento de pertença e a identidade nas comunidades desfavorecidas	()	()	()	()	()	()
Satisfazer as necessidades económicas e sociais dos residentes (comunidades desfavorecidas)	()	()	()	()	()	()
Facilitar o acesso aos mecanismos de apoio social (comunidades desfavorecidas)	()	()	()	()	()	()

Sustentabilidade [com execução financeira superior a 75%]

25. Estão reunidas as condições para assegurar a sustentabilidade financeira do(s) projeto(s) no futuro, garantindo suporte dos custos operacionais associados? *Selecione o Eixo em que se enquadram os projetos para fazer a sua apreciação*

Eixo	Não	Parcialmente	Sim
<i>(selecione da lista)</i>	()	()	()
<i>(selecione da lista)</i>	()	()	()

25.1. Se respondeu não ou parcialmente, por favor justifique por Eixo

26. Como classifica, quanto à sua persistência no tempo, os efeitos/resultados gerados pelo(s) projeto(s), após a sua conclusão? *Selecione o Eixo em que se enquadram os projetos para fazer a sua apreciação*

Eixo	Curto prazo (1 a 3 anos)	Médio prazo (3 a 5 anos)	Longo prazo (mais de 5 anos)
<i>(selecione da lista)</i>	()	()	()
<i>(selecione da lista)</i>	()	()	()

27. Se pretender efetuar algum comentário adicional utilize este espaço para o efeito:

7.5.2. Inquérito a beneficiários empresariais

Caraterização da entidade [módulo aplicável a todos os inquiridos]

Designação da empresa: _____

NIPC: _____

A. Dinâmicas de realização e fatores críticos [módulo aplicável a todos os inquiridos]

1. Como avalia a adequação da(s) tipologia(s) de operação/medida(s) de que beneficiou às necessidades da sua empresa, no que respeita aos seguintes aspetos, sendo 5 Muito Adequado e 1 Nada Adequado:

	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Alinhamento dos objetivos da(s) medida(s)/instrumentos de apoio com os objetivos/necessidades da empresa	()	()	()	()	()	()
Informação contida nos avisos de concurso (utilidade e clareza)	()	()	()	()	()	()
Condições de elegibilidade do promotor presentes nos avisos de concurso	()	()	()	()	()	()
Condições de elegibilidade dos projetos presentes nos avisos de concurso	()	()	()	()	()	()
Prazo máximo de realização do projeto	()	()	()	()	()	()
Despesas consideradas elegíveis para apoio	()	()	()	()	()	()
Tipo de incentivo (reembolsável/ não reembolsável)	()	()	()	()	()	()
Taxas de financiamento/comparticipação pelo PO	()	()	()	()	()	()
Requisitos administrativos/documentais	()	()	()	()	()	()
Indicadores contratualizados para aferição de resultados	()	()	()	()	()	()
Outro. Qual? _____	()	()	()	()	()	()

1.1. Caso tenha considerado algum dos parâmetros anteriores “desadequado” ou “pouco adequado”, por favor especifique a razão e a(s) tipologia(s) de operação/medida(s) a que se aplicam: _____

2. Como avalia a adequação das ações de Comunicação e de Divulgação do Centro 2020, no que respeita aos seguintes aspetos, sendo 5 Muito Adequado e 1 Nada Adequado:

	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Linha de Atendimento ao Cidadão	()	()	()	()	()	()
Sítio da <i>Internet</i> do Centro 2020	()	()	()	()	()	()
<i>Newsletter</i> Eletrónica do Centro 2020	()	()	()	()	()	()
Eventos e Ações de Divulgação do Centro 2020	()	()	()	()	()	()
Divulgação do Centro 2020 na Imprensa	()	()	()	()	()	()
Publicações do Centro 2020	()	()	()	()	()	()
Materiais Promocionais/ <i>Merchandising</i> do Centro 2020	()	()	()	()	()	()

3. Em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do(s) apoio(s)/projeto(s) aprovados, sendo 5 Facilitaram Muito e 1 Condicionaram Muito:

	5	4	3	2	1	NS/NR
Meios de divulgação para que os potenciais beneficiários tomem conhecimento do Programa e da possibilidade de apresentarem candidaturas	()	()	()	()	()	()
Previsibilidade de abertura de concursos	()	()	()	()	()	()
Prazos médios de análise de candidaturas	()	()	()	()	()	()
Prazos médios de análise de pedidos de pagamento	()	()	()	()	()	()
Flexibilidade na introdução de alterações aos projetos (recalendarização, despesas elegíveis)	()	()	()	()	()	()
Alterações regulamentares ocorridas durante a implementação dos projetos.	()	()	()	()	()	()
Recetividade e/ou mobilização da banca comercial	()	()	()	()	()	()
Ausência de representação regional da estrutura FRRU2020	()	()	()	()	()	()
Pandemia COVID 19	()	()	()	()	()	()
Outro. Qual? _____	()	()	()	()	()	()

3.1. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como “condicionou muito” ou “condicionou”, pf especifique a razão da resposta e identifique as tipologia(s) de operação/medida(s) a que se refere:

4. Nos últimos 5 anos, participou em alguma iniciativa levada a cabo pela Região no âmbito de Ações coletivas visando a participação em feiras, ações de demonstração, empreendedorismo, sensibilização, mentoria e coaching (ex.: INCUBAÇÃO CENTRO 2016 - IC | 16; EMPREENDER+; EXPORTAR +; InovC+)?

- Não (*passa pf à questão 5*)
 Sim

4.1. Se sim, em que medida essa participação contribuiu para aumentar a competitividade da empresa? Indique cada uma das ações em que participou e faça a apreciação desse contributo _____

5. Nos últimos 5 anos, participou em alguma iniciativa levada a cabo na Região no âmbito de Ações coletivas visando a participação em atividades de demonstração, divulgação de resultados e boas práticas de I&D&I empresarial, reforço da clusterização...?

- Não (*passa pf à questão 6*)
 Sim

5.1. Se sim, como aprecia o contributo dessa iniciativa nos seguintes parâmetros, sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada?

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Estimulou a apresentação da candidatura aos Sistema de Incentivos	()	()	()	()	()	()
Facilitou a participação em projetos/parcerias com a Universidade	()	()	()	()	()	()
Reforçou o investimento da entidade em atividades de IDI	()	()	()	()	()	()
Facilitou contactos com a Universidade para futuras iniciativas de IDI	()	()	()	()	()	()
Facilitou contactos com outras entidades privadas para futuras iniciativas de IDI	()	()	()	()	()	()
Outra. Qual?	()	()	()	()	()	()

Legenda: IDI: I investigação e desenvolvimento e inovação

6. Alguma da(s) candidatura(s) ao Programa implicou alterações ao(s) seu(s) projeto(s) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade?

Não, o(s) projeto(s) apresentado(s) não sofreu(eram) alterações (*passa pf à questão 7*)

Sim, o(s) projeto(s) sofreu(eram) alterações

6.1. Essas alterações traduziram-se (selecione apenas as três alterações que considera mais importantes):

Numa maior escala dos investimentos previstos inicialmente

Na fragmentação do projeto global por vários sistemas de incentivos ou diferentes projetos

No aumento do grau de inovação e de diferenciação do projeto

Numa maior orientação do projeto para os mercados externos

Numa maior orientação do projeto para a articulação com outras entidades do território

Numa maior orientação do projeto para prioridades relacionadas com a valorização dos recursos do território

Outras alterações. Indique quais _____

B. Complementaridades e Valor Acrescentado Europeu

7. Teria desenvolvido o projeto caso não tivesse obtido o suporte financeiro do Programa?

Não teria desenvolvido nenhum dos projetos se não tivesse tido apoio (*passa à questão 10*)

Sim, teria desenvolvido todos os projetos mesmo sem apoio (*passa à questão 9*)

Sim, teria desenvolvido alguns dos projetos mesmo sem apoio (*apenas para as entidades com mais de um projeto aprovado*)

8. Assinale em que tipologia(s) de operação/medida(s) do Programa se enquadra(m) o(s) projetos que teria desenvolvido mesmo sem o apoio dos fundos comunitários?

Tipologia(s) de operação/medida(s)	Nº de projetos que teria desenvolvido
(selecione da lista)	()
(selecione da lista)	()
(selecione da lista)	()

9. Relativamente aos projetos que desenvolveria mesmo sem o apoio do Programa, teria introduzido alterações?

Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento

Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)

Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)

Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)

10. Se respondeu Não, em que medida a sua opção teria sido diferente num cenário de ausência da crise económica decorrente da pandemia?

Sem o apoio financeiro não teria desenvolvido o projeto, independentemente das dificuldades resultantes da crise pandémica

[] Sem o apoio financeiro não teria desenvolvido o projeto sobretudo pelas dificuldades que, entretanto, surgiram decorrentes da crise pandémica

11. Procurou estabelecer algum tipo de articulação da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Programa com operação(ões) apoiada(s) por outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários?

- [] Sim
 [] Não (avance para a 0)
 [] NS/NR (avance para a 0)

11.1. Com que instrumentos de financiamento (identifique o Programa/ Fundo e a tipologia de operação/medida apoiada)? _____

11.2. Exemplifique que tipo de articulação foi estabelecida e indique se está a potenciar os resultados do(s) projeto(s). _____

12. No contrato de financiamento que assinou estavam previstos indicadores e objetivos para os projetos apoiados. Qual a sua Expetativa relativamente à capacidade de execução dos projetos face ao contratado em cada tipologia(s) de operação/medida(s) dos Sistemas de Incentivos? (Considere quer os projetos em execução quer os projetos já concluídos)

12.1. Expetativa sobre a execução dos valores de investimento contratados:

Medida do Sistema de incentivos	Abaixo do contratado (menos de 80%)	Abaixo do contratado (80-94%)	De acordo com o contratado (95-100%)	Acima do contratado	NS/NR/Não se aplica
(lista das medidas)	()	()	()	()	()
	()	()	()	()	()

12.2. Expetativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados:

Medida do Sistema de incentivos	Abaixo do contratado (menos de 80%)	Abaixo do contratado (80-94%)	De acordo com o contratado (95-100%)	Acima do contratado	NS/NR/Não se aplica
(lista das medidas)	()	()	()	()	()
	()	()	()	()	()

13. Algum dos projetos a que se refere o presente inquérito se encontra concluído ou num nível de execução elevado? (identificado(s) com "sim" no email que recebeu com o link do inquérito)

- [] Sim
 [] Não (passe à questão 6)

13.1. Algum dos projetos se enquadra numa das seguintes situações:

- [] Projeto(s) apoiados para adaptação da atividade ao contexto da pandemia COVID-19 (CRII - Qualificação e inovação das PME; CRII – Atividades de I&D empresarial; CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME; e CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional) (passe para a questão 14)
 [] Projeto(s) apoiados no âmbito do Sistema de Incentivos (passe para a questão 15)
 [] Projeto(s) apoiados no âmbito do SI2E, +CO3SO e GAL (passe para a questão 18)
 [] Projeto(s) apoiados no âmbito da Formação de empresários e trabalhadores das empresas, ou do emprego altamente qualificado nas empresas (passe para a questão 20)

C: Resultados e impactes

[Adaptação da atividade ao contexto da pandemia COVID-19]

14. Em que medida o projeto contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para cada uma das seguintes dimensões, sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Introduzir inovação na atividade da empresa	()	()	()	()	()	()
Introduzir inovação nos produtos (bens e serviços) da empresa	()	()	()	()	()	()
Aumentar a presença da empresa online	()	()	()	()	()	()
Aumentar a capacidade produtiva da empresa	()	()	()	()	()	()
Manter os postos de trabalho	()	()	()	()	()	()
Criar postos de trabalho	()	()	()	()	()	()
Aumentar o volume de negócios	()	()	()	()	()	()
Manter a empresa em atividade	()	()	()	()	()	()
Outra: Qual? _____	()	()	()	()	()	()

14.1. Se para além deste apoio, teve outro(s) projeto(s) aprovados, em que medida o apoio à tesouraria foi importante para concretizar esse(s) outro(s) projeto(s) (assinale no máximo 3 opções)?

- Não tive mais projetos (*Passa à questão 26*)
- Tive outros projetos, mas o apoio não foi importante para a execução dos mesmos
- Permitiu libertar fundos para concretizar os investimentos previstos nos outros projetos
- Permitiu manter postos de trabalho fundamentais para concretizar os investimentos previstos nos outros projetos
- Outro. Qual? _____

[Sistema de Incentivos]

15. Em que medida o projeto contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para cada uma das seguintes dimensões, sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Criar emprego em territórios de baixa densidade	()	()	()	()	()	()
Criar emprego em setores de alta/média tecnologia	()	()	()	()	()	()
Criar emprego em serviços intensivos em conhecimento (p.ex., TIC)	()	()	()	()	()	()
Aumentar a inovação e diferenciação do portfolio global de oferta de bens/serviços da empresa	()	()	()	()	()	()
Aumentar a competitividade da empresa por via do recrutamento de recursos humanos altamente qualificados	()	()	()	()	()	()
Aumentar a produtividade da empresa por via da melhoria da eficiência dos processos produtivos e organizacionais	()	()	()	()	()	()
Criar/ expandir a capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços	()	()	()	()	()	()
Aumentar o grau de internacionalização da empresa (crescimento das exportações, da orientação exportadora e/ou da presença no exterior)	()	()	()	()	()	()
Melhorar a capacidade de marketing e promoção comercial da empresa	()	()	()	()	()	()
Aumentar a capacidade de inovação e investigação	()	()	()	()	()	()
Integração em redes com outras empresas e instituições relevantes do sistema regional de inovação	()	()	()	()	()	()
Melhorar as competências dos trabalhadores ou dirigentes/empresários	()	()	()	()	()	()

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Outra: Qual? _____	()	()	()	()	()	()

16. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram os resultados do projeto (após a aprovação do mesmo, durante a sua implementação e até ao ano cruzeiro de atividade da empresa após a conclusão do projeto) , sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Evolução das vendas observadas durante a execução	()	()	()	()	()	()
Condições de acesso aos mercados externos observadas durante a execução	()	()	()	()	()	()
Perspetiva sobre os benefícios e retorno económico das inovações desenvolvidas	()	()	()	()	()	()
Nível de acesso a financiamento alheio para implementação do projeto	()	()	()	()	()	()
Complementaridade de apoios do PO	()	()	()	()	()	()
Alinhamento do projeto com a RIS3	()	()	()	()	()	()
Outro: Qual? _____	()	()	()	()	()	()

16.1. Tendo em conta os fatores críticos e dificuldades enfrentadas, explicita e/ou apresente sugestões de aspetos a melhorar: _____

17. Em que medida o presente projeto contribuiu/contribuirá para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto?

Parâmetros de análise	Contributo fraco (inferior a 50% da evolução registada/a registar)	Contributo moderado (50% a 70% da evolução registada/a registar)	Contributo forte (70% a 85% da evolução registada/a registar)	Contributo muito forte (superior a 85% da evolução registada/a registar)	NS/NR
Volume de Negócios total (VN)	()	()	()	()	()
VN Internacional (exportações)	()	()	()	()	()
VN resultante da venda de novos produtos ou serviços	()	()	()	()	()
VAB	()	()	()	()	()

[SIZE / CO3SO+ / Microempendedorismo]

18. Em que medida o projeto contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para cada uma das seguintes dimensões, sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Aumentar a competitividade da empresa por via do recrutamento de recursos humanos	()	()	()	()	()	()
Criar emprego em territórios desfavorecidos	()	()	()	()	()	()
Aumentar a inovação e diferenciação do portfolio global de oferta de bens/serviços da empresa	()	()	()	()	()	()
Aumentar a produtividade da empresa por via da melhoria da eficiência dos processos produtivos e organizacionais	()	()	()	()	()	()

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Criar/ expandir a capacidade de produção de novos bens/ serviços	()	()	()	()	()	()
Aumentar o grau de internacionalização da empresa	()	()	()	()	()	()
Melhorar a capacidade de marketing e promoção comercial da empresa	()	()	()	()	()	()
Aumentar a capacidade de inovação e investigação	()	()	()	()	()	()
Integração em redes com outras empresas e instituições do sistema regional de inovação	()	()	()	()	()	()
Aumentar a atratividade turística da região	()	()	()	()	()	()
Outra: Qual? _____	()	()	()	()	()	()

19. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram os resultados do projeto (após a aprovação do mesmo, durante a sua implementação e até ao ano cruzeiro de atividade da empresa após a conclusão do projeto) , sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Evolução das vendas observadas durante a execução	()	()	()	()	()	()
Condições de acesso aos mercados externos observadas durante a execução	()	()	()	()	()	()
Perspetiva sobre os benefícios e retorno económico das inovações desenvolvidas	()	()	()	()	()	()
Nível de acesso a financiamento alheio para implementação do projeto	()	()	()	()	()	()
Complementaridade de apoios do PO	()	()	()	()	()	()
Alinhamento do projeto com a RIS3	()	()	()	()	()	()
Pandemia Covid-19	()	()	()	()	()	()
Outro: Qual? _____	()	()	()	()	()	()

[Formação de empresários e trabalhadores das empresas / Emprego altamente qualificado nas empresas]

20. Em que medida o projeto contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para cada uma das seguintes dimensões, sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Aumentar a contratação de recursos humanos altamente qualificados	()	()	()	()	()	()
Desenvolver processos de promoção da inovação empresarial	()	()	()	()	()	()
Reforçar a competitividade dos territórios de baixa densidades	()	()	()	()	()	()
Aumentar a produtividade da empresa por via da melhoria da eficiência dos processos produtivos e organizacionais	()	()	()	()	()	()
Criar/ expandir a capacidade de produção de novos bens/ serviços	()	()	()	()	()	()
Aumentar a transferência e valorização de conhecimento	()	()	()	()	()	()
Aumentar o grau de internacionalização da empresa	()	()	()	()	()	()
Melhorar a capacidade de marketing e promoção comercial da empresa	()	()	()	()	()	()
Aumentar a capacidade de inovação e investigação	()	()	()	()	()	()
Integração em redes com outras empresas e instituições do sistema regional de inovação	()	()	()	()	()	()
Outra: Qual? _____	()	()	()	()	()	()

21. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram os resultados do projeto (após a aprovação do mesmo, durante a sua implementação e até ao ano cruzeiro de atividade da empresa após a conclusão do projeto) , sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Evolução das vendas observadas durante a execução	()	()	()	()	()	()
Condições de acesso aos mercados externos observadas durante a execução	()	()	()	()	()	()
Perspetiva sobre os benefícios e retorno económico das inovações desenvolvidas	()	()	()	()	()	()
Nível de acesso a financiamento alheio para implementação do projeto	()	()	()	()	()	()
Complementaridade de apoios do PO	()	()	()	()	()	()
Retenção dos trabalhadores da empresa	()	()	()	()	()	()
Alinhamento do projeto com a RIS3	()	()	()	()	()	()
Pandemia Covid-19	()	()	()	()	()	()
Outro. Qual? _____	()	()	()	()	()	()

22. O projeto apoiado destinou-se à contratação de recursos altamente qualificados (com habilitações ao nível da licenciatura ou superior):

- Não (Passe à questão 23)
 Sim

22.1. Quantos postos de trabalho altamente qualificados foram apoiados? _____

22.2. No momento da contratação, quantos postos de trabalho altamente qualificados tinha a empresa? _____

22.3. No momento da contratação, qual o número total de trabalhadores da empresa? _____

Sustentabilidade

23. Estão reunidas condições para garantir a sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto que considera que deveriam ter continuidade, após o fim do apoio do Programa?

- Sim, totalmente
 Sim, parcialmente
 Não estão reunidas condições
 NS/NR/Não se aplica

23.1. Explícite caso não estejam totalmente asseguradas as condições de sustentabilidade

24. Como perspetiva, quanto à sua persistência/duração no tempo, os efeitos/resultados gerados pelo projeto (após a sua conclusão) sobre a evolução da empresa?

- Curto prazo (1 a 3 anos)
 Médio prazo (3 a 5 anos)
 Longo prazo (mais de 5 anos)

25. E em relação aos postos de trabalho criados, como perspetiva a sua manutenção após conclusão do projeto?

- Não foram criados postos de trabalho
 Curto prazo (1 a 3 anos)
 Médio prazo (3 a 5 anos)
 Longo prazo (mais de 5 anos)
 NS/NR/Não se aplica

26. Se pretender efetuar algum comentário adicional utilize este espaço para o efeito:

7.5.3. Resultados de inquéritos a promotores não empresariais

No âmbito da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2020 realizou-se um inquérito aos beneficiários do PO Centro, que decorreu entre 11 de novembro e 28 de dezembro de 2022, destinado a um universo de 232 promotores apoiados, sendo que se obteve 144 respostas, correspondendo a taxa de resposta de 62% e a uma margem de erro de 5%, para nível de confiança de 95%.

Bloco A – Caracterização da amostra

	Projetos		Investimento elegível aprovado		Projetos concluídos/execução elevada	
	Universo (n = 1158)	Respondentes (n=694)	Universo (n = 883M€)	Respondentes (n = 593M€)	Universo (n =959)	Respondentes (n = 590)
Eixo 1	10%	5%	7%	1%	8%	4%
Eixo 2	5%	5%	5%	5%	5%	6%
Eixo 3	21%	22%	22%	23%	22%	23%
Eixo 4	5%	5%	12%	16%	4%	4%
Eixo 5	9%	11%	12%	13%	9%	10%
Eixo 6	4%	4%	2%	2%	4%	4%
Eixo 7	24%	24%	15%	15%	26%	26%
Eixo 8	2%	2%	3%	2%	2%	2%
Eixo 9	21%	22%	22%	24%	20%	22%

Quadro A6. Distribuição de projetos por Eixo

Nota: Universo: promotores com 50% ou mais de execução financeira em 31/12/2021.

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

Projetos por beneficiário (n.º)	Beneficiários		Projetos		Investimento elegível aprovado		Projetos concluídos/execução elevada	
	Universo (n = 232)	Respondentes (n=144)	Universo (n = 1158)	Respondentes (n=694)	Universo (n = 883M€)	Respondentes (n = 594M€)	Universo (n =959)	Respondentes (n = 590)
1	39%	42%	8%	9%	12%	14%	7%	5%
2	8%	9%	3%	4%	15%	22%	4%	3%
3 a 4	16%	14%	11%	10%	13%	12%	11%	2%
>= 5	38%	35%	78%	78%	61%	52%	78%	90%

Quadro A7. Distribuição por número de projetos

Nota: Universo: promotores com 50% ou mais de execução financeira em 31/12/2021.

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

	Promotores		Investimento		Projetos concluídos/execução elevada	
	Universo (n = 232)	Respondentes (n=144)	Universo (n = 883M€)	Respondentes (n = 593M€)	Universo (n = 959)	Respondentes (n = 590)
Administração central/Institutos Públicos/Setor empresarial do Estado/Setor empresarial local	9%	11%	27%	36%	3%	3%
Agências e associações de desenvolvimento regional e local	1%	1%	0%	0%	0%	0%
Associações empresariais	9%	10%	2%	1%	2%	2%
Autarquias locais e CIM	47%	46%	57%	52%	81%	84%
Instituições de ensino e formação profissional	9%	10%	10%	7%	9%	5%
IPSS e Misericórdias	15%	15%	1%	1%	3%	3%
Outras entidades privadas	3%	2%	1%	0%	1%	1%
Unidades de I&D (Privadas)	7%	6%	2%	1%	1%	2%

Quadro A8. Distribuição por tipologia de Entidade

Nota: Universo: promotores com 50% ou mais de execução financeira em 31/12/2021.

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

Bloco B – Dinâmicas de realização e fatores críticos

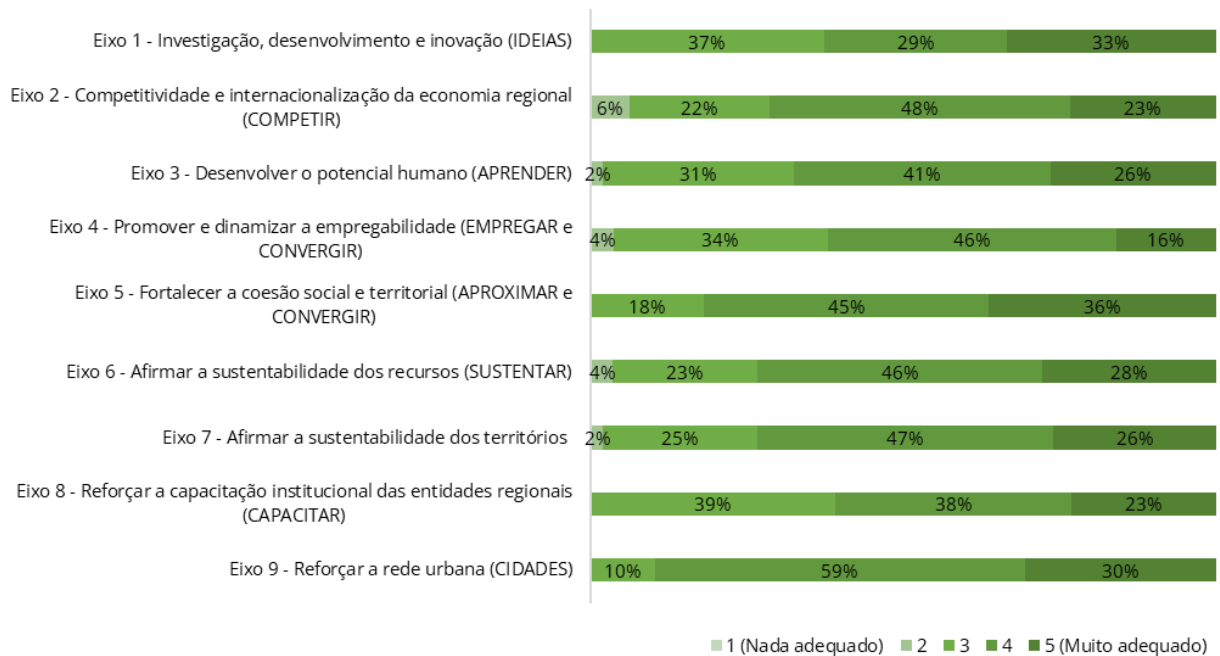


Figura A6. Avaliação da adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos Eixos do Programa face aos constrangimentos e desafios que a Região Centro enfrenta

Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos (n=144, promotores)

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

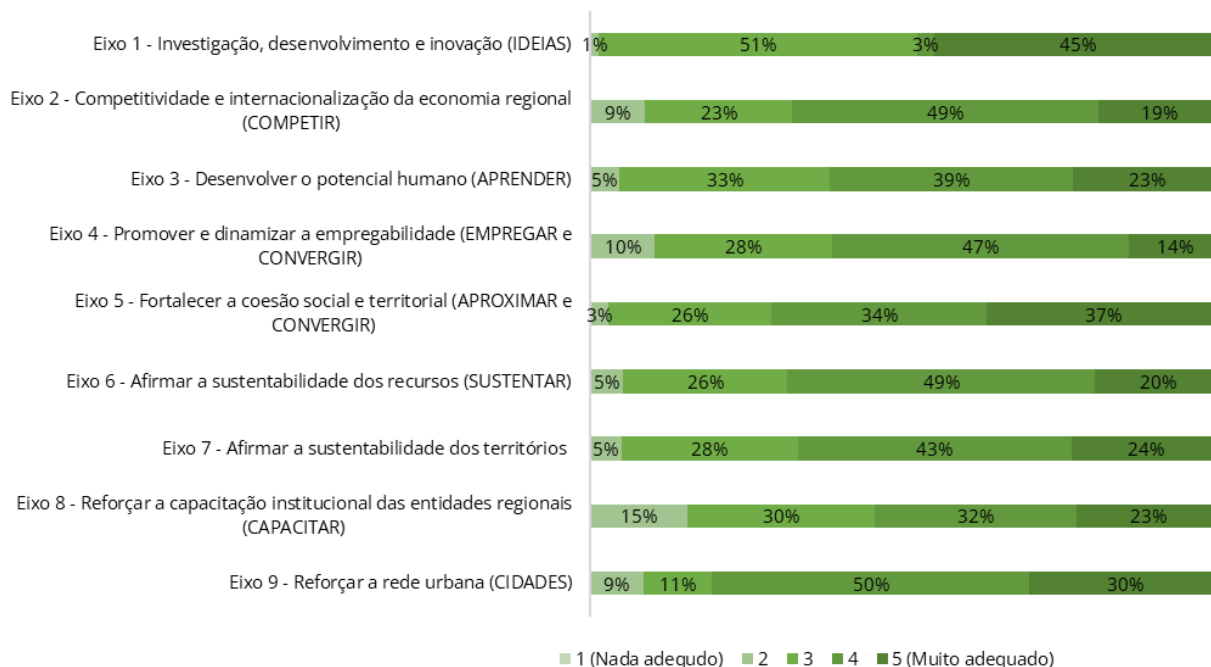


Figura A7. Avaliação da adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos Eixos do Programa face às necessidades de investimento

Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos (n=144, promotores)

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

Resposta	Ponderado por nº de promotores	Ponderado por nº de projetos
Não, o(s) projeto(s) apresentado(s) não sofreu(eram) alterações	70%	59%
Sim, o(s) projeto(s) sofreu(eram) alterações	30%	41%

Quadro A9. Alterações dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade

Nota: Unidade de medida - % dos promotores, % de projetos

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

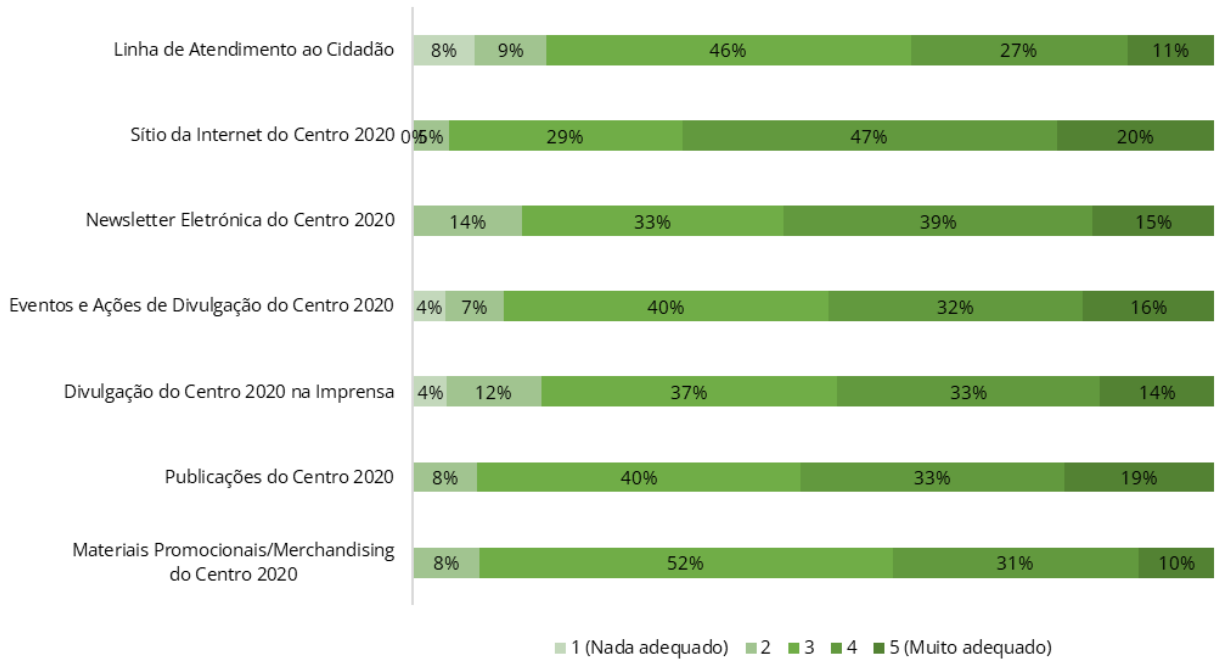


Figura A8. Adequação das ações de Comunicação e Divulgação do Centro 2020

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

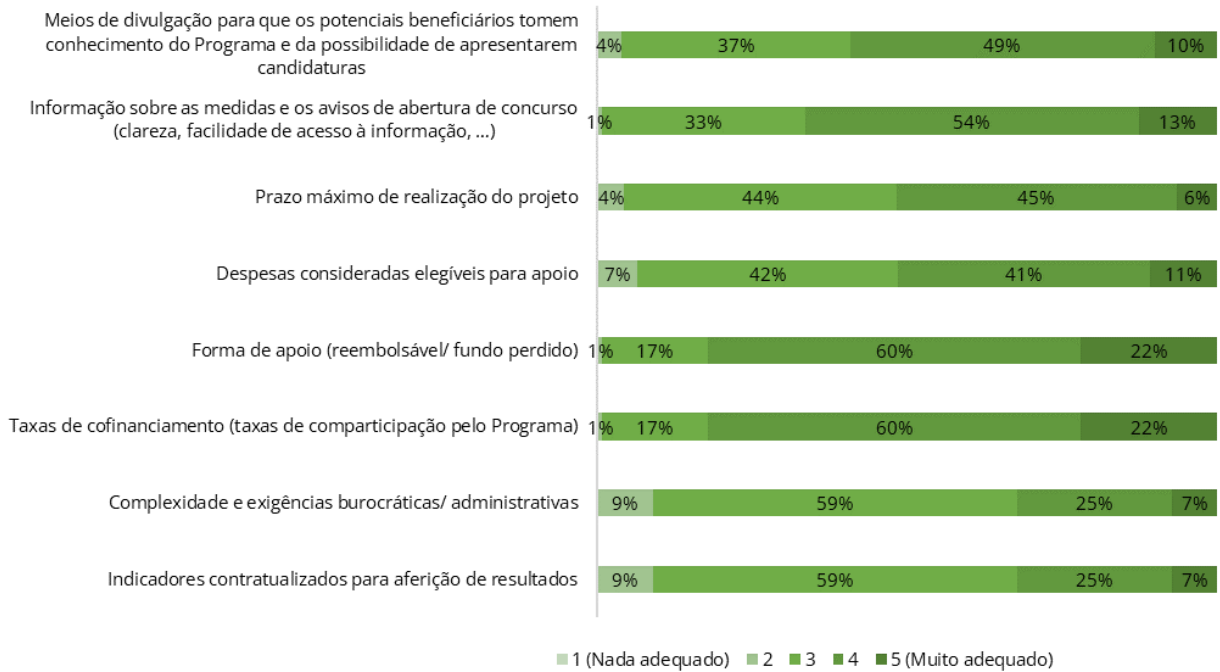


Figura A9. Avaliação da adequação do POR Centro às necessidades e prioridades de investimento

Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020



Figura A10. Avaliação dos aspetos que condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do(s) projeto(s)

Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

Bloco C -Valor Acrescentado

	Não desenvolveria qualquer projeto		Desenvolveria todos projetos mesmo sem apoio	
	Nº Projetos	Montante Elegível	Nº Projetos	Montante Elegível
Eixo 1 - Investigação, Desenvolvimento e Inovação	89%	89%	11%	11%
Eixo 2 - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional	90%	92%	10%	8%
Eixo 3 - Desenvolver o Potencial Humano	70%	76%	30%	24%
Eixo 4 - Promover e Dinamizar a Empregabilidade	85%	19%	15%	81%
Eixo 5 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial	77%	37%	23%	63%
Eixo 6 - Afirmar sustentabilidade dos recursos	88%	89%	12%	11%
Eixo 7 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios	90%	86%	10%	14%
Eixo 8 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais	76%	82%	24%	18%
Eixo 9 - Reforçar a rede urbana	73%	74%	27%	26%
Total	81%	68%	19%	32%

Quadro A10. Relevância dos apoios recebidos no âmbito do PO Centro 2020 por Eixo Prioritário

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários não empresariais (n=184)

Resposta	Ponderado por nº de promotores	Ponderado por nº de projetos
Não teria desenvolvido nenhum projeto se não tivesse apoio	65%	48%
Sim, teria desenvolvido alguns projetos mesmo sem apoio	26%	43%
Sim, teria desenvolvido todos os projetos mesmo sem apoio	9%	9%

Quadro A11. Relevância do suporte financeiro do PO Centro 14-20

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=144, promotores)

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

Resposta	Ponderado por nº de promotores	Ponderado por nº de projetos
Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento	37%	34%
Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)	37%	35%
Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)	22%	39%
Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)	27%	26%

Quadro A12. Relevância do suporte financeiro do PO Centro 14-20

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=144, promotores)

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

Respostas	Ponderado por nº de promotores	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por montante elegível
Sim	24%	31%	34%
Não	33%	31%	27%
NS/NR	43%	38%	39%

Quadro A13. Articulação das operações apoiadas no âmbito do PO Centro 2020 com outros instrumentos de financiamento

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=144, promotores)

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

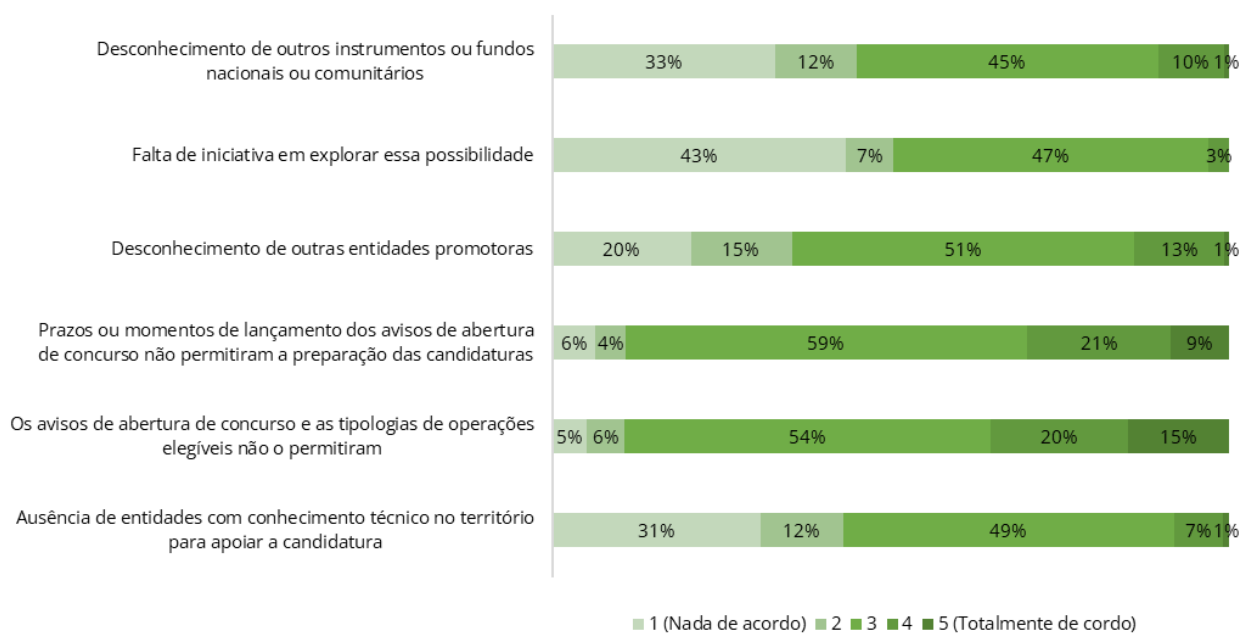


Figura A11. Razões para o não estabelecimento de articulações das operações apoiadas no âmbito do PO Centro 2020 com outros instrumentos de financiamento

Nota: Unidade de medida - % dos promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

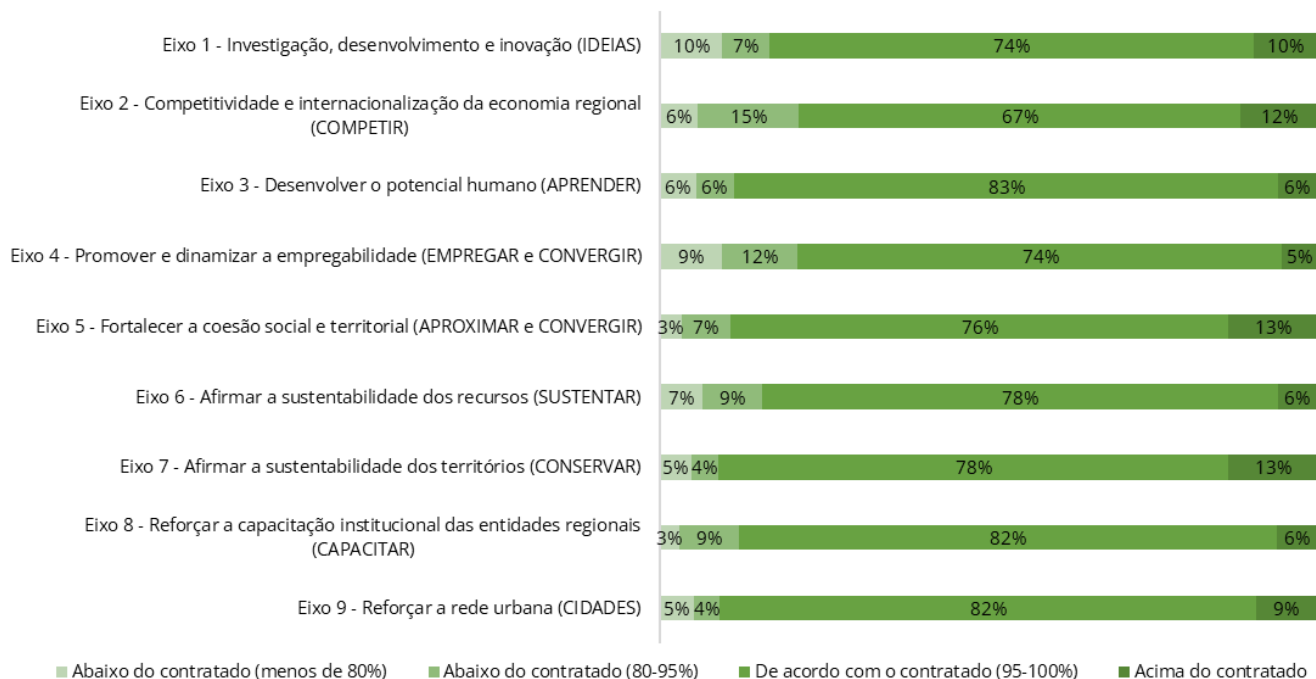


Figura A12. Expectativa relativa à execução dos valores de investimento contratado

Nota: Unidade de medida - % de promotores, valor médio das TI por Eixo
Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

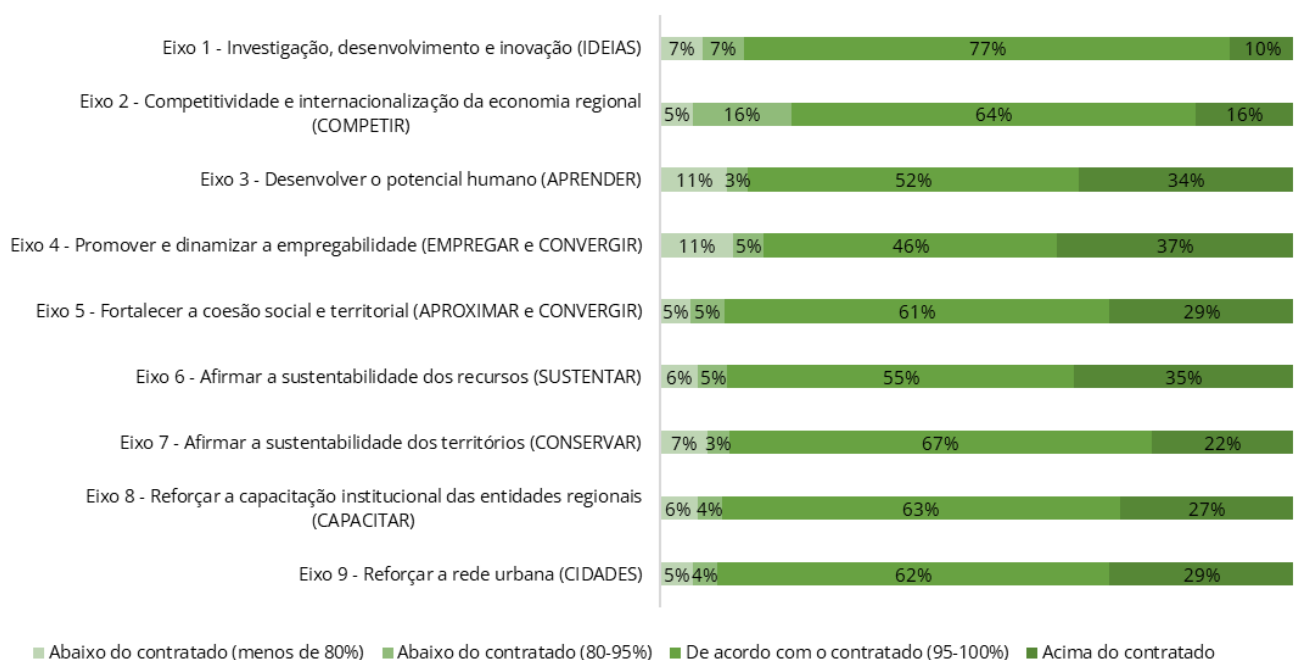


Figura A13. Expectativa relativa ao alcance das metas previstas

Nota: Unidade de medida - % de promotores, valor médio das TI por Eixo
Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

Bloco D – Resultados e impactos dos projetos

N=144	Promotores	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por montante elegível
Sim	87%	92%	89%
Não	13%	8%	11%

Quadro A14. Projetos concluídos ou em fase de execução elevada

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=144, promotores)

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

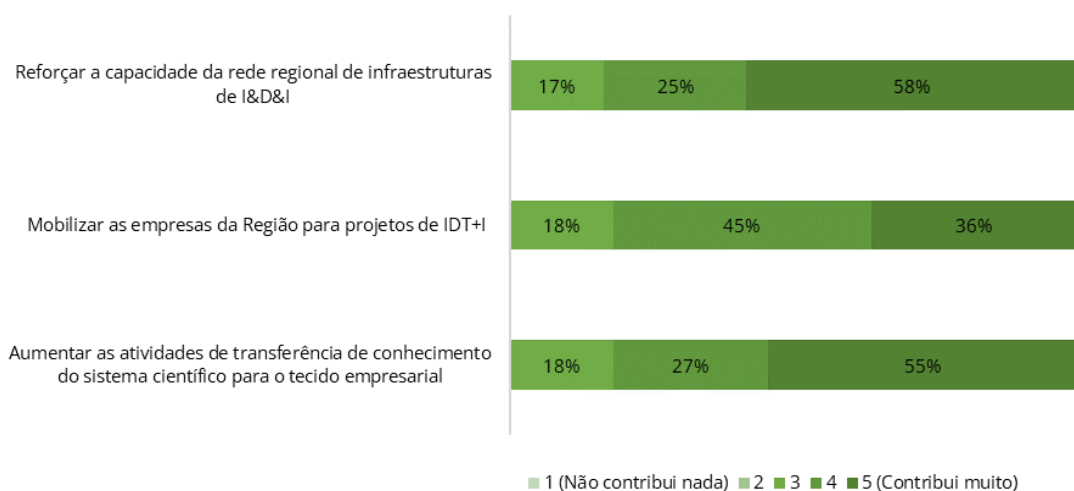


Figura A14. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 1

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

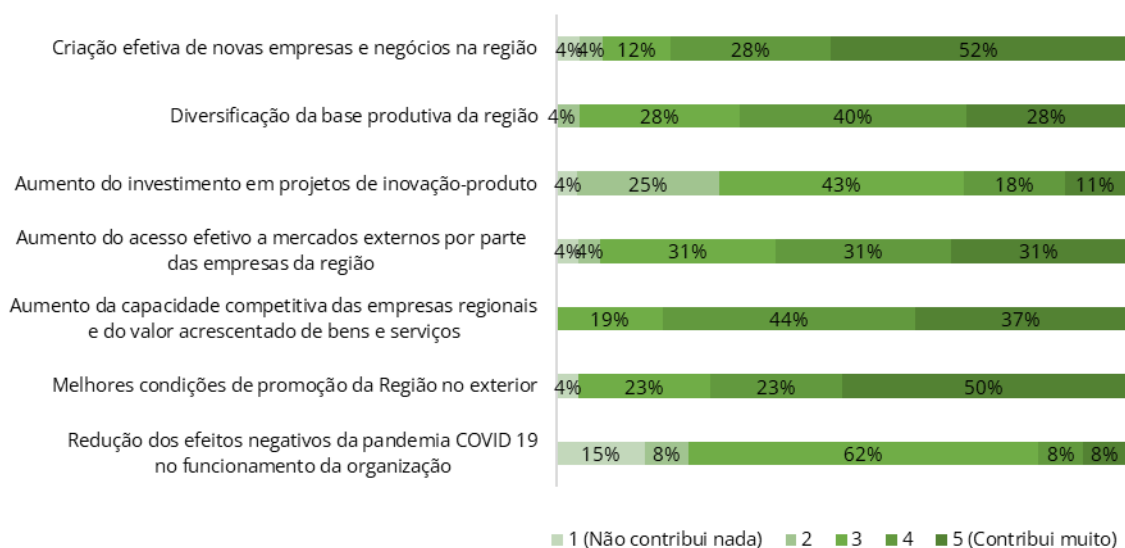


Figura A15. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 2

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

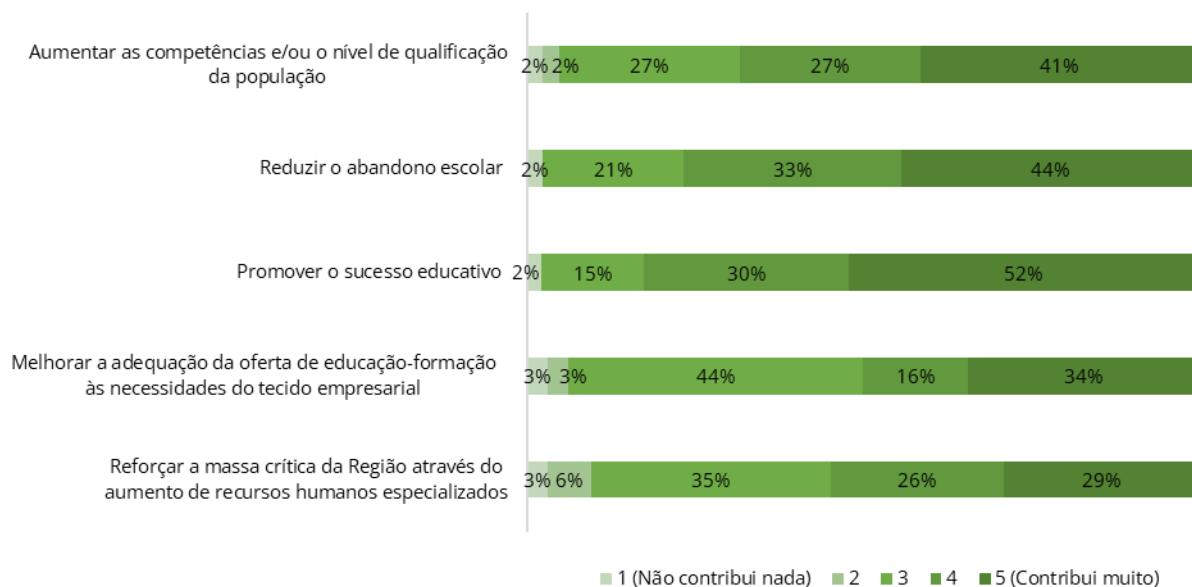


Figura A16. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 3

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

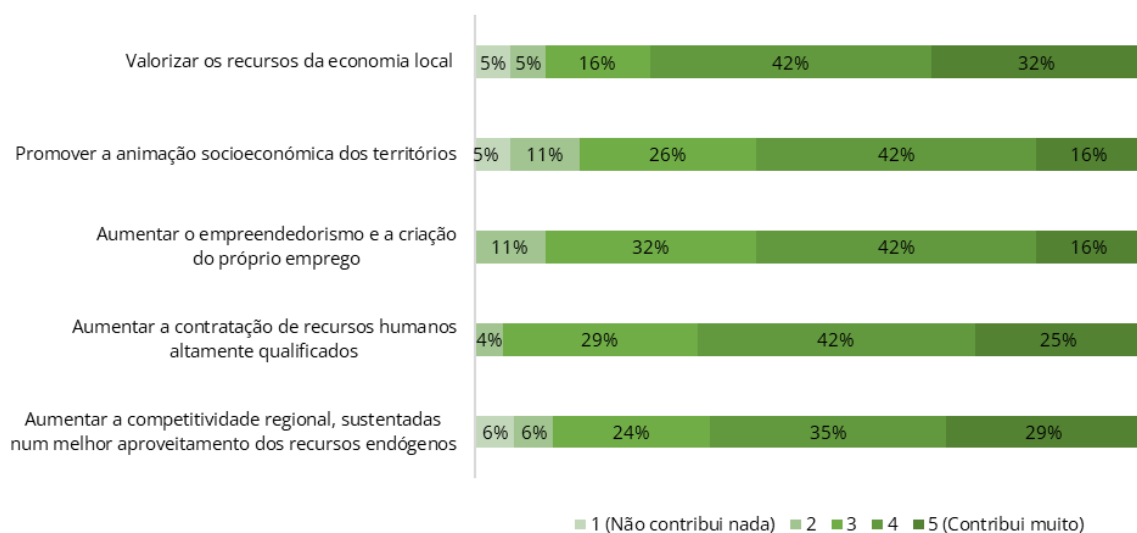


Figura A17. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 4

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020



Figura A18. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 5

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

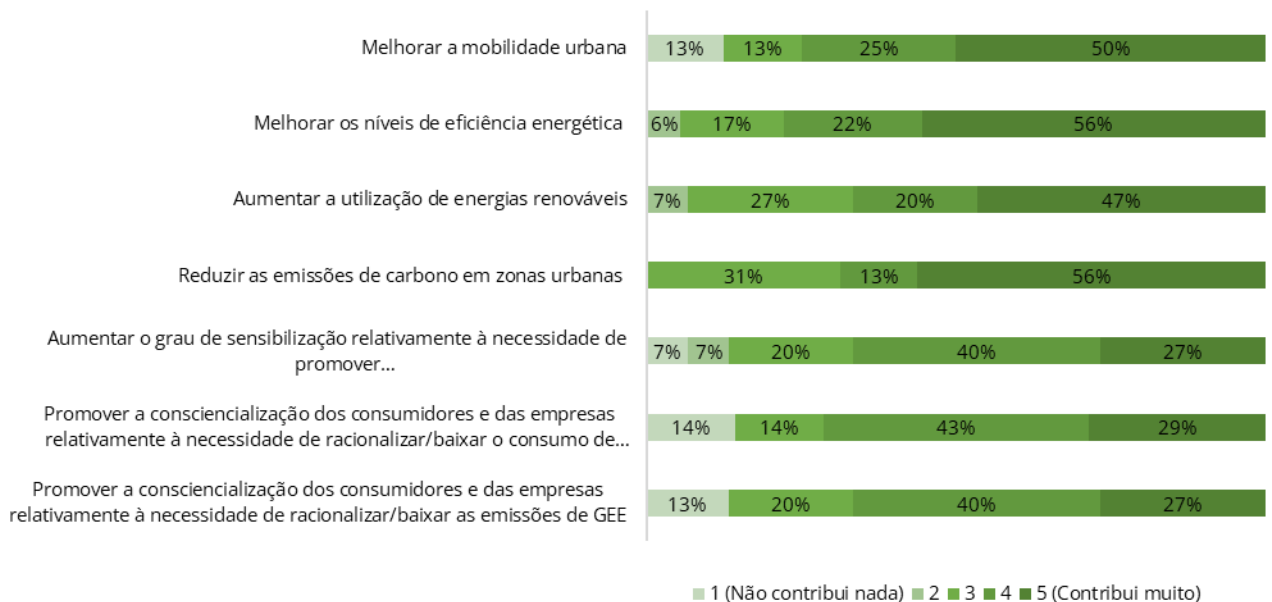


Figura A19. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 6

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020



Figura A20. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 7

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020



Figura A21. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 8

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020



Figura A22. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 9

Nota: Unidade de medida - % de promotores

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

Bloco E – Sustentabilidade

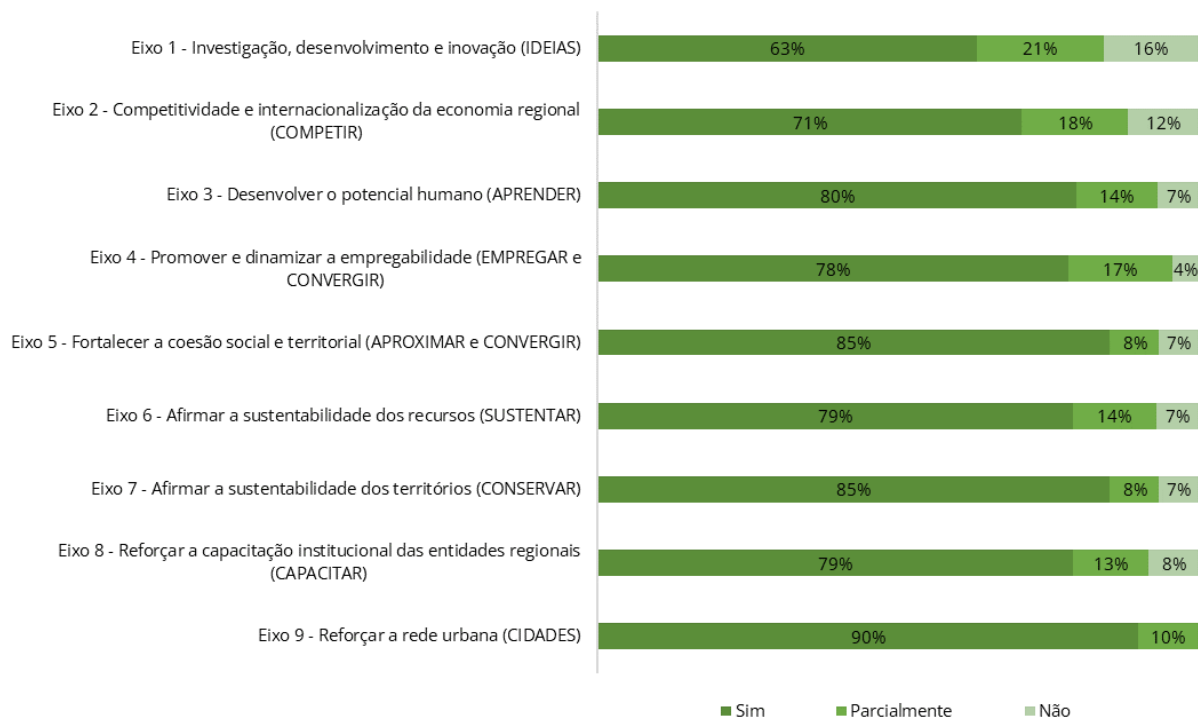


Figura A23. Avaliação da sustentabilidade financeira dos projetos

Nota: Unidade de medida - % de promotores,

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

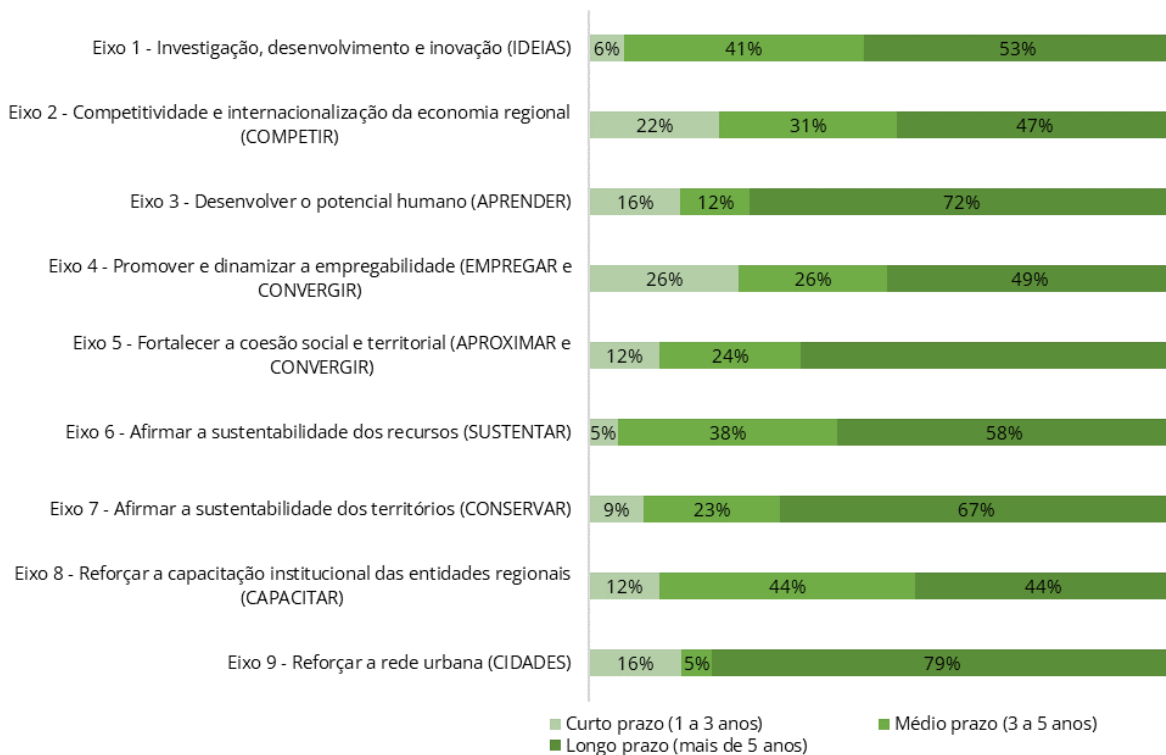


Figura A24. Avaliação da persistência no tempo, os efeitos/resultados gerados pelo(s) projeto(s)

Nota: Unidade de medida - % de promotores,

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Centro 2020

7.5.4. Resultados de Inquéritos a promotores empresariais

No âmbito da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro realizou-se um inquérito aos promotores empresariais apoiados pelo PO Centro, que decorreu entre 18 de outubro e 28 de dezembro de 2022, destinado a um universo de 2777 promotores apoiados, sendo que se obteve 633 respostas, correspondendo a taxa de resposta de 23% e a uma margem de erro de 3,4%, para nível de confiança de 95%.

Ao nível da tipologia de intervenção a representatividade é tendencialmente menor, associada a margens de erro superiores. Nesse sentido, a análise das respostas por tipologia de intervenção no âmbito das respostas às Questões de Avaliação limitar-se-á às tipologias com margens de erro até 10%.

Bloco A - Caracterização da Amostra

	Margem de erro	Nº Projetos		Investimento elegível		Nº Projetos concluídos/ execução elevada	
		Universo 4 876	Respondentes 1 188	Universo 1 173M€	Respondentes 324 M€	Universo 2 982	Respondentes 712
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	8%	7,8%	9,7%	0,4%	0,4%	3,0%	4,5%
Promoção de microempreendedorismo	7%	10,8%	12,7%	7,2%	7,5%	10,6%	13,3%
Desenvolvimento socioeconómico de base local	9%	12,0%	13,1%	2,4%	2,2%	9,3%	12,6%
Atividades de I&D empresarial	9%	6,0%	9,0%	6,8%	10,0%	5,9%	8,4%
Investimento empresarial em inovação de não PME	40%	0,3%	0,4%	2,5%	1,8%	0,4%	0,7%
Empreendedorismo qualificado e criativo	15%	5,1%	3,2%	1,9%	2,1%	8,0%	5,3%
Internacionalização das PME	8%	15,5%	12,8%	14,2%	12,6%	14,3%	10,7%
Qualificação e inovação das PME	6%	25,7%	23,2%	59,2%	58,5%	33,1%	29,2%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	17%	1,4%	2,0%	1,1%	1,4%	0,7%	1,1%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	13%	4,8%	4,0%	0,3%	0,3%	1,0%	0,8%
CRII - Atividades de I&D empresarial	29%	0,6%	0,8%	0,7%	0,8%	0,4%	0,6%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	70%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
CRII - Qualificação e inovação das PME	9%	9,7%	8,7%	3,0%	2,1%	12,9%	12,4%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	98%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%

Quadro A15. Distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

Relativamente à distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção, verifica-se que a proporção de respondentes é semelhante à do Universo. Adicionalmente, destacam-se as TI de qualificação e inovação das PME e de internacionalização das PME, sobretudo quando ponderado por investimento elegível.

	Nº Projetos		Investimento elegível		Nº Projetos concluídos/ execução elevada	
	Universo 4 876	Respondentes 1 188	Universo 1 173M€	Respondentes 324 M€	Universo 2 982	Respondentes 712
Serviços	24%	29%	13%	16%	25%	28%
Comércio	17%	13%	7%	4%	20%	16%
Agricultura, silv. e pescas	1%	1%	1%	0%	1%	1%
Turismo	10%	10%	6%	5%	9%	8%
Indústria transformadora	41%	42%	69%	70%	38%	41%
Transportes	1%	1%	1%	3%	1%	1%
Construção	4%	3%	2%	1%	5%	3%

	Nº Projetos		Investimento elegível		Nº Projetos concluídos/ execução elevada	
	Universo 4 876	Respondentes 1 188	Universo 1 173M€	Respondentes 324 M€	Universo 2 982	Respondentes 712
Energia e ambiente	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Indústria extrativa	0%	0%	1%	0%	0%	0%

Quadro A16. Distribuição de projetos por setor do promotor

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

Relativamente ao setor que apresenta maior representatividade destaca-se o setor da indústria transformadora, no que respeita à quantidade de projetos, montante elegível e projetos concluídos. Contrariamente, observa-se que os setores da indústria extrativa, agricultura, silvicultura e pescas, transportes e energia e ambiente apresentam os menores níveis representatividade, quer em número de projetos, quer em investimento elegível.

	Nº Projetos		Investimento elegível		Nº Projetos concluídos/ execução elevada	
	Universo 4 876	Respondentes 1 188	Universo 1 173M€	Respondentes 324 M€	Universo 2 982	Respondentes 712
1	29,3%	24,2%	28,1%	24,6%	42,1%	34,8%
2	36,8%	38,0%	32,2%	27,4%	32,0%	34,0%
3	16,9%	17,2%	17,7%	19,8%	13,4%	14,9%
4	8,5%	9,8%	10,9%	15,7%	6,4%	7,4%
5	4,1%	4,6%	5,4%	4,7%	3,1%	3,5%
6	2,0%	3,5%	3,2%	4,9%	1,4%	2,7%
7	1,3%	1,2%	1,3%	1,8%	0,9%	1,5%
8	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,3%	0,4%
9	0,2%	0,8%	0,1%	0,4%	0,2%	0,7%
11	0,2%	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%	0,0%

Quadro A17. Distribuição de projetos por quantidade de projetos aprovados por promotor

Fonte: Elaboração própria (2022), com base no Sistema de informação do PO Centro 2020

No que respeita à distribuição por quantidade de projetos aprovados, verifica-se que os promotores com dois projetos são os que exibem maior representatividade (38% e 27% dos respondentes, ponderado por projetos e investimento elegível, respetivamente).

Bloco B – Dinâmicas de realização e fatores de risco

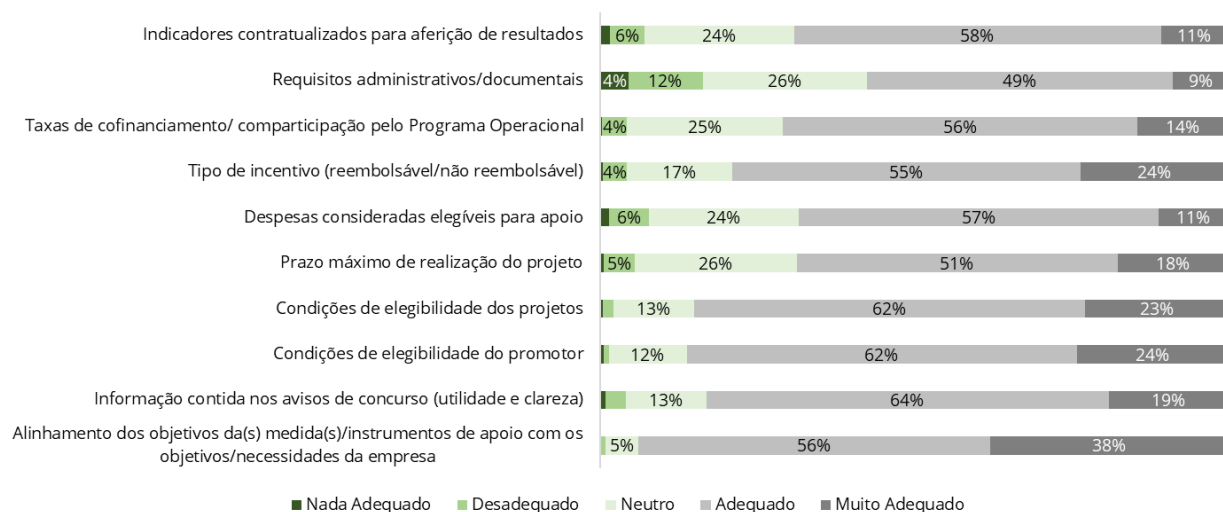


Figura A25. Avaliação da adequação das medidas dos Sistemas de Incentivos às necessidades das empresas

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

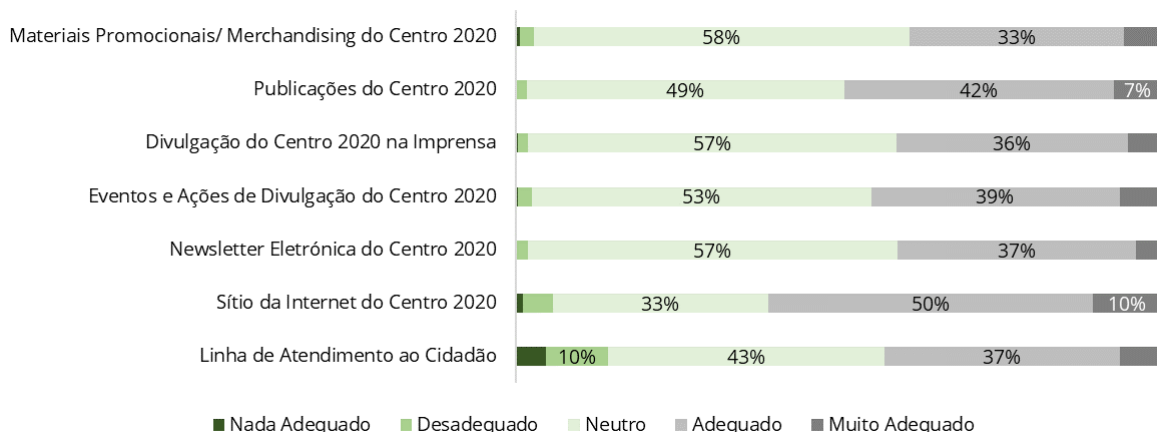


Figura A26. Avaliação da adequação das ações de Comunicação e de Divulgação do PO Centro 2020

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

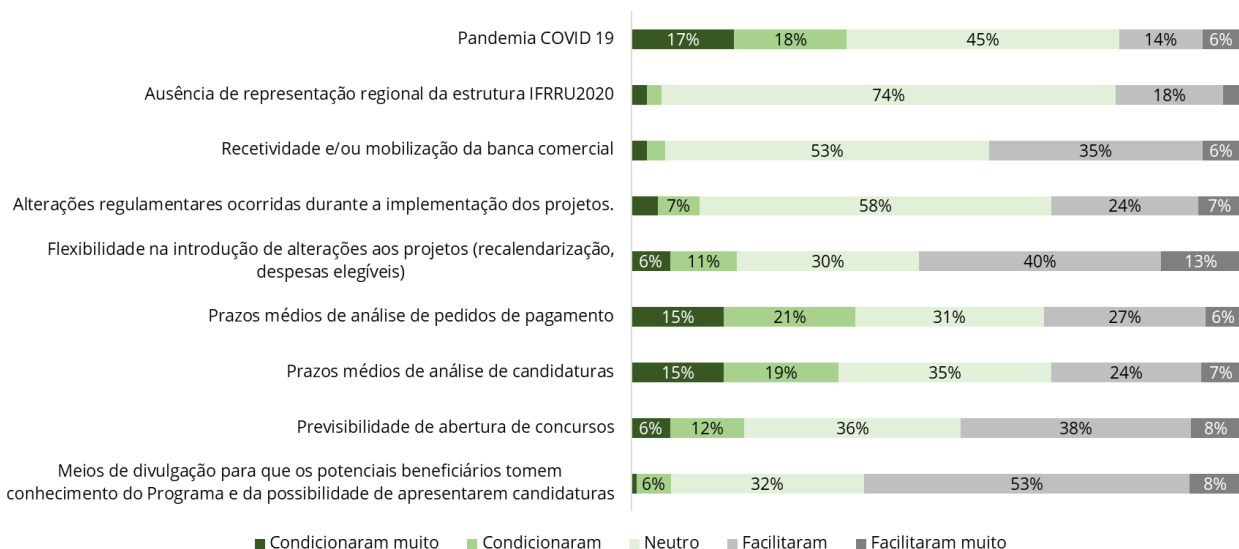


Figura A27. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

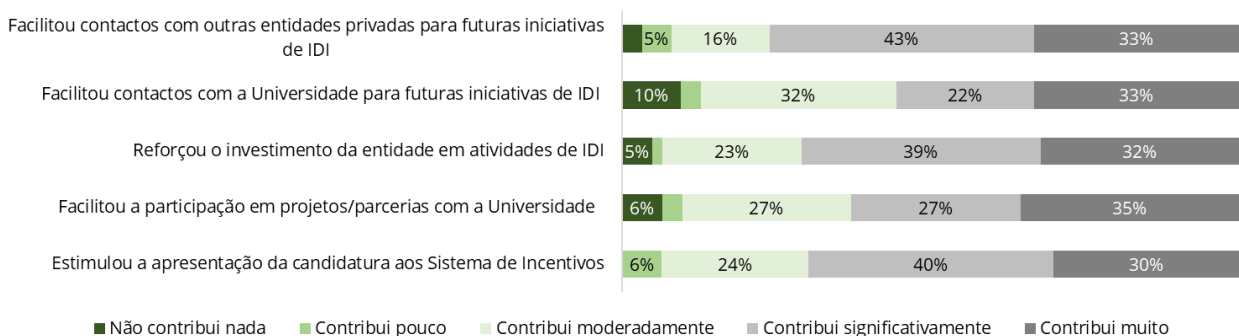


Figura A28. Contributo da participação em Ações Coletivas

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=35)

Resposta	% de promotores	% de promotores, ponderado por nº projetos
Não sofreram alterações	86%	84%
Sofreram alterações	14%	16%

Quadro A18. Alterações dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade do PO Centro 2020

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

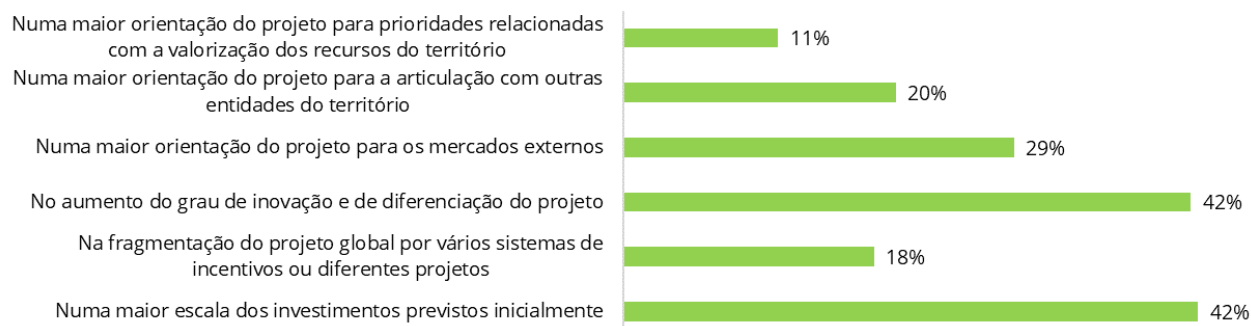


Figura A29. Principais alterações dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade do PO Centro 2020

Unidade de Medida: % dos promotores, ponderado por nº de projetos

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=89)

Bloco C – Complementaridades e Valor Acrescentado Europeu

	Não desenvolveria qualquer projeto		Desenvolveria todos projetos mesmo sem apoio	
	Nº Projetos	Montante Elegível	Nº Projetos	Montante Elegível
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	55%	41%	45%	59%
Promoção de microempreendedorismo	60%	61%	40%	39%
Desenvolvimento socioeconómico de base local	49%	54%	51%	46%
Atividades de I&D empresarial	66%	73%	34%	27%
Investimento empresarial em inovação de não PME	20%	8%	80%	92%
Empreendedorismo qualificado e criativo	63%	48%	37%	52%
Internacionalização das PME	52%	51%	48%	49%
Qualificação e inovação das PME	53%	43%	47%	57%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	71%	84%	29%	16%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	50%	56%	50%	44%
CRII - Atividades de I&D empresarial	60%	64%	40%	36%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	100%	100%	0%	0%
CRII - Qualificação e inovação das PME	69%	74%	31%	26%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	0%	0%	100%	100%
Total	57%	49%	43%	51%

Quadro A19. Relevância dos apoios recebidos no âmbito do PO Centro 2020 por tipologia(s) de intervenção

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

	Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento	Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)	Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)	Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	32%	19%	39%	37%
Promoção de microempreendedorismo	35%	14%	35%	36%

	Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento	Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)	Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)	Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)
Desenvolvimento socioeconómico de base local	55%	9%	33%	20%
Atividades de I&D empresarial	31%	14%	41%	49%
Investimento empresarial em inovação de não PME	50%	0%	50%	0%
Empreendedorismo qualificado e criativo	38%	31%	38%	31%
Internacionalização das PME	33%	8%	38%	52%
Qualificação e inovação das PME	38%	11%	36%	43%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	27%	0%	60%	53%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	42%	8%	39%	42%
CRII - Atividades de I&D empresarial	0%	14%	43%	86%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	0%	0%	100%	0%
CRII - Qualificação e inovação das PME	50%	5%	23%	33%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	0%	100%	100%	100%
Total	38%	12%	36%	40%

Quadro A20. Alterações introduzidas na ausência do suporte financeiro do PO Centro 2020

Unidade de Medida: % de projetos (no universo de projetos que seriam realizados mesmo sem apoio)

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=308)

	Não teria desenvolvido o projeto, sobretudo devido às dificuldades decorrentes da crise pandémica	Não teria desenvolvido o projeto, independentemente das dificuldades resultantes da crise pandémica
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	28%	72%
Promoção de microempreendedorismo	30%	70%
Desenvolvimento socioeconómico de base local	43%	57%
Atividades de I&D empresarial	29%	71%
Investimento empresarial em inovação de não PME	100%	0%
Empreendedorismo qualificado e criativo	36%	64%
Internacionalização das PME	48%	52%
Qualificação e inovação das PME	40%	60%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	44%	56%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	75%	25%
CRII - Atividades de I&D empresarial	0%	100%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	0%	100%
CRII - Qualificação e inovação das PME	48%	52%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	-	-
Total	39%	61%

Quadro A21. Diferenças nas opções num cenário de ausência de crise económica decorrente da pandemia

Unidade de Medida: % de projetos (no universo de projetos que não seriam realizados sem apoio)

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=325)

Resposta	% de promotores	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por montante elegível
Sim	13%	16%	16%
Não	87%	84%	84%

Quadro A22. Articulação das operações apoiadas no âmbito do PO Centro 2020 com outros instrumentos de financiamento

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

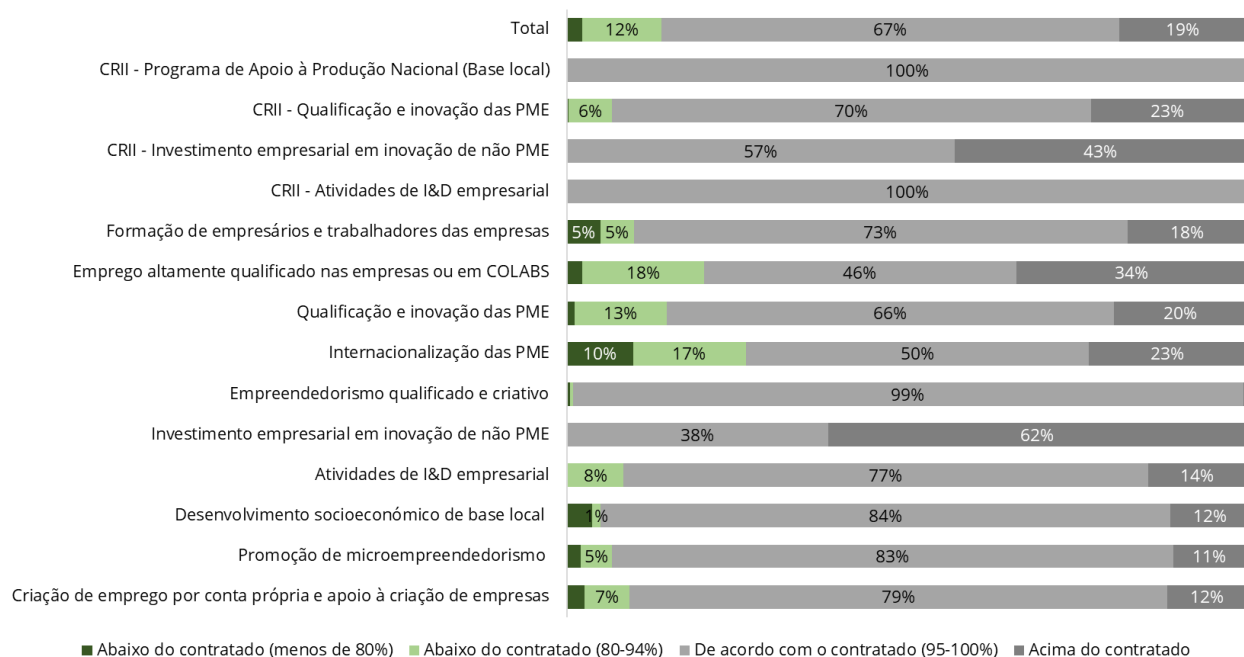


Figura A30. Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratados

Unidade de Medida: % de projetos, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

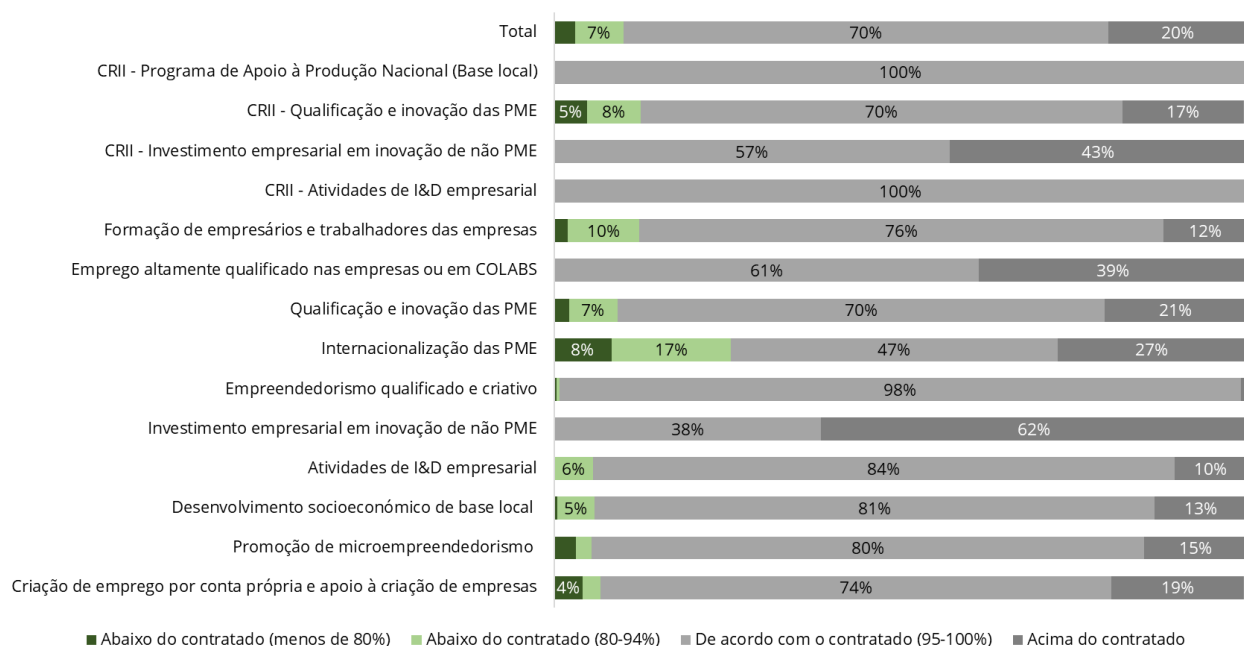


Figura A31. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados

Unidade de Medida: % de projetos, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

Resposta	Simple	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por montante elegível
Sim	94%	94%	91%
Não	6%	6%	9%

Quadro A23. Projetos concluídos ou em fase de execução elevada

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=633)

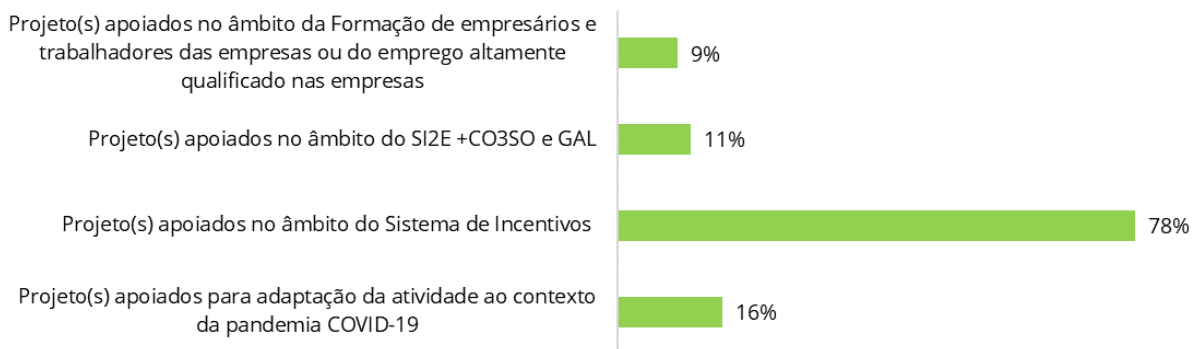


Figura A32. Âmbito dos projetos concluídos ou num nível de execução elevada

Unidade de Medida: % de promotores

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=549)

Bloco D – Resultados e Impactos

CRII

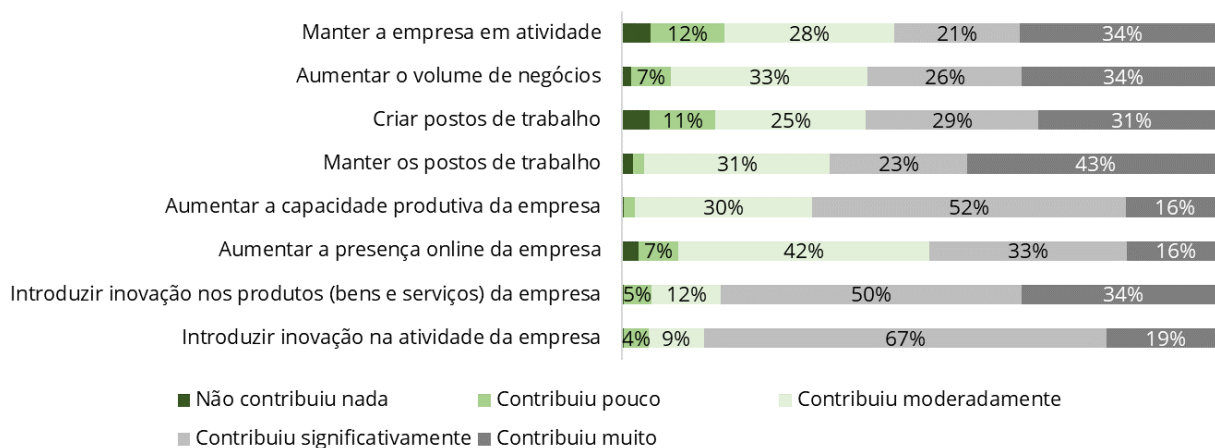


Figura A33. Contribuição dos projetos para as empresas, no âmbito das CRII

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=74)

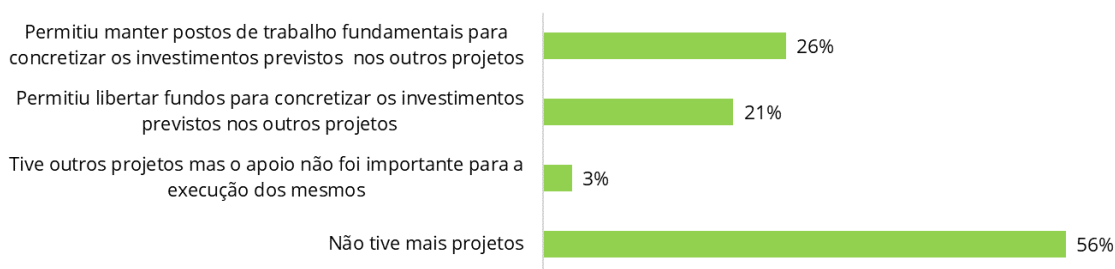


Figura A34. Importância do apoio à tesouraria para a concretização de outros projetos, no âmbito das CRII

Unidade de Medida: % de promotores

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=74)

Sistema de Incentivos

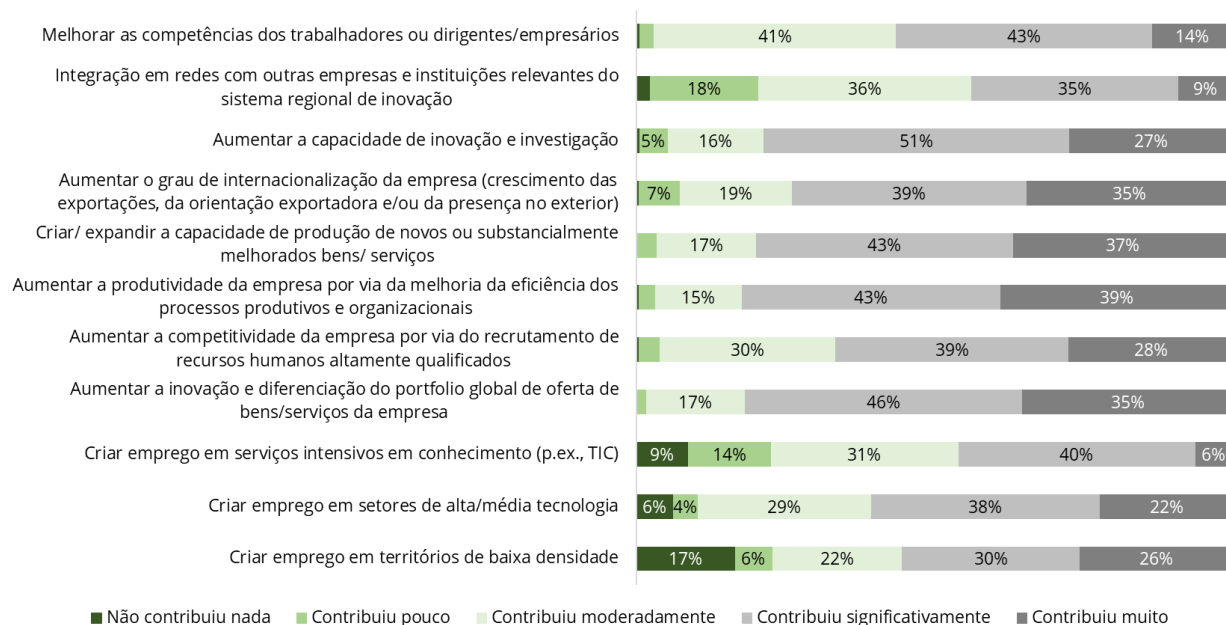


Figura A35. Contribuição dos projetos para as empresas, no âmbito do Sistema de Incentivos

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=243)

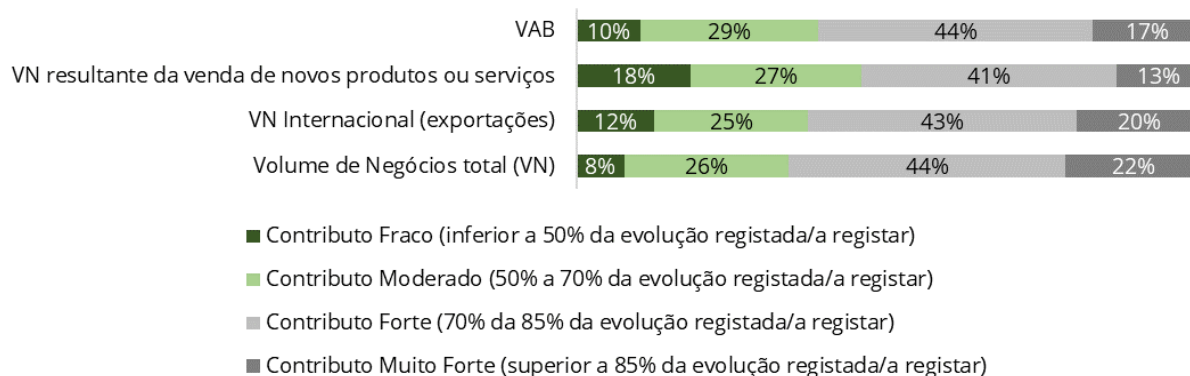


Figura A36. Contribuição para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto, no âmbito do Sistema de Incentivos

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=243)

Microempreendedorismo/ S12E

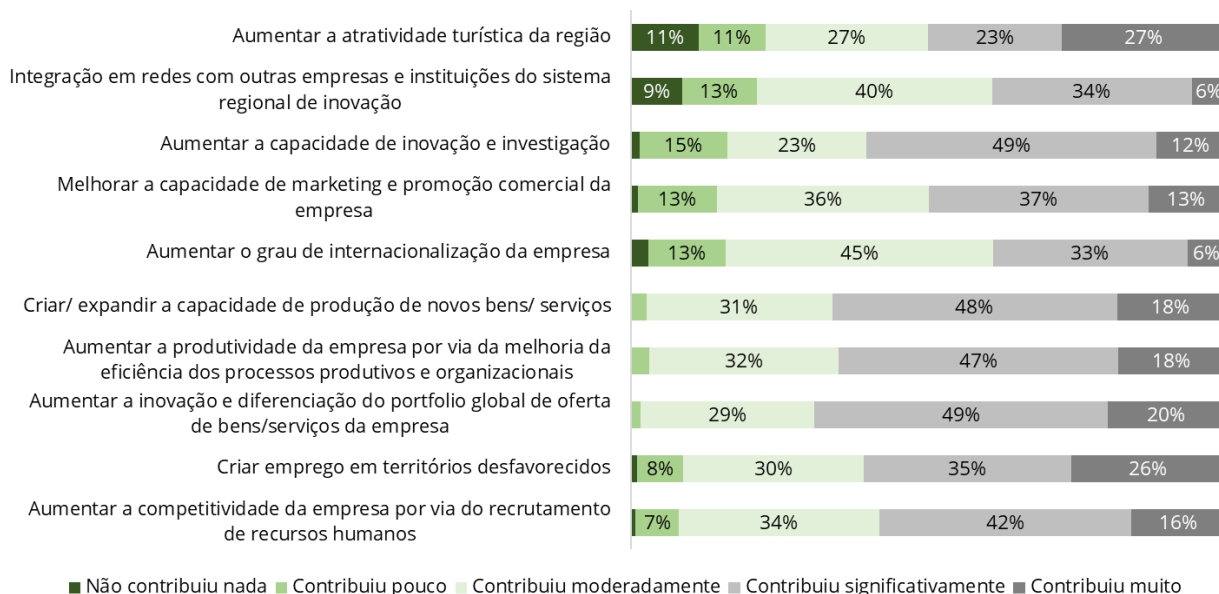


Figura A37. Contribuição dos projetos para as empresas, no âmbito do Microempreendedorismo/ S12E

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=164)

Formação e Emprego



Figura A38. Contribuição dos projetos para as empresas, no âmbito de Formação e Emprego

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=12)

Resposta	% de promotores	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por investimento elegível
Sim	58%	50%	25%
Não	42%	50%	75%

Quadro A24. Projeto apoiado ter como destino a contratação de recursos altamente qualificados

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=12)

Bloco E – Fatores Críticos

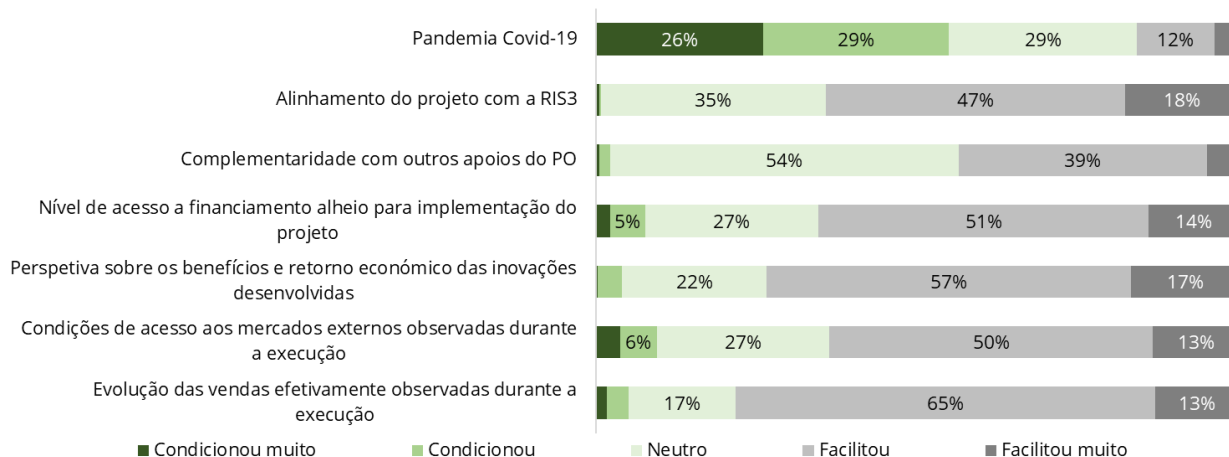


Figura A39. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=419)

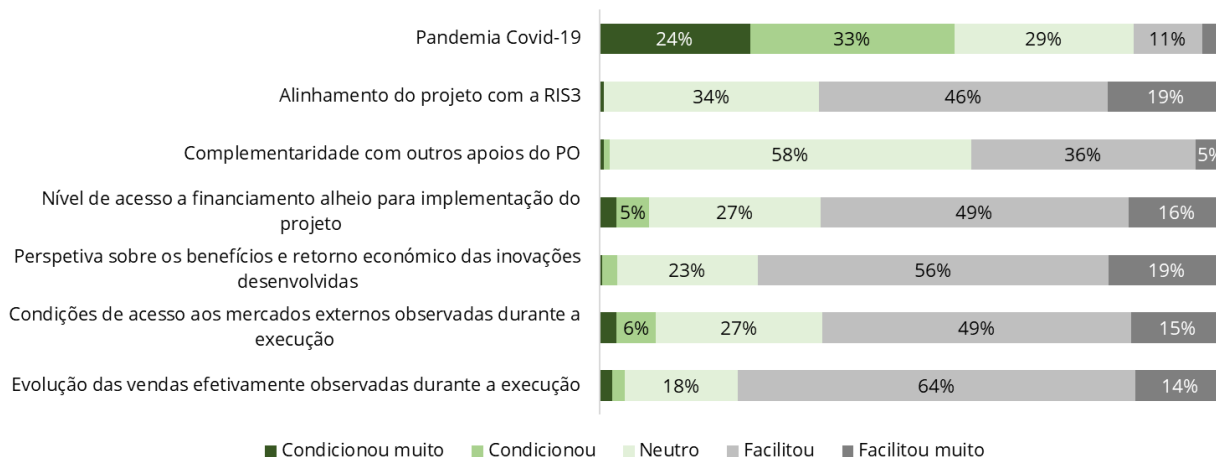


Figura A40. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto, no âmbito do Sistema de Incentivos

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=243)

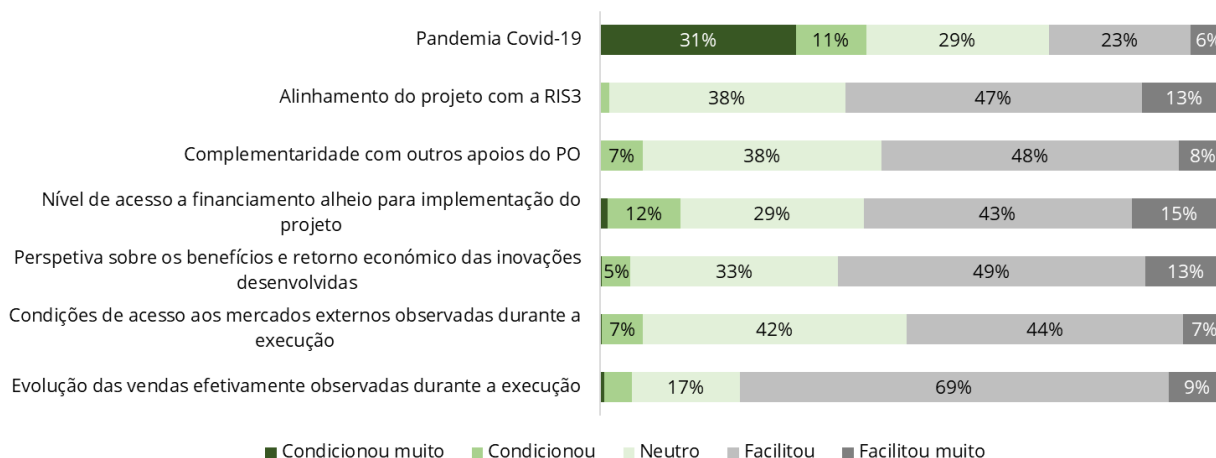


Figura A41. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto, no âmbito do Microempendedorismo/ S1ZE

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=164)

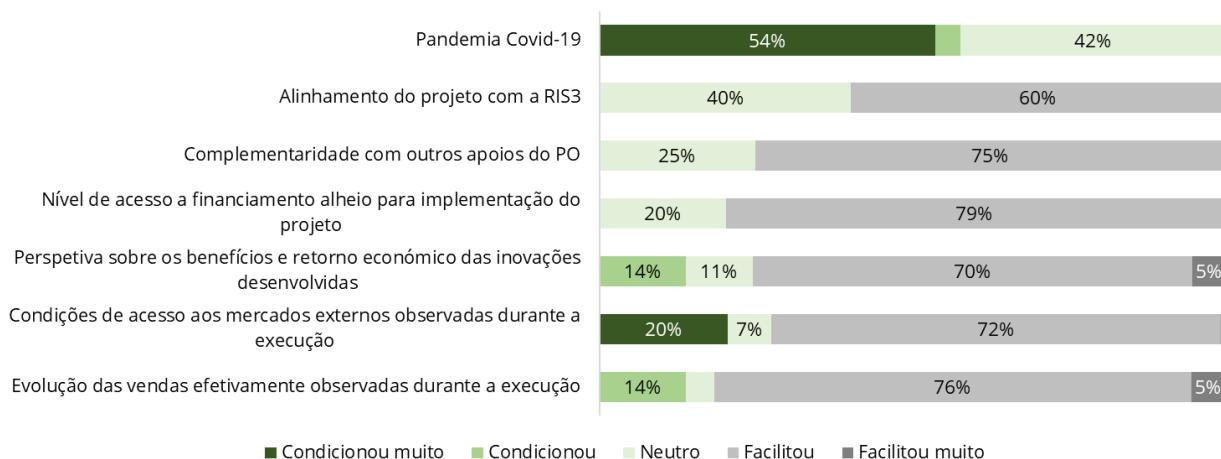


Figura A42. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto, no âmbito de Formação e Emprego

Unidade de Medida: % de promotores, ponderado por investimento elegível

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=12)

Bloco F - Sustentabilidade

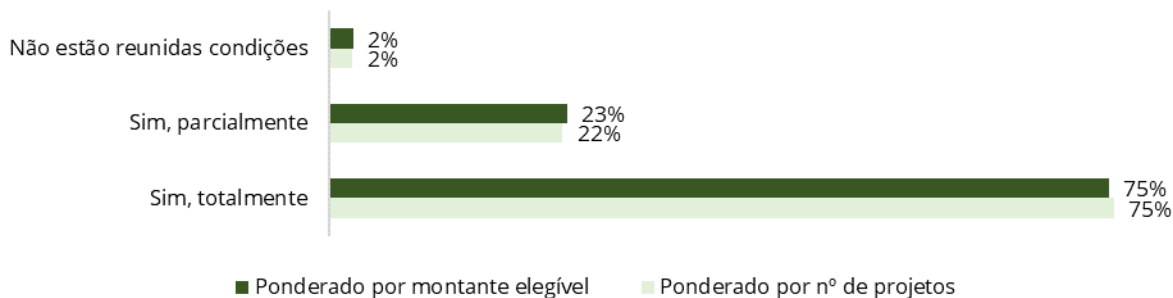


Figura A43. Sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto após o fim do apoio do PO Centro 2020

Unidade de Medida: % de promotores

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=453)

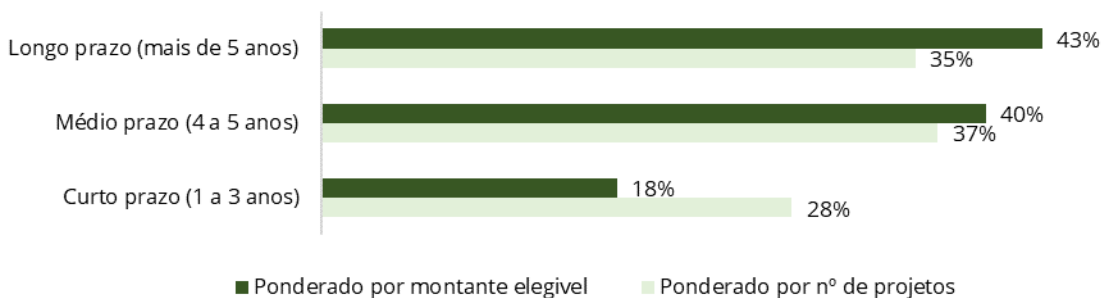


Figura A44. Perspetiva de persistência temporal dos efeitos gerados pelo projeto na evolução da empresa

Unidade de Medida: % de promotores

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=453)

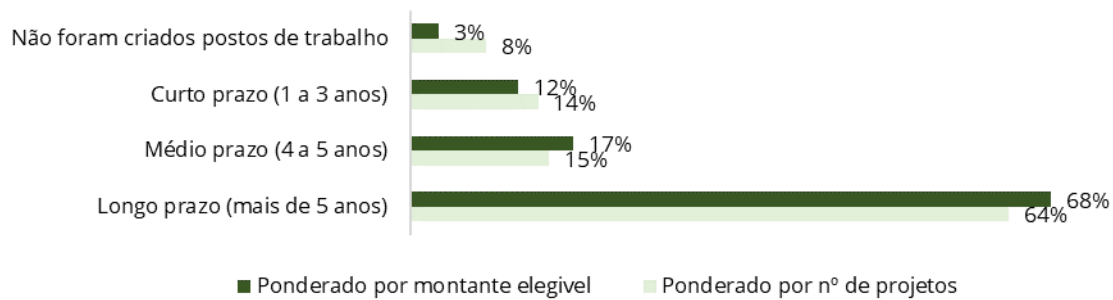


Figura A45. Perspetiva de persistência temporal dos postos de trabalho gerados pelo projeto

Unidade de Medida: % de promotores

Fonte: Elaboração própria (2022), com base nos dados do inquérito aos beneficiários do Sistema de Incentivos (n=453)

7.6. Eficiência: Informação de apoio

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
45 - Investigação científica e tecnológica	168	2	72 093 785	2	429 129,7	14,3	11 764 705,88	5 401,50
46 - Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	31	0	53 549 349	1	1 727 398,4	29,0	8 200 908,00	169 804,60
47 - Atividades de I&D empresarial	359	4	155 923 433	4	434 327,1	45,7	2 647 865,36	7 450,00
49 - Investimento empresarial em inovação de não PME	35	0	74 995 943	2	2 142 741,2	48,6	4 998 689,38	284 453,00
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	42	0	11 423 520	0	271 988,6	42,9	813 997,4	58 465,15
B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	8	0	2 392 226	0	299 028,3	37,5	498 359,14	150 100,00
D2 - CRII - Investigação científica e tecnológica	2	0	599 081	0	299 540,5	50,0	299 997,17	299 083,52
Total Eixo 1	645	7	370 977 337	10	575 158,7	29,6	11 764 705,88	5 401,50

Quadro A25. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 1

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
51 - Empreendedorismo qualificado e criativo	290	3	43 422 068	1	149 731,27	20,7	2 914 904,61	3 562,5
52 - Internacionalização das PME	1 059	11	267 460 704	7	252 559,68	38,9	1 403 302,69	6 460,00
53 - Qualificação e inovação das PME	1 600	17	1 229 782 878	34	768 614,30	32,4	63 911 428,57	1 200,16
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	723	7	48 905 774	1	67 642,84	18,3	499 950,00	3 990,00
Total Eixo 2	3672	38	1 589 571 424	44	432 889,82	26,31	63 911 428,57	1 200,16

Quadro A26. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 2

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
66 - Redução do abandono escolar	27	0	56 899 583	2	2 107 391,96	51,9	7 404 611,00	130 235,00
68 - Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade)	43	0	53 328 295	1	1 240 192,91	32,6	5 692 546,00	78 990,00
69 - Formação avançada	1	0	66 958 875	2	66 958 875,00	-	-	-
71 - Ensino profissional para jovens	17	0	13 205 422	0	776 789,53	41,2	1 834 894,71	101 224,01
73 - Infraestruturas de ensino básico e secundário	274	3	159 316 941	4	581 448,69	30,7	4 823 472,46	2 332,00
74 - Equipamentos de ensino superior	7	0	3 919 506	0	559 929,43	28,6	1 535 294,12	292 164,32
D4 - CRII - Transição Digital da Educação	3	0	16 876 712	0	5 625 570,67	33,3	16 822 724,98	18 163,00

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
Total Eixo 3	372	4	370 505 334	10	995 982,08	25,8	66 958 875,00	2 332,00

Quadro A27. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 3

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
18 - Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral	95	1	6 580 978	0	69 273,45	45,3	447 959,61	9 970,53
21 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	739	8	12 497 510	0	16 911,38	23,1	200 000,00	1 263,96
27 - Promoção de microempreendedorismo	952	10	146 359 545	4	153 739,02	53,9	268 776,98	3 822,14
28 - Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	24	0	34 484 891	1	1 436 870,46	50,0	3 412 468,40	104 564,71
59 - Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	134	1	45 536 329	1	339 823,35	23,9	2 784 458,35	41 580,00
60 - Formação de empresários e trabalhadores das empresas	293	3	5 113 780	0	17 453,17	31,1	140 589,00	130,40
D3 - CRII - Medidas de Apoio à Manutenção do Emprego	2	0	81 556 516	2	40 778 258,00	50,0	77 043 436,47	4 513 079,38
D7 - CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	17	0	2 788 069	0	164 004,06	58,8	234 656,00	29 127,68
Total Eixo 4	2256	23	334 917 616	9	148 456,39	30,0	77 043 436,47	130,4

Quadro A28. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 4

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
30 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis	3	0	39 288 666	1	13 096 222,00	33,3	29 576 217,00	2 926 431,00
32 - Intervenções integradas em territórios vulneráveis	13	0	10 378 979	0	798 383,00	30,8	1 955 133,00	379 740,00
40 e 41 - Desenvolvimento socioeconómico de base local	1 539	16	105 602 042	3	68 617,31	46,6	200 000,00	1 024,00
42 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	167	2	126 150 994	4	755 395,17	22,8	28 229 411,76	11 264,07
Total Eixo 5	1722	18	281 420 681	8	163 426,64	14,8	29 576 217,00	1 024,00

Quadro A29. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 5

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
02 - Eficiência energética nas empresas	5	0	548 099	0	109 619,80	60,0	168 085,00	6 757,9

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
03 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas	39	0	13 323 653	0	341 632,13	28,2	2 418 749,06	31 978,58
04 - Eficiência energética nas habitações	32	0	14 707 491	0	459 609,09	15,6	2 701 035,46	23 631,46
06 - Mobilidade urbana sustentável	53	1	31 153 901	1	587 809,45	39,6	2 058 592,58	25 440,00
Total Eixo 6	129	1	59 733 144	2	463 047,63	28,7	2 701 035,46	6 757,9

Quadro A30. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 6

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
14 - Património natural e cultural	198	2	110 215 177	3	556 642,31	23,7	4 834 358,74	7 872,00
16 - Reabilitação urbana	244	3	115 882 570	3	474 928,57	32,8	11 573 529,43	2 416,36
G2 - Monitorização da qualidade do ar	1	0	400 471	0	400 471,00	-	-	-
Total Eixo 7	443	5	226 498 218	6	511 282,66	27,3	11 573 529,43	2 416,36

Quadro A31. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 7

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
50 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos	28	0	29 600 776	1	1 057 170,57	28,6	4 101 751,47	36 776,97
62 - Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	16	0	11 123 206	0	695 200,38	25,0	3 226 434,14	40 936,47
63 - Formação dos trabalhadores da AP	8	0	2 200 020	0	275 002,50	50,0	456 348,68	103 158,72
64 - Capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais	39	0	11 172 301	0	286 469,26	15,3	3 498 489,97	52 941,18
Total Eixo 8	91	1	54 096 302	2	594 464,86	20,9	4 101 751,47	36 776,97

Quadro A32. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 8

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
06 - Mobilidade urbana sustentável	59	1	36 482 911	1	618 354,42	30,5	4 169 575,72	35 055,00
16 - Reabilitação urbana	186	2	206 193 881	6	1 108 569,25	32,8	25 568 819,86	52 172,57

TI	Operações		Custo Elegível Aprovado		Valor Médio por Operação	Operações Acima do Custo Médio (%)	Dispersão dos Valores das Operações (custo elegível aprovado)	
	Valor	%	Valor	%			Mais elevado	Mais reduzido
43 - Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	51	1	22 774 939	1	446 567,43	35,3	1 649 361,62	36016,88
Total Eixo 9	296	3	265 451 732	7	896 796,39	30,7	25 568 819,86	35 055,00

Quadro A33. Valores médios por operação aprovada a 31.12.2021 – Eixo 9

Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Centro 2014-2020

7.7. Estudos de caso

7.7.1. EC 1. Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados

EC 1. Departamento Clínico e Científico – Projeto e Plano de Inserção de Recursos Humanos Altamente Qualificados

ENQUADRAMENTO

Beneficiário	Owlpharma – Consulting, Lda		
Concelho	Coimbra		
NUTS III	Região de Coimbra		
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	05 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	
	Tipologia de Intervenção	59 - Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	

OPERAÇÃO

Objetivos da Operação(ões)

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • A operação consiste na contratação de recursos humanos altamente qualificados, visando a conceção, implementação e operacionalização de uma nova área de negócio, através da criação de um novo departamento interno designado por Departamento Clínico e Científico; • Com a operação pretende-se: <ul style="list-style-type: none"> ○ Possibilitar a conceção, implementação e operacionalização desta nova área de negócio, dinamizada por este novo departamento; ○ Possibilitar a prestação de serviços de consultoria altamente especializados, alavancados nas qualificações dos recursos a contratar a nível regulamentar, farmacológico, pré-clínico/ clínico e científico; ○ Promover o crescimento da empresa e as suas áreas de negócios, com foco no âmbito internacional; ○ Melhorar os serviços já prestados pela empresa, através do suporte técnico-científico altamente especializado aos departamentos já existentes na empresa; ○ Desenvolver novos serviços relacionados com a aprovação e manutenção no mercado de medicamentos e produtos de saúde, com a farmacovigilância e vigilância de produtos de saúde ou com a realização de ensaios clínicos. • Para tal, com a operação a Owlpharma pretendia contratar 2 recursos humanos altamente qualificados, com os seguintes atributos: <ul style="list-style-type: none"> ○ <u>Doutorado no Sector Farmacêutico (nível 8)</u> - Recurso humano altamente qualificado a nível Científico e Clínico nomeadamente nas áreas da farmacologia, investigação pré-clínica e clínica, com o reconhecimento pela comunidade científica necessário para emitir pareceres, relatórios, documentos técnicos e coordenar projetos de investigação. ○ <u>Licenciado / Mestre no Sector Farmacêutico (nível 6 ou 7) com 5 anos de experiência</u> - Recurso humano altamente qualificado a nível de Gestão de Processos Regulamentares com a experiência e os conhecimentos necessários para a interação com os diferentes Stakeholders (Autoridades Competentes, Indústria Farmacêutica, Profissionais de Saúde e Doentes), a execução dos serviços de acordo com os requisitos legais aplicáveis e a preparação e aprovação de processos que requerem autorização por parte das Autoridades Competentes.
-----------	--

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	07/03/2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	160 907,30
Data Prevista de Conclusão	28/02/2019	Custo Total Executado Elegível (€)	146 571,52
Data de Aprovação	29/08/2016	Apoio Aprovado (€)	80 453,65
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	73 285,75

Data (a que reporta a informação)	31/12/2021	Forma de apoio	Incentivo não reembolsável
Indicadores			
Indicadores contratualizados (2016)	Indicador		Meta
	Realização	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas	2
	Resultado	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio	100%
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		Execução
	Realização	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas	2
	Resultado	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio	100%

RACIONAL E OBJETIVOS

A candidatura da Owlpharma foi apresentada no âmbito do Sistema de Incentivos Qualificação de PME - Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados”, que visa fomentar a contratação, por parte das empresas, de recursos humanos altamente qualificados dotados de grau académico com nível de qualificação igual ou superior a 6.

O racional da operação prende-se sobretudo com a necessidade de reforçar a equipa de uma empresa jovem, mas que se tem vindo a consolidar num mercado de serviços de consultoria na área farmacêutica e de saúde, que devido à sua intrínseca exigência técnica e regulamentar, requer naturalmente elevados níveis de qualificação dos recursos para garantir a qualidade e excelência dos serviços.

A Owlpharma foi criada em 2013 e o seu objeto social é a prestação de serviços de consultoria para os negócios e a gestão, nomeadamente, nas áreas da saúde e indústria farmacêutica. Durante os 2 primeiros anos de atividade, a Owlpharma implementou e consolidou as suas 3 áreas de atuação: Assuntos Regulamentares; Farmacovigilância e Garantia da Qualidade. A consolidação de vários projetos/clientes nesses primeiros 2 anos de atividade e a perspetiva sólida de expandir o negócio para mais clientes, sobretudo no âmbito internacional, revelou a oportunidade e necessidade de expandir a equipa e as áreas de negócio. Assim, a criação do departamento clínico e científico assume um papel essencial na estratégia delineada para o futuro da empresa, permitindo fortalecer tecnicamente as áreas onde a Owlpharma já opera e desenvolver áreas de negócio complementares, com particular orientação para clientes internacionais.

Os serviços a desenvolver pelo Departamento Clínico e Científico consistem na recolha, tratamento, avaliação de dados clínicos, científicos e de segurança tendo em vista a produção de relatórios, pareceres e documentos técnicos, essenciais para a aprovação e manutenção no mercado de medicamentos, para a monitorização do perfil de segurança e da relação benefício-risco relativo aos produtos farmacêuticos e de saúde e para a transmissão de informação sobre esses produtos às autoridades competentes e à população.

Estes enquadram-se com várias linhas de ação identificadas na RIS3 da Região Centro, nomeadamente: Desenvolvimento de ações e sistemas inovadores de prevenção em saúde, Desenvolvimento de ações e sistemas inovadores que facilitem o diagnóstico precoce em saúde, e Desenvolvimento de novos tratamentos e terapias (e.g. celular, genética, biológica, farmacológica, regenerativa, entre outras).

A contratação dos 2 recursos humanos altamente qualificados vai possibilitar a conceção, implementação e operacionalização desta nova área de negócio (um dos recursos seria alocado a este departamento), mas também a consolidação e crescimento do departamento ligado aos Assuntos Regulamentares (onde seria alocado o outro recurso), possibilitando o reforço da prestação de serviços de consultoria altamente especializados.

RELEVÂNCIA

Prosseguindo a sua estratégia de crescimento e consolidação no mercado e procurando responder às oportunidades que identificava no mercado, a Owlpharma encontrava-se a contratar de forma próxima (pessoas da Faculdade de Farmácia de Coimbra), e controlada (os recursos entravam na empresa na modalidade de estágio curricular, representando um custo menor, e na maioria dos casos foram posteriormente contratados quando o estágio acabava, alguns deles ocupando hoje cargos de direção), beneficiando ainda de captar o talento antes deste entrar no mercado de trabalho. No entanto, naquele momento estratégico, a Owlpharma precisava de recursos humanos com níveis de qualificação, conhecimentos e experiência que não se coadunavam com este modelo.

A contratação de recursos humanos altamente qualificados (no caso, de 2 recursos) era portanto uma necessidade claramente identificada pela empresa, por forma a atender às exigências do mercado e aos seus objetivos de crescimento.

Atento nessa necessidade e no caráter estratégico da operação, a mesma seria realizada mesmo na ausência dos apoios comunitários, porém estes revelaram-se determinantes para o seu sucesso e para a implementação nos prazos e com o ritmo em que foi implementada.

O apoio permitiu à Owlpharma fazer uma proposta mais atrativa para conseguir captar o talento altamente qualificado que se encontrava no mercado de trabalho, sem ao mesmo tempo ter que correr tantos riscos de um ponto de vista de estabilidade financeira, tendo sido particularmente importante no contexto da empresa em causa, que sendo jovem, não era suficiente atrativa para recurso. Adicionalmente, a contratação sem o apoio teria sido feita de forma mais gradual (ao invés de em simultâneo), prejudicando os benefícios que viriam das sinergias dos departamentos em causa, e fazendo o projeto avançar mais devagar.

Apesar da Owlpharma monitorizar os apoios que vão sendo abertos, foi através da IPN-Incubadora que a Owlpharma tomou conhecimento do apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados disponibilizado pelo Centro 2020, não tendo encontrado / tido conhecimento de apoios com características similares que servissem as suas necessidades.

A natureza das atividades a desempenhar pelos recursos a contratar e os objetivos da operação não teriam sido possíveis sem a contratação de recursos com os níveis de qualificação e experiência que foram contratados nem tão pouco teria sido possível recrutar os 2 em simultâneo, pelo que apoio dos FEEI foi de grande relevância para a concretização da operação nos termos em que foi implementada e para o alcance dos objetivos da empresa.

RESULTADOS E IMPACTES

Os resultados a que a Owlpharma se propunha e que foram contratualizados com o Centro 2020 foram alcançados: os dois recursos foram contratados, encontrando-se atualmente ao serviço da empresa. O Departamento Médico-Científico foi criado e encontra-se perfeitamente operacional. Um dos recursos contratados é hoje diretor deste departamento e outro diretor do Departamento de Processos Regulamentares.

A adaptação dos recursos contratados decorreu de forma positiva, reconhecendo porém a Owlpharma que adaptação de recursos provenientes do meio académico requer um maior esforço de integração, uma vez que a transição para uma realidade (empresarial) muito orientada a resultados e sujeita a prazos diverge do contexto académico. Como fatores determinantes desta retenção a empresa destaca por um lado a dinâmica de crescimento da empresa que proporciona oportunidades de crescimento assinaláveis aos recursos contratados, e por outro, o critério no recrutamento que deve permitir uma adequação dos desafios colocados ao perfil dos recursos contratados (um dos recursos contratados, pela experiência e perfil, acabou por ter uma integração natural e bem sucedida). Por fim, a necessidade de promover um plano de integração coerente e providencie o treinamento adequado é igualmente crítico para enquadrar os recursos nas suas novas funções e promover a sua adaptação à cultura e processos da empresa, em particular os provenientes de meio académico ou com menor experiência para a função.

Em termos de impactes, a implementação da operação coincidiu com um período notável de crescimento da operação, para o qual o contributo destes 2 departamentos e, portanto, da presente operação, foi assinalável:

- Em termos de número de trabalhadores, a empresa tinha antes da operação 6 pessoas, e hoje conta com 70 (em 2 escritórios – Coimbra e Lisboa). Neste contexto, merece destaque o crescimento dos departamentos nos quais foram integrados os recursos contratados: o Departamento Médico-Científico conta hoje com 4 pessoas e o de Processos Regulamentares com 20;
- Em termos de volume de negócios, apenas no ano crítico da pandemia (2020), o crescimento da empresa foi inferior a 20%, sendo que o Departamento Médico-Científico é responsável já por 10% do volume de negócios da empresa.

Contratar os dois recursos humanos em simultâneo permitiu fazer a ponte entre os dois departamentos, e essa interação foi fundamental de um ponto de vista estratégico e de serviço ao cliente, permitindo oferecer um pacote de serviços mais completo e abrangente. A criação do novo departamento alargou o portefólio de serviços oferecidos aos clientes e as suas competências alavancaram ainda projetos noutros departamentos (cross-selling). A operação, além de contribuir para o crescimento sustentado da Owlpharma, permitiu ainda um reforço da competitividade e notoriedade da empresa nos mercados nacional e internacional.

No plano nacional, tal é revelado pelas distinções que a empresa recolheu nos últimos anos, entre os quais o reconhecimento com o Prémio Gazela, atribuído pela CCDRC, por três anos consecutivos, com o selo PME Líder, por dois anos e, em 2021 e pela primeira vez, com o selo PME Excelência, ambos atribuídos pelo IAPMEI.

No plano internacional, a credibilidade acrescida que os currículos contratados trouxeram à Owlpharma permitiram superar um pouco o estigma que existe por parte de empresas estrangeiras associado à contratação de serviços fornecidos por uma empresa portuguesa em setores tão exigentes como o da saúde/ farmacêutico, onde as empresas internacionais tendem a sedear-se em localizações altamente desenvolvidas, sofisticadas e exigentes.

O sucesso da operação e da empresa revela-se ainda na sua maior atratividade perante o mercado de trabalho, uma vez que antes tinham maior dificuldade em recrutar e hoje debatem-se sobretudo com a dificuldade em analisar o número muito elevado de candidaturas sempre que abrem uma nova vaga.

Embora não estivesse nos planos da Owlpharma, a contratação dos recursos humanos altamente qualificados criou ainda capacidade para que a empresa fosse reconhecida pelo SIFIDE, o que por sua vez permite à Owlpharma apoiar os seus clientes em projetos de I&D. Ainda que de forma indireta e sem resultados com expressividade em termos de serviços prestados aos seus clientes até à data, este efeito não esperado permite que a empresa se posicione como parceira dos seus clientes neste âmbito, facilitando a aposta destes em investimento em I&D uma vez que estes podem beneficiar dos serviços prestados pela Owlpharma enquanto entidade certificada no âmbito do SIFIDE.

A experiência de criar o departamento médico-científico levou a Owlpharma a repensar o modelo de crescimento, abrindo portas para que outros projetos similares pudessem ser criados até se tornarem departamentos autónomos, alavancando conhecimentos existentes ou trazendo qualificações externas. Tal veio a efetivar-se inclusive numa segunda candidatura ao Centro 2020 no âmbito da mesma tipologia de intervenção, a qual veio a ser aprovada encontrando-se em execução.

Além dos impactos diretos na Owlpharma, esta trajetória da empresa, potenciada por esta operação, impacta positivamente a economia regional, seja pela fixação de população ativa com maiores qualificações e rendimentos, seja pelo próprio investimento da empresa na Região, como por exemplo na aquisição e reabilitação do imóvel da sua sede em Coimbra ou naturalmente nos consumos intermédios da empresa a empresas locais. Além disso, a Owlpharma assinala ainda a relevância do efeito de difusão que a operação e a trajetória da Owlpharma motivou noutras empresas (por exemplo, outras empresas da IPN-incubadora foram expostas às aprendizagens da Owlpharma, criando um efeito de difusão).

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Apesar do sucesso da operação e da experiência bastante positiva da Owlpharma com o Centro 2020 (merecendo destaque a clareza e transparência dos avisos e o acompanhamento/ capacidade de resposta do PO), identificaram-se obstáculos à implementação da operação que ainda que sem impactos muito significativos para a Owlpharma pelo seu sucesso e crescimento, foram menos positivos e poderiam penalizar os beneficiários neste tipo de intervenções. Entre estes aspetos são destacados:

- Prazos de análise de candidaturas e sobretudo de dos pedidos de pagamento e subsequente reembolso, que poderia colocar sérias dificuldades de tesouraria aos beneficiários;
- A plataforma pouco intuitiva e ágil que é usada para comunicar e carregar as informações do projeto junto do Centro 2020.

No plano externo à relação com o Centro 2020, assinala-se as dificuldades impostas pela pandemia que condicionaram o desenvolvimento de algumas atividades (realizadas presencialmente, como por exemplo auditorias) que eram representativas do volume de negócios da empresa e que condicionaram a trajetória da empresa, obrigando-a a adaptar-se.

Por fim, o principal obstáculo que a Owlpharma sente atualmente e com particular impacto no desenvolvimento deste tipo de operações e em serviços baseados em capital humano/ conhecimento é a dificuldade em captar e reter talento num contexto de pós-pandemia, em que o trabalho híbrido e remoto são cada vez mais normalizados. Tendo Portugal recursos humanos altamente qualificados e competentes, e havendo a possibilidade de trabalho remoto, as empresas multinacionais vêm oportunidade de contratar recursos nacionais, fazendo propostas no mercado de recrutamento com as quais a Owlpharma não consegue competir. Esta situação já se verificou inclusive numa segunda operação da Owlpharma no âmbito de apoios do Centro 2020 à contratação de recursos humanos altamente qualificados.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

A Owlpharma realça a aprendizagem do modelo de criação de condições para que novos departamentos e subdepartamentos possam surgir (semear ideias de negócio) como uma das principais lições deste projeto. A empresa reforça também a importância de aumentar a conversação e colaboração entre os meios académico e empresarial, para que possa haver troca de conhecimentos e recursos humanos, e complementaridade de competências e abordagens.

Dados os resultados e impactos da operação, é fortemente recomendada a replicação deste tipo de medidas de recrutamento de recursos altamente qualificadas.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data
Entrevista	César Gonçalves	17/02/2023
Focus Group		

7.7.2. EC 2. Mobilidade Urbana Sustentável e Descarborização

EC 2. Mobilidade Urbana Sustentável e Descarborização

ENQUADRAMENTO

Beneficiário	Comunidade Intermunicipal do Oeste	
Concelho	-	
NUTS III	Oeste	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
	Tipologia de Intervenção	6 - Mobilidade urbana sustentável

OPERAÇÃO - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da OesteCIM (CENTRO-06-1406-FEDER-000004)

Objetivos da Operação(ões)

Objetivos	<p>i) A melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens: Equacionar a utilização de determinada tipologia de veículos de acordo com os trajetos que efetuam para promover mais eficiência ao nível de custos e de desempenho ambiental;</p> <p>ii) A promoção de uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes: Cruzar os pontos de interesse com os locais de recolha de passageiros e a necessidade de interfaces entre modos de transporte, garantindo que os cidadãos que vivem, trabalham ou visitam o Oeste se deslocam confortavelmente e de forma segura, assegurando melhores condições ambientais e de sustentabilidade;</p> <p>iii) A garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo: O PAMUS caracterizará os fatores que influenciam a mobilidade e a acessibilidade no território, pensando, gradualmente, em transferir a preocupação da mobilidade para a acessibilidade;</p> <p>iv) A redução do impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis: Incentivar a criação de espaços prioritários, seguros e confortáveis, para circulação em modos suaves de deslocação, mas também promover o incremento da qualidade dos transportes públicos (TP) para possibilitar uma efetiva redução das deslocações em transporte individual;</p> <p>v) A redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia: Conseguir que um maior número de pessoas utilize os TP e modos suaves, nomeadamente o andar a pé e de bicicleta, permitirá libertar o número de automóveis a circular na região Oeste.</p>
-----------	--

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	26-08-2015	Custo Total Aprovado Elegível (€)	79.950,00
Data Prevista de Conclusão	30-06-2016	Custo Total Executado Elegível (€)	79.950,00
Data de Aprovação	29-07-2015	Apoio Aprovado (€)	67.957,50
Estado da Candidatura	Concluída	Apoio Executado (€)	64.559,63,50
Data (a que reporta a informação)	31-12-2021	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável

Indicadores

Indicadores contratualizados (2015)	Indicador		Meta
	Realização	-	-
Resultado	-	-	
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		Execução
	Realização	-	-
Resultado	-	-	

RACIONAL E OBJETIVOS

O PAMUS teve como principal objetivo apresentar uma resposta estruturada às necessidades de transporte e mobilidade de nível sub-regional, considerando as melhores práticas ao nível da eficiência de provisão de serviço. Para tal foi definida uma abordagem consensualizada entre os vários municípios que integram a sub-região Oeste, tendo-se procurando corrigir ineficiências e desequilíbrios de nível municipal e intermunicipal e definir um plano de ação consertado e articulado entre todas as partes.

A natureza deste Plano faz com que a OesteCIM tivesse conhecimento prévio relativamente ao seu desenvolvimento, o que permitiu preparar a instrução da candidatura e o desenvolvimento da operação de forma eficiente, não obstante alguns constrangimentos nesse processo, relacionados com as especificidades da operação, que foram sendo ultrapassados através da interação com a AG.

À data, a abordagem do PAMUS teve uma forte componente de intervenções físicas (materiais), sendo que atualmente é notória uma necessidade de melhoria nos processos imateriais, nomeadamente, nos sistemas de apoio à gestão e monitorização suportados por sistemas de inteligência artificial e pela ciência dos dados.

Neste âmbito a OesteCIM tem desenvolvido uma abordagem de desenvolvimento muito suportada no conceito de *smart region* cujos resultados têm muita relevância para a temática do transporte, devendo ser aproveitados e considerados em próximas abordagens sobre esta matéria, sendo para isso necessário que os AAC também considerem essa possibilidade.

RELEVÂNCIA

Os desafios e constrangimentos enfrentados pelos sistemas de transporte fazem do PAMUS um documento fundamental para operacionalizar uma abordagem integrada e de perspetiva intermunicipal, gerando vantagens de escala. Neste âmbito, as especificidades territoriais têm um papel central, pelo que a articulação entre os vários municípios foi essencial para alcançar um quadro de eficiência que permita satisfazer necessidades específicas e transversais dos cidadãos que residem e trabalham na região.

É também reconhecido mérito à promoção dos meios de mobilidade suave e ativa que têm um papel relevante na qualidade do espaço público, para além de ganhos em matéria de saúde e qualidade de vida.

Não obstante, os objetivos propostos só serão plenamente alcançados após uma mudança comportamental mais profunda, sendo que esta também só será possível se o nível de provisão de serviço for capaz de dar resposta às necessidades dos cidadãos. Nesse âmbito, a dimensão que pode permitir a diferenciação qualitativa da oferta de serviços situa-se ao nível da capacidade de produção, recolha, tratamento e análise de dados, num contexto de *big data* que, para já, não se encontra refletida nos AAC. Existe também alguma incapacidade da AG para delinear e moldar processos nesse âmbito, o que pode vir a constrear iniciativas neste âmbito.

Por outro, o atraso na concretização de outros elementos infraestruturais de base para o fenómeno da mobilidade na região impactam negativamente o nível de serviços, como a Linha do Oeste e o IC11, sendo que estes fatores são entendidos como externalidades que afetam a concretização plena do PAMUS.

RESULTADOS E IMPACTES

O PAMUS concretizou os seus objetivos, na medida em que permitiu melhorar as condições de elementos relevantes para o sistema de transporte, designadamente, a criação de canais dedicados aos meios suaves, a melhoria da qualidade das paragens e áreas de espera. Isto permitiu também ganhos no que se refere à qualidade do espaço público, que foi também intervencionado neste âmbito.

O PAMUS constituiu também uma oportunidade de visibilização dos meios de transporte suaves e da mobilidade ativa, tendo contribuído para melhoria das condições associadas a estas tipologias de deslocação, que são também usadas para fins recreativos e de lazer.

A abordagem proposta no âmbito do PAMUS permitiu uma melhor integração da intermodalidade, que se refletiu num aumento do número de utilizadores dos transportes públicos.

Os ganhos políticos das intervenções em elementos visíveis no espaço público também não podem ser negligenciados.

No entanto, o desenvolvimento de corredores verdes não foi plenamente concretizado, sendo que a esse nível a subregião dispõe de potencialidades interessantes, em que as necessidades de deslocação podem ser harmonizadas com a qualidade paisagística e dos ecossistemas, em que a intervenção num dos domínios permitiria também ganhos e melhorias nos demais. Essa componente não teve uma concretização plena, sendo algo fundamental e a observar em abordagens futuras.

A já referida ausência de um componente de gestão desmaterializada também afeta negativamente os resultados e impactes do PAMUS.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Numa primeira fase, foi necessário garantir uma abordagem articulada, que assegurasse os vários interesses municipais, que em alguns casos podem não ser totalmente coincidentes. No entanto, estes constrangimentos foram sendo ultrapassados através de uma postura colaborativa e a promoção de interesses intermunicipais.

Atualmente, é notória a falta de uma componente de gestão das redes de transporte suportada na disponibilização de dados em tempo real, permitindo um acompanhamento e decisão em tempo útil e personalizada para as necessidades dos cidadãos. É fundamental que a transição digital esteja também presente nos sistemas de transporte e mobilidade enquanto fator da sua própria sustentabilidade.

Por outro lado, ainda é notório o recurso excessivo ao automóvel particular, o que está ligado a uma cultura de mobilidade instituída à várias gerações e que constitui um obstáculo que será necessário ultrapassar.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

A promoção de abordagens desmaterializadas, nomeadamente aquelas ligadas com sistemas de gestão e monitorização, suportadas em *big data* e *data science* são fundamentais e devem ser consideradas no próximo quadro de programação. É também fundamental que a AG acompanhe estes temas e promova a capacitação dos seus recursos para que os AAC e o processo de análise de candidaturas observe estas componentes.

A escala intermunicipal é fundamental para garantir a harmonia e funcionalidade das redes de transporte e da mobilidade dos cidadãos, pelo que é essencial ancorar o processo de decisão em posições concertadas e coordenadas entre todas as partes envolvidas, com destaque para os municípios. Por outro lado, é igualmente essencial que o Estado Central proporcione as condições necessárias para a concretização de investimentos estruturantes para a sub-região e que estão já previstos em vários documentos de política, como o Programa Nacional de Investimentos.

Acresce que, atualmente, as CIM dispõem de recursos altamente qualificados e competentes o que permite elevar o seu nível de preparação para responder aos desafios contemporâneos, muito centrados na circularidade, descarbonização e melhoria da qualidade de vida. É necessário que também a AG possibilite o financiamento de componentes estruturantes para esse fenómeno, de que são exemplo os já referidos elementos ligados ao software e à produção e análise de dados. Neste âmbito, assinala-se que a OesteCIM tem desenvolvido uma abordagem ligada às smart regions que a posiciona de forma estratégica para aproveitar as potencialidades resultantes da digitalização e informatização de processos e técnicas.

METODOLOGIA DE ANÁLISE		
Método	Participante(s)	Data
Entrevista	Paulo Simões, Secretário Executivo da OesteCIM	26-05-2023
<i>Focus Group</i>	-	-

7.7.3. EC 3. Reabilitação Urbana e Património

EC 3. Reabilitação Urbana e Património

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	Município de Águeda	
Concelho	Águeda	
NUTS III	Região de Aveiro	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
	Tipologia de Intervenção	Reabilitação Urbana

OPERAÇÃO - PARU 3, 5 e 6. - Reabilitação dos edifícios do Conservatório, casa de ensaios do Cancioneiro e Orquestra Típica

Objetivos da Operação

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualidade do ambiente urbano e a dinamização sociocultural e económica da cidade; Reabilitar edifícios públicos com funções âncora no panorama cultural do concelho de Águeda; Melhorar as condições de utilização dos edifícios do Conservatório, Orquestra Típica e Cancioneiro através da resolução dos constrangimentos identificados; Revitalizar e dinamizar o espaço urbano onde se localizam os edifícios do Conservatório, Orquestra Típica e Cancioneiro, através do reforço da sua atratividade; Garantir a acessibilidade para todos aos edifícios de utilização pública, em conformidade com a legislação em vigor (percursos acessíveis quer no exterior quer no interior, entradas e instalações sanitárias, pavimentos exteriores); Estimular e apoiar a reabilitação do edificado degradado ou funcionalmente inadequado e dos espaços públicos desqualificados.
-----------	---

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	01-05-2019	Custo Total Aprovado Elegível (€)	754.811,51
Data Prevista de Conclusão	31-07-2020	Custo Total Executado Elegível (€)	719.936,62
Data de Aprovação	17-06-2019	Apoio Aprovado (€)	641.589,78
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	648.522,02
Data (a que reporta a informação)	23-12-2020	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores

Indicadores contratualizados (2018)	Indicador		Meta
	Realização	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	
Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)		2 (ano alvo 2023)
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		Execução
	Realização	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	n.d.
Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)		n.d.

OPERAÇÃO - PARU 4 - Reabilitação do Espaço Público envolvente à Casa do Adro

Objetivos da Operação

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as condições do espaço público e de deslocação, através da resolução dos constrangimentos identificados na área de intervenção; Promover uma cidade mais inclusiva, oferecendo à sua população com mobilidade condicionada espaços que permitam uma forma autónoma de deslocação; Promover a articulação e integração dos diferentes espaços urbanos existentes na cidade de Águeda; Qualificar espaços públicos de circulação da cidade, com especial ênfase nas áreas de maior utilização, onde se concentram serviços e registam as mais intensas dinâmicas urbanas;
-----------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de uma rede urbana de circuitos pedonais, eficaz para este tipo de mobilidade; • Promover o desenvolvimento e melhoria da estrutura ecológica urbana, através de espaços/percursos pedonais que, onde possível, serão arborizados/ajardinados; • Concretizar ações complementares e interligadas previstas no PEDU - a presente operação e as operações PARU 3, 5 e 6; • Aumentar o nível de satisfação dos residentes na área da ARU de Águeda/PEDU.
--	---

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	01-08-2019	Custo Total Aprovado Elegível (€)	398.959,41
Data Prevista de Conclusão	30-06-2020	Custo Total Executado Elegível (€)	305.461,6
Data de Aprovação	13-12-2018	Apoio Aprovado (€)	339.115,5
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	295.385,6
Data (a que reporta a informação)	30/09/2019	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores

Indicadores contratualizados (2018)	Indicador		Meta
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	1000,00 (ano alvo 2023)
Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	2,00 (ano alvo 2023)	
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		Execução
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	n.d.
Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	n.d.	

RACIONAL E OBJETIVOS

O presente EC agrega duas operações realizadas no Município de Águeda, mais especificamente a operação “PARU 3, 5 e 6. - Reabilitação dos edifícios do Conservatório, casa de ensaios do Cancioneiro e Orquestra Típica” e a operação “PARU 4 - Reabilitação do Espaço Público envolvente à Casa do Adro”, uma conjugação com vista à reabilitação de uma área central e estratégica da cidade de Águeda que se encontrava em avançado estado de degradação e paulatino abandono.

A operação “PARU 3, 5 e 6. - Reabilitação dos edifícios do Conservatório, casa de ensaios do Cancioneiro e Orquestra Típica” visa a reabilitação dos edifícios do Conservatório de Música de Águeda (que leciona em regime de Ensino Articulado), da Casa de Ensaios do Cancioneiro e da Orquestra Típica, uma vez que se tratam, de edifícios situados no centro da cidade, no núcleo histórico e tradicional, na União das Freguesias de Águeda e Borralha, e que são espaços nevrálgicos no âmbito das dinâmicas culturais do município.

Este conjunto edificado conhecido por “Casa do Adro” constituía originalmente uma antiga casa senhorial com alguns edifícios de apoio, tendo sido adaptado para funções de equipamento cultural. Porém, os edifícios encontravam-se em avançado estado de deterioração, totalmente inadequados para assegurar as funções que acolhiam, carecendo de múltiplas e concertadas intervenções de reabilitação, designadamente:

- Obras de ampliação dos edifícios do Conservatório e da Orquestra Típica;
- Colocação de um novo telhado no edifício do Cancioneiro;
- Criação de instalações sanitárias acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada, com dimensões legalmente definidas, nos edifícios do Cancioneiro e Orquestra Típica;
- Colocação de pavimentos interiores;
- Reforço dos vãos com estruturas de betão (edifício do Cancioneiro);
- Construção de paredes duplas com caixa-de-ar e drenagem para resolver as infiltrações existentes no piso inferior do edifício da Orquestra Típica;
- Conservação e revestimento de paredes exteriores com materiais tradicionais da arquitetura Aguedense;
- Substituição de caixilharias e melhoramentos da cobertura do edifício do Conservatório;
- Promoção da acessibilidade, através da criação de percursos acessíveis entre os principais espaços e zonas, possibilitando a fácil deslocação de pessoas com mobilidade condicionada, prevendo-se a instalação de uma plataforma elevatória no Conservatório.

A reabilitação deste conjunto edificado tornava-se ainda mais premente considerando que na área envolvente se encontravam vários edifícios intervencionados no âmbito da anterior Parceria para a Regeneração Urbana (PRU) e cofinanciados pelo QREN/Mais Centro, como o Centro de Formação e Assistência Social, CEFAS, o Orfeão de Águeda, entre outros. Assim, a

reabilitação destes edifícios possibilitava, a um tempo, reforçar a vertente cultural do município criando múltiplas sinergias entre as várias entidades aí presentes, e a outro tempo, contribuir para uma imagem renovada e atrativa desta área da cidade.

A operação “PARU 4 - Reabilitação do Espaço Público envolvente à Casa do Adro” visava a reabilitação do espaço público exterior aos edifícios do Conservatório de Música de Águeda, da Casa de Ensaios do Cancioneiro e da Orquestra Típica, tratando-se de um espaço situado no centro da cidade, no núcleo histórico e tradicional. Este espaço exterior está integrado no conjunto conhecido por “Casa do Adro” e resulta da adaptação dos jardins da antiga casa senhorial a espaço equipamentos públicos.

A intervenção visava dotar este espaço público de condições arquitetónicas, de conforto e salubridade, de clareza volumétrica e distributiva e de segurança estrutural, de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, entre outras, de modo a responder às necessidades dos vários edifícios envolventes e dos futuros utilizadores. Os arranjos exteriores redesenham, no espaço público em forma de abraço, um Terreiro da Música, uma bancada a céu aberto e vários espaços ajardinados, que articularão as diversas instituições que ali intervêm. O tipo e material de acabamento dos pavimentos foi redesenhado tendo em vista uma articulação do espaço de forma contínua, polivalente e funcional. Pretendendo esta operação a reabilitação de um espaço público degradado, importa salientar que apresentava os seguintes objetivos específicos:

- Melhorar as condições do espaço público e de deslocação, através da resolução dos constrangimentos identificados na área de intervenção;
- Promover uma cidade mais inclusiva, oferecendo à sua população com mobilidade condicionada espaços que permitam uma forma autónoma de deslocação;
- Promover a articulação e integração dos diferentes espaços urbanos existentes na cidade de Águeda;
- Qualificar espaços públicos de circulação da cidade, com especial ênfase nas áreas de maior utilização, onde se concentram serviços e registam as mais intensas dinâmicas urbanas;
- Consolidação de uma rede urbana de circuitos pedonais, eficaz para este tipo de mobilidade;
- Promover o desenvolvimento e melhoria da estrutura ecológica urbana, através de espaços/percursos pedonais que, onde possível, serão arborizados/ajardinados;
- Concretizar ações complementares e interligadas previstas no PEDU - a presente operação e as operações PARU 3, 5 e 6;
- Aumentar o nível de satisfação dos residentes na área da ARU de Águeda/PEDU.

Como vem sendo habitual, a Câmara Municipal de Águeda obteve conhecimento dos apoios aos FEEL através da CCDR Centro. A realização de intervenções apoiadas por fundos comunitários anteriormente, leva a que a Autarquia disponha de uma dinâmica de trabalho positiva e de proximidade com a CCDR Centro, entendido como fator crítico para o sucesso destas operações.

O recurso aos FEEL decorreu da concertação entre a existência de uma necessidade efetiva e crítica, no concelho de Águeda, com a disponibilidade de financiamento para alavancar operações no âmbito da reabilitação urbana. Na ausência do financiamento comunitário, a entidade promotora advoga que a reabilitação dos edifícios do Conservatório de Música de Águeda teria de se realizar, dado o avançado estado de degradação em que estes se encontravam, uma vez que tal já representava um constrangimento à persecução das atividades culturais que vinham aí sendo realizadas e que se constituem da maior relevância para a dinâmica cultural concelha e estruturação deste *cluster* no município de Águeda. Todavia, inequivocamente que sem os FEEL, a reabilitação da casa de ensaios do Cancioneiro e da Orquestra Típica não seria possível concretizar, face às verbas financeiras necessárias, a que acresce o desconhecimento quanto à disponibilidade de outros instrumentos de apoio público que estejam a financiar operações similares. A não realização destes investimentos perante a inexistência de fundos comunitários é ainda suportada no facto da cidade de Águeda já ter acolhido investimentos no âmbito do QREN, o que redirecionaria os novos investimentos municipais para outras áreas do concelho.

Entre os aspetos facilitadores da concretização da operação destaca-se a consciencialização dos decisores políticos e entidades envolvidas quanto à relevância desta problemática e seu impacte na atividade cultural do concelho, essenciais para alavancar esta operação como uma intervenção prioritária na agenda política concelha.

A operacionalização não se confrontou com desafios significativos, tendo decorrido normalmente, beneficiando do *timing* em que ocorreu, especialmente a adjudicação da empreitada, uma vez que foi no período anterior à pandemia da COVID-19 e à acentuada variação de preço dos bens e serviços e respetiva escassez de alguns materiais e matérias-primas.

RELEVÂNCIA

Relativamente à perceção dos aspetos que poderão condicionar o alcance dos objetivos previstos, prevalece um consenso entre os atores auscultados de que não se verificam, até porque os níveis de satisfação da população e das entidades beneficiárias da operação superaram amplamente as expectativas iniciais do projeto, revelador da sua aceitação e adequação do investimento realizado.

A experiência do promotor no relacionamento com a AG do POR Centro ao nível da concretização da operação é igualmente muito satisfatória, quer pelo trabalho de proximidade e acompanhamento realizado, quer ainda pela sensibilidade para a

compreensão por parte do POR Centro de alguns desafios críticos com que o Município de Águeda se confrontou, designadamente, para apoiar e facilitar o facto de serem encargos financeiros elevados assumidos todos de uma vez.

RESULTADOS E IMPACTES

Muito embora as operações ainda se encontrem em execução, prevalece o entendimento entre os atores auscultados de que estas alcançaram amplamente os seus objetivos, designadamente, promover a qualidade do ambiente urbano e a dinamização sociocultural e económica da cidade, de reabilitação do edificado degradado, de melhoria das condições de utilização destes edifícios, de reabilitação do espaço público exterior aos edifícios, quer ainda de promoção da acessibilidade aos edifícios em estreita concordância com o atual quadro normativo e legislação em vigor.

No que trata especificamente à Operação “PARU 3, 5 e 6. - Reabilitação dos edifícios do Conservatório, casa de ensaios do Cancioneiro e Orquestra Típica” as obras de conservação, melhoria e ampliação dos edifícios contribuíram para a manutenção das entidades que ocupavam estes equipamentos culturais, invertendo uma tendência de abandono paulatino que se vinha fazendo sentir anteriormente. Os equipamentos tornaram-se mais funcionais e acolhedores para o desempenho destas atividades, os investimentos em eficiência energética possibilitaram ainda ganhos de poupança neste domínio, o que apresenta particular relevância num período de forte crise energética.

Concomitantemente, a operação “PARU 4 - Reabilitação do Espaço Público envolvente à Casa do Adro” ao possibilitar a requalificação do espaço público externo destes edifícios contribuiu para reforçar a perceção de uma boa imagem deste espaço da cidade, essencial para melhorias no acesso e na própria acessibilidade das entidades gestoras dos equipamentos culturais, dos utilizadores e respetivos visitantes.

Todavia, enquanto alguns dos resultados destas operações são direta e facilmente identificados, nomeadamente, os ganhos na satisfação da população/utilizadores, no conforto e bem-estar dos utilizadores, na acessibilidade aos equipamentos culturais, na segurança, sobretudo, pelo facto destes serem equipamentos com horários de funcionamento particularmente alargados durante a semana e inclusive com uma utilização que também se verifica ao fim-de-semana, ou ainda em termos de eficiência energética, há ainda impactes considerados especialmente relevantes, muito embora sejam indiretos e as operações ainda se encontrem em curso. Desde logo, o facto de o município de Águeda apresentar uma tendência de declínio demográfico, os investimentos na revitalização de espaços centrais da cidade, que contribuem para um maior bem-estar e qualidade de vida daqueles que aí habitam, constitui-se fulcral para mitigar o decréscimo populacional registado. Por outro lado, há a destacar o número considerável de atividades comerciais no concelho relacionadas com a venda de instrumentos musicais, um indicador particularmente relevante numa cidade como Águeda, pelo que a valorização de equipamentos culturais, centrados no ensino e promoção da música contribui incontornavelmente para o reforço deste *cluster*. Um terceiro impacte a salientar consiste no reforço da articulação entre as entidades aí presentes (Conservatório, Cancioneiro e Orquestra Típica), essencial ao estabelecimento de parcerias e sinergias futuras, bem como ao reforço de posicionamento de Águeda no âmbito da cultura.

Porém, o facto de o término destas operações ter coincido com o período pandémico, marcado por fortes restrições à concentração de grupos populacionais, com particular evidência nos eventos culturais, atrasou relativamente os resultados e impactes.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

De acordo com o promotor, o facto de se tratar de operações essenciais para a cidade e irem encontro às necessidades das entidades e dos utilizadores contribuiu para que a mesma tenha tido uma operacionalização normal, desprovida de obstáculos e com uma importante aceitação.

Estas operações beneficiaram da sua adjudicação e arranque ter precedido a Pandemia da COVID-19, subsequente crise nas cadeias de abastecimento globais, Guerra na Ucrânia e conseqüente inflação. Não obstante, já no período pré-pandémico, foram sentidas dificuldades de contratação de mão-de-obra especializada no setor da construção civil, com ténue impacte negativo nas operações, uma vez que se registou um ligeiro deslizamento do seu arranque.

O principal desafio com que as operações se confrontaram residiu na efetiva apropriação deste investimento pela comunidade em geral, dado que a sua conclusão ocorreu em contexto pandémico, profundamente marcado por fortes restrições à concentração de pessoas, situação particularmente impactante no que concerne aos limites de lotação em estabelecimentos, equipamentos e outros locais abertos ao público.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Identificam-se os seguintes fatores de sucesso:

- A existência na envolvente da área de intervenção de vários edifícios intervencionados no âmbito da anterior Parceria para a Regeneração Urbana (PRU) e cofinanciados pelo QREN/Mais Centro, como o Centro de Formação e Assistência Social - CEFAS, o Orfeão de Águeda, entre outros, contribui para as operações apoiadas no âmbito do POR Centro 2014-2020 alcancem maior visibilidade e projetem a imagem de um espaço urbano requalificado e moderno;
- A experiência anterior do Município de Águeda na operacionalização de intervenções de reabilitação urbana e na candidatura aos apoios FEEL, essencial para o cumprimento da calendarização definida e para a boa execução dos projetos;

- As operações apoiadas visarem a reabilitação de edifícios e de um espaço público com necessidades de intervenção muito prementes, motivando uma ampla concordância das entidades envolvidas quanto à sua operacionalização;
- Operacionalização integrada das duas intervenções apoiadas, beneficiando da sua contiguidade territorial, o que se traduziu de múltiplas formas, com particular destaque para o lançamento de um único concurso para a empreitada, a adjudicação da obra a um único empreiteiro, facilitando assim a execução dos trabalhos no terreno e dos procedimentos administrativos subjacentes;
- A perseverança das entidades culturais com atividade nos edifícios do Conservatório de Música de Águeda, da Casa de Ensaio do Cancioneiro e da Orquestra Típica em se manterem neste espaço, face ao avançado estado de degradação que os edifícios apresentavam. Caso contrário, o investimento nesta área de intervenção perderia o sentido de oportunidade e parte da sua relevância;
- O facto de a área de intervenção consistir num espaço situado no centro da cidade, no núcleo histórico e tradicional, na União das freguesias de Águeda e Borralha, espaço de grande relevância no contexto das dinâmicas culturais de Águeda, concorreu para um forte consenso entre as entidades envolvidas quanto à pertinência e urgência deste investimento, assim como para a forte aceitação e valorização da comunidade concelhia, em geral;
- A proximidade à Autoridade de Gestão do PO Centro, assim como a experiência de trabalho anterior conjunto e ainda o sentido de missão desta entidade em assegurar a gestão, o acompanhamento e a execução das operações.

Quanto a recomendações futuras, destaca-se primordialmente a importância de alocar fundos comunitários para operações de reabilitação urbana que agregam a trilogia de fatores: presença da intervenção (pelo efeito de consenso gerado quanto ao investimento realizado), proximidade territorial a intervenções de regeneração urbana anteriormente apoiadas (pelo efeito de escala despoletado) e privilegiar investimentos em áreas estratégicas e de diferenciação concelhia (pelos impactos gerados na dinamização da atividade económica, gerar emprego e contribuir para a fixação das populações). Por fim, salienta-se ainda a necessidade de aumentar a exigência dos indicadores de resultado e de realização, reforçando a dimensão do custo-benefício, por exemplo, valoriza-se muito o indicador relacionado com a satisfação da população, mas este é um indicador pouco criterioso e a sua forma de apuramento é igualmente pouco exigente. Deverá ser dada prioridade a novos indicadores tais como os da eficiência energética, quer por ser mais rigoroso a forma de apuramento, quer porque atravessamos um período de crise energética e será fundamental a reabilitação urbana apoiar as cidades a efetuarem esta transição.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data
Entrevista	Carlos Rodrigues Ana Marlene Antunes Lopes	8-02-2023

7.7.4. EC 4. Qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território

EC 4. Qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território

ENQUADRAMENTO

Beneficiário	Município de Pombal	
Concelho	Pombal	
NUTS III	Região de Leiria	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.
	Tipologia de Intervenção	Reabilitação urbana

OPERAÇÃO - Requalificação da Casa Agorreta

Objetivos da Operação(ões)

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Requalificar o edifício anteriormente ocupado pela Repartição de Finanças de Pombal e posteriormente devoluto, aliado ao facto de aí se pretender instalar a Loja do Cidadão (requalificação da zona de entrada, na instalação de um elevador para garantir as acessibilidades e na organização funcional).
-----------	---

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	21/10/2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	462.569,5
Data Prevista de Conclusão	30/04/2019	Custo Total Executado Elegível (€)	462.557,4
Data de Aprovação	12/10/2018	Apoio Aprovado (€)	393.184,1
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	412.018,2
Data (a que reporta a informação)	21/01/2021	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores

Indicadores contratualizados (2018)	Indicador		Meta
	Realização	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	
Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)		5,0 (ano alvo 2023)
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		Execução
	Realização	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	n.d.
Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)		n.d.

OPERAÇÃO - Requalificação da Rua Dr. Custódio Freire

Objetivos da Operação

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Dar continuidade ao Projecto de Regeneração Urbana realizado na zona histórica da cidade; Melhorar as condições de circulação rodoviária e de peões; Reduzir as barreiras arquitetónicas; Melhorar a segurança de peões e automóveis, favorecendo a mobilidade; Reforçar a presença de material vegetal; Introduzir conexões entre os vários espaços através de elementos geométricos inscritos nos pavimentos ou no desenho mobiliário e a valorização estética do conjunto; Melhorar as infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, rede de drenagem pluvial, a substituição de contentores de lixo de superfície por contentores subterrâneos e a substituição de papeleiras isoladas por ecopontos; Substituir algumas luminárias por LED.
-----------	--

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	01/02/2019	Custo Total Aprovado Elegível (€)	328.744,5
Data Prevista de Conclusão	31/12/2019	Custo Total Executado Elegível (€)	319.181,2

Data de Aprovação	18/09/2019	Apoio Aprovado (€)	279.432,9
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	290.790,9
Data (a que reporta a informação)	24/04/2020	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável
Indicadores			
Indicadores contratualizados (2018)	Indicador		Meta
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	2873,00 (ano alvo 2023)
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	5,0 (ano alvo 2023)
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		Execução
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	n.d.
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	n.d.

OPERAÇÃO - Requalificação do Jardim do Cardal

Objetivos da Operação

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Promover e fomentar a regeneração e revitalização urbana com intervenção em aspetos físicos, sociais, económicos e ambientais; Valorizar o espaço público; Valorizar a mobilidade, enquanto elemento fulcral de urbanidade e de ambiente urbano de qualidade.
-----------	---

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	06/11/2018	Custo Total Aprovado Elegível (€)	581.830,9
Data Prevista de Conclusão	31/10/2020	Custo Total Executado Elegível (€)	561.802,6
Data de Aprovação	19/12/2019	Apoio Aprovado (€)	494.556,3
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	539.043,3
Data (a que reporta a informação)	31/01/2020	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores

Indicadores contratualizados (2018)	Indicador		Meta
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	6830,00 (ano alvo 2023)
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	5,0 (ano alvo 2023)
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		Execução
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	n.d.
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	n.d.

OPERAÇÃO - Requalificação urbana do Jardim das Laranjeiras

Objetivos da Operação

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar espacialmente e atribuir novas valências ao espaço alvo de intervenção, transformando o atual jardim num largo de plataforma única sobrelevada em relação à rede viária; Facilitar a mobilidade, onde a livre circulação do peão é a prioridade; Tornar a zona mais desafogada e aprazível à permanência.
-----------	---

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	01/02/2019	Custo Total Aprovado Elegível (€)	182.826,1
Data Prevista de Conclusão	30/12/2019	Custo Total Executado Elegível (€)	181.824,5
Data de Aprovação	31/10/2019	Apoio Aprovado (€)	155.402,1
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	154.550,8
Data (a que reporta a informação)	20/12/2019	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores

Indicadores contratualizados (2018)	Indicador		Meta
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	3.096,00 (ano alvo 2023)

	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	5,00 (ano alvo 2023)
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		Execução
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	n.d.
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	n.d.

RACIONAL E OBJETIVOS

O presente EC abrange quatro operações que visavam conjuntamente promover a requalificação urbana da zona histórica da cidade de Pombal. Três dessas operações eram dirigidas a espaços públicos (ruas e jardins) e visavam essencialmente recuperar a essência destes espaços, enquanto locais de recreio, estadia e contemplação, promovendo a sua reorganização e, em alguns casos, a melhor fluidez do tráfego, de forma a assegurar a sua devolução aos cidadãos. Essas três operações são as seguintes:

- **Requalificação da Rua Dr. Custódio Freire:** compreende a Rua Custódio Freire, desde o Largo 25 de Abril até ao entroncamento com a Rua 1º de Maio, incluindo o beco situado a tardoz do Solar e os remates com os arruamentos adjacentes. De um modo geral, esta operação consistia essencialmente na melhoria dos arruamentos, de modo a assegurar uma melhor circulação do tráfego automóvel e respetivo estacionamento; reformulação das infraestruturas de iluminação pública, rede de águas, rede de esgotos pluviais e domésticos; e ainda a introdução de espécies arbóreas, de modo a tornar esta rua num espaço mais aprazível.
- **Requalificação do Jardim do Cardal:** esta operação resulta da consciencialização da importância deste espaço no centro da cidade e procura recuperar a sua essência, nomeadamente, enquanto espaço de recreio, estadia e contemplação. Com este propósito foram desenvolvidas várias ações, tais como remoção de pequenos canteiros e pavimentação de todo o espaço, criando-se condições privilegiadas para a realização de feiras, concertos e outros eventos. Outra das ações consistiu na introdução de algumas pequenas infraestruturas e melhoramentos, tais como a introdução de um elemento de água com nebulizadores, um alinhamento arbóreo, intercalado com bancos e iluminação LED. Foi ainda reorganizado o estacionamento junto à Câmara Municipal, permitindo uma maior acessibilidade pedonal e reorganização de elementos de mobiliário urbano.
- **Requalificação do Jardim das Laranjeiras:** esta operação visava assegurar a revalorização de um espaço de referência no município de Pombal, através da reformulação organizacional e material de todo o espaço, bem como parte dos arruamentos que pontualmente confinam. Esta intervenção, à semelhança das outras duas anteriores, agrega uma multiplicidade de ações, tais como a melhoria da mobilidade e do estacionamento, a renovação de diversas infraestruturas (abastecimento de água, saneamento de águas residuais domésticas, rede de drenagem pluvial, rede de rega e ainda a rede de infraestruturas elétricas), assim como ainda a implantação de um espaço central para a prática de exercício físico.

Acrescem a estas operações, uma quarta com a singularidade de consistir na requalificação de um edifício público localizado dentro do perímetro da Área da Intervenção do PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana) na Praça Marquês de Pombal, na zona histórica da cidade.

- **Requalificação da Casa Agorreta:** Esta intervenção visava a requalificação deste edifício, anteriormente ocupado pela Repartição de Finanças de Pombal e que, entretanto, havia ficado devoluto, aliado aos objetivos de se pretender instalar aí a Loja do Cidadão. Mais especificamente a intervenção realizada neste edifício consistiu na reformulação da zona de entrada, criando um espaço de reunião, renovação da escada, construção de novos acessos verticais (escada e elevador), em que todos os pisos são articulados com zonas de apoio e de serviço, salas de espera e instalações sanitárias, renovação da cobertura do edifício, preservando os materiais presentes na fachada, como forma de preservação da própria identidade deste edifício.

Como é habitual, a Câmara Municipal de Pombal obteve conhecimento dos apoios FEEI através da CCDR Centro, mais especificamente nas sessões de divulgação do PT2020 e das respetivas linhas orientadoras deste quadro comunitário.

A Autarquia recorreu a estes fundos comunitários, porque faz parte da matriz dos executivos políticos de quererem qualificar os seus territórios municipais, adaptando-os às novas necessidades e exigências da sociedade atual. Quando esta motivação encontra fontes de financiamento que as permitam alavancar é uma combinação perfeita e crucial para a requalificação dos centros históricos, que nos últimos anos registaram processos de abandono e degradação, que levaram à perda da sua vitalidade demográfica, económica e social.

Considerando esta motivação constante de requalificação do território e sua preservação, o município de Pombal procura frequentemente informação sobre os financiamentos públicos disponíveis. Neste sentido, tem identificado outros mecanismos de financiamento europeus similares (por exemplo, no contexto dos EEA GRANTS), mas estes apresentam exigências menos

atrativas, nomeadamente, a constituição de parcerias, o que por si só carece de uma alocação de verbas financeiras consideravelmente superiores). Assim, a disponibilidade de financiamento alterou a prioridade dos investimentos realizados, uma vez que a priorização dos investimentos embora seja norteada pelas necessidades identificadas no município, carecem sempre de disponibilidade de investimento, pelo que quando este existe verifica-se a priorização desses mesmos investimentos.

Estas operações decorreram com bastante normalidade, desprovidas de constrangimentos relevantes, sendo que a disponibilidade de financiamento poderia ter constituído o único impedimento à sua concretização. Porém, este contexto favorável resulta do esforço autárquico para se preparar atempadamente para estas candidaturas, dispondo de todas as exigências habituais nestes processos, com particular destaque para os licenciamentos que, em geral, são processos demorados.

RELEVÂNCIA

Quanto à perceção dos aspetos que poderão condicionar o alcance dos objetivos previstos, prevalece um consenso entre os atores auscultados de que não se verificam. As quatro operações estão praticamente concluídas, pelo que se entende poder afirmar que não houve condicionamentos ao alcance dos objetivos previstos e que estes serão amplamente alcançados. Um dos objetivos considerados mais sensível remete para a satisfação da população local, na medida em que mesmo intervindo para melhorar e modernizar os territórios, a perceção individual assenta em aspetos muito heterogéneos, o que leva a que por vezes se verifiquem sérias dificuldades em satisfazer a generalidade da população. Contudo, de acordo com a informação que o promotor já reúne, verificou-se que a satisfação da população com os resultados destas operações supera amplamente o que tinha sido inicialmente estimado, fator muito positivo a assinalar.

A experiência do promotor no relacionamento com a AG do POR Centro ao nível da concretização das operações é também muito favorável, quer pela proximidade e trabalho conjunto, quer pela relação com os recursos humanos que analisam as candidaturas, que se têm demonstrado particularmente sensíveis ao acompanhamento e disponibilização de apoio para a superação de pequenas dificuldades. No decurso dos vários quadros comunitários de apoio, a estrutura da AG do POR Centro tem-se aproximado cada vez mais das pessoas, das entidades e dos municípios que estão no terreno.

RESULTADOS E IMPACTES

Muito embora as quatro operações abrangidas no presente EC ainda não se encontrem concluídas, prevalece o entendimento entre os atores auscultados de que serão alcançados amplamente os seus objetivos, nomeadamente, os objetivos primordiais de requalificação urbana, devolução destes espaços públicos às populações para sua fruição e lazer, melhoria cabal das condições e modernização das respetivas infraestruturas, com ganhos ambientais significativos e satisfação da população.

A reconversão destes espaços indo de encontro a algumas das mais recentes necessidades da população induziu múltiplos impactes neste território e na sua população, designadamente:

- A construção de espaços para a prática de exercício físico, a seu tempo, espera-se que venha a ter impactes positivos nos ganhos em saúde e contribuir para um envelhecimento ativo da sua população;
- Os resultados em termos de melhoria da mobilidade e do estacionamento acarreta impactes num melhor ordenamento do território;
- O investimento em espaços ajardinados e a introdução de algumas espécies arbóreas, bem como a substituição de algumas luminárias por LED, promove impactes em termos de eficiência energética e de sustentabilidade ambiental;
- A requalificação da Casa da Agorreta com instalação da Loja do Cidadão, para além dos resultados em termos de requalificação urbana e contínua valorização do centro histórico, promoção da segurança dos transeuntes, veio ainda potenciar ganhos consideráveis em termos de qualificação dos quadros de vida daqueles que vivem, trabalham e visitam Pombal, uma vez que a instalação da Loja do Cidadão no concelho ao garantir a prestação de diversos serviços públicos, reunidos no mesmo espaço, constitui uma vantagem incontornável, que reduz tempos e deslocações.
- A valorização integrada destes espaços contribui ainda para a afirmação dos valores patrimoniais e naturais, materiais e simbólicos do concelho, como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;
- A devolução destes espaços à sua população reforça ainda o sentido de identidade para com o território e o concelho de Pombal, fator da maior importância para a fixação de residentes, sua visitação e dinamização da atividade económica;
- A melhoria das acessibilidades para todos os cidadãos tem também ganhos em termos de construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Parece assim inequívoco o contributo dos recursos alocados no âmbito destas quatro operações no município de Pombal para alguns dos principais objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, subjacentes aos processos de requalificação urbana, nomeadamente, a promoção de uma maior sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica deste espaço urbano.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

De acordo com o promotor não há obstáculos ou desafios a assinalar no âmbito destas operações de requalificação urbana do centro histórico de Pombal. Para tal contribuiu primordialmente a centralidade da área de intervenção, a par com o elevado estado de degradação, abandono e desadequação que a Casa Agorreta e os vários espaços públicos intervencionados apresentavam, determinante para garantir bons níveis de satisfação da população com o investimento realizado.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Identificam-se os seguintes fatores de sucesso:

- Execução de operações concebidas de forma integrada e ativamente combinadas, porque permite assegurar uma maior sinergia dos resultados e impactes alcançados;
- Privilegiar a intervenção no edificado combinado com intervenções em espaço público, na medida em que a intervenção integrada possibilita ganhos multidimensionais e sustentados;
- Disponibilidade de mecanismos financeiros de apoio à requalificação urbana com continuidade temporal, transversais a vários quadros comunitários;
- Reconversão de elementos patrimoniais da cidade, em avançado estado de degradação e abandono, para equipamentos nevrálgicos à população e acolhimento de serviços públicos estratégicos;
- Os procedimentos burocráticos requeridos nestas operações são percecionados como fatores de sucesso, porque apesar de múltiplos e representarem trabalho acrescido, são entendidos como determinantes para a salvaguarda dos direitos dos munícipes.

As lições de futuro passíveis de constituírem recomendações, de acordo com os atores auscultados são, desde logo, a necessidade de considerar áreas de intervenção devidamente alargadas nas operações de reabilitação urbana, de forma a dinamizar um espaço abrangente dos centros históricos das cidades, o que promove maiores resultados e impactes, bem como a visibilidade dos investimentos realizados, em detrimento da concentração dos investimentos em espaços muito circunscritos.

Concomitantemente, no que concerne à plataforma do PT2020, salienta-se a necessidade de continuar a investir-se na incorporação de inovações tecnológicas e respetiva modernização, que possibilitem a sua simplificação e incorporação de novos padrões de interação com os utilizadores, propulsores de experiências mais positivas e naturais para os utilizadores.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data
Entrevista	Lídia Sacramento	8-02-2023

Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020

Relatório Final

CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda
Rua Fernando Namora 46A
1600-454 Lisboa
(+351) 217 121 240
www.cedru.com

Data:

4 de agosto de 2023